



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

HELENIRA ELLERY MARINHO VASCONCELOS

**DINAMICAS SUCESSORIAS DE AGRICULTORES FAMILIARES: DILEMAS
VIVENCIADOS POR FAMILIAS DE COLONOS DO PROJETO CURU
PARAIPABA, CE**

Fortaleza, 2011

HELENIRA ELLERY MARINHO VASCONCELOS

**DINÂMICAS SUCESSÓRIAS DE AGRICULTORES FAMILIARES: DILEMAS
VIVENCIADOS POR FAMÍLIAS DE COLONOS DO PROJETO CURU
PARAIPABA, CE**

**Tese de Doutorado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia da Universidade
Federal do Ceará para obtenção do grau de doutor
em Sociologia, sob orientação da Professora Dra.
Elza Maria Franco Braga**

Fortaleza, 2011

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Perpétua Socorro Tavares Guimarães

V 331 d Vasconcelos, Helenira Ellery Marinho

Dinâmicas sucessórias de agricultores familiares: dilemas vivenciados por famílias de colonos do Projeto Curu Paraipaba, Ce. / Helenira Ellery Marinho Vasconcelos. – Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011.

260 fls. ilustr.

Orientadora: Prof^a Dr^a Elza Maria Franco Braga

(Tese) Universidade Federal do Ceará

1. Agricultura – Brasil 2. Agricultura familiar I. Braga, Elza Maria Franco II. Título

CDD: 338.1098113

**DINÂMICAS SUCESSÓRIAS DE AGRICULTORES FAMILIARES: DILEMAS
VIVENCIADOS POR FAMÍLIAS DE COLONOS DO PROJETO CURU
PARAIPABA, CE**

HELENIRA ELLERY MARINHO VASCONCELOS

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Elza Maria Franco Braga
(Orientadora)

Professor Dra. Mônica Dias Martins

Professor Dr. Giovanni Jacó de Facó Freitas

Professor Dr. César Barreira

Professor Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar

15/04/2011

*À Dalva, amiga muito querida e
aos meus netos Luísa, Bernardo, Júlia, João Henrique e..... dedico.*

Agradecimentos

Comecei a elaborar os agradecimentos bem antes da conclusão do texto, ainda na pesquisa de campo. Essa antecipação apontou para mim vantagens significativas: diminuir o risco sempre presente dos esquecimentos e mostrar-se como um atalho nos momentos em que as encruzilhadas de construção do trabalho represam o fluxo criativo.

A turbulência vivenciada nessa trajetória é marcada por momentos em que andamos exaustivamente como a seguir umas luzes no horizonte e negativamente surpreendidas, ao nos aproximarmos dos feixes que buscamos, nos deparamos com um abismo intransponível, pelo menos, aparentemente. Tomada pelo desânimo, retornamos as nossas conselheiras maiores (as leituras).

Todavia, nem sempre, as primeiras consultas desanuviam as nossas dúvidas. Confesso que esse estado desanimador por várias vezes tomou conta de mim. Evidentemente não poderia desistir da missão que me impus com alegria e prazer, sentimentos esses também partilhados com minha família e meus amigos. A cada fase, que aqui chamarei de “niilista” - por sentir todo esforço ao nada reduzido – o meu “círculo aconchegante” me acolheu independente do tipo de ajuda que era requerida.

Nessa seara, fértil campo das possibilidades, choro, tristeza, raiva, arrependimento são sentimentos cabíveis. Seria pouco sincero dizer que somos sempre compreendidos. Não! Nem sempre! Conflitos, acordos, compartilhamentos, risos, perdões, afetos, etc., povoam esse campo de possibilidades. Afinal, a elaboração de uma tese comprime muito do tempo que costumeiramente dedicamos à família e aos amigos.

Para usar de sinceridade, preciso dizer que mesmo nesse campo as adversidades foram diluídas. O João, meu marido, esteve sempre muito pouco enciumado. Orgulhoso, por me achar corajosa, suportou os livros espalhados pela cama. Usou, para dormir, máscara para esconder a luminosidade. Dele não me faltou qualquer apoio. Meus filhos, Germana, Ivna e Leonardo, dividiram comigo as preocupações com o tempo e ajudaram no que lhes foi possível. Conformados, só me pediram para que quando terminada a tese, eu me dedicasse com afinco ao crochê e aos cuidados com os netos. Não posso esquecer os genros e a nora. Com efeito, não por mero ato de distinção. Eles, de fato, merecem. Além da amizade, o Carlos ajudou nas contas e no inglês; o Michel na grande torcida e a Aryana no grande apoio em informática.

Elza Braga e Dalva Mota, respectivamente, orientadora e co-orientadora, acima de tudo amigas muito queridas, desempenharam um papel indispensável, pelo carinho e aposta

na minha capacidade. Nesses momentos, pacientes me acolheram com saberes e sabedorias e com maestria como que desenhavam as pistas a serem seguidas.

Para não interromper a lógica com a qual iniciei o texto, deixei de registrar, em primeiro lugar, o merecido posicionamento da Embrapa. Em coerência com a sua missão de produzir conhecimentos, é louvável o apoio que nossa Empresa concede aos seus empregados, quando liberados para cursar a pós-graduação.

Ainda na Embrapa, destaco amigos que, de uma forma ou de outra, colaboraram no trajeto. Ao Bené (amigo e conselheiro acadêmico), Marcelo Araújo (Embrapa Caprinos) Elesbão, Leto, Andréia, Adriano, Lucas, Vítor, Luzia, Xili, Niltinho, Machado, Fábio Paiva, Bosco e Chico Gomes. Sem esquecer o Damião, Zezão e Mauro. Faço um agradecimento especial à Edineide. Amiga querida que, além de grande ouvinte, desde o mestrado, tem ajudado na organização das referências.

Na Universidade Federal do Ceará, sou imensamente grata aos professores do Curso de pós-graduação em sociologia, em especial às Professoras Irllys Barreira e Isabelle Braz que, ao combinarem afeto e brilhantismo no discorrer de suas disciplinas, colaboraram intensamente para transformar seus alunos em cientistas sociais. Às professoras Neyara, Alba e Lea agradeço o grande empenho e confiança.

Cabe destacar, ainda, e talvez principalmente, um agradecimento muito especial a dois professores: ao César Barreira, que com seu profundo conhecimento sobre o rural brasileiro, me fez prêmio de indispensáveis dicas na qualificação, de indicação de leituras e de uma afetuosa receptividade, quando requestado; ao mestre Diatahy pelo arguto saber e a sabedoria de, em seus deleites intelectuais, alongar-se no tempo, permitindo-nos partilhar do seu vasto conhecimento.

Professores do curso de História da UFC chegaram juntos com seus tributos. Ao Professor Almir devo a disponibilização de ricas bibliografias, a leitura atenta do projeto de qualificação e valiosas sugestões para o trabalho de campo; à Ana Amélia, pelas boas dicas, mas principalmente, pela amizade de sempre, que se estende a toda sua diminuta “grande família”.

Aos professores Amaro, do curso de Geografia da UFC, e Giovani professor de sociologia da UECE, não apenas pelas excelentes contribuições no momento da defesa, mas, sobretudo, por terem aceitado, com tão pouco espaço de tempo para leitura, participar da Banca, sem prejuízos para o processo de aprimoramento do trabalho.

O empreendimento ora concluído não se teria feito sem os muitos degraus galgados anteriormente. No âmbito da academia, reconheço como pilar da minha formação, a

realização do mestrado no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA, UFRRJ. Portanto, ao Professor Roberto Moreira, que foi meu orientador, meu especial agradecimento. Outros docentes foram muito importantes. Destaco, especialmente, as professoras Maria José Carneiro e Regina Bruno.

Tão longo percurso – pelo menos para quem o faz - envolve a construção de novas redes de relações. Desconhecidos se tornaram grandes amigos. No programa da pós, tornaram-se grandes amigas a Daniele Maia Cruz e a Mônica Cavaignac. Tive um apoio muito especial das duas. Um tanto colega, um tanto filha, a Dani foi, fundamentalmente a amiga de todo o percurso. A Paula Cordeiro, Helciane e Diogo são amigos e colaboradores. O convívio amistoso que partilhamos com nossa turma é um muito que se tem a agradecer. Agradecimento que se estende a Socorro e o Aimberé.

Ganhei amigos no Projeto. No DNOCS, contei com o apoio dos servidores, especialmente, do Zé Melo, Carlos, Heraldo, Zane, Alberto e Airton Rebouças. Entre o Distrito e a Cooperativa dos colonos os laços foram bem mais estreitos. Com Citon, Verlane, Márcia, Cristiane, Chiquinho, João, Ronaldo criei alguns débitos. Mas foi com a Virzângela, gerente da ADICP, que construí mais estreitos laços de amizade e de profunda solidariedade. A casa que me senti em casa, pois ela e toda sua família, na qual incluo a Aninha, me receberam sempre com muita simplicidade, carinho e a informalidade peculiar às grandes amizades.

Na casa de muitos colonos fui muito bem acolhida. Destaco entre esses, Geraldo, Irismar, Tamilles, Francisco e Gerlan; Ataliba e Klenia; Cassia, Marquinhos; Helena e Márcia; Maria Baião, filhos e netos; Pantico; Manuel Bruno e Dona Mariana. Na cidade de Paraipaba reconheço o apoio dos amigos Cilas, Vânia, Kersia e Andréia; Ticiane e Tiffany amigas e colaboradoras. Em nome do Cruz e de sua esposa, agradeço às famílias dos colonos. Em nome da Marcilene agradeço aos jovens que participaram da pesquisa de campo. Em nome do Pe. Pascoal, agradeço a todos que me concederam as entrevistas.

O trajeto foi grande o suficiente, fazendo sentido lembrar (Guimarães Rosa) que “o real não está na saída nem na chegada; ele se dispõe para a gente é no meio travessia”. Nessa travessia, o real se dispôs mais severamente pela partida do maior entre meus amigos. O Pe. Albani. Penso sempre que a preciosa amizade que ele me dedicou me ajudou a perceber muitas coisas, inclusive as que envolvem o presente trabalho. Ele sabia do meu reconhecimento e admiração, mas o agradeço *in memoriam*.

In memoriam, agradeço aos três entes queridos que cimentaram minha trajetória de estudo. Ao meu avô Francisco Pinheiro, nascido filho de morador nos sertões de Jaguaribe,

fazenda Melo - hoje inundada pelo açude do Castanhão – que migrou para Fortaleza, na seca de 1942, sem perder a “solidariedade da raça”. Criada por ele com desmesurado afeto até os seis anos completos, muito ouvi falar da saudade e das injustiças do sertão. A minha avó, Luiza Monteiro, filha de pequeno fazendeiro de Icó, que cedo me ensinou a carta de ABC não ter que morar no sertão. Minha mãe, Djanira Pinheiro Ellery, que permanentemente cultuava a solidariedade para com a raça. Exigente com o resultado de nossas notas colaborou para que fossemos responsáveis, porém o maior dos seus ensinamentos foi a prática do desprendimento.

Ao papai, felizmente, vivo e lúcido, agradeço a segurança material que nos deu por ser tão devotado ao lar. Mas sou mais profundamente grata por seu carinho seco, mas protetor. Meus irmãos Hélio, Henrique, Helly, Maria do Carmo e Dalton por um afeto que me dá a certeza de que sempre posso contar com eles. A minha cunhada-irmã Elzinha que enxergou falhas no texto, mas, sobretudo, agradeço pelo carinho de sempre.

Peço perdão aos amigos que aqui agradeço em vias de encerrar. Advirto não se tratar de maior ou menor o meu reconhecimento. Lado a lado ficam as páginas em nossas memórias. Sou grata ao apoio dos sobrinhos Tiago, Dudu, Aline, Dani, Fabiana, Pablo e de amigos muito queridos Francisca, Pepeta, Paulo e Angélica, Veveu e Izolda, Lídia, Luiza e Pompeu, Zé Alberto e Zé Luiz.

Um agradecimento muito especial ao Dr. Sebastião Diógenes que me acudiu nas crises de sinusite, dialogando, de brinde, sobre minha tese, episódio que me deu grande ânimo.

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar as mudanças nas estratégias ocupacionais entre gerações dos agricultores familiares do Projeto Irrigado Curu Paraipaba, um dos espaços rurais do Nordeste brasileiro, desapropriado pelo DNOCS, nos anos de 1970, para assentamento de famílias de agricultores sem terra. A tese revela que, do ponto vista do objetivo de retirar as famílias do grau de extrema pobreza, o DNOCS pode considerar que cumpriu sua meta primordial, pois as famílias que ali permaneceram asseguraram a moradia, a área de plantio e uma renda proveniente, atualmente, da venda do coco. Revela, por outro lado, que fatores como tamanho dos lotes agrícolas, os sistemas de produção dominados por monoculturas que não absorvem a mão-de-obra familiar, a presença de intermediadores nas negociações dos produtos das safras, a contiguidade entre os espaços rural e o urbano e mudanças nos desejos de que os filhos sucedam aos pais como agricultores familiares tiveram fortes repercussões nas relações entre trabalho e família, ocasionando mudanças entre os membros das famílias no processo de sucessão para o trabalho como agricultores familiares. Os procedimentos metodológicos utilizados inserem-se, predominantemente, na abordagem qualitativa, por meio da análise de trajetórias, histórias de vida e observação de situações de trabalho e do dia-a-dia nos povoados. A pesquisa foi realizada no período de 2007 a 2009. Os dados foram abordados à luz da compreensão de que não se pode entender a dinâmica da produção camponesa sem que se analise a sua integração subordinada à lógica econômica do capital, que por sua vez, opera transformações qualitativas nos sujeitos das unidades de produção familiar. As conclusões confirmam o quanto fatores externos influenciam as dinâmicas internas de funcionamento das unidades familiares, provocando desmontes que debilitam a força das relações familiares que fazem parte da reprodução social dos agricultores familiares, destacando o papel indutor de um Estado desenvolvimentista que opera por meio de programas e projetos que, desde a concepção, escamoteiam a importância da relação entre cultura e desenvolvimento. A relevância do estudo é incorporar à pauta dos debates sobre os perímetros irrigados do DNOCS, uma linha de estudo que, fugindo dos métodos que analisam as unidades produtivas dos agricultores familiares por meio dos retornos econômicos de cada ciclo produtivo, analisa as mudanças culturais entre sucessivas gerações, colocando, portanto, no centro do debate. Analisada nessa perspectiva, o estudo vai apontar que as propostas para inclusão dos agricultores familiares não passam de um discurso ilusório.

Palavras-Chave: Agricultura familiar, DNOCS, irrigação, estudos geracionais

ABSTRACT

The main purpose of this work is to analyze the change in the occupational strategy between generations of family farmers of Projeto Irrigado Curu Paraipaba, one of the rural spaces in the Brazilian Northeast to have been disappropriated by DNOCS, in the 1970's to settle families of landless workers. The thesis reveal that, from the persepctive of releaving families from extreme poverty, DNOCS can take for granted that it has fulfilled its main goal, for the families that stayed there were able to guarantee home ownership, area for planting, and income which is nowadays obtained from selling coconuts. It reveals, on the other hand, that factors like size of plots, production systems dominated by monocultures that do not absorb the familly working force, presence of intermediators in the negotiation of products, contiguity of rural and urban spaces and a desire that children follow their parents as family agriculturist all had strong impact on the relationhsip between work and family, thereby causing changes in the of succession of family members as agriculturists. The mehtodological procedures are foremost of a qualitative nature through the analysis of life stories and trajectories, and from the direct observation of work situations and the daily life at the village. The research took place in the period that ranges from 2007 until 2009. Facts were approached under the view that one cannot understand the dynamics of peasant production without analyzing its integration subordinated to the capitalist economic logic, which, in turn, imposes qualitative transformations in the individuals of the household production units. The conclusions confirm how much external factors influence the internal workings of family units, causing ruptures that weaken family realtions, which are part of the social reproduction process of agriculturist families. It, thus, highlights the inductor role of a developmentist State taking place through programs and project that, from their conception, hide the importance of the relationship between culture and development. The study's relevance stems from its incorporating to the debate concerning DNOCS irrigated perimeter a line of research that analyzes the cultural changes between succesive generations, thus placing the family at the center of the debate, and departing from the method that analyzes the productive units through the economic returns of each productive cycle. From this perspective, this study points out to the fact that the proposals for the inclusion of family farmers are but illusive discourse.

Key Words: Family Farmer, DNOCS, irrigation, generations study.

RÉSUMÉ

Le but de cette étude est d'analyser les changements dans les stratégies de travail entre des générations de familles d'agriculteurs dans le projet d'irrigation de Curu Paraipaba, l'une des zones rurales du Nordeste du Brésil, expropriées par le Département National des Ouvres contre les Sécheresses (DNOCS), dans les années 1970, pour fixer les familles de paysans sans terre. La thèse montre que le DNOCS a réussi à son objectif principal d'éliminer la pauvreté extrême des familles d'agriculteurs. Celles qui ont décidé de rester et exploiter leur propriété, surtout à travers la vente de noix de coco, ont assuré des meilleures conditions de vie, comme le droit au logement et des revenus assez dignes. Elle révèle, par ailleurs, que des facteurs tels que la taille des lots, les systèmes de production agricole dominés par la monoculture qui n'absorbent pas la main-d'œuvre familiale, la présence d'intermédiaires dans les négociations des produits des cultures, la contiguïté entre les zones rurales et urbaines ont eu de fortes répercussions dans les relations entre le travail et la famille. Aujourd'hui, les parents ne désirent plus que leurs enfants soient aussi des agriculteurs. Les démarches méthodologiques employées relèvent principalement de l'approche qualitative par le moyen de l'analyse des trajectoires, des histoires de vie et de l'observation des situations de travail, au jour le jour, dans les villages. L'enquête a été menée dans la période 2007 à 2009. Les données ont été analysées sous le principe selon lequel l'on ne peut pas comprendre la dynamique de la production paysanne sans tenir compte de son rapport avec la logique du capital, qui à son tour opère des changements qualitatifs dans les sujets des unités de production familiale. Les résultats confirment combien les facteurs externes influencent la dynamique interne et le fonctionnement des unités familiales, provoquant des ruptures, ce qui sape la force des relations familiales qui font partie de la reproduction sociale des agriculteurs. Dans ce procès, on souligne le rôle de l'État comme agent du développement à travers l'implantation des programmes et des projets, que dès leur conception, négligent l'importance du rapport entre culture et développement. La pertinence de l'étude est d'incorporer aux discussions sur les zones irriguées de DNOCS une nouvelle démarche. Contrairement celles qui analysent les unités de production grâce à la rentabilité économique de chaque cycle, on examine les changements culturels entre les générations successives, plaçant donc la famille au centre du débat. Analysées dans cette perspective, l'étude souligne que les propositions pour l'inclusion des agriculteurs familiaux ne sont que des discours illusoire.

Palavras-Chave: Agriculteurs familiaux, DNOCS, irriguées, générations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 –	Organização espacial dos povoados ou setores.....	61
Foto 2 -	Três unidades nucleares agrupadas em uma única estrutura: o quintal residencial.....	71
Foto 3 –	O espaço contíguo entre a cidade e o Projeto.....	83
Foto 4 –	Ocupações dos filhos de colonos: cenas do cotidiano.....	146
Foto 5 –	DNOCS e o desbravamento dos sertões de Morada Nova.....	153
Foto 6 –	O povoado disperso.....	157
Foto 7 –	Seu Cipriano, um dos treze colonos pioneiros, com o Presidente Geisel.....	169
Foto 8 –	Da casa de taipa e palha à casa de cimento e telha.....	171
Foto 9 –	Um viver entre guaritas.....	180
Foto 10-	Play Station, Tapióca e Revenda Claro.....	195
Foto 11 –	Paraipaba Agroindustrial transformando e transportando a água de coco para os mares do Norte	196
Foto 12 –	Rota do Turismo: a CE-085 rasga ao meio o Setor D2.....	199
Foto 13 –	Ilustração do sentido de espoliação apresentado por um irrigante.....	200
Foto 14 -	O corte da cana: cada um por si.....	218
Figura 1 -	Os colonos, seus produtos e itinerários técnicos na mídia	149
Mapa 1 –	Mapa de localização do Perímetro Irrigado Curu Paraipaba.....	59
Mapa 2 –	Mapa geral do Perímetro.....	60
Mapa 3 –	Mapa da Bacia do Curu.....	149

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Organização da Produção do Projeto em 2008.....	62
Tabela 2 – Número de Casas Construídas nas Unidades Domésticas (UD's).....	71
Tabela 3 – Evolução da Área Irrigada no Brasil.....	108
Tabela 4 – Descontinuidade de Irrigantes de Origem, por Venda de Lotes.....	184
Tabela 5 – Situação Conjugal X número de filhos.....	186
Tabela 6 – Composição da Renda das Famílias do Projeto Curu Paraipaba.....	188
Tabela 7 – Mães do Projeto Beneficiadas com o Programa Bolsa Família (PBF).....	190
Tabela 8 – Quantidade de Coco Produzida no Brasil, Ceará e Paraipaba.....	194
Tabela 9 – Gestão do Lote por Gênero no Projeto Curu Paraipaba.....	202
Gráfico 1 – Evolução da Área Irrigada do Brasil, por Regiões.....	109
Gráfico 2 – Origem das Famílias do Projeto Cru – Paraipaba por Município, morada anterior.....	165
Gráfico 3 – Situação Conjugal das Famílias do Projeto.....	185
Gráfico 4 – Principais Fontes de Renda das Famílias do Projeto.....	189

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCIP	Associação do Distrito de Irrigação Curu Paraipaba
ANA	Agência Nacional de Águas.
APA	Associação dos Pequenos Produtores de Paraipaba
ASA	Associação do Semiárido
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BIRD	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CIVAC	Cooperativa dos Irrigantes do Vale do Curu
CNPC	Centro Nacional de Pesquisa de Caprinos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODENO	Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COGERH	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPROCOP	Cooperativa dos Produtores de Coco de Paraipaba
CPATSA	Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
DERUR	Departamento Rural
DIBAU	Distrito de Irrigação do Baixo Acaraú
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra às Secas
DNOS	Departamento Nacional de Obras de Saneamento
DNPEA	Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agropecuária
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão de Santa Catarina
ETENE	Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Food and Agriculture Organization
FAPID	Federação de Apoio aos Perímetros Irrigados do DNOCS
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos

FINOR	Fundação de Investimento do Nordeste
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
GEIDA	Grupo de Estudos Integrados de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IDACE	Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará
IEA	Instituto de Economia Agrícola
IFOCS	Instituto Federal e Obras Contra as Secas
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IOCS	Instituto de Obras Contra as Secas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPLAN	Instituto de Planejamento
IRGA	Instituto Rio-Grandense do Arroz
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PBDCT	Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PBF	Programa Bolsa Família
PDA	Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos
PDE	Plano Diretor da Empresa
PDRI	Programa de Desenvolvimento Rural Integrado
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PLANAF	Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNI	Plano Nacional de Irrigação
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPI	Programa Plurianual de Irrigação
PROCANOR	Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas
PROFIR	Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação
PROHIDRO	Programa de Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Nordeste
PROINE	Programa de Irrigação do Nordeste

PRONAPA	Programa Nacional de Pesquisa Agropecuária
PRONI	Programa Nacional de Irrigação
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e Incentivo à Agricultura do Norte e Nordeste
PROVALE	Programa Especial para o Vale do São Francisco
PROVÁRZEAS	Programa Nacional para Aproveitamento Racional de Várzeas irrigáveis
SEP	Sistema EMBRAPA de Planejamento
SNPA	Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL	Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul
SUVALE	Superintendência de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
UBC	Unidade de Beneficiamento do Coco
UD's	Unidades Domésticas
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
USAID	United States Agency for International Development
VMT	Verba de Manutenção Temporária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1 UM OLHAR SOCIOANTROPOLÓGICO SOBRE O TEMA.....	25
1.1 Aproximação entre Pesquisadora e Tema.....	26
1.2 Os Perigos da “Persuasão Clandestina” e a Reorientação do Tema.....	32
1.3 Tensão em Meio à Travessia: “Ativismo” x “Reflexão Teórica”.....	39
1.4 Objetivos e Hipótese.....	49
1.5 Plano e Técnicas de Pesquisa.....	51
1.5.1 O levantamento de dados secundários.....	53
1.5.2 Levantamento de informações primárias.....	54
1.5.3 Estudo de caso.....	56
1.5.4 Histórias de vida.....	56
2 O CONTEXTO DA PESQUISA E A PROBLEMÁTICA LOCAL.....	58
2.1 Localização e Histórico de Ocupação.....	58
2.2 Estrutura Sócio-Ocupacional da Área Irrigada.....	60
2.3 Aproximações com o Campo: as Unidades de Produção Familiar.....	62
2.4 Colonos e Mediadores: o Encontro com Ricas Fontes para Delimitar a Temática.....	70
2.5 Os Mecanismos da Intervenção, no Olhar dos Colonos.....	75
2.6 Da Passagem do Tigre à Paraipaba: Singularidades do Local.....	79
2.7 O Projeto Virou Moderno.....	83
3 SURGIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA: O INÍCIO DA DIFERENCIAÇÃO SOCIAL.....	94
3.1 Primórdios da Agricultura Irrigada: Fragmentos de sua História Social.....	94
3.2 A Agricultura Irrigada na Atualidade.....	100
3.3 A Construção Social da Irrigação no Brasil.....	106
3.4 A Irrigação Representada como a Tábua de Salvação para o Nordeste.....	110
3.4.1 Configuração de uma nova institucionalidade para expansão da agricultura irrigada.....	111

4	TRAJETÓRIA E CONSOLIDAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO NO CEARÁ.....	118
4.1	Os Discursos e a Construção de Representações Excludentes.....	119
4.1.1	Secas: percepções e soluções nas distintas concepções do fenômeno.....	121
4.1.2	Entre denunciante e escamoteante: os discursos na literatura.....	124
4.2	Histórias de Passividade: Os Que se Arvoram a ser Deus e os que Escutam Tirando o Chapéu.....	130
4.3	DNOCS: entre o Paternalismo Assistencial e o Despertar da Ação Planejada.....	132
4.4	O Represamento dos Rios: uma Trilha de “Desencaixes” e de Formação de <i>Outsiders</i>	136
4.4.1	Experiências de desencaixe.....	137
4.5	A Indistinta Linha Divisória entre a Elite Rural do Ceará e o DNOCS.....	141
4.6	A Transformação de “um Pai de Família”: Desencaixes ao Longo do Rio Curu.....	147
5	DE AGREGADO À COLONO: TRAJETÓRIAS DE DESENCAIXE E REENCAIXE.....	151
5.1	Bases Conceituais do “Desencaixe” de Centenas de Famílias.....	152
5.2	O Assentamento das Famílias: Insegurança e Amedontramento.....	158
5.3	O Pioneirismo das 13 Famílias e a Tensão da Chegada.....	160
5.4	Diferentes Percepções sobre a Reestruturação do Espaço Rural.....	163
5.5	O Contexto de Chegada das Novas Famílias.....	166
5.6	De Hortifrutigrangeiros a Subempregados da Usina Canavieira.....	171
5.7	Tempo da Cana: Entre Festas e Conflitos.....	176
5.8	Perfil das Famílias “Irrigantes de Origem” (I.O.).....	182
6	DOS CANAVIAIS AOS COQUEIRAIS: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS.....	192
6.1	A Febre do Coco: Significados e Concepções.....	192
6.2	Também, em Paraipaba, os Tempos são Outros.....	195
6.3	No Tempo do Coco, a Emergência de um Novo Ator: o Velho “Atravessador”.....	200
6.4	Implicações das políticas de inclusão social.....	202

6.5	Algumas Querelas nas Relações de Gênero e de Geração.....	208
6.6	E nas relações familiares, o que muda?.....	214
6.6.1	Das Famílias de agricultores.....	215
6.6.2	Das Famílias de comerciantes.....	216
6.6.3	Famílias de assalariados.....	216
6.6.4	Das Famílias polivalentes.....	217
6.6	Mudanças e Permanências	218
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	223
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	231
	APÊNDICES.....	245
	1. Cronologia das secas do Nordeste (1559 – 2010)	246
	2. Capa do Projeto que concebeu a área irrigada..	247
	3. Critérios básicos para seleção de irrigantes	248
	4. A Paraipaba Velha..	250
	5. Carta aos colonos para apresentação dos entrevistadores	253
	6. Questionário aplicado com os colonos de Paraipaba.....	254
	7. Ficha de inscrição de um colono e os conceitos agrônomo e social.....	255
	8. Traços do período autoritário..	256
	9. Trajetória para o desencaixe de agricultores familiares.....	260

INTRODUÇÃO

A seca de 1970 e suas repercussões como crise de produção marcaram um momento decisivo para a economia do Nordeste, pois justificaram a necessidade de ajustar os objetivos das políticas regionais aos requisitos do desenvolvimento nacional. Observe-se que, desde meados dos anos de 1960, o imperativo dos ajustes tinha sido incorporado à pauta dos articuladores do desenvolvimento da Região. Submetida a um exame de maior acuidade, notar-se-á que a causa da redefinição das políticas residiu na quase completa marginalização da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cuja atuação vinha sendo alvo de ácidas críticas em virtude, sobretudo, dos excessivos privilégios concedidos à indústria à custa da agricultura.

Assim sendo, a nova estratégia de desenvolvimento concentrou, embora não exclusivamente, uma maior ênfase no setor agrícola, por meio de três diferentes programas: o Programa de Integração Nacional (PIN); o Programa de Redistribuição de Terras e incentivo à Agricultura do Norte e Nordeste (PROTERRA); e o Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE).

Em substância, a reorientação das prioridades nas políticas de desenvolvimento regional consolidou a modernização da agricultura, integrando os espaços geoeconômicos do Norte e Nordeste. Consubstanciadas no PIN, essas tendências foram embutidas em três programas específicos: a) a construção da rodovia Transamazônica e da rodovia Cuiabá-Santarém; b) projetos de colonização das áreas marginais a essas estradas; c) implementação de projetos de irrigação e colonização nos vales úmidos do Nordeste.

Esse último programa, ou seja, a implantação de projetos de irrigação e o assentamento de unidades familiares por meio de colonização ficaram sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), persistindo seu mandato na execução das obras de combate à seca. Seguindo, a partir de então, diretrizes do Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE/ DNOCS) passou a adotar um esforço mais racionalizador em seus projetos.

É importante destacar que algumas revisões evidenciam que o DNOCS, em seus primórdios, envidou grandes esforços para compreensão da ecologia regional. Sob a batuta de Miguel Arrojado Lisboa e a condução científica de José Augusto Trindade, cuja tradição foi continuada por José Guimarães Duque, muito se avançou no conhecimento físico do

semiárido brasileiro, sem que se ampliasse o entendimento e desvendamento de sua estrutura socioeconômica, como bem mostra, de passagem, Francisco de Oliveira (1977):

O melhor pessoal científico da antiga IFOCS e depois DNOCS quase sempre esteve em oposição à política de obras executadas pelo Departamento; mesmo timidamente, e em termos conservadores, pode-se anotar na obra mais conhecida de Guimarães Duque, *Solo e Água no Polígono das Secas*, um clássico da ecologia do Nordeste semiárido, uma denúncia das condições sócio-econômicas, da exploração dos camponeses, pequenos sítiantes e meeiros pelos grandes fazendeiros do algodão-pecuária (IB.ID., 1977, p.50).

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, DNOCS, nesse cenário, aparece como ator social de destaque, tanto por conceder privilégios aos fazendeiros do binômio pecuário-algodão, quanto por prover de regalias, mais tarde, uma elite rural vinculada ao desenvolvimento da fruticultura irrigada e da produção sucro-alcooeira, por meio da implantação de monumentais projetos de irrigação.

Em seu esquema de favoritismo ao hoje chamado agronegócio irrigado, o DNOCS deu continuidade a uma dinâmica que, de um lado expropriava agricultores familiares de porções do espaço rural para implantação de projetos empresariais e de outro, assentava unidades familiares, em Perímetros Públicos de Irrigação, a exemplo do Curu Paraipaba.

Localizado no município de Paraipaba, CE, o Projeto Irrigado Curu Paraipaba foi concebido, em 1970, como parte da política¹ de irrigação que implantava projetos públicos irrigados por meio de colonização. Dessa forma, sob a administração do DNOCS, a partir de 1975, por meio do assentamento de 521 famílias de agricultores familiares, foi implantado o Projeto. Com uma superfície total de 15.000ha, dos quais 8.000 são passíveis de irrigação, o projeto divide-se em duas etapas, dispondo a primeira de 3.378ha e a segunda de 4.622ha. Explorado em quase sua totalidade pela monocultura do coco, o Projeto Curu Paraipaba tem sido referenciado como exemplo de sucesso na produção de frutas.

Entretanto, as pistas que ensejam o desinteresse das novas gerações em dar continuidade aos trabalhos dos pais nos lotes agrícolas vêm preocupando as famílias que se mostram temerosas, inclusive com a continuidade do Projeto, já que os colonos mais velhos, sem condições para enfrentar a lide do trabalho agrícola, findam vendendo a área irrigada. Por outro lado, os “quintais residenciais” não são vendidos². Bem ao contrário, frequentemente

¹ Como parte dessa política, o Nordeste conta, atualmente, com 38 perímetros públicos de irrigação implantados. Destes, 13 que corresponde a 34,21% do total, se encontram localizados no estado do Ceará (DNOCS, 1989).

² Os quintais residenciais são espaços individualizados de 0,5 ha destinados à moradia das famílias dos colonos. Em seus interiores foram construídos, de início, uma casa e um paiol. No restante da área deveriam as famílias diversificarem a produção.

constroem-se novas casas, configurando a formação de famílias extensas, o que vem elevando a densidade demográfica do Projeto e da cidade de Paraipaba. Em consequência o poder municipal, as entidades organizativas do projeto e os agentes de desenvolvimento do município, têm destacado a necessidade de criação de incentivos focados na inclusão da juventude que se anuncia “sobrante” nesse espaço rural.

Alguns dos questionamentos apresentados pela professora Nazareth Wanderley – reconhecida pela profundidade de suas pesquisas e estudos sobre a ruralidade brasileira – são fecundos e podem resenhar os termos desse debate nas ciências sociais. Admitindo que o rural tornou-se o *lócus* de onde emergem novas questões, referentes não apenas à sua parcela rural, mas à sociedade como um todo, Wanderley (2000, p. 97) indaga: qual o lugar da agricultura nas sociedades pós-industriais? Os agricultores têm algum papel a desempenhar nessas sociedades? É socialmente aceitável uma sociedade sem agricultores?

Feitas essas considerações, formulam-se as seguintes questões problema: qual a dimensão das rupturas no processo de sucessão dos agricultores familiares no Nordeste? Para além das rupturas, o que se revela como continuidade? Que e quais influências externas ao ambiente das comunidades contribuem para as rupturas ou influenciam na continuidade? Qual o papel da família nesse processo?

Tendo por baliza esses questionamentos, o objetivo central do estudo foi formulado para compreender rupturas e continuidades nas estratégias ocupacionais das novas gerações de agricultores familiares do Projeto de Irrigação Curu Paraipaba, tendo em referência a forte sinalização de que, apesar de terem terra e água, é expressiva a soma de pessoas das novas gerações que não manifestam desejo de continuarem como agricultores familiares, em sucessão aos pais.

Na interface entre a sociologia da família e a sociologia rural, proponho enriquecer a agenda de pesquisa sobre as tendências dos agricultores familiares, no contexto de uma nova ruralidade, particularmente no Nordeste brasileiro, enfocando a interconexão entre o processo de socialização dos filhos dos colonos nos recônditos do ambiente familiar e a socialização secundária vivida por estas famílias, num espaço reconstruído por intervenção do Estado para implantação do moderno Projeto de Irrigação Curu Paraipaba.

Por ser uma região em que a intervenção foi intensa nos últimos 35 anos, encontram-se com facilidade dados brutos ou sistematizados sobre produção e produtividade das culturas, estrutura de renda, impactos ambientais e outros temas ligados às questões mais

agronômicas como doenças e pragas (ADICP, 2001, 2007; ARAÚJO, 1995; DNOCS, 1993; FRANÇA, M. *et al*, 1990; GONDIM FILHO, J.G.C. 1988, 1992; GORAYEB, A. 2004; LIMA C. A. 2005; LIMA F. L. da S. *et al*, 2006; PIMENTEL, *et al*, 2003; PINHEIRO, J. C. V.; QUEIROZ, 1992; SHIROTA, R. 2000).

Entretanto, minha pretensão era pesquisar questões pouco estudadas. Questões que ainda não foram narradas: a história de um tecido social urdido por rupturas, perdas – algumas traumáticas – enfatizando as metamorfoses intergeracionais. Nesse aspecto, as experiências dos colonos escasseiam ou inexistem em linguagem impressa. Dois relatórios, frutos de pesquisa feita pela Associação dos Irrigantes, avançam um pouco no tema por apontar o envelhecimento dos colonos como titulares dos lotes.

Os estudos de Mônica Martins constituíram-se valiosas referências. Entretanto, apesar de tangenciar aspectos relevantes das mudanças ocorridas na vida dos colonos do Projeto, tais referências não contêm informações mais detalhadas – até mesmo por não ser esse seu objeto - acerca dos impactos da intervenção do Estado na relação trabalho e família e de suas repercussões nos direcionamentos profissionais das novas gerações.

A originalidade do estudo reside, pois, na escolha de uma abordagem que adota a família como unidade de análise, procurando entender as escolhas profissionais das novas gerações do projeto de irrigação, a partir da apreensão conceitual da teoria operatória formulada por Berger & Luckmann (1985) que permite conceber a “socialização” a partir da perspectiva da mudança social. Assim sendo, o estudo contribui para ampliar o horizonte teórico das pesquisas em áreas irrigadas, notadamente, por enriquecer a sua agenda com estudos intergeracionais.

O longo tempo de permanência em campo, o contato com outras culturas, o uso de amplas categorias sociais na análise, da observação participante, de entrevista intensiva e da análise de documentos, técnicas tradicionalmente associadas à etnografia, permitem caracterizar o presente trabalho, como um estudo de tipo etnográfico (ANDRÉ, 2002).

Este estudo, como se pode observar, está referenciado no quadro mais amplo de modernização da agricultura, iniciado em meados da década de 1960, que estabeleceu para o Nordeste um padrão de intervenção centrado em espaços econômicos restritos, alinhado às diretrizes dos pacotes, projetos-impactos e programas especiais, a exemplo do Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE).

Alinhando ao objetivo de compreender mudanças nas estratégias ocupacionais das novas gerações de agricultores familiares, o entendimento de que desenvolvimento e cultura são dois processos inseparáveis – interdependentes – a tese se organiza em capítulos que

respondem a questionamentos específicos: a) qual o peso da irrigação na evolução das sociedades? Qual o contexto de criação, as diretrizes e a forma de construção do Projeto? Que condicionantes internos ou externos ao estabelecimento familiar influenciam nas decisões das novas gerações de continuar ou romper com uma trajetória que no passado os tornava agricultores familiares? Onde estão e o que fazem as novas gerações da agricultura familiar, ou seja, qual o perfil dos colonos, segundo a idade, naturalidade, tamanho da família e opção ocupacional dos membros da família? O que persiste e o que se revela como descontinuidade no processo de aprendizado e de sucessão profissional dessas unidades de produção familiar?

No primeiro capítulo delimito o tema, iniciando por uma descrição da aproximação entre este e a pesquisadora, retratando, em seguida, aspectos importantes do dilema vivenciado entre certezas que foram se sedimentando na trajetória pessoal e profissional e o exercício do distanciamento em benefício da dúvida, qualidade que, em última instância, constrói os pilares da pesquisa: hipótese, objetivos e procedimentos teórico-metodológicos.

A contextualização da pesquisa em termos de localização e de aspectos sócio-ocupacionais consubstancia as análises do segundo capítulo, além de aprofundar a problemática, por meio de fontes primárias, especialmente aquela constituída pelos nativos.

O objetivo do terceiro capítulo é destacar, no processo de evolução da humanidade, o papel dos “produtores reais”, enquanto agentes centrais na organização e produção do espaço, bem como a ulterior usurpação desses produtores como sujeitos da ação, pelos estados que emergem para dirimir conflitos entre as classes sociais que se formaram a partir da possibilidade de produção de excedentes de alimentos.

Após destacar a centralidade do papel do Estado na construção e reconstrução de espaços sociais, evidenciando o primeiro dos quatro elementos listados como alavancas para expansão das áreas irrigadas no Ceará, o quarto capítulo debruça-se sobre os discursos, o pensamento científico e o conformismo dos agricultores – três outros elementos que têm concorrido para definição e evolução de programas de irrigação no Nordeste.

Onde estão e o que fazem as novas gerações da agricultura familiar, ou seja, qual o perfil dos colonos, segundo a idade, naturalidade, tamanho da família e opção ocupacional de seus membros, consubstanciam as análises do quinto capítulo.

As mudanças vivenciadas pelas famílias do Projeto, com repercussões em seus tradicionais papéis de prover as novas gerações, desde a infância e ao longo da vida, de um saber que as qualificava como agricultores familiares é o foco do sexto capítulo. Por meio da seleção de famílias que desenhavam “padrões ideias” relacionados à vocação profissional,

procuro destacar o que persiste e o que se revela como descontinuidade no processo de aprendizado e de sucessão profissional dessas unidades de produção familiar.

Finalizando, já à guisa de conclusão, recupero questões relevantes, realizando um breve debate, no qual busco enlaçar as questões específicas dos inúmeros achados empíricos, com questões mais amplas, como os debates sobre a pluriatividade, as políticas de desenvolvimento rural, os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar etc. Tais incursões levaram-me ao reconhecimento dos avanços logrados com a realização do trabalho, mas, também, apontam lacunas a serem aprofundadas em futuras investigações.

1 UM OLHAR SOCIOANTROPOLÓGICO SOBRE O TEMA

Para compreender sociologicamente, o sociólogo rural precisa reconhecer-se como membro da comunidade de destino das populações que estuda.

José de Souza Martins

A inquietude expressada nesse estudo revela a persistente reflexão de um tema que há muito despertou meu interesse e que diz respeito à compreensão de descontinuidades nas estratégias ocupacionais entre gerações de agricultores familiares em espaços rurais do semiárido brasileiro, tendo em referência as mudanças que se verificam nas relações entre os membros das famílias no processo de sucessão para o trabalho, abordadas aqui em um quadro de rupturas induzidas por intervenções do Estado.

Durante o percurso, deparei com algumas encruzilhadas para afinação do tema. De início, me senti instigada a compreender o processo de assalariamento de agricultores familiares no Perímetro Irrigado do Baixo Acaraú, projeto essencialmente empresarial, para produção de frutas para o mercado “*in natura*”.

Nas fases de aproximação, no Baixo Acaraú, travei contato com um grupo de pequenos produtores egressos do Perímetro Irrigado Curu Paraipaba. Tratavam-se de filhos e netos de irrigantes que haviam migrado para esse novo projeto de irrigação. Por meio desses irrigantes tomei conhecimento que diferentemente do Baixo Acaraú, o projeto Curu Paraipaba era constituído por unidades de produção familiar. Na visão deles, dois caminhos se apresentavam para garantir a reprodução social dos descendentes dessas unidades: 1) migrar para outras áreas, caso quisessem permanecer na mesma profissão dos pais e, 2) empregar-se em atividades agrícolas, ou não-agrícolas no entorno do projeto.

Daí para tentar compreender a organização e gestão dessas unidades apreendendo, nesse contexto, a diversidade de estratégias ocupacionais entre as gerações de famílias que se sucedem na área irrigada de Curu Paraipaba foi um salto. Antes mesmo de concluir as disciplinas do doutorado, fui visitar o projeto.

Similitudes e diferenças estavam em jogo na construção do objeto. Em comum a agricultura irrigada. Temas diversos, duas áreas distintas e dois projetos diferentes em suas constituições. O Baixo Acaraú para o mercado de frutas *in natura*. O Curu Paraipaba um projeto social para sobrevivência de unidades familiares, em condição de pobreza.

A experiência e preferência pesaram na escolha. Enquanto pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em desenvolvimento rural, por

preferência, desenvolvi por longo período projetos ligados aos agricultores familiares (posseiros, arrendatários, moradores e assentados) de agricultura de sequeiro. A experiência com o trabalho em unidades de produção familiar, o contato com a literatura que alerta para os riscos de “persuasão clandestina”, inerente ao *métier* da atividade científica, contribuíram para a escolha do desafiante tema.

Entendendo que o processo formativo e a experiência são partes integrantes do conteúdo, o estudo se inicia retratando aspectos importantes do dilema vivenciado entre certezas que foram se sedimentando na trajetória pessoal e profissional e o exercício do distanciamento em benefício da dúvida, qualidade que, em última instância, constrói os pilares da pesquisa: hipótese, objetivos e procedimentos teórico-metodológicos.

1.1 Aproximação entre pesquisadora e tema

a) No conteúdo formativo

O conhecimento do mundo rural no que lhe há de mais caro – os sujeitos e os sujeitos em suas interações sociais – não faz parte ou se fez ausente, durante várias décadas, dos conteúdos formativos da grande maioria dos profissionais que intervêm nas tradicionais unidades de produção familiar, tendo em vista a modernização de suas práticas de cultivo e o alcance do progresso.

Evidentemente, à época em que a modernização da agricultura tornou-se projeto estratégico e prioritário para o desenvolvimento brasileiro, seus idealizadores reconheceram a premência de que se incorporasse ao escopo do projeto saberes provindos das ciências socioeconômicas. Schuh (1971) – estudioso³ proeminente na arquitetura do modelo de desenvolvimento agrícola – evidenciou, em seu diagnóstico de consultoria, que as escolas de agronomia do Brasil, eram altamente teóricas e isoladas da sociedade, dissociadas, portanto, dos problemas contemporâneos.

Essa lacuna, segundo o autor, exibiu uma oportunidade ímpar para que os campos de aplicação da economia e sociologia rural se desenvolvessem⁴. Em geral o estudo mostrou que as escolas e faculdades de agronomia são autônomas, tendo pouca ou nenhuma ligação

³Edward Schuh, da Universidade de Purdue foi assessor de Programas Agrícolas da Fundação Ford no Brasil. Publicou o livro “Pesquisa sobre desenvolvimento agrícola no Brasil”, originalmente, em inglês, para despertar o interesse dos estrangeiros para problemas do desenvolvimento agrícola brasileiro.

⁴Algumas estruturas, asseverou Schuh, estavam implantadas, mas não supriam a demanda de informações requisitadas para o desenvolvimento rural, que exigia um *know how* ligado à inteligência econômica.

com o conjunto universitário. Isto tem limitado possíveis interações intelectuais com as ciências sociais e outras disciplinas (SCHUH, 1971, p.49) .

De fato, tornar-se agrônomo, veterinário, técnico agrícola etc., a partir do período Pós-Guerra⁵, significava, em sua grande maioria, lograr uma conduta alinhada ao ritmo e interesses de diferentes conjunturas – nacionais e internacionais – para intervir nas relações dos sujeitos com a natureza, com o trabalho e entre os próprios sujeitos. Buscava-se, à época, o aumento de produtividade para enfrentar o fantasma da insegurança alimentar, ameaçado por prospecções catastróficas acerca do crescimento da população e de uma correspondente insuficiência de respostas das técnicas e dos recursos naturais disponíveis para alimentar os contingentes populacionais que se anunciavam em ritmo acelerado.

No Brasil, sobretudo a partir de 1965, grande era o desafio deste conjunto de atores, internúncio da modernização da agricultura. Sempre muito relegada a um papel secundário no desenvolvimento econômico, a agricultura era agora não apenas complementar, mas estratégica para promoção do “milagre brasileiro”, exigindo, para tal intento, a formação de novos cientistas agrícolas. A rigor, a consolidação de uma nova base tecnológica⁶.

Para instituição desse campo da ciência, o novo aparato institucional experimentou uma mudança de escala⁷. Em 1968, como mostrado no relatório de Schuh (1971, p.54), o Brasil contava com 16 escolas de agronomia, distribuídas em onze estados. A cada ano se diplomavam cerca de 1.000 agrônomos. A quantidade de alunos matriculados, comparada ao ano de 1964, aumentou em 35%, enquanto o número de formandos teve um acréscimo de quase 100%.

É importante, para essa linha de argumentação, frisar que a estrutura de ensino no meio rural brasileiro, como identificou o próprio Schuh, era extremamente deficitária tanto em qualidade, quanto em quantidade. Com ingresso a depender da aprovação em competitivos exames vestibulares, a participação dos sujeitos de zonas rurais nas universidades era muito restrita. Consequentemente, os alunos de áreas urbanas tinham o predomínio nas vagas da universidade. Muitos deles, entre os quais me incluo, sequer conheciam um estabelecimento rural.

⁵Período que consolidou as indústrias de máquinas e implementos agrícolas fertilizantes e defensivos agrícolas. No mesmo período (1950-1967), as forças sociais que lutavam pela reforma agrária foram derrotadas. A política de crédito rural sedimentou-se concluindo a modernização conservadora (VASCONCELOS, 1997, p.31).

⁶Base tecnológica entendida como conjunto de máquinas, processos, conhecimentos e matérias-primas que sejam complementares e se relacionem estreitamente na atividade produtiva (CASTRO, 1990, p.5).

⁷“A reivindicação do qualitativo novo é a marca distintiva da modernidade, embora essa reivindicação, em muitos casos, não se refira tanto a um aspecto especificamente novo da experiência humana e sim a uma alteração na escala do fenômeno” (BELL, 1973, p.214).

Para reparar tal lacuna, a proliferação de especialistas nas áreas de economia e sociologia rural, como mostra o estudo de Schuh, foi a solução apontada pelos articuladores do modelo. O diagnóstico de Schuh, do qual Eliseu Alves⁸ foi colaborador, constatou que de 59 diplomas de doutores em agronomia de Piracicaba – uma das mais sólidas escolas de agronomia do País – nenhum havia sido conferido em economia rural. Além disso, as teses realizadas, geralmente, continham teor descritivo, ao invés de analítico.

Até então, a produção científica que precedeu a efervescência da modernização pouco contribuía para compreensão e solução dos problemas reais. Pontuada como uma lacuna para que o desenvolvimento agrícola se tornasse um empenho factível, os consultores recomendaram o aumento do número de técnicos especializados para realizar pesquisas que apontassem os problemas e os caminhos para consolidação do desenvolvimento agrícola.

Oito anos após a avaliação dos consultores, o progresso da economia rural surpreendia o Brasil. Em duas escolas – Viçosa e Piracicaba – existiam cursos de especialização no tema. Três programas de mestrado foram criados – Viçosa, Piracicaba e Porto Alegre – e um pequeno programa começara no Km 47⁹. A formação de economistas rurais de alto nível consolidou o *background* de entendimento e do desenrolar da modernização.

Além das universidades, algumas organizações criaram departamentos especializados em economia agrícola. No Sudeste, sobressaía a atuação do Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria da Agricultura, em São Paulo. O Nordeste contava com uma vigorosa configuração institucional. De um lado, o Banco do Nordeste que dispunha de dois departamentos: o Departamento Rural (DERUR), que fazia pesquisa sobre os problemas do desenvolvimento rural e, o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), que avaliava as propostas em termos de viabilidade econômica. De outro, a SUDENE, órgão de planejamento, estudava as propostas em termos de prioridade para a região.

Até então, os poucos especialistas da área de socioeconomia se formavam no exterior. A criação de cursos de pós-graduação no País foi a saída sugerida para a formação de recursos humanos treinados por fontes domésticas, já que grande parte de técnicos passariam a cursar mestrado em economia rural, no Brasil; trabalhando com problemas brasileiros e usando bibliografia nativa. Uma recomendação urgente referia-se ao fortalecimento dos

⁸Eliseu Alves foi um dos pilares na concepção do modelo de desenvolvimento, mais precisamente na articulação e execução do desenvolvimento científico e tecnológico, tendo ocupado vários cargos, entre os quais destacam-se as presidências da Embrapa e da CODESVAF.

⁹ Escola de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

centros existentes. Outra indicação estratégica era a instituição de pelo menos mais um centro regional de treinamento pós-graduado, a ser sediado no Nordeste, justificada pela necessidade de pessoal treinado *na região de grande pobreza* (grifos meus).

No geral, o processo de modernização da agricultura brasileira induzia as universidades a levar a cabo um processo formativo, cujos egressos consolidaram uma geração de saberes compartimentalizados. Economistas de um lado e, de outro, técnicos e cientistas agrícolas eram preparados para intervir na natureza, nos aspectos físico-químicos dos solos, em dados meteorológicos, topográficos e nas médias facultadas pela socioeconomia, fornecendo sólidas pistas de que se lograria um desenvolvimento socialmente justo, dada a promessa de “repartição do bolo”.

Essa realidade socialmente construída e apresentada em engalanados diagnósticos recusava ao técnico e ao cientista agrícola conhecimentos de relevo, que são imanentes à temática. A questão agrária, as injustiças e conflitos do campo, as conexões entre ciência e sociedade etc., eram esposadas por disciplinas das ciências sociais, incluindo a história, a geografia e a literatura¹⁰.

Uma coletânea de ensaios escritos “entre 1969 e 1973” por Manuel Correia de Andrade¹¹, focada em análises que vinculavam o processo modernizante ao abastecimento dos núcleos urbanos e da política de exportações, bem ilustra essa departamentalização dos saberes. Os profissionais da ciência agropecuária, em sua grande maioria, não se apropriavam dos debates críticos que focavam os interesses e conexões firmadas entre ciência e sociedade, para modernizar a agricultura. Fora do país, ou restrita a circulação entre seus pares nas ciências sociais brasileiras se realizavam as críticas à modernização da agricultura. Logo em seu texto introdutório, o autor esclarece “que a maioria dos ensaios não foi publicada no Brasil ou o foi em Anais de reuniões científicas ou em revistas especializadas de circulação restrita” (ANDRADE, 1974, p. 8).

Apesar de muito instigante, não se tem aqui um espaço adequado para abordagem de tais dilemas. Delimitá-lo, contudo, me pareceu relevante no sentido de esclarecer que meu pertencimento e vivência no campo da ciência agrícola são, por assim dizer, os elementos de inquietação que vem fertilizando o meu campo de estudo que tem transitado entre a sociologia da ciência, a sociologia rural e, finalmente, a sociologia da família, com aprofundado interesse em abordagens geracionais.

¹⁰ Lambert (1972); Sandroni (1980); Oliveira (1977); Guimarães (1968) e Martins (1981).

¹¹Intitulada “Cidade e Campo no Brasil”, a coletânea publicada pela editora brasiliense reúne ensaios escritos entre 1969 e 1973 com finalidades diversas, mas todos voltados para a compreensão do processo de modernização brasileiro.

b – Na trajetória profissional

A reportagem exibindo a foto de uma agrônoma mostrando que sua pesquisa com algodão, iria eliminar ou mesmo reduzir a pobreza do Nordeste, me recorda como elemento, se não definidor, mas certamente muito influente, em minha opção pela agronomia¹². Diplomada, iniciei minhas atividades no laboratório de fertilidade de solos. Na rotina laboratorial, após os resultados da análise, seguiam-se as sugestões de adubação “química”, como corretivo para as deficiências do solo. Dessa primeira experiência surgiram as primeiras indagações: Onde? Pra quem? Com que dinheiro?

Aos poucos fui declinando da técnica e buscando um entendimento sobre o rural brasileiro, especialmente, sobre o Nordeste. Como pesquisadora, defini um campo de interesse voltado para a compreensão dos sujeitos de espaços rurais do Nordeste que foram deserdados pelo processo mesmo de ocupação da Região, ou os que vêm se desenraizando na insolvência da questão agrária, ou por intervenções do Estado na apropriação e desapropriação de porções do espaço rural.

Vivenciando o dilema de partilhar de uma comunidade que se atribui a supremacia do saber, simultaneamente, macomunada com sujeitos donos de saberes e de desejos que afirmam “que só quero que me ensinem aquilo que quero aprender¹³” fui construindo atalhos para compreender arena tão contraditória.

Até então, mesmo na condição de pesquisadora aliada, tenho mantido com as unidades de produção familiar, uma relação que se baliza entre as nuances de um campo que confronta as demandas dos agricultores às ofertas de conhecimento. Nos últimos dez anos, por meio de uma mudança em meu cenário de trabalho, esse eixo se deslocou, reorientando minha sede de compreensão para os espaços rurais recriados pela agricultura irrigada, enfatizando os processos de mudança que se tem verificado no interior das famílias, inseridas num quadro em que as intervenções do Estado nos espaços rurais, na vigência dos governos autoritários, contribuíram para alterar profundamente sua estrutura, seu sistema de relações, papéis e estratégias de reprodução social.

A escolha do tema não foi, portanto, um acontecimento fortuito. A ideia se alicerçou ao longo do meu trajeto profissional, especialmente, em minhas passagens, como pesquisadora da Embrapa, em áreas de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE). Dessa

¹²Evidentemente não posso excluir a possibilidade de que os acenos de um mercado de trabalho promissor, tanto no número de postos de trabalho quanto nas recompensas salariais, possam também ter pesado na minha escolha.

¹³ Escolhi como emblema de resistências comuns às imposições da tecnoburocracia, este depoimento de um assentado de Santana do Acaraú (CE), em maio de 1987, que negava-se a participar de um treinamento.

experiência – vivenciada entre os anos de 1985 até 2003, em meio a agricultura de sequeiro – acumulei reflexões que insinuavam para descontinuidades das novas gerações como agricultores familiares. À época, um fenômeno que se exprimia mais pelas constantes migrações, atribuído com maior ênfase às agruras das secas e, também, aos repetidos equívocos nos PDA's¹⁴. As repetições e, provavelmente, certa utopia, me faziam supor que as rupturas das novas gerações como agricultores familiares se deviam a eventos dessa natureza, especialmente, às secas.

Comecei a desconstruir a suposição anterior quando, a partir de 2004, transferida para outra unidade de pesquisa¹⁵ participei, pela primeira vez, de um trabalho em uma área irrigada¹⁶, no município de Marco-CE. Nas reuniões iniciais com as associações, identifiquei dezenove lotes de pequenos produtores pertencentes a filhos de irrigantes do Projeto Curu Paraipaba vindos para o Baixo Acaraú. Entrevistei-os e anotei que suas motivações para migrar de um perímetro para outro se associavam a impossibilidade de, naquele projeto, sustentar suas próprias famílias com a atividade agrícola. Impossibilidades destacadas por eles, por variáveis, tais como: o pequeno tamanho dos lotes para ampliação das famílias; o processo de comercialização; a má qualidade ou falta de assistência técnica; a terra já fraca e falta de crédito.

Ora, o perímetro irrigado Curu Paraipaba é referenciado como exemplo de sucesso no estado do Ceará. Pelo menos, neste caso específico, não era escassez de água a motivação para migração. No quadro de tensão entre familiaridade e estranhamento enfrentei dilemas entre a escolha de dois temas: um caso específico de assalariamento de agricultores familiares referenciado no Baixo Acaraú ou o tema mais abrangente de descontinuidade nas estratégias ocupacionais referenciado no Curu Paraipaba.

Cumprindo metas para elaboração de um diagnóstico no Baixo Acaraú, apliquei, junto a 17 pequenos produtores, questionários para delinear o perfil socioeconômico do Projeto. Os resultados mostraram que, de um total das 145 pessoas que trabalhavam nos lotes, 111 eram empregados assalariados temporários e apenas 34 eram membros das famílias. Além disso, em nenhum dos 17 lotes se produzia culturas de subsistência. Toda produção,

¹⁴ Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA).

¹⁵ Fui transferida da Embrapa Caprinos para a Embrapa Agroindústria Tropical. Saí da agricultura de sequeiro para a irrigada. Apesar de dar continuidade a uma trajetória de vinte anos lidando com unidades de produção familiar, a troca do local significou uma mudança de paisagem, entendida em toda a complexidade que a nova geografia emprega ao termo: um espaço produzido, resultado da ação humana sobre uma superfície de terra, exprimindo, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem e a historicidade do desenvolvimento humano, associada a objetos fixados ao solo e geneticamente datados. Nestes termos, a abordagem de Santos (1978; 1982) é elucidativa.

¹⁶ A pesquisa era fruto de um Convênio celebrado entre Embrapa e DNOCS, com a realização de diagnóstico sobre a produção e as demandas por treinamentos do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.

composta por frutas “*in natura*”, destinava-se, preferencialmente, à exportação, atendendo parcialmente ao consumo interno, quando não atendida às exigências do mercado externo.

Interessada em conhecer esses assalariados rurais, junto ao gerente do projeto do Distrito de Irrigação (DIBAU), busquei informações acerca da origem e da vida dessa mão-de-obra assalariada, constatando que esse grupo não existia nas estatísticas daquele projeto. O exíguo tempo para me aprofundar em questões que estavam para além das tarefas do projeto da Embrapa associado à fugaz presença dos trabalhadores impossibilitaram o desejável diálogo com os trabalhadores assalariados.

Não tive dificuldades para saciar parte da minha curiosidade, pois a região do Baixo Acaraú não me era estranha. Ali, já havia trabalhado em assentamentos rurais e outras unidades familiares, o que me assegurara um bom relacionamento com as organizações de apoio à agricultura familiar. Valendo-me dessa porta de entrada, nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais fiz um levantamento, cujas informações forneceram elementos que davam pistas sobre a origem da mão-de-obra assalariada¹⁷.

Os resultados do levantamento foram confirmados por entrevistas com as lideranças mais antigas dos sindicatos da região, que foram unânimes em afirmar que a mão-de-obra assalariada do Baixo Acaraú, representada por 80,0% das ocupações até então geradas, é, em sua maioria, originária de agricultores familiares (pequenos proprietários, posseiros, moradores etc.) excluídos do processo de assentamento, que se viram expulsos e desassistidos de apoio para recomposição de suas moradias na área desapropriada para implantação do Projeto. Além disso, eles informaram que esses agricultores assalariados, apesar de uma insistente luta sindical, se recusavam a buscar direitos trabalhistas.

1.2 Os perigos da “persuasão clandestina” e a reorientação do tema

Muito embora eu estivesse tentada a aprofundar a investigação sobre esse grupo de assalariados rurais – invisíveis aos olhos dos projetos do governo – e cujos primeiros dados apontavam para questões palpitantes¹⁸, depoimentos que evidenciavam o desinteresse dos próprios trabalhadores, por questões ligadas a estabilidade no emprego, desvaneceu-me. Além

¹⁷ Não se trata aqui do local de nascimento. A identificação da origem se fez por associação ao pertencimento àquele sindicato na condição de moradores, filhos de pequenos proprietários, arrendatários ou vaqueiros, antes do funcionamento do perímetro irrigado.

¹⁸ Refiro-me aos estudos sobre as condições de trabalho, que consolida um campo preciso para a sociologia do trabalho, rompendo com a sociologia industrial de anos precedentes, por prestigiar as situações reais de trabalho.

das informações obsequiadas pelo Sindicato, Capitiú, um jovem rapaz que, na condição de diarista, fazia pulverização em um plantio de bananas foi enfático ao dizer que

[...] num interessa pra nós sair daqui, não temos esperança nos empregos da cidade grande [...] por isso a gente vai ficando por aqui mesmo, mas é difícil encontrar um que ande procurando negócio de direito de trabalho[...] não é carteira assinada que ninguém por aqui quer [...] todo mundo sonha de pegar uma garapinha e comprar uma terra barata [...] pois a terra sim é que pode garantir os direitos.

Capitiú, vale salientar, é filho de um dos muitos arrendatários das terras que foram desapropriadas para implantação da área irrigada. Ali nascera e vivera até então. A condição de expropriação da morada e dos meios de produção experimentada por sua família e o conteúdo de seu depoimento fizeram lembrar a saga dos lavradores norte-americanos, descrita por John Steinbeck em “As vinhas da ira”, que retrata um processo de expropriação da terra dos agricultores para implantação de um moderno projeto agrícola. No trecho do diálogo em que os lavradores, ameaçados de expulsão imediata, perfilam-se encolerizados ele retrata com extrema lucidez esse sentimento de pertença:

[...] Mas esta terra é nossa. Nós a cultivamos, fizemos ela produzir. Nascemos aqui e queremos morrer aqui. [...] Ela é nossa, ouviu? É isso que faz que a terra seja nossa: a gente nasce nela, trabalha nela, morre nela. É isto que dá direito de propriedade, e não simples papéis, cheios de números” (STEINBECK, 1982, p.44).

A subordinação ao domínio territorial, que historicamente amarrou os trabalhadores assalariados, os pequenos produtores, arrendatários, índios e posseiros, edificando uma estrutura de poder alimentada por relações de dominação, sem dúvida fez com que estes sujeitos sociais vislumbrassem o acesso à terra como um caminho de liberdade e de luta, como bem o exprime Martins (1988):

A compreensão sociológica das lutas populares no campo, o desvendamento do seu sentido histórico, seu alcance e seus limites, passa, pois, necessariamente, por esse eixo estrutural da questão que é a propriedade da terra; o direito que a sustenta e o uso que dela se faz. É particularmente essencial compreender que a forma assumida pela propriedade territorial “amarra” relações sociais, organiza relações de classes, sustenta relações econômicas e relações políticas [...] A propriedade territorial constitui mediação essencial da organização política brasileira (IB.ID., 1988, p.66 – 67).

As pistas apresentadas nos depoimentos, insinuando certo desinteresse dos assalariados da agricultura irrigada por questões trabalhistas de um lado, e de outro, por leituras, como as do romance Steinbeck (1982), reveladoras de que determinados “costumes”

nas sociedades tradicionais guardam um entendimento comum que podem ter força de lei¹⁹, foram elementos cruciais para juntarem-se às minhas experiências e preferências na delimitação do campo de estudo.

Note-se que em outras referências empíricas, a exemplo do estudo de Mota (2004)²⁰, o desinteresse dos assalariados temporários por qualquer ação do Ministério do Trabalho foi também registrado. Merece destacar, ainda, estudos como os de Martins (1988), que relata a divisão dos movimentos sociais no campo, pela separação da questão trabalhista da questão agrária, em 1963, motivada pelo Estatuto do Trabalhador Rural, que estendeu os direitos trabalhistas ao campo, enfraquecendo as lutas pela reforma agrária.

Dez anos mais tarde, José de Souza Martins novamente chama atenção para o deslocamento do potencial de transformação social e até político da questão agrária, em virtude do surgimento de um novo corpo de “problemas sociais” – cujo eixo central é a sustentabilidade ambiental – que limita a reforma a um “conteúdo novo, relativo a uma agricultura, de alimentos saudáveis e matérias-primas, que não agridam o meio ambiente”.

Valendo-se da autocrítica feita por um dos dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), na data em que esse movimento completou 25 anos, Martins²¹ apontou alguns dilemas dessa organização política, pois se de um lado, Gilmar Mauro reconheceu que o MST não conseguiu uma reforma agrária no Brasil, embora tenha contribuído para o assentamento de muitas famílias de trabalhadores rurais, de outro revela um posicionamento que traduz o quanto a terra perdeu a precedência para o mercado, pois

O sujeito social da reforma, que é a chamada agricultura familiar, tem um potencial que para Gilmar Mauro ainda se limita à agricultura ecológica e sadia. Deixa ele de lado o potencial socialmente transformador do saber tradicional e do familismo rural quando inseridos nas imensas possibilidades da economia e da sociedade modernas, como contraponto às suas insuficiências e irracionalidades, como é o caso da fome”(MARTINS, 2008)²².

¹⁹ Essa ideia é muito bem formulada por Thompson em sua monumental obra “Costumes em Comum”. Retenha-se que ao usar o termo “costumes” valho-me da ressalva feita pelo autor, ou seja, “no sentido intenso do costume no singular (...) o costume não como posterior a algo, mas como *sui generis*: ambiência, *mentalité*, um vocabulário completo de discurso, de legitimação e de expectativa” (THOMPSON, 2008, p. 14).

²⁰ Em pesquisa que estudava o trabalho assalariado no perímetro irrigado do Platô de Neópolis-SE, a autora faz referência ao fato de alguns trabalhadores mergulharem nos canais de irrigação, quando anunciada a presença de um fiscal do Ministério do Trabalho.

²¹ O breve, mas profundo conteúdo do artigo de Martins publicado no jornal “O Estado de S.Paulo”, em 17.05.2008, evidencia também um bifrontismo, porque a reforma agrária do MST é antagônica ao historicamente próprio da reforma agrária: a supressão ou atenuação da renda territorial, o preço da terra, como tributo que condiciona seu uso, para viabilizar a expansão capitalista na agricultura.

²² Mística e contradições do MST, publicado no Jornal o Estado de São Paulo, em 24 de janeiro de 2008.

Estabelecer um confronto entre o valor que tem a terra para o familismo rural e o esvaziamento do seu poder de transformação social e política, consubstanciado na Reforma Agrária, em decorrência da penetração de “questões sociais” que entram de contrabando na sociologia, a exemplo das questões trabalhistas, nos anos de 1960 (Martins, 1988, 2008) e, mais recentemente da onda verde, condicionando o acesso à terra a um tipo de exploração agrícola alinhada às novas exigências de mercado, foi um ingrediente fundamental para ver na prática, como nos foi advertido por Bourdieu (1989, pp. 35-56), o quanto o campo das ciências sociais é suscetível “à persuasão clandestina que a cada momento sobre ele se exerce, quando lê o jornal, ou quando vê televisão, ou quando lê os trabalhos de seus colegas”.

Delinquência, pobreza, juventude, dentre outros, são exemplos de “problemas sociais” que se transformam em objetos reconhecidos pela ciência oficial por meio de todas as formas de “procura burocrática” (grifos do autor) (concursos públicos, programas de estudo, de financiamento, etc.) e que, como poderia testemunhar uma análise das marcantes divisões da sociologia, ao longo do tempo – referenciada nos títulos de renomadas revistas ou de grupos de trabalhos nos Congressos – “variam ao sabor da consciência social do momento” (IB.ID., 1989, pp. 35-36).

Cotejar depoimentos dos agricultores e as questões levantadas por José de Sousa Martins às advertências de Bourdieu acerca dos riscos de persuasão contidos nos objetos de pesquisa, por influência de mediações que o mundo social constrói para sua própria representação, constituiu-se um exercício de muita reflexão, seguido de maiores dúvidas.

Não seria descabido mencionar o quanto a memória estava povoada dos problemas sobre o mundo do trabalho. Agrupando questões associadas à flexibilização, precariedade, terceirização, etc, o mundo do trabalho, na virada do século, tem constado como grande tema de congressos, livros, revistas, bem como linha de pesquisa expoente dos cursos de pós-graduação. Embora não se tenha a pretensão de discutir o estatuto de cientificidade da temática em discussão, Bourdieu (1989) traz, com sua sociologia reflexiva, a elementar lição de que nesse sentido “Estar alerta é já importante, mas não basta”.

E, de fato, não bastou. Seguindo percurso sugerido por Bourdieu (1989), a leitura do trabalho empírico realizado, em 1892, por Max Weber sobre a “Situação dos trabalhadores rurais da Alemanha nas províncias do Além-Elba”, constituiu-se um reforço relevante para a importância de um mergulho na história social dos trabalhadores rurais. Devotando extremado zelo pela fidelidade dos dados e rigor do estudo, logo na introdução, Weber anuncia que reproduziu o quão fiel pôde “apenas os traços típicos e reiterativos da situação dos trabalhadores rurais” que estavam nos relatórios da pesquisa. Sem esconder o temor da

natureza relativa e subjetiva dos dados, o autor afirmou que o quadro fornecido pelos relatórios, não seria inútil tanto do ponto de vista científico, como do ponto de vista prático, mas que poderia frustrar as expectativas “daqueles que estão acostumados a julgar as relações agrárias segundo os moldes emprestados à situação do operariado industrial” (WEBER, 1982, p.18).

A especificidade dos trabalhadores rurais, por vezes explicitada, mas que é subjacente a todo o percurso analítico de Weber, sobressaiu-se como ensinamento a ser seguido pelos que se desafiam a compreender aspectos relevantes da história social dessa categoria. Em assim sendo, não causa estranheza atentar para o mérito de que se recuse a tomar de empréstimo as questões dos trabalhadores urbanos em empreendimentos científicos que afluem-se para análises e interpretações de trabalhadores rurais.

Esse risco pareceu camuflado no objeto que se estava formulando, tendo por sujeitos sociais os trabalhadores rurais assalariados, em regime temporário do Baixo Acaraú. A “flexibilização” e a “precariedade” do trabalho se impunham, por assim dizer, como categorias de análise. Peças que se engendram para formulação da “questão social”²³ contemporânea, a flexibilização e a precariedade, utilizadas como categorias analíticas para exame da situação dos trabalhadores rurais do Nordeste, ensejavam a possibilidade de mais um desses *problemas* que podem entrar de contrabando – no caso em apreço – na sociologia rural, especialmente quando se recupera de sua história social, a constante precariedade vivenciada pelos trabalhadores rurais do Nordeste.

É indispensável o reconhecimento das mudanças operadas nos espaços rurais brasileiros, após o processo de modernização da agricultura. Fundada em um padrão de agricultura intensiva de capital, conseqüentemente, redutora do uso de terra e de mão-de-obra, era inevitável que seus resultados provocassem impactos nas relações sociais e de trabalho. Kageyama (1986); Wilkinson (1986) e Silva (2003) são autores que associam o avanço da proletarização e assalariamento rural ao modelo de modernização capitalista, implantado, a partir de meados da década de sessenta.

De igual forma, é importante fazer registro do quanto foi enrobustecida a fila dos assalariados rurais no Nordeste, com a política de expansão de setores produtivos como a agricultura irrigada, as indústrias têxteis e de calçados. Tais indústrias, como analisado por Abramovay (2002), requisitam rapidez na incorporação de mudanças técnicas, formando as

²³“A questão social pode ser caracterizada por uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade.” (CASTEL, 1998, p.623).

bases de um crescimento indutor de demanda por mão-de-obra e, por aí, do aumento na cifra dos assalariados.

Entretanto, no Brasil rural, que antecede à modernização da agricultura, afora o trabalho escravo, no período colonial e uma reduzida proporção de proletários rurais encontrados em empresas capitalistas altamente especializadas, a exemplo das usinas de açúcar, “o trabalho agrícola foi, e é, essencialmente uma atividade familiar” como é informado por Durhan (1973, p. 60).

Ser familiar não exclui, contudo, a convivência com o aspecto precário do trabalho rural, pois os sujeitos que constituem as unidades de produção familiar no Nordeste têm suas vidas atravessadas pela precariedade do trabalho, com registros de uma “autonomia possível”, mas fundamentalmente subordinadas aos mandos e desmandos de patrões e a limitações de várias ordens.

A academia, tendo por temas a seca, as migrações, a problemática da questão agrária, o trabalho escravo, o assalariamento rural, dentre outros, tem sido pródiga na produção de títulos²⁴ que mostram a dimensão da precariedade do trabalho rural. São abordagens que se iniciam desde quando as populações primitivas se viram rendidas ao domínio europeu e os afagos da terra para produção de alimentos, deixou de ser uma atividade exclusiva das unidades familiares para reprodução social das famílias, para fazer surgir excedentes de alimentos destinados a uma camada que, por pressão, se instituiu como senhorial.

Não menos fértil tem sido a literatura regional. Contextualizada em cenários que desenham as reiteradas secas do semiárido brasileiro, Gracialiano Ramos, Manuel de Oliveira Paiva, Rachel de Queiroz, José Américo de Almeida, dentre outros, construíram um denso acervo literário, no qual constam ácidas críticas à precária situação dos trabalhadores rurais do Nordeste brasileiro. A expulsão sumária de um trabalhador antigo, determinada por um fazendeiro, tendo em vista a acomodação de interesses próprios, relatada por José Américo, em “A Bagaceira”, resume em aguda crítica a insegurança que vive esses trabalhadores desde o início da colonização.

²⁴Martins (1988, p.55) desenha a precariedade do trabalho dos assalariados rurais: “O trabalhador migrante temporário viabiliza, sobretudo na agricultura, uma forma paradoxal de aumento da composição orgânica do capital (...) pelo barateamento da mão-de obra, pela dimensão da superexploração e da pobreza absoluta, pela redução dos salários (...) Não são raras as situações em que o salário não é sequer suficiente para a subsistência do trabalhador enquanto trabalha no canavial, na construção ou na fábrica. Ao invés de ter o que receber passa a dever ao patrão, (...) casos de escravidão por dívida (...) tem relação direta essa forma predatória de acumulação capitalista (...) às custas da destruição física do trabalhador e da mutilação de sua escassa existência civil, como cidadão, como pessoa livre e igual”. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), em seu estudo sobre os camponeses brasileiros refere-se à “rusticidade e precariedade de vida que sempre os distinguiram”.

No diálogo em que o patrão dispensa o morador, José Américo mostra o desespero de Xiname, seu agregado, em deixar a palhoça que ajudara a levantar. A precariedade dos trabalhadores rurais é destacada no confronto entre empregado e patrão, quando Xiname em tom implorativo reclama por seus pertences – reduzidos a uma rocinha, atrás do rancho e uma rebolada de cana – e Dagoberto, patrão, indiferente nega ao trabalhador qualquer direito, assentado na convicção de que “O que está na terra é da terra”. Denunciando “a fórmula de espoliação sumaríssima” com a frase “E o caboclo saiu, levando os cacarecos num braçado e 400 anos de servilismo na massa do sangue” (grifos meus), o autor, magistralmente, resume, na narrativa, o quanto é antiga e persistente a precariedade do trabalho rural no Nordeste (ALMEIDA, 2005, p. 13).

Esses apoios teóricos além de esvaziar, por assim dizer, o sentido do tema inicialmente proposto, produziram certo dever de consciência pela compreensão de que o pesquisador não só pode ser influenciado a fazer uma falsa ciência, como poderá influenciar com a realidade que constrói falsas interpretações, bem como, encaminhamentos e soluções equivocadas.

Assim, não seria por demais lembrar os dois episódios que Martins (1998, 2008) associou à perda da centralidade da Reforma Agrária, pelos próprios movimentos sociais (MST, CONTAG, etc.) que a tinham como bandeira de luta, seduzidos que foram por bandeiras trabalhistas e pela onda verde.

Evidentemente, as referências de José de Souza Martins não são aqui apresentadas com o intuito de tomar qualquer posicionamento ideológico que seja desfavorável às leis trabalhistas ou à onda verde. Em nosso entendimento, o posicionamento do autor, não apenas no caso em apreço, mas em outros estudos, estão relacionados às suas pertinentes críticas ao conhecimento produzido pela sociologia rural, por não retratar os desejos daqueles que, de fato, demandam as políticas públicas.

O acesso à terra, não se pode esquecer, continua sendo prioridade para os sem número de “parceiros” que persistem sujeitos aos grandes proprietários nos espaços rurais. Não o fora, o MST não constaria, atualmente, como ator social de peso no cenário sócio-político brasileiro. Como tal, deveria, sem escamotear a importância da questão ambiental, não perder a centralidade que instituiu o movimento, que é exercer pressão na execução da política de Reforma Agrária.

Um desafio teórico, portanto, devolveu o estudo às trilhas que podem possibilitar compreender as discontinuidades nas estratégias ocupacionais dos agricultores familiares. Duas informações dos filhos de colonos do Projeto de Paraipaba foram decisivas para

Redirecionar o estudo: saber que o Curu Paraipaba é constituído por unidades de produção familiar e a severidade no processo de descontinuidade nas estratégias ocupacionais das novas gerações dos agricultores familiares.

1.3 Tensão em meio à travessia: “ativismo” x “reflexão teórica”.

Os caminhos de construção do tema da pesquisa *per se* insinuam o percurso metodológico a que se recorreu para compreensão do objeto. Instigantes realidades²⁵ – socialmente construídas por meio de intervenções do Estado – com as quais me deparava, ao longo de minha trajetória profissional, me impulsionavam o desejo de aprofundar uma compreensão teórica. Dessa forma, posso dizer o quão grande é o peso da experiência nas análises e compreensão do objeto, bem como, na seleção de uma literatura que me permitisse produzir uma narrativa, como sugere Martins (2001), com base na informação sociológica fundada “no conhecimento objetivo da natureza dos problemas e dificuldades, da concepção que deles tem quem por eles é vitimado”.

A articulação entre o peso da experiência e o desejo de compreensão teórica foi um fator gerador de tensões, demarcadas entre o papel militante da pesquisadora e a diligência nas reflexões teóricas sobre os caminhos da observação participante. Dilema que não era novo e que foi acentuado em favor do papel de transformador social por meio da elaboração da dissertação de mestrado, sobretudo, a partir de 1995, com a leitura de Darcy Ribeiro, em “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”, quando ao prefaciá-la anuncia:

[...] não se iluda comigo leitor. Além de antropólogo, sou homem de fé e de partido. Faço política e faço ciência movido por razões éticas e por um fundo patriotismo. Não procure aqui análises isentas. Este é um livro que quer ser participante, que aspira influir sobre as pessoas, que aspira ajudar o Brasil a encontrar-se a si mesmo (RIBEIRO, 1995, p.17).

A assumida não isenção, manifestada por um dos grandes nomes da antropologia brasileira, exerceu influência não apenas na dissertação, mas ainda, em alguns textos que escrevi sobre a trajetória das políticas de desenvolvimento científico e tecnológico para agricultura familiar, formuladas e executadas pelo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, após a criação da Embrapa. Com este objetivo, buscava identificar os atores

²⁵ Refiro-me às vivências em áreas de Reforma Agrária e projetos públicos de irrigação. Em ambas deparei-me, como acentuado por Martins (2003) com gerações vitimadas por políticas governamentais, que priorizam a inovação em si, legando aos filhos o débito social do desenraizamento e da migração para cidades ou vilas próximas das fazendas para lugares de poucas oportunidades e de nenhuma qualidade de vida.

envolvidos (*policy makers*), suas práticas discursivas, as articulações entre eles e o campo em que se movimentam, apontando as determinações socioeconômicas e políticas que estão na base da ação governamental, no âmbito da ciência agropecuária. Nesse caso específico, aspirava influenciar meus pares no campo da pesquisa agrícola.

Mais tarde, no trajeto do doutorado, as leituras de autores²⁶ – que embora, não metodólogos – se mostram diligentes com o ecletismo em meio às mudanças que decorrem da crise nas Ciências Sociais – evidenciaram a tensão entre a ânsia da denúncia, que se apóia no conhecimento interessado e a camisa de força do “conhecimento essencialmente desinteressado” proposto pelo positivismo de Comte²⁷.

Nessas breves notas, me proponho a apresentar uma recapitulação sintética das influências teóricas, que pesaram na difícil tarefa de conduzir um trajeto marcado por essa permanente tensão que, diga-se, mostrou-me um traço impresso no pensamento social brasileiro, desde que este tomou para si o desafio de institucionalizar-se com elevado rigor científico, a partir da criação da USP – melhor dizendo – a partir do momento em que um grupo “de elevada vocação científica”, dessa Universidade, como fez registro Gianotti (1998, p. 118)²⁸, promovia, entre 1958 e 1964, o seminário intitulado “O capital, para leitura de Marx”, com o objetivo explícito de compreender as estruturas do capitalismo da época.

Giannotti (1988), muito embora, enfatize que o projeto primordial do grupo era converter a universidade “numa fonte produtora de conhecimentos a serem utilizados por todos, em particular pela esquerda”, faz menção à arriscada convivência entre ciência e ideologia, perceptível, desde cedo, na obra de mestres das ciências sociais brasileiras. Nas obras de Florestan Fernandes, por exemplo, essa confusão pode ser vista “de um lado, em seus maravilhosos estudos sobre a sociedade Tupinambá e o sobre os negros no Brasil e, de outro, em suas elocubrações metodológicas, distribuindo em nichos diferentes, processos indutivos contraditórios” (IB.ID., p.116).

²⁶ Para citar alguns, destaco as leituras de BECKER, H. S. (1993) em “Métodos de pesquisa em ciências sociais”; WEBER, Max (1982) em “A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais”. ELIAS, N. (2005) em “Introdução à Sociologia”; ELIAS, N. (2001) em “Norbert Elias por ele mesmo”; CARDOSO, R. C. L. (1997) em “Aventuras de antropólogos em campo, ou como escapar das armadilhas do método”; ZALUAR, Alba (1997) em “Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas”; MARTINS, J. de S. (2000) em “A sociabilidade do homem simples”.

²⁷ Citado por BASTIDE, R. 1979.

²⁸ Na qualidade de um de seus integrantes, Gianotti, no artigo “Recepções de Marx”, reconstitui os objetivos e o contexto histórico dos seminários realizados, reunindo um grupo de intelectuais paulistas dos quais, além dele próprio, faziam parte Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, João Cruz Costa, Antonio Cândido, Fernando Novais, Paul Singer e Ruth Cardoso.

Bem a propósito, meu ponto de partida para refletir sobre o mérito do distanciamento no “fazer” das ciências sociais, deve-se às considerações de Ruth Cardoso, integrante desse grupo da USP, em ensaio no qual toma como questão central a ênfase no papel militante do pesquisador e o abandono da reflexão teórica sobre os caminhos da observação participante. A autora considera que a intensificação da participação dos investigadores tendeu a sobrepor os propósitos políticos entre pesquisador e pesquisado à forma de aproximar para conhecer, reduzindo a pesquisa à denúncia e o pesquisador à porta voz do grupo, eliminando, em decorrência, “um dos passos importantes da pesquisa participante, que é o estranhamento como forma de compreender o outro” (CARDOSO, 1997, p.100).

A volta ao trabalho de campo e ao respeito pelo dado empírico é incentivada pela autora, mas propondo como ponto de reparo:

[...] a recuperação do velho modelo de observação participante (que supunha neutralidade do pesquisador) para compreender porque, atualmente, ela se transformou em participação observante. Isto é, porque, de adjetiva, a participação passou a ser substantiva e, neste movimento, se reinventou a empatia como forma de compreender o outro, sem que Weber seja citado (IB.ID., p. 99-100).

As ponderações de Ruth Cardoso, em essência, não consignam diferenças marcantes com críticas consignadas por de José de Souza Martins. Ambos são severamente críticos à redução do marxismo a um economicismo mecânico. Cardoso (1997, p.99) afirma que essa atitude “transforma os atores sociais em objetos e o comportamento em ações automatizadas”. Assinala que os complicados mecanismos de diferenciação social e de diferenciação de possibilidades históricas requerem “uma compreensão mais abrangente e objetiva que aquela que o marxismo pode oferecer”. Nesse sentido, Martins (2000), assevera que

[...] desde muito cedo, Florestan Fernandes assinalava a diferença de recursos, de alcance e de compreensão entre a sociologia e o marxismo na explicação da realidade social. Dizia ele que a sociologia é mais completa que o marxismo. Especialmente se pensarmos na pobreza do chamado marxismo vulgar (...) um marxismo muito distante da riqueza do pensamento marxiano, mais razão temos para um grande cuidado no seu emprego” (MARTINS, 2000, p. 171).

Não me parece desinteressante destacar uma passagem em que Martins (2000) invoca Henri Lefebvre²⁹ para mostrar que “há em Marx uma sociologia em que o

²⁹Martins refere-se à “Sociologia de Marx” por ele considerado o livro fundamental de Lefebvre.

fragmentário e parcelar do que veio a ser depois a sociologia propriamente dita, é proposto como ponto de reparo e de partida na análise sociológica”. O que se deve evitar diz Martins é

[...] a rotulação, a conceituação vazia, como a de aplicar a noção de modo de produção a um grupo tribal do Centro-Oeste brasileiro, apenas contactado, somente porque o cientista social fez da dialética um motivo de fé mais do que motivo de descoberta, indagação, investigação”.(IB. ID., 2000, pp. 172-173).

No mesmo campo de debate, e demonstrando igual desvelo com as questões do método nas ciências sociais, Zaluar (1997), em ensaio sobre a teoria e prática do trabalho de campo, se alinha ao pensamento de Ruth Cardoso. Para advertir sobre os ardis da pesquisa, a autora evoca Malinowsky “na sua ainda insubstituível teoria do trabalho de campo” acentuando que a observação, tal como pensada por ele, tem sido negligenciada “para que toda atenção seja dada ao seu adjetivo feito substantivo: a participação”. Aludindo a certo esquecimento do trabalho do antropólogo, em contraste com as interpretações marxistas, a autora reforça que “de Malinowsky, um “técnico” cientificista, pouco resta no contraste com um Marx “político” que, segundo os teóricos da pesquisa participante, veria na pesquisa uma forma de intervenção na realidade” .

A tradição de criticar para proceder a pontos de reparo nos métodos das ciências sociais não é recente. À Weber, que junto a Marx e Durkheim, é referenciado como um dos pais da sociologia é atribuída a ruptura com uma visão mecanicista da sociedade presente na visão positivista, concebendo-a, em oposição, como uma realidade emaranhada de significados historicamente construídos pelos homens. Nesse aspecto, o primoroso estudo de Weber (1904) dedicado à “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais é referência quase obrigatória.

Vale a pena lembrar que Weber (1982, p.18) em sua insistente atenção para com a objetividade do conhecimento nas ciências sociais, no estudo consagrado à “Situação dos trabalhadores rurais da Alemanha nas províncias do Além-Elba”, já mencionado, fez ciente aos seus pares da autenticidade com que expôs e interpretou os dados dos relatórios de campo, mesmo consciente de que poderia decepcionar aqueles que se debruçam em questões ligadas à situação dos trabalhadores rurais, “estão propícios apenas a aceitar como dignos de crédito os dados que sirvam para paisagem tétrica, útil em sua luta econômica contra o Partido Agrário”.

A preocupação de Weber em apontar o rigor de seu trabalho não o isentou das críticas de seus próprios pares. Silva e Stolke (1982, p.8), em livro que reuniu os clássicos do debate sobre a “Questão Agrária”, cuja coletânea tem como texto inaugural a obra referenciada de Weber informam que o estudo, “embora tenha sido seguidamente

referenciado nas obras de Kautsky (talvez o seu “defeito” na opinião dos “weberianos”, seja o de ser uma “abordagem marxista” do “jovem Weber”).

A perspectiva de Elias (2001), neste trabalho específico, é diferente. Para ele, na obra dedicada aos operários das regiões do rio Elba, Max Weber fez um trabalho empírico no qual deu provas de um olhar de implacável lucidez, em relação aos problemas de poder. Aliás, admite Elias (p.149) não apenas Weber, mas também Marx, em certas teorias, deram provas “de grande distanciamento”, mas nenhum dos dois “faz aflorar à consciência o procedimento do autodistanciamento como tal”. Em resumo, ele sentencia:

Enquanto não se puder recorrer ao procedimento do autodistanciamento, enquanto não se for capaz de dominá-lo pelo pensamento, será difícil, para resumir, fazer navegar o navio da sociologia, assim como o das ciências humanas em geral (ELIAS, 2001, p.54).

Mas, tal era a acuidade de Elias para a prática do estranhamento que, em certa passagem – sem querer “expressar qualquer dúvida quanto à integridade intelectual de Max Weber³⁰” – ele mostrou que por meio de uma leitura minuciosa e unicamente no âmbito de um estudo aprofundado, poder-se-ia trazer à tona provas de engajamento ideológico na tese em que Weber se opõe à concepção marxista da história, isto é, na “tese segundo a qual a religião, enquanto tal, poderia dar impulso ao desenvolvimento econômico, e não apenas a economia à religião³¹”(ELIAS, 2001, pp. 109-110).

Para Elias (2001), “o que em Weber, como em outros, desempenha um papel fatal na elaboração de uma teoria sociológica é a sua opção fundamentalmente liberal que o obrigava a ver a sociedade a partir do indivíduo”. Mesmo assim, não se pode esquecer que Weber considerava “política” e “ciência” como duas vocações distintas e que à última dedicou-se com preferência e intensidade.

Não sem razão, a trajetória de estudo se entremeia nesse debate, o que não seria, por assim dizer, um exagero, ou despropósito, tendo em vista que um texto científico sobre a sociedade confere existência ao objeto. Como um tipo de consciência reflexiva da sociedade Giddens (1991) considera que as ciências sociais constroem, com seus artefatos, interpretações que mudam o objeto a partir do momento que se propõe a decifrá-lo. Nessa

³⁰ Para Elias (2001, p.155), “O que em Weber, como em outros, desempenha um papel fatal na elaboração de uma teoria sociológica é a sua opção fundamentalmente liberal que o obrigava a ver a sociedade a partir do indivíduo”.

³¹“A ética protestante e o espírito do capitalismo” é a obra referida. Elias enxergou certo engajamento, mesmo considerando que a exposição de Max Weber era a tal ponto ponderada e isenta de qualquer sinal de julgamento que a eficácia popular desse texto, enquanto antítese burguesa da concepção marxista da história, não se enfraquecera em nada.

perspectiva, o objeto de estudo não é externo ao pesquisador, pois pensar, sentir, atuar e formular interpretações sobre o mundo social, na percepção de Geertz (1989), é um processo que ocorre nos horizontes culturais, desse mesmo mundo, em que se está mergulhado. Não surpreende, portanto, que Elias (2001), considere a isenção de engajamento no trabalho científico um “problema da sociologia moderna” e que tenha consagrado um interesse quase constante “à questão do engajamento e do distanciamento”.

A esse respeito, a leitura dos autores referenciados, especialmente a influência da leitura elisiana³², operou uma mudança de atitude em relação às diligências obrigatórias para com meu olhar e interpretações. Assim, se de um lado, a leitura de Zaluar, quando alude ao trabalho de Malinowsky, recuperou da memória o efeito sedutor de seu trabalho etnográfico em “Os argonautas do Pacífico”, acelerando o desejo da aproximação com os “nativos” e de materializar os diários de campo, os relatórios de pesquisa, de encontrar os informantes, de outro, a leitura de Elias colocou o objetivo da descoberta em seu sentido *stricto sensu* o “de descobrir (algo), retirando-lhe a proteção, a cobertura, a capa ou invólucro que cobre, esconde”³³.

Tendo iniciado a árdua tarefa desse estudo, intuída muito mais “de expectativas de salvação e de estigmatizações”, pode ser que todo esse esforço reflexivo não tenha sido suficiente para eliminar, na prática, a tensão entre “engajamento” e “distanciamento”, mas, certamente, neutralizá-la, ou minimizá-la, transformou-se num objetivo constante³⁴.

Ao me aproximar de fatos concretos, pressupostos firmes tiveram abalados os seus alicerces³⁵. Difícil dizer o que mais pesou para ruptura de alguns: se as leituras ou se os relatórios de campo. Presa conceitualmente à “perspectiva integrativa” de Antonio Cândido em “Os Parceiros do Rio Bonito”, diria que o concreto e o teórico (o primeiro com maior peso) certamente se mesclaram. Uma perspectiva que contribuiu para que, além da materialidade dos fatores de produção das unidades agrícolas, pudesse enxergar – lembrando a “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais (Weber, 1982, p.90) – “a peculiaridade

³² Especialmente quando ele afirma ser preciso erguer o véu que oculta os conceitos (ELIAS, 2001, p.46).

³³ Tomo de empréstimo um dos significados de descoberta cedido pelo Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2007.

³⁴ Tal objetivo é digno de nota, se por um lado, é orientador do rigor e da ética no trabalho científico, de outro não nos deixa esquecer que empenhar-se para melhorar as condições de vida não é apenas um dever de cidadania, como lembrado por Antônio Cândido, mas um encargo inescapável do próprio método sociológico, pois no legítimo estudioso das sociedades modernas repousa latente um “reformador social”.

³⁵ Apesar de crer no postulado de que cultura do tipo camponesa para serem entendidas é necessário que se ultrapasse os aspectos materiais, a experiência me fazia supor que dispondo de terra e água a relação trabalho x família se realizaria satisfatoriamente.

decisiva do método nas ciências da cultura, ou seja, nas disciplinas que aspiram conhecer os fenômenos da vida segundo a sua *significação cultural*” (Grifos do autor).

A intensa presença no cotidiano do projeto (o concreto) permitiu desanuviar premissas arraigadas, clareando aspectos relevantes da cultura local, que só poderiam ser vislumbrados por meio da ação dos sujeitos. A esse respeito não seria por demais convocar um aconselhamento de Zaluar (1997), de que não se deve restringir a pesquisa ao diálogo entre o antropólogo e o nativo. Para entender a cultura do ponto de vista do sujeito que fala, atua e pensa, além da representação, o pesquisador deve se valer da ação, “esta também transformadora e reprodutora da ação a um só tempo”. Bem a propósito, ela enfatiza:

Um nativo também dialoga com outro nativo e é na interação entre eles que o antropólogo pode observar a eficácia de certas ideias, a recorrência de padrões ou mapas para a ação, bem como o processo mesmo de contínua transformação da cultura. É esta fala na ação que lhe permite captar o rotineiro, o decisivo e o conflitivo, o que tem forma e o que não tem, o oficial e o espontâneo, o público e o privado (ZALUAR, 1997, p. 123).

Dessa perspectiva, e tendo em vista o tema e os objetivos da pesquisa, posso dizer que o caminho de recusa aos apriorismos do método trilhado por Antônio Cândido para apreender permanências e discontinuidades nas tradições culturais dos “parceiros de Bofete” foi, embora pareça contraditório, uma diretiva na imbricada tarefa de desvendar o que a realidade não pode obsequiar, sem o esforço e a criatividade do pesquisador, ou – para recuperar o sentido proposto por Wright Mills (1982) – sem o uso da “imaginação sociológica”.

A “imaginação” que, como pensada por Mills (1982), fertiliza no pesquisador a capacidade de passar de uma perspectiva a outra – da política para a psicológica; do exame de uma única família para a análise comparativa dos orçamentos nacionais do mundo, etc.

Ressalto ainda, os estudos de Cândido (1994), que logrou tão bem a façanha de transitar entre corpos teóricos diversos, na medida em que seu problema de pesquisa requeria. O autor mostrou-se, assim, um mestre na capacidade de relacionar os acontecimentos íntimos do ser humano, em seu cotidiano, às transformações mais impessoais e remotas.

No Brasil, em “Os parceiros”, Cândido (1994) foi precursor³⁶ no uso de um método que “religou saberes” da sociologia, da antropologia e da história para construir a

³⁶Eunice Durham mais de trinta anos decorridos da 1ª edição de *Parceiros do Rio Bonito*, em 1964, torna patente o quanto foi inovador o uso da antropologia no trabalho de Cândido. Em 1997, a autora fez notar: “Esse sucesso da antropologia, um pouco surpreendente para aqueles que estavam acostumados a lidar com uma ciência considerada menor ou marginal, reflete-se igualmente, no decidido aumento do seu prestígio, no conjunto das ciências sociais” (DURHAM, 1997, p.17).

etnografia de um agrupamento rural de São Paulo (os parceiros do município de Bofete), tendo como pano de fundo o processo mais amplo de modernização brasileira, cujos traços mais visíveis eram a industrialização e a formação da sociedade de classes.

Antônio Cândido, pode-se dizer, formou uma geração de seguidores que se debruçaram em estudos sobre o mundo “caipira”, pois como apropriadamente conceituado por Calvino (1994, p.14) “Um clássico é um livro que vem antes de outros clássicos; mas quem leu antes os outros e depois lê aquele, reconhece logo seu lugar na genealogia. Jackson (2002) tornou patente que, ao apresentar um novo estilo de fazer sociologia, Cândido transformou seu estudo num clássico, forjando uma geração de talentosos pesquisadores, entre os quais constituem-se emblemas: Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maria Sylvia Carvalho Franco, José César Gnaccarini e José de Souza Martins. Em síntese, uma geração que se debruçou em estudos sobre o mundo “caipira”.

Muito conseqüente, portanto, que o método por ele inaugurado continue sendo referência para estudos, cuja compreensão do objeto requeira entendimentos sobre a cultura rústica de “sociedades caipiras”. É evidente, como afirma o próprio Cândido, que se de um lado, o método tem a desvantagem de o seu emprego inveterado limitar-se à área de influência histórica de São Paulo, de outro, apresenta a vantagem de não ser ambíguo, “exprimindo, desde sempre, um modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial”.

A importância de sua apreensão conceitual torna-se avultada quando o estudo se volta para a compreensão e a explicação de rupturas e continuidades de culturas tradicionais rurais³⁷ expostas a intensos processos de modernização, como é o caso dos colonos do Projeto Curu Paraipaba, objeto desse estudo.

Destarte, privilegiei o uso de uma abordagem qualitativa, por meio da qual conteúdos subjacentes às mudanças nas estratégias ocupacionais dos agricultores familiares puderam ser analisados como parte de um processo social que se realiza na esfera local, mas inserido no quadro mais amplo da reestruturação produtiva. Essa perspectiva permite olhar a realidade como um processo em construção e permeável às ações dos diferentes sujeitos, porquanto viabiliza a flexibilização dos recursos metodológicos e das referências teóricas no transcorrer mesmo da pesquisa, além da consideração das representações que as pessoas têm sobre esses processos.

³⁷É válido dizer que o termo rústico é usado “não como equivalente de rural (...) embora o englobe”, já que rural exprime, sobretudo, localização e o que ele quer é exprimir um tipo social, cultural, indicando o que é no Brasil o universo das culturas tradicionais do homem do campo (CÂNDIDO, 1982, pp. 21-22).

A este propósito, convém registrar, além das referências conceituais já mencionadas, a influência da teoria das relações entre grupos estabelecidos e grupos *outsiders* (Elias, 2000, 2001) em um redirecionamento no decurso da pesquisa. Destaco essa alteração, a partir de depoimentos de colonos da segunda geração do Projeto que atribuíam com regularidade, digna de nota, o abandono à lide da agricultura ao desprestígio da profissão. A representação do labor agrícola retratada por um significativo número de colonos como uma profissão depreciável, insinuando a possibilidade de assimilação de uma imagem desabonadora de si próprios construída ao longo de suas relações sociais com os “estabelecidos”³⁸, tornou meritória a apreciação do peso do fenômeno como uma das variáveis indutoras do processo de descontinuidade da nova geração do Projeto como agricultores familiares.

Essa percepção reclamou do estudo o exame mais detalhado de referências conceituais, acerca de processos de “institucionalização” e “socialização”, evidenciando a pertinência de recorrência à perspectiva teórica de Berger & Luckmann (1985), para elucidar o quanto esses dois processos sociais se complementam e se conjugam – ambos com grande relevância – para uma compreensão de como o sentido percebido se forma nos sujeitos sociais.

O processo de institucionalização, na perspectiva de Berger e Luckmann (1985), decorre da interação entre dois indivíduos quaisquer, por meio da produção de tipificações recíprocas que, ao serem incorporadas por novos indivíduos, consolidam uma *exteriorização* dessas tipificações, antes limitadas às interações de apenas dois indivíduos. Ao lograr o caráter de historicidade, aduz à segunda etapa do processo de institucionalização – a *objetividade* – significando, a partir de então, que as instituições cristalizadas adquirem como que um caráter de existência, que está por cima e além dos indivíduos. O passo final do processo de institucionalização, diz respeito à *interiorização*, etapa em que ocorre a transmissão do mundo social, objetivado para novas gerações (socialização), ao mesmo tempo em que exige legitimação.

O processo por meio do qual o indivíduo aprende a ser um membro da sociedade é designado (BERGER & BERGER, 1975) pelo nome de *socialização*³⁹. Conceito que – por muito tempo preso a uma perspectiva que atribuíam quase exclusivamente a família e a

³⁸Os grandes fazendeiros, comerciantes e, ainda, agrônomos, veterinários e outros agentes de mudança social no campo são percebidos como estabelecidos.

³⁹Um aprofundamento sobre o tema é tratado por Berger & Berger em “Socialização: como ser membro de uma sociedade”. In: FORACCHI, M. M & MARTINS, J. S. de. Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia. 15ª Ed. Rio de Janeiro, LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora, 1977.

escola como instâncias socializadoras – traduzia a ideia de que tão logo as duas instituições concluíssem seus papéis na formação do indivíduo, ele estaria pronto.

Na década de 1960, a obra de Berger & Luckmann (1985) em “A construção social da realidade” estabeleceu uma distinção conceitual no processo de socialização, distinguindo-o em socialização primária e socialização secundária. A primeira, define-se pela imersão da criança em um mundo social no qual vive, mas não como um universo possível entre todos, como o único mundo existente e concebível. Um conhecimento de base que serve de referência, para que ela consiga objetivar o mundo exterior, ordená-lo por intermédio da linguagem, bem como refletir e projetar ações passadas e futuras. É a incorporação desse saber de base de aprendizagem primária da linguagem – oral e escrita – que constitui o processo fundamental da socialização primária, pois assegura a posse subjetiva de um “eu” e de um mundo exterior (BERGER & LUCKMANN, 1985, pp. 173-190).

Para esses autores, os saberes básicos incorporados pelas crianças dependerão não somente das relações entre a família e o universo escolar, mas de sua própria relação com os adultos responsáveis pela socialização. De forma especial, o interesse fundamental por essa obra se explica pela agudeza dos autores na concepção de uma teoria operatória da socialização secundária, por eles definida como a "interiorização de submundos institucionais especializados" ou a "aquisição de saberes específicos e de papéis direta ou indiretamente enraizados na divisão do trabalho" (IB.ID., 1985, pp. 173-190).

A apreensão conceitual da teoria operatória formulada por Berger & Luckmann (1985) tornou-se meritória para os objetivos desta reflexão, pelo fato de que a abordagem feita pelos autores acerca do processo de construção social da realidade permite conceber a socialização a partir da perspectiva da mudança social. Enfatizando a diferenciação e o aprendizado dos saberes institucionais especializados na ocasião da socialização secundária, notadamente nas instituições escolares técnicas e profissionais, essa teoria abre a possibilidade de definir a mudança social como um processo de transformação de uma identidade adquirida na socialização primária.

Os problemas relacionados às discontinuidades dos filhos de irrigantes como agricultores familiares na área irrigada, insinuavam que a apreensão conceitual dos dois tipos de socialização – primária e secundária – trariam aportes valiosos para a compreensão do fenômeno. De um lado, as insinuações de que os pais não mais demonstravam interesse de que os filhos os sucedessem nas unidades domésticas sinalizava para um peso da socialização primária na ocorrência do fenômeno. Por outro lado, a geração dos jovens nascidos no Projeto trazia depoimentos que associavam a interferência do DNOCS à desestruturação cultural das

famílias ali assentadas, acentuando, portanto, a importância de análise da mudança social, a partir do conceito de socialização secundária.

Entre os filhos de irrigantes do projeto Curu Paraipaba é quase consensual, que “os técnicos do DNOCS quando implantaram aquele Projeto lá, nunca pensaram no futuro dos filhos dos colonos”. Queriam sim, agradar aos políticos que, por sua vez, eram correligionários do proprietário da AGROVALE, “pois plantação de cana não dá emprego. Desemprega isso sim. Nos roçados antigos, as famílias todas trabalhavam para comer. Quando chegaram no Projeto, tiveram que plantar cana pra vender”.

Assim como evidenciado por Mota (2002), no contexto de reestruturação produtiva do Platô de Neópolis, a modernização da agricultura no Vale do Curu recriou relações sociais, provocando um reordenamento temporal e espacial pelas rupturas entre produção e consumo, estação do ano e plantio, lugar de morar e de trabalhar e locais de produção e venda.

Não rara, a modernização (Martins 2002) tem representado para as populações rurais “desemprego, desenraizamento, desagregação da família e da comunidade, dor e sofrimento”. Uma história de deslocamento ou de deserção de seus locais de trabalho e morada por intromissões governamentais que devastam extensas áreas no mundo rural para nelas implantar grandes projetos de desenvolvimento, subvertendo uma coerência funcional, com suas características de identidade, construídas ao longo de uma história de sociabilidades atadas por laços de solidariedade em torno do trabalho, da agricultura e da família.

A perspectiva analítica delineia um quadro de mudanças sociais que, grosso modo, pode ser qualificado como de “desencaixe” Giddens (1991), ou seja, a passagem dos sujeitos de uma ordem social instituída por formas tradicionais de produção e autoridade em amplas áreas de pecuária extensiva e de culturas de subsistência, até os anos de 1970, e pelo reencaixe desses sujeitos em estruturas produtivas da cana-de açúcar e fruticultura irrigada, tutelado por um intervencionismo estatal.

1.4 Objetivos e hipótese

Este estudo tem por objetivo geral analisar as mudanças nas estratégias ocupacionais dos agricultores familiares do Perímetro Irrigado Curu Paraipaba-CE. Nessa perspectiva, faço um balanço aproximado da representatividade de descontinuidades nas trajetórias das novas gerações dos agricultores familiares e de novas ocupações que emergem

no “surto de desenvolvimento” a que foi submetido esse espaço rural. A análise da ruptura entre produção e consumo, se dá a partir da história de construção social da agricultura irrigada. Analiso as consequências das influências conjunturais internas e externas às unidades domésticas no sistema tradicional de posições dos membros da família na sua relação com o trabalho, evidenciando os novos arranjos familiares que se instituem, com repercussões nos papéis tradicionalmente desempenhados pelos seus diferentes membros, questionando hierarquias e funções socializadoras da família na iniciação ao trabalho. Com isso, evidencio como fatores externos que influenciam as dinâmicas internas de funcionamento das unidades familiares provocam desmontes, como mencionado por Scott (2006) por debilitar a força das relações familiares que fazem parte da reprodução social de agricultores familiares. Enfatizo o papel indutor do Estado na concepção e operacionalização de estratégias para modernizar as unidades de produção familiar, por meio de programas e projetos que têm escamoteado a importância da relação entre cultura e desenvolvimento.

Delineado esse quadro, a minha hipótese é que arregimentadas por uma nova ordem (Mota, 2004; Scott, 2006) as novas gerações dos agricultores familiares experimentam rupturas com as estratégias ocupacionais exercitadas no passado, rompendo assim, com a arraigada tradição de, sob a orientação da autoridade paterna, os filhos apropriarem-se de um saber, que os tornavam profissionais altamente qualificados para a agricultura familiar.

A hipótese é analisada criticamente, respondendo a quatro questionamentos objetivo da pesquisa:

- i) Qual o peso da irrigação na evolução das sociedades?
- ii) Qual o contexto de criação, as diretrizes e a forma de construção do Perímetro Irrigado?
- iii) Onde estão e o que fazem as novas gerações da agricultura familiar, ou seja, qual o perfil dos colonos, segundo a idade, naturalidade, tamanho da família e opção ocupacional dos membros da família?
- iv) Que condicionantes internos ou externos ao estabelecimento familiar influenciam nas decisões das novas gerações de continuar ou romper com uma trajetória que no passado os tornava agricultores familiares? Que mudanças podem estar ocorrendo nas famílias em seus tradicionais papéis de prover as novas gerações, desde a infância e ao longo da vida, de um saber que as qualificava para o trabalho na unidade familiar agrícola?
- v) O que persiste e o que se revela como descontinuidade no processo de aprendizado e de sucessão profissional dessas unidades de produção familiar?

1.5 Plano e técnicas de pesquisa

O maior desafio que enfrentei foi o da viabilidade de construir as categorias de análise, a partir da vivência dos pequenos eventos da vida cotidiana individual e coletiva, assim como do contexto social, que tem realidade na configuração de situações locais de trabalho em resposta às condições externas. Para superar o desafio, mediações teóricas e metodológicas foram adotadas com base na premissa de que a ação individual e a estrutura são elementos indissociáveis para interpretação dos fenômenos sociais.

As nuances do tema, a parcimônia de informações qualitativas acerca da vida dos “colonos” antes e depois do “projeto” e as influências teóricas confluíram para que os métodos utilizados na pesquisa de campo tivessem como característica marcante a diversidade de procedimentos elementar para compreensão (Weber, 1982) de processos da experiência humana que são vivos, portanto, mutáveis e que requerem interpretações para que deles se extraia o seu sentido.

Assim, por meio de histórias singulares, busquei apreender como os processos de “desencaixe” e “reencaixe”⁴⁰ repercutiram nas relações entre trabalho e família e suas respectivas influências nas estratégias ocupacionais das novas gerações dos agricultores familiares do Projeto. Para tanto, privilegiei instrumentos para gerar dados quantitativos, sequenciados a partir de 2007, e qualitativos, evidenciando narrativas pessoais e depoimentos de acontecimentos alusivos ao presente e ao passado, recorte que priorizei nesse estudo.

Ao longo desses três anos, recorri a técnicas de pesquisa como questionários, entrevistas e, sobretudo, observação participante por meio da minha vivência no cotidiano das famílias de colonos, participando dos mais diversos eventos transcorridos nos vários setores do Projeto.

Se é verdade que observações anteriores tendiam interpretar o abandono ao trabalho agrícola tão somente como estratégia de sobrevivência dos agricultores familiares, decorrente da escassez de fatores de produção, é verdade, também, que a chegada no Projeto mostrou que a posse da terra, os subsídios governamentais e a oferta constante de água para os plantios não eram, em si, suficientes para assegurar a continuidade das novas gerações como agricultores familiares.

⁴⁰As categorias propostas por Giddens (1991) mostram-se exemplares para explicar o processo de deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação em meio à tradicionalidade da agricultura itinerante e sua reestruturação em espaços modernizados da agricultura irrigada, provocando alterações nas qualidades objetivas do espaço e do tempo.

Além disso, a descontinuidade não era um fenômeno único. Os primeiros resultados indicavam que a diversidade de arranjos, configurando ora continuidades, ora descontinuidades, insinuava que um dos efeitos da transportação das unidades familiares para o espaço modernizado do Projeto foi uma ruptura com certo padrão de homogeneidade, (Cândido, 1982) característico das culturas tradicionais.

Mais meritória para análise foi a percepção de que além das falhas atribuídas à intervenção do Estado, muitas famílias trazem consigo experiências vividas, um tipo de memória compartilhada, por assim dizer, que é por demais depreciativa, acerca do trabalho agrícola, da vida de agricultor. A recusa à vida de agricultor, demonstrada pelo Pé-de-Açucena, um dirigente da Associação dos Irrigantes, ao afirmar que “a agricultura é última profissão do mundo, que ficou para quem nada estudou, ou nem um outro ofício aprendeu”, ilustra a experiência negativa que muitas famílias têm da vida mesmo de agricultor. Essas anotações ensejaram a necessidade de observar o peso dessas experiências nos processos socializantes das gerações atuais.

A realidade que em sua multiplicidade de movimentos não se rende aos apriorismos dos métodos não me deixava esquecer o que Becker (1993) anuncia logo no início de seu livro, de que “a metodologia é importante demais para ser deixada aos metodólogos”. Não posso deixar de assinalar, portanto, que na medida em que ganhava mais experiência de campo, mais pungente era a necessidade de me desprender dos métodos e das técnicas previstas ou, no mínimo, acrescentar alguns procedimentos orientados por minha intuição.

Ao perceber, por exemplo, o quanto os colonos e seus familiares eram mais espontâneos sem o constrangimento de uma entrevista direta, comecei a aceitar os convites para almoço nas casas dos colonos. Nos ditos e contraditos dos “almoços em família” – sem descartar o valor das entrevistas individuais, sobretudo, as dirigidas para recuperar a história do Projeto – anotei o quanto aspectos relevantes da realidade que queria compreender eram bem mais claramente desvendados na “ação” dos sujeitos, ou recuperando Zaluar (1997), “na interação entre os nativos”.

Assim foram frequentes as reuniões nas casas dos colonos. Não obstante a presença do intruso gravador, o desenrolar das reuniões em famílias sempre rendiam bons frutos. Os resultados obtidos, contudo, deixavam uma lacuna no tocante à apreensão do pensamento dos jovens. A presença dos mais velhos parecia inibi-los. Para driblar essa lacuna recorri a três diferentes recursos. Entre os jovens com idades de 18 a 25 anos recorri a técnica de entrevistas por meio de grupo focal. Aproveitei a presença de filhos e genros de colonos

que participavam de um processo seletivo para concorrer a vaga de emprego em uma fábrica de coco. No total, realizamos 46 entrevistas e participamos de quatro assembleias de colonos.

Como orientado por Minayo (2006, p. 269), a homogeneidade e o reduzido tamanho do grupo permitiam o emprego adequado desse tipo de entrevista. Os jovens com idades entre 15 a 18 anos foram ouvidos por meio de uma atividade escolar⁴¹. Entrevistamos, ainda, professoras de escolas do Projeto.

A esse ponto, creio que não seria por demais arrematar que as técnicas tradicionalmente usadas pela etnografia – observação participante, entrevistas intensivas e as análises de documentos – associadas ao longo tempo de permanência em campo, o contato com outras culturas e o uso de amplas categorias sociais, permitem caracterizar a investigação como um estudo de tipo etnográfico (ANDRÉ, 2002).

Levando em conta a pretensão de estabelecer as conexões entre o particular e o geral, diferentes escalas e métodos foram adotados, cujos objetivos e formas de procedimentos detalho a seguir.

1.5.1 O levantamento de dados secundários

O levantamento de dados secundários se deu por meio de consultas aos documentos históricos, demográficos, cartográficos, literários e estatísticos sobre a ocupação do espaço, os sujeitos sociais, os sistemas produtivos e os mercados de trabalho e de produto, antes e depois da intervenção do DNOCS. O intuito é de demarcar continuidades e descontinuidades provocadas pelas transformações de uma ordem social e pela ingerência de políticas públicas, nas estratégias ocupacionais os agricultores familiares e também de suas consequências nas trajetórias individuais e coletivas, expressas pelos relatos contados acerca das pessoas e do lugar, antes e depois do Projeto.

O perfil dos colonos delineado em duas pesquisas feitas pela Associação do Distrito de Irrigação Curu Paraipaba (ADICP) foi de grande valia na delimitação da temática. Mais importante ainda, foram os estudos de Mônica Martins, que, conforme já mencionado, apesar de tangenciar aspectos relevantes das mudanças ocorridas na vida dos agricultores familiares do Projeto não continha informações mais detalhadas – até mesmo porque não era

⁴¹Formulei, com as colaborações da gerente da ADICP (Virzângela) e da professora de história do colégio Argeu Romero (Cássia), um questionário com questões abertas e fechadas que foi aplicado pela própria professora como uma atividade da disciplina de História.

esse seu objeto – acerca dos impactos da intervenção do Estado na relação trabalho e família e de suas repercussões nos direcionamentos profissionais das novas gerações.

1.5.2 Levantamento de informações primárias

Tendo em vista que o recorte priorizado cobre apenas a Primeira Etapa do projeto e, considerando, ainda, que o objetivo é compreender as continuidades ou descontinuidades das novas gerações como agricultores familiares, necessário se fez selecionar para o estudo, apenas os Irrigantes de Origem (I.O.).⁴² O ponto de partida para identificar essas famílias trigeracionais foi um levantamento realizado pelo DNOCS em 2005. Por esse caminho havia registro de 324 famílias (I. O.). Dadas a defasagem da informação e a intensificação das vendas de lotes nos últimos dois anos, no final de 2008, realizei um levantamento de quantas famílias entre as 324 permaneciam no Projeto. Essa última sondagem mostrou a permanência de 297 famílias (I. O.). Ressalte-se que 26 famílias entre as 297 registradas já tinham vendido os lotes de produção, permanecendo apenas com os quintais residenciais de 0,5 ha.

Com todas as 297 famílias (I.O.) apliquei um questionário para traçar o perfil familiar (idade dos colonos, dos familiares, número de pessoas agregadas); o perfil ocupacional da família (tipos de ocupação e quantidades); uso de mão-de-obra nos lotes (familiar e contratada); perfil produtivo (área plantada, culturas e produção); estrutura de renda familiar (agricultura, comércio, salários e ingressos via políticas sociais); e de sociabilidade (na vizinhança, no trabalho, na religião, nas associações e cooperativas e sindicatos).

Um segundo questionário, muito breve, foi aplicado logo em seguida com as mesmas famílias. O objetivo dessa ausculta geral era saber a idade, origem e principal atividade dos colonos. A quantidade e idade dos filhos dos colonos bem como a identificação do número de filhos que trabalha na agricultura constituíam-se o principal objetivo da pesquisa. Apesar da relevância dos dados obtidos, até aí a investigação, enraizada num universo caótico, demandava, como recomenda a sociologia “da forma” de Simmel⁴³, a ajuda de sistemas de categorias ou de modelos para organizar o real, de modo a fazer falar os fatos que interessam à pesquisa.

Por meio desses dados sintéticos, mas já focados no objeto, anotei que em algumas famílias todos ou muitos filhos seguiam a profissão do pai como agricultor familiar, quer em

⁴²Famílias Irrigantes de Origem (I.O.) são aquelas que estão no Projeto desde o seu início, ou seja, as famílias que chegaram no Projeto entre 1975 e início dos anos de 1980. São estas as famílias que compõem as três gerações do Projeto.

⁴³A compreensão da sociologia “formal” proposta por Simmel, deve-se ao dicionário crítico de sociologia elaborado por Boudon & Bourricaud (1993).

quer em Paraipaba, quer em outros projetos de irrigação. Outras famílias tinham de um a três e algumas não contabilizavam filhos na atividade agrícola. Já muito atenta para este resultado, destaquei de uma conversa entre familiares de um colono durante um almoço “que os filhos do “Cicrano” trabalhavam todos no projeto porque ele e a mulher eram loucos pelo trabalho na agricultura. Que os filhos do “Beltrano” estavam todos no comércio porque ele era um comerciante fino”. Que os filhos de “Fulano”, tendo herdado a preguiça do pai, “estavam encostados nos empreguinhas de prefeitura, com medo da dureza do cabo da enxada”.

A garantia para os informantes de que o estudo manteria o anonimato e sigilo do conteúdo das informações concedidas, como recomenda (Minayo, 2006), era comunicada logo no início dos colóquios, em simultaneidade com a explicitação dos objetivos da pesquisa. Por se tratar de uma sociedade de interconhecimento e subordinada a uma robusta hierarquia governamental, necessário se fez enfatizar esse aspecto. Alguns nomes que estão citados, assim o foram por já terem sido mencionados em outros estudos, alguns, inclusive, transcritos dos estudos de Mônica Martins. Assim sendo, escolhi nomes-fantasia de inspricação buscada em plantas medicinais.

Já estava rendida ao valor de conceitos como os de socialização e institucionalização para entendimento da diversidade de estratégias ocupacionais, seguidas pelas novas gerações de agricultores familiares, mas faltava ao estudo uma construção mental que permitisse interrogar e interpretar a “realidade” social. O uso de um recurso que permitisse agrupar as famílias ao redor de “tipos ideais” (WEBER, 1974). Com efeito, a luz para criação da tipologia a que se recorreu para fazer história de vida temática das famílias veio dos próprios colonos, esclarecendo, como o faz o próprio Weber, que não queremos “forçar esquematicamente a vida histórica finita e multifacetada”, mas como orientação importante para definir com mais clareza o caso empírico (ÍDEM, p. 345).

Os dados obtidos por meio do levantamento de informações primárias permitiram formar uma rica base de dados sobre o Projeto. A ausência desses dados, provavelmente não me permitiria aprofundar as muitas particularidades que ficam diluídas em meio às médias. Entretanto, os objetivos do estudo e a perspectiva interpretativa que se impunha como caminho privilegiado de investigação requeriam outras escalas e métodos. Com este intuito foi realizado um estudo de caso nos seis setores.

1.5.3 Estudo de caso

Nas abordagens retrospectivas, os colonos usualmente interpretam suas vidas no Projeto demarcadas entre o “tempo da cana” e o “tempo do coco”. Os dois termos são empregados como expressões operacionais delimitadoras de padrões de tempos sociais que se distinguem por diferentes relações de trabalho, de estruturas de dominação, de canais de comercialização, de rendas auferidas e de relações de trabalho no interior das famílias. É ainda uma expressão operacional que demarca o “tempo bom” e “o tempo ruim”. Essa delimitação apreendida no curso da investigação orientou a escolha dos grupos objeto da pesquisa, impondo ainda a necessidade de recorrência a uma divisão dos tempos no estudo de caso para compreensão do objeto, pois como bem lembrado por Becker (1993, p.119) “a meta abrangente do estudo de caso prepara o investigador para lidar com descobertas inesperadas e, de fato, exige que ele reoriente seu estudo à luz de tais desenvolvimentos”.

Foi com base nesse entendimento que o grupo de colonos estudado se restringiu aos setores da Primeira Etapa (setores, D1, D2, E, B, C1 e C2). A escolha se justifica pela influência que tem o tempo de implantação no objeto em análise. A análise se refere às discontinuidades das novas gerações como agricultores familiares. As novas gerações descendem dos colonos assentados na Primeira Etapa do Projeto, na década de 1970. A Segunda Etapa só foi liberada no final dos anos oitenta, tendo no máximo a presença de duas gerações. Concedendo possibilidades (Becker, 1993) de se “chegar a uma compreensão abrangente do grupo estudado” (seus membros, suas modalidades de atividade e interação recorrentes e estáveis, suas inter-relações), “bem como a relação do grupo com o resto do mundo”, recorri aos estudos de caso por permitirem explicar situações particulares em profundidade.

1.5.4 Histórias de vida

Considerando que cada geração é portadora de história e de representações de mundo, o estudo das famílias trigeracionais foi realizado através da história de vida com membros de cada geração de uma mesma família, buscando descrever o cotidiano, aspectos da socialização (primária e secundária) os relacionamentos e as representações que cada geração faz deles, as similaridades e diferenças que vão acontecendo com o passar do tempo.

Tendo em vista a orientação teórica de correlacionar as opções profissionais, os padrões de sucessão hereditária, a visão atribuída à profissão de agricultor e aspectos da

sociabilidade, aos processos de socialização no seio das famílias irrigantes, elegeu-se como critérios de seleção as famílias que desenhavam padrões ideais relacionados à vocação profissional. Recorrendo a esse recurso, o estudo agrupa as famílias nas seguintes categorias operatórias: famílias de agricultores; famílias de comerciantes e famílias polivalentes.

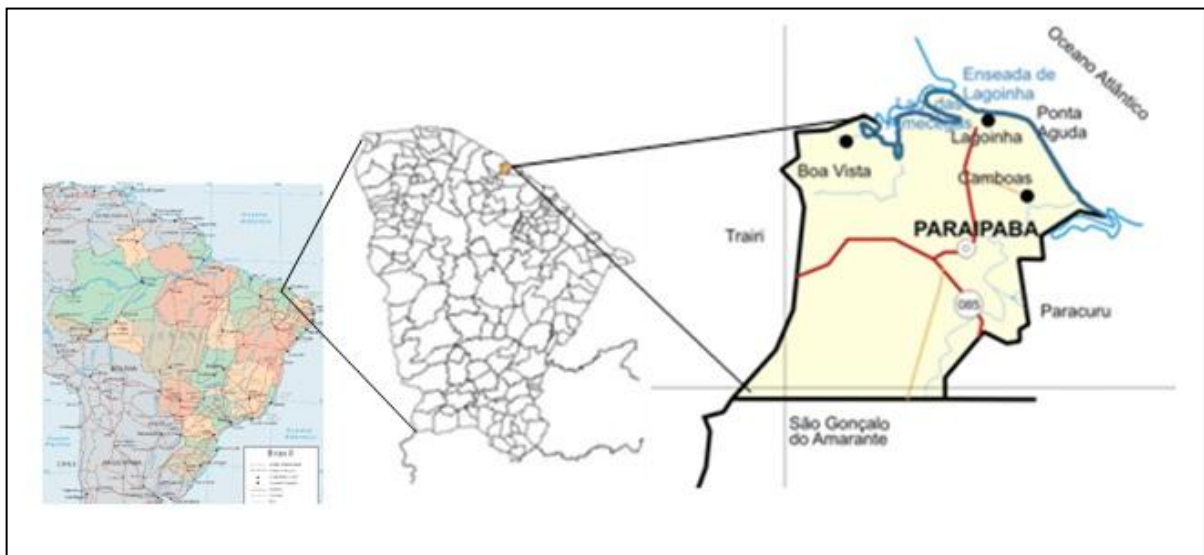
2 O CONTEXTO DA PESQUISA E A PROBLEMÁTICA LOCAL

O presente capítulo contextualiza a pesquisa em termos de localização e de aspectos sócio-ocupacionais, além de aprofundar a problemática, por meio de fontes primárias, especialmente, os nativos. Ao me colocar no papel leitor, nas muitas leituras, percebia a importância de visualização do local. Essa compreensão e respeito ao possível leitor foram a motivação maior para que eu fizesse uma reformulação.

Esclareço, todavia, que se não tivesse encontrado âncora nas ponderações de Becker (2009), sobre a validade de acrescentar às fontes das ciências sociais, romances, filmes, fotos para construção de "relatos sobre a sociedade", não teria me afoitado a lançar mão das muitas fotografias para apresentar algumas peculiaridades da área da pesquisa.

2.1 Localização e Histórico de Ocupação

Iniciada em julho de 2007 e concluída no final de 2009, a investigação se realizou na área do Projeto Irrigado Curu Paraipaba, município de Paraipaba-Ce. Situada na microrregião do Baixo Curu-Ce, a área irrigada dista 90 Km de Fortaleza, capital do Estado.



Mapa 1 – Mapa de Localização do Perímetro Irrigado Curu Paraipaba

Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas do Ceará IPECE.

O foco da análise é o projeto de irrigação e os distintos atores que ali transitam ou transitaram, enfatizando as mudanças que ocorreram no processo de reterritorialização das

famílias ali alocadas. Suas entidades associativas e religiosas, bem como a tecnoestrutura⁴⁴ que concebeu e operacionaliza a moderna área irrigada, compõem o quadro analítico.

Quando da reorientação nas políticas de irrigação para o Nordeste, no início dos anos de 1970 na Região, as áreas irrigadas foram ampliadas, constituindo os “enclaves” de modernização, em meio ao bioma caatinga. No Ceará, o Perímetro Irrigado Curu Paraipaba foi considerado Projeto Piloto dessa política.

A área desapropriada do Perímetro foi de 12.347 ha, operacionalizada em três etapas. Apenas a primeira e a segunda etapas foram implantadas, totalizando 3.859 ha, distribuídos entre 806 famílias irrigantes, cada qual detentora de um lote agrícola com tamanho médio de 3,5 ha, além de um quintal residencial, com área média de 0,5 ha.

Uma nova conjuntura política inviabilizou a conclusão da terceira etapa. Se as mudanças no cenário político, decorrentes da crise do Estado do Bem Estar Social, foram determinantes para o esvaziamento do poderio de muitas organizações governamentais, no geral, para o DNOCS esse quadro foi dramático. Nesse contexto, a entidade repassou para a ADICP a responsabilidade de operacionalização e manutenção da primeira e segunda etapas. A terceira etapa foi repassada para o INCRA com o intuito de assentar os filhos de colonos.

Entretanto, o INCRA não conseguiu, ainda, assentar as famílias dos colonos no Projeto. Atualmente, a área está ocupada por famílias de agricultores ribeirinhos, pois no geral, os filhos dos colonos resistem a se tornarem agricultores assentados na terceira etapa. Dois motivos principais parecem ter peso no processo de resistência à ocupação por parte da atual geração: de um lado, a recusa que os filhos dos colonos têm manifestado no que diz respeito ao “fazer” de uma “agricultura de inverno”⁴⁵ e, de outro, uma experiência negativa que quarenta famílias do Projeto vivenciaram com uma proposta do INCRA.

No final dos anos de 1990, o INCRA, com intenção de desenvolver a agricultura irrigada no assentamento Santa Bárbara, em Caucaia-Ce, deslocou cerca de 40 famílias do Projeto para transformarem-se em assentados da Reforma Agrária. Dessas, apenas três permaneceram no Santa Bárbara. Chega a ser consensual entre as famílias que retornaram a opinião, de que o "INCRA foi inoperante, pois não havia cumprido nada do que tinha sido negociado". Depois dessa experiência, "a impressão ruim do DNOCS, melhorou bastante, pois o INCRA consegue ser mais desorganizado".

⁴⁴ O termo tecnoestrutura, tal qual formulado por (Ianni, 1971, p. 315), exprime uma noção que “engloba os técnicos, os órgãos e os próprios meios necessários à elaboração, execução e controle de uma política econômica do governo”.

⁴⁵ O termo Agricultura de Inverno exprime a dependência das chuvas, em oposição à Agricultura Irrigada.

agregaram-se a esse Centro: a Paraipaba Agroindustrial, empresa exportadora de bebidas à base de água de coco, pertencente à iniciativa privada e a Unidade de Beneficiamento de Coco, UBC, gerenciada pela Associação dos Irrigantes (ADICP), com duas linhas de produção, a saber: o beneficiamento da casca de coco seca e o envasamento de água de coco.

Circundando esse Centro Gerencial, ficam os lotes e quintais de moradia. Seja pela paisagem dominada pela cultura do coco ou pela forma como se organizam as estruturas físicas – uma igreja da religião católica e outra da assembléia, uma praça, uma quadra de futebol, uma escola, uma sede de associação, uma casa de comércio⁴⁸, etc – os setores são muito parecidos entre si, com diferenças entre o número de famílias por setor e pelo estágio de desenvolvimento, simbolizado por um maior número de comércios, a existência de clubes, de melhores casas, etc.



Foto 1 – Organização Espacial dos Setores – Setor E

Como agrupamento, pode-se dizer que três clivagens marcam as vidas dessas famílias de colonos. A primeira – quando quase simultaneamente, trazidas para o Projeto – delimitada pela mudança do local de morada, significando alterações na “forma” e “conteúdo”⁴⁹ do espaço rural em que viviam, cuja maior expressão é significada para eles como uma mudança no “saber fazer” marcada pela ruptura entre agricultura de inverno e

Em funcionamento há mais de um ano, a UBC emprega em média, 30 pessoas do Projeto (filhos ou netos dos colonos).

⁴⁸Projetados pelo DNOCS, cabia a esses estabelecimentos, na concepção inicial, o fornecimento de gêneros aos colonos. Seus proprietários eram escolhidos pelo DNOCS. Atualmente todas estão fechadas.

⁴⁹O termo “forma” exprime a configuração física, o feito, já “conteúdo” designa uma nova “coerência funcional” (SANTOS, 2005) – implicando em novas relações de trabalho, uma outra agricultura, outros plantios, novas técnicas, outras relações com o mercado e novas identidades – marcada por uma nova relação com o tempo e o espaço.

agricultura irrigada. Nessa fase – que durou cerca de dois anos – os colonos dividiam-se entre os cultivos da cana, tomate e laranja; e lotes de pecuária para produção de leite.

A segunda clivagem ocorreu quando o empresário João Granjeiro com apoio do Instituto de Açúcar e do Alcool (IAA) expandiu a usina açucareira para produção de Alcool, consolidando um modelo triangular de relações comerciais estabelecidas entre a empresa Agrovale, os irrigantes do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba e a mediação do Estado. Gerenciado pela CIVAC, que por sua vez, era administrada pelos empregados do DNOCS, essa triangulação comercial aprisionou toda produção dos colonos aos ditames e interesses da agroindústria alcooleira.

Finalmente, a terceira clivagem ocorreu associada à transição de um governo democrático, ao enfraquecimento do PROÁLCOOL, no contexto de falência da AGROVALE⁵⁰, do endividamento da Cooperativa dos Irrigantes do Vale do Curu (CIVAC) e dos seus cooperados. O quadro de falência geral praticamente banuiu do projeto a monocultura da cana-de-açúcar. Paulatinamente, em um novo contexto, marcado pelas exigências dos consumidores por produtos saudáveis, a cultura do coco dominou a paisagem, substituindo a cana que, nos dias de hoje, representa não mais que 10% da produção total do Perímetro, como se pode ver na tabela 1.

Tabela 1. Organização da produção do Projeto em 2008

Cultura	Área Cultivada (ha)	%	Valor Produção (R\$)
Coco	2.257,32	73,0	6.094.459,80
Cana-de-açúcar	323,75	10,0	669.992,80
Feijão	132,90	4,0	74.775,00
Fruteiras*	187,83	6,0	801.255,00
Outros **	204,21	7,0	135.980,00
TOTAL	3.106,01	100	7.776.463,4

Fonte: DNOCS

*Acerola, Banana, Caju, Goiaba, Graviola, Mamão, Manga, Melancia

**Abóbora, Aipim, Batata doce, Cana-de-açúcar, Capim de corte, Feijão vigna, Mandioca, Maxixe, Milho, Pimenta.

2.3 Aproximações com o Campo: as Unidades de Produção Familiar

Desde que, no Baixo Acaraú – guiada por depoimentos dos egressos de Paraipaba – me aproximei de questões que vinham me acercando como tema de pesquisa, iniciei a busca

⁵⁰ O livro de Martins (2008) apresenta uma descrição magistral sobre esse processo de falência.

por documentos, artigos, teses e outras fontes que referissem conhecimentos produzidos sobre o Perímetro Irrigado Curu Paraipaba. Encontrei inúmeras referências acerca de resultados agronômicos, eficiência econômica e de impactos ambientais.

Em oposição, raros eram os estudos acerca das famílias que produzem e reproduzem-se no Perímetro Irrigado Curu Paraipaba. Um artigo e um livro, frutos da tese de doutorado de Mônica Martins⁵¹ referenciando a experiência desenvolvimentista no Vale do Curu, analisada à luz da ofensiva do capitalismo no campo com a implantação da empresa AGROVALE para a produção de álcool, foram os principais títulos que forneceram pistas sobre a limitada “margem de manobra” dessas famílias, que haviam sido assentadas no Perímetro “para trabalharem para si, mas nunca trabalharam”, pois a “dependência econômica e técnica fez do irrigante um operário a “domicílio” da usina” (MARTINS, 2008, p. 171-172).

Referindo-se aos dissabores vivenciados pelas famílias dos irrigantes, a leitura do depoimento do Padre Pascoal, aludindo “que poucas famílias no Ceará têm uma história tão trágica” (Martins, 2008), acirrou meu desejo de chegar perto, de ver, de sentir a experiência das pessoas que vivem o cotidiano da área irrigada do Curu Paraipaba. Mas a interpelação que Maria Baião fez, em entrevista cedida à Mônica Martins, foi que mais fortemente se pronunciou como exemplar para compreensão das discontinuidades nas estratégias ocupacionais dos agricultores familiares em espaços rurais do Nordeste. Apontando a mudança cultural nas novas gerações de trabalhadores do campo, ela perguntou: “Qual é o filho que aguenta o pai fazer uma coisa dessas hoje⁵²? Não quer nem saber de lote, de jeito nenhum! Avalie ir pra dentro de um sítio de cana, levar picada de muriçoca, mosquito, trabalhando com farol aceso, no escuro” (MARTINS, 2008, p. 153).

Concluídas as disciplinas do curso e a fase exploratória, cheguei, em meados de 2007, ao projeto Irrigado Curu Paraipaba, tendo na cidade me instalado para morar. Com a inquietação própria de quem já começou a investigação por meio de leituras de documentos, jornais, teses, artigos, mapas e fotos e, de entrevistas com pessoas chave, cheguei “por urgência absoluta do espírito”⁵³ ao campo que já pensava conhecer tanto.

É difícil expressar o sentimento do pesquisador em sua chegada ao campo. Posso dizer, contudo, que as anotações do diário em que fiz esse registro, estavam carregadas de

⁵¹ Vide MARTINS (2002; 2008). Os grifos no texto são da autora.

⁵² A entrevista referia-se ao fato de o pai levar os filhos para o roçado de madrugada. Maria Martins do Nascimento, conhecida por Maria Baião, hoje viúva, mora na casa 1 do setor D1.

⁵³ Tomei de empréstimo o termo usado por Moura (1997) para expressar essa ansiedade em “Testemunho de um trabalho de campo.”

emoções e de surpresas, especialmente pela predominância do plantio de coco na paisagem⁵⁴ e da confirmação, ao primeiro olhar, de que estava diante de unidades de produção familiar, pois quando entrei, de fato, nas ruas do “Projeto”⁵⁵ avistei uma quantidade de casas avizinhas e com algumas pessoas sentadas nas varandas, especialmente velhos e muitas crianças brincando entre as ruas do projeto.

Pertinente se faz um esclarecimento acerca do entendimento sobre o significado de agricultor familiar, já que a utilização da noção de unidade familiar como unidade de produção transpõe o pesquisador para um campo de debates e análises que, como assinalado por Tedesco (2001, p.11), comporta ambiguidades, ambivalências, heterogeneidades e especificidades. Difícil e polêmico, trata-se de um campo de debate no tanto a academia quanto os articuladores de políticas públicas têm divagado entre conceituações que, pelo menos, ao nosso olhar, flutuam a mercê de diferentes conjunturas políticas.

Nas organizações governamentais, a diversidade de concepções e visões que procuram definir e visualizar a unidade de produção familiar se mostra sempre alinhada aos ditames de agências internacionais que patrocinam os diferentes modelos para o desenvolvimento da América Latina, a exemplo do Banco Mundial, BIRD, etc. Até 1989, a EMBRAPA, por exemplo, reconhecia que não existia “um critério único, mas um conjunto de características capazes de interpretar o que seja o pequeno produtor”. Assim, com a denominação de “pequeno produtor”, a unidade de produção familiar, na Empresa, era interpretada com base nas seguintes características:

a) a família é a unidade básica de produção. Em geral, não há trabalho contratado; b) a grande parte da produção é, geralmente, para o próprio consumo, comercializando-se pequeno excedente; c) o tamanho da propriedade é reduzido; d) o nível de renda da unidade de produção é baixa; e) o grau de integração do produtor com o mercado de insumos e de produtos, em geral, é reduzido; e sobretudo, f) é baixo o nível tecnológico. (EMBRAPA, 1989, p. 5).

Como se pode ver, o uso predominante de mão-de-obra familiar, a orientação, preferencial, para produção de subsistência e a integração parcial aos mercados consumidor e produtor, elementos mais associados à visão clássica de produção camponesa, incluíam-se nos documentos que caracterizavam a unidade familiar de produção.

Observe-se que estes elementos não são ressaltados para vincular a produção familiar ao segmento da economia que tem forma particular de organização da produção

⁵⁴ Conheci o Projeto no final dos anos 80, quando só havia cana. Desconhecia os quintais residenciais..

⁵⁵ É importante assinalar que a área de agricultura irrigada é chamada por todos de “projeto”.

capitalista, no qual variáveis como tamanho da propriedade e estrato de renda não, necessariamente, a caracterizava.

O que se percebe nos documentos (de 1986 e 1989) é a ênfase de que

conceito de pequeno produtor está associado, frequentemente, à produção de alimentos básicos para a população brasileira”, ou seja, não é o ‘como’ mas o ‘que’ produz a organização da produção familiar que era enfatizado nessa concepção. A ênfase dada, ‘sobretudo’, ao ‘baixo nível tecnológico’ como critério caracterizador da unidade de produção familiar, robustecia a ideia de que através do progresso tecnológico tais unidades lograriam “condições de alcançar para si e suas famílias o progresso econômico-social.⁵⁶

Com efeito, a ausência de progresso técnico veio a constituir-se um dos pressupostos básicos de desenvolvimento do pequeno produtor e, objetivo primeiro das políticas criadas neste sentido⁵⁷, justificadas, diga-se, por sua importância na produção de alimentos básicos, o que em última instância, vai apontar para o caráter complementar e assistencialista das mesmas nas estratégias de manutenção ou de ampliação do sistema capitalista.

No início dos anos de 1990, em meio a uma crise no modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, modificaram-se, no País, os argumentos e justificativas para os programas de desenvolvimento tecnológico da unidade de produção familiar. Esta não é mais objeto das ações assistenciais do Governo. Tornou-se, sobretudo, no segmento da economia mais importante para uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Era início do Governo Collor. A extinção ou privatização das Empresas Públicas tornou-se um dos instrumentos de reforma do Estado. Instituições foram ceifadas, a começar pela extinção da Embrater.⁵⁸

Neves (2007), em primorosa análise sobre a construção sociopolítica da Agricultura Familiar, enxerga uma simbiose entre uma crise no exercício institucional da assistência técnica (ATER) e o reconhecimento desse amplo segmento em programas governamentais sob a qualificação de agricultor familiar. Observa a autora que, os textos que fundamentam as concepções da assistência técnica postulam uma inovadora associação, embora invertida na ordem de antecedência: “só será possível o processo de desenvolvimento social e econômico pela valorização do agricultor familiar, se este puder contar com o apoio sistemático da assistência técnica.”⁵⁹

⁵⁶ Idem, 1986, p. 14.

⁵⁷ O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, PAPP, era um emblema dessa visão.

⁵⁸ A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – Embrater – foi extinta logo no início do Governo Collor, em 1990.

⁵⁹ Cf. Neves (2007, p.2).

É bem verdade que a crise da ATER mostrou-se mais severa. Entretanto, o intervencionismo estatal ampliou-se exigindo das demais instituições governamentais novas diretrizes para o desenvolvimento sustentável. Assessorado pela FAO e apoiado pelo Banco Mundial, nasce, em 1994, o PRONAF.⁶⁰

Fundado em vantagens da lógica familiar, por produzirem em sistemas diversificados e empregadores de mão-de-obra, a agricultura familiar tornou-se essencial e estratégica no novo padrão de desenvolvimento econômico. Sua primazia fundava-se na possibilidade de rebater os dois grandes elementos da crise: a questão ambiental e o desemprego.

Prioritária, na nova concepção de desenvolvimento, exatamente, pelo ‘como’ produz, as unidades de produção familiar tomam expressão no debate das organizações governamentais. Não mais por seu caráter complementar ao desenvolvimento do sistema, mas notadamente, por sua grande vantagem de produzir através de sistemas agrícolas diversificados e por sua importância em reter mão-de-obra no campo.

Evidenciando um caráter de essencialidade e não mais de complementaridade na manutenção e expansão do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, os articuladores de políticas para o apoio da unidade familiar passaram a caracterizá-la tendo em vista os seguintes atributos: a) sistema produtivo diversificado; b) uso predominante da mão-de-obra familiar; c) baixa inserção no mercado; d) limitado acesso à terra e à outros meios de produção; e) baixo nível de capacitação e debilidade organizativa.

De uma perspectiva mais vinculada às abordagens socioeconômicas, os atributos que em tempos recentes caracterizam as unidades de produção familiar têm uma maior proximidade com significado de um agricultor familiar. Todavia, trata-se de uma percepção que sobreleva aspectos que justificam uma injeção de recursos para realização de intervenções governamentais, tendo em vista o fortalecimento da agricultura familiar. O destaque à “*baixa inserção no mercado*”, por exemplo, tem mobilizado diversas ações de atores sociais do governo e de Organizações Não Governamentais (ONG`s) em tentativas que visam à inserção de agricultores familiares na economia de mercado.

A aceitação dessa perspectiva como que provocou a retomada de um antigo debate acadêmico: a pertinência de inserção do campesinato nos circuitos do capital, mais precisamente em torno de linhas de pensamento que se dividiam entre a extinção ou a resistência e conseqüente subordinação dos sujeitos à lógica capitalista. Diferentemente das

⁶⁰ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

organizações desenvolvimentistas, a categorização das unidades de produção familiar na academia não se imbuía dos propósitos de angariação de recursos financeiros para a realização de intervenções, mas traduzia uma disputa entre diferentes linhas de pensamento. Em última instância, a expressão de um campo de debate entre as diferentes inserções político-partidárias.

Ambos os atores – órgãos governamentais, não governamentais e academia – com suas categorizações têm conceituado o agricultor familiar, pequeno produtor ou camponês, sem que esses sujeitos se expressem em suas formas culturais, suas aspirações e desejos etc. Tal ausência não se dá sem prejuízos. Nesse estudo, notar-se-á, claramente, que a categorização do agricultor familiar como necessitado de ações assistencialistas, contribuiu para que os atores da intervenção, em análise, desrespeitassem a cultura desse personagem, expondo-os a severas rupturas em suas tradições.

É pertinente na elucidação desse ponto de vista, ou seja, da perspectiva “do indizível nas sociedades camponesas” incorporar a contribuição de Paulo Rogers Ferreira.⁶¹ Na arguta visão do autor, a definição-instituição desse personagem no Texto Brasileiro sobre o Rural (TB) fomentada por sociólogos, historiadores, economistas, entre outros, tem desenhado o camponês como

Um ente pautado na Tríade Deus-Homem-Natureza [...] um ser que se porta, muitas vezes, naturalizado, de comum acordo com seu *nome de família*, , uma espécie de sujeito funcional, ligado ao patrimônio *terra, in natura*, “um personagem bíblico”. Ele, o homem do campo nessa glosa analítica tem como missão “crescer e multiplicar” para reproduzir em conformidade, pois seu destino é “ganhar o pão pelo suor do próprio rosto. (FERREIRA, 2008, p.38).

É evidente que tendo a compartilhar com a perspectiva crítica que Ferreira incorporou à literatura temática sobre o campesinato brasileiro. Cabe esclarecer que o autor aprofunda sua criticidade ao corpo do camponês como um corpo mutilado, porque ele partiu do pressuposto de que o camponês não tem apenas um ímpeto de reproduzir-se como que pra perpetuar a espécie. Suas referências empíricas vão demonstrar que a libido do camponês e satisfação dos seus desejos se realizam fora de casa, nas moitas, contraditando, como ele

⁶¹Explicando a instituição do TB., Ferreira esclarece que a criação, por Daniel Lins, do conceito de um Texto Brasileiro sobre o Cangaço, referente à parte mal-dita, professada pela literatura sobre o tema, foi sua fonte de inspiração conceituar um Texto Básico sobre o Rural (TB). Esclarece, ainda, a sua intenção de demonstrar como essa “família extensa” de pesquisadores sobre o campesinato brasileiro, calcada num grupo historicamente designado, passa a citar, em repetição do mesmo, algumas obras que constroem um tipo de utopia niilista, isto é, uma idealização do corpo camponês sob a égide de uma semântica do dizível.

mesmo transcreve, a visão de Antônio Cândido sobre a sexualidade dos caipiras restrita aos limites do casamento

Com efeito, na roça as possibilidades de satisfação do sexo, fora dele, são praticamente nulas pelas vias normais. Não há prostituição e a virgindade feminina é norma, cuja ruptura, embora freqüente, leva quase sempre ao casamento com o transgressor. (CÂNDIDO, 1977, p. 73).⁶²

A ânsia de compreensão teórica que instiga o pesquisador a criticar “os afectos mal-ditos” acerca do campesinato brasileiro a partir da tese de Ferreira, certamente, tornar-se-á leitura indispensável para estudiosos que queiram ampliar essa linha de pesquisa. Trata-se, também, de uma fonte de consulta bastante recomendável para os que se debruçam em questões mais gerais afetas ao campesinato brasileiro, sobretudo, porque a categorização dos agricultores familiares como personagens bíblicos, tendo por destino “ganhar o pão pelo suor do próprio rosto” tem sido apropriada com equívocos pelos formuladores e instâncias executoras das políticas de desenvolvimento.

Posto este debate, que busca vaticinar o zelo que se deve ter com as ideologizações em torno de caracterizações acerca da agricultura familiar, pertinente se faz esclarecer qual a visão desse personagem adotada por esse estudo. Considerando a relevância que tem a caracterização dos “nativos” para analisá-los no contexto de mudanças sociais, opto, seguindo Antônio Cândido, pelo uso da categoria “agricultura familiar” alinhada a vertente de análise sócio-cultural. Um tipo social, que como é marcado por Cândido (1977, p.21) indica

O que é, no Brasil, o universo das culturas tradicionais do homem do campo; as que resultaram do ajustamento do colonizador português ao Novo Mundo, seja por transferência e modificação dos traços da cultura original, seja em virtude do contacto com o arborígene.

Convém, agora, esclarecer que, tomando como referencial suas histórias de vida, suas origens, suas relações com a natureza, a categoria social, aqui estudada, personificada na figura do “colono” ou “irrigante” se aproxima, em determinados aspectos, da visão dos termos elaborados por Moura (1986, p.9) para expressar quem é o camponês:

Vivendo na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para sua mesa e a do príncipe, do tecelão e do soldado, *o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza.*⁶³

⁶² Ferreira transcreveu trechos de os Parceiros do Rio Bonito, publicado pela Editora 34, em 2003, p.315.

⁶³ Grifos meus.

Chamaria atenção que na noção tomada como referência sobressai o aspecto da integração camponesa com os diversos mercados consumidores, no exemplo, representada nas relações com a mesa do príncipe, do tecelão e do soldado. O reconhecimento e entendimento dessas relações são âncoras para compreensão do objeto, na medida que a transformação desses agricultores familiares em “colonos” do DNOCS significou, como eles expressaram, ficar sob o mando de um “patrão maior e mais poderoso”. Referem-se à subordinação à lógica econômica do capital industrial, representada pela Agrovale, facilitada pela mediação dos burocratas do DNOCS..

Sobre esse tema, em particular, a análise não pode prescindir das hipóteses alinhavadas por Maria de Nazaré Wanderley em “*Camponês um trabalhador para o capital*” de que:

a- sob a dominação do modo de produção capitalista, o campesinato ocupa um espaço criado pelo próprio capital, em seu funcionamento no setor agrícola; b - este espaço é o de um trabalhador para o capital, distinto do proletariado. Isto implica em afirmar que a expropriação da força de trabalho não se efetua exclusivamente através da proletarização, mas, também sob outras formas, que redefinem o conceito – e a realidade – da propriedade das condições objetivas do trabalho; c- por conseguinte, o campesinato ao ocupar este espaço se transforma qualitativamente. (WANDERLEY, 1985, p.38).

Considerando as diversas conceituações atribuídas ao agricultor familiar, notar-se-á, ao longo do texto, várias passagens que o tratam como unidade de produção familiar, para expressar que se tem em referência a noção de “camponês” e, como tal, entendido como uma forma social particular de organização da produção que tem como base a unidade de produção gerida pela família.

Esse caráter se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção de consumo, através do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através de formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar – das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória, etc. (WANDERLEY, 2004, p.45).

Em resumo, problematizar o próprio conceito da categoria analítica, assume um caráter de extrema importância, pois as histórias de vida por eles contadas exibem características, acerca de suas origens, de seus objetivos e suas decisões familiares que muito se aproximam “do universo das culturas tradicionais do homem do campo”, dos que não foram agraciados pelas “sesmarias” tornando-se desterrados em suas próprias terras. É digna

de nota que embora eles se reconheçam como tal, a burocracia estatal não os quer reconhecer como agricultor familiar, denegando, por diversas vezes, direitos emanados das políticas públicas, por considerá-los “modernos irrigantes”.

2.4 Colonos e Mediadores: o Encontro com Ricas Fontes para Delimitar a Temática

Em Paraipaba, apresentei-me, em primeiro lugar, à gerente administrativa da ADICP. Após o bom acolhimento e esclarecidos meus propósitos, tive acesso a dois estudos produzidos por outra fonte, já que antes de chegar à área irrigada, à exceção das contribuições de Mônica Martins (2006; 2008), minhas principais fontes – mapas, depoimentos, dados de produção e discursos que conceberam o projeto – faziam parte do acervo documental do DNOCS.

Destacando problemas, como a tendência de envelhecimento dos colonos, ou de esvaziamento da mão-de-obra familiar, a constituição de famílias extensas, a proliferação de novas ocupações, etc., os dois estudos intitulados “Marco Zero 25” e “Versão” 32, realizados por técnicos da Associação dos Irrigantes, foram os primeiros documentos em que acessei informações sobre a vida dos colonos e que informaram, como se pode ver na tabela 2, não só rupturas, mas também continuidades nas tradições dos agricultores familiares do Projeto.

A pesquisa intitulada *Marco Zero 25 – Levantamento sócio-econômico do Perímetro Irrigado Curu Paraipaba*⁶⁴ foi a primeira que traçou um perfil dos irrigantes. Entre a diversidade de dados, alguns se mostravam valiosos em meu percurso analítico. Assim, retive que de acordo com esse levantamento existia “uma discreta maioria de irrigantes com idade entre 45 e 65 anos, com 49,7%”. A mesma pesquisa destacava, ainda, como “significativo o número de irrigantes com idade entre 65 e 85 anos, com 30.0%”. Esses números, conforme o estudo, apontavam “para a necessidade de envolver os jovens na vida social do Perímetro” pois os irrigantes estavam envelhecendo e “perdendo gradativamente sua força de trabalho.” (ADICP, 2001, p.5).

Nos dados do *Marco Zero 25*, olhando a tabela 2, notar-se-á que, em 2001, numa amostra de 548 irrigantes, que representava 68.5 % da totalidade de famílias assentadas, 404 casas foram agregadas aos 800 estabelecimentos originais, configurando uma das tendências da agricultura familiar, que é a formação de famílias extensas, que consiste em um conjunto de unidades nucleares, agrupadas em uma única estrutura (WOLF, 1976, p.98).

⁶⁴Contratados, em 2001, pelo Convênio PGE-04/99ADICP/DNOCS, visando a emancipação do projeto, os técnicos, logo de início, realizaram a pesquisa “Marco Zero 25. In: ADICP, 2001.

Tabela 2: Número de casas contruídas nas Unidades Domésticas (UD's)

Pesquisa 2001 - Marco Zero 25				Pequisa 2007 - Versão 32			
Nº de UD's respondentes	Casas contruídas		Total %	Nº de UD's respondentes	Casas contruídas		Total %
	um	total			Um	total	
309	00		56.4	256	00		50.7
136	01	136	24.8	132	01	132	26.1
59	02	118	10.8	64	02	128	12.6
31	03	93	5.7	32	03	96	6.3
08	04	32	1.5	11	04	44	2.3
05	05	25	0.9	10	05	50	2.0
548		404	100	505		450	100

Fonte: ADICP. Marco Zero 25 e Versão 32.

Nos dados do Marco Zero 25, olhando a Tabela 2, notar-se-á que, em 2001, numa amostra de 548 irrigantes, que representava 68.5 % da totalidade de famílias assentadas, 404 casas foram agregadas aos 800 estabelecimentos originais, configurando uma das tendências da agricultura familiar, que é a formação de famílias extensas, que consiste em um conjunto de unidades nucleares (Ver figura 4), agrupadas em uma única estrutura (WOLF, 1976, p.98).



Foto 2. Três unidades nucleares agrupadas em uma única estrutura: o quintal residencial

Não obstante a pesquisa registrasse que 70.0% dos irrigantes utilizavam, regularmente, mão-de-obra de terceiros, o elevado adensamento populacional do projeto, marcado pela ampliação das famílias de irrigantes abria espaço para, além da visão de esvaziamento da mão-de-obra familiar, se pensar em descontinuidades nas estratégias ocupacionais entre diferentes gerações.

Seis anos passados, os resultados do estudo “Versão 32”, de 2007, mostraram que 29,0% dos titulares de lotes tinham entre 55 e 65 anos e 38,0% entre 65 e 85 anos, dados que, comparados ao estudo anterior, revelaram um aumento de 11.0% na população idosa, já que à época apenas 29,0% dos irrigantes tinham idade superior a 65 anos.

Por outro lado, revelou um processo de intensificação do adensamento populacional no interior das unidades domésticas, que como mostra a Tabela 2, passou de 404

construídas, em 2001, para 450, em 2007. O número de novas casas pode ter sido ampliado, se considerarmos que a pesquisa de 2001 contou com uma amostra que representava 68.5 % do total de titulares de Unidades Domésticas. Já em 2007, por recusa de participação, esta amostra caiu de 548 para 505 respondentes.

A segunda pesquisa trouxe um dado pioneiro para fortalecer o argumento de não esvaziamento da força de trabalho familiar do projeto, já que mostrou que as famílias expandiram-se para áreas contíguas aos lotes e quintais, as chamadas “áreas mortas”⁶⁵. Nessas áreas, que embora marginais, pertencem ao Perímetro Público Irrigado, a população foi estimada em 3.980 pessoas, distribuídas em 979 residências.

Além disso, no interior das Unidades Domésticas, os dados mostraram a predominância de uma população jovem: 39.7% situada na faixa de 0 a 15 anos de idade e 32.2 % na faixa entre 15 e 35 anos (ADICP, 2007, p. 70 -72). O achado dessa população jovem, deduziu a pesquisa, “demonstra que o perímetro possui uma mão-de-obra potencial”, contraditando o que concluiu o estudo anterior de que a predominância dos idosos representava a perda da força de trabalho familiar.

Se, conforme mostram os dados, os filhos e netos permanecem agregados às suas estruturas de origem no interior das UD’s ou em “áreas mortas”, por que então 70.0% dessas unidades utilizam mão-de-obra de terceiros? O que persiste e o que se revela como descontinuidade no processo de aprendizado e de sucessão profissional nessas unidades de produção familiar? Onde estão e o que fazem as novas gerações de agricultores familiares? Que condicionantes internos ou externos ao estabelecimento familiar concorrem para ruptura de uma tradição, na qual, sob a orientação da autoridade paterna, as novas gerações (Martins, 2001) apropriam-se, desde a infância e ao longo da vida, de um saber, que as fazem profissionais altamente qualificados para a agricultura familiar?

Com efeito, as questões suscitadas a partir desses dois estudos evocavam a busca de novos caminhos de indagação e de verificação. Caminhos que pudessem trazer à baila, não apenas o que está nos relatórios oficiais do DNOCS ou da ADICP, mas a natureza do problema, na percepção que dele tem quem por ele é vitimado, pois como virtuosamente é lembrado por Cândido (1977, p.19) o sociólogo, em seu ofício, “fareja por toda parte o humano, no que tem de próprio a cada lugar, em cada momento, desce então ao pormenor, buscando na sua riqueza e singularidade um corretivo à visão pelas médias, daí o apego ao qualitativo”.

⁶⁵ As “áreas mortas” constituem-se de pequenas áreas intercaladas aos quintais e lotes dos oito setores do Perímetro, consideradas sem ou de baixo potencial para irrigação.

A opção que fiz de morar em Paraipaba guardava essa intuição, ou seja, o imperativo de enredar-me no cotidiano do Projeto de Irrigação, buscando, como dizia Cândido (1997) na riqueza e singularidade das minúcias locais “um corretivo à visão pelas médias.” A rigor, devo admitir que o acesso aos dados empíricos das pesquisas oficiais constituíram-se uma primorosa porta de entrada para, de um lado, enxergar a continuidade de uma das tradições da agricultura familiar que é a constituição de famílias extensas e, de outro, estranhar no universo ampliado dessas unidades domésticas, a quebra de uma outra tradição da agricultura de base familiar que é a sucessão profissional na atividade agrícola.

Entretanto, para perfilar essa oposição entre permanências e rupturas nas tradições da agricultura familiar, o mais insinuante eram os colóquios informais com comerciantes, empregados da prefeitura, do DNOCS, da ADICP e de algumas empresas agroindustriais acerca dos problemas do projeto, da agricultura local, das oportunidades de trabalho, da vida de agricultor, do futuro dos filhos etc. Sobre essas mesmas questões, e com a mesma informalidade, conversava quase que diariamente, com os irrigantes e seus familiares.

A organização dos diálogos variou entre pequenas anotações em cadernetas, registros nos diários de campo e gravação de depoimentos. A transcrição e leitura dos depoimentos evidenciavam, no confronto de opiniões, um consenso quanto à decadência do projeto atribuída, em maior grau, aos problemas ligados à sucessão. Já quando confrontadas em relação às possíveis causas, diferentes compreensões apontavam oposições.

Na opinião de técnicos do DNOCS a perda de vigor do projeto deve-se à acomodação de sua gente. Os técnicos da ADICP concordavam com isso, mas reputavam ao DNOCS a criação dessa e de outras mazelas. Na mesma direção o Pe. Pascoal⁶⁶ faz a mesma referência, mas com o entendimento de que não se tratava de uma ação isolada do DNOCS, mas de sua inserção em uma malha institucional⁶⁷ arquitetada para viabilizar a produção de álcool no Vale do Curu. Sem que aludisse ao fenômeno da acomodação, para ele, a obrigatoriedade de transformar agricultores de subsistência em colonos produtores de cana subverteu uma cultura de labor diário “sol

⁶⁶ Pe. Pascoal, pároco de Paraipaba, na implantação do projeto contou que os colonos enfrentaram a AGROVALE, e lutaram pela emancipação de Paraipaba e pela a instituição da Paróquia.

⁶⁷ Compunha esta malha, além do DNOCS, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e, da iniciativa privada, a AGROVALE. Os agentes financeiros só liberariam o financiamento se condicionassem as terras dos colonos para produção de cana.

a sol” em favor de uma outra que fomentava a ociosidade, pois o cultivo da cana os ocupava por apenas três a quatro meses durante o ano.

Por seu turno, os depoimentos dos Irrigantes de Origem (I.O)⁶⁸ têm um tom contestador. Retrucando a pecha da “acomodação” que lhes tem sido facultada, eles retorquiam: como poderíamos ir além da cana se tudo era proibido? O DNOCS ditava as normas. ‘O que’ e ‘para quem’ plantar não era uma decisão dos colonos. “Era tudo controlado”. Alguns poucos que ousaram transgredir, passaram pelo desconforto “de ver o trator destruir seus campos de feijão florando.”⁶⁹

De fato, a experiência do perímetro não parecia proverbial para que as novas gerações sucedessem aos pais no trabalho agrícola. Os plantios de laranja e de tomate, no começo do projeto, que poderiam ter proporcionado ocupação para os filhos, fracassaram. No caso do tomate, a CIVAC não precedeu ao plantio um estudo de mercado, tendo como consequência uma supersafra, parte dela jogada na BR 222, enquanto o plantio da laranja que inspirou-se em um modelo do Japão, não vingou nessas terras do semiárido brasileiro.

Outro contra-senso na formulação do projeto diz respeito ao peso, como um dos mais importantes critérios para ser aceito como colono, o fato de ter um maior número de filhos, principalmente homens.⁷⁰ Era de todo incompreensível a ideia de recrutamento de um grande contingente de mão-de-obra para trabalhar no “tempo da cana”⁷¹, quando não se tinha atividade durante o ano inteiro. “De fracasso em fracasso”, como diziam, o projeto ia perdendo seu vigor.

Assim, os desejos da terceira geração iam mudando. Quando veio a “febre do coco” os tempos eram outros. Mesmo assim, deu-se continuidade a uma monocultura que, embora requisitasse cuidado o ano inteiro, era insuficiente para empregar tanta gente. Mesmo desfrutando de um pouco mais de liberdade, as unidades agrícolas eram pequenas para ampliar e diversificar a produção. Além disso, os pais não mais podiam levar os filhos para trabalhar, tendo em vista a proibição do trabalho infantil, pela Constituição Federal de 1988.⁷²

⁶⁸ A categoria Irrigantes de Origem (I.O.) refere-se aos chefes de família que chegaram, a partir de 1975, e permanecem até hoje. Alguns mais velhos já traziam filhos rapazes e moças que aqui casaram e conseguiram ser selecionados, pois o projeto levou mais de 10 anos para ser concluído. Trato, portanto, de famílias trigeracionais.

⁶⁹ Pé-de-Leão, irrigante do Setor D2, chegou ao projeto em 1980, foi um dos vitimados pela ação autoritária do DNOCS, tendo o campo de feijão destruído por tratores. Indagado, ele disse: fiquei sem ação, eu só num tô morto porque num acreditei que eles tivessem coragem de passar o trator num plantio de feijão florado.

⁷⁰ As fichas de irrigantes, apêndice de n. 2, mostra os critérios para admissão de um irrigante.

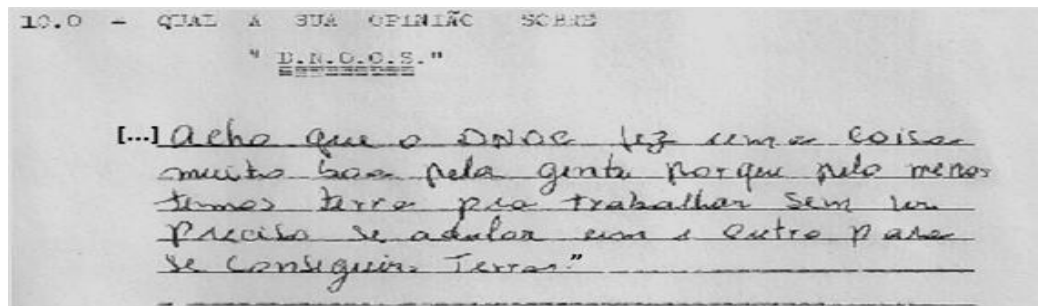
⁷¹ É corriqueiro no projeto uma divisão do tempo marcada pelo “tempo da cana” e “tempo do coco”. Quando se trata do tempo da cana, muitas vezes se complementa como o “tempo da ditadura”.

⁷² O Artigo 7º, XXXIII rege a proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

A implantação da cultura do coco, ampliou as esperanças de ocupações, fosse pelo emprego em atividades como decascadores e apanhadores de coco, fosse pela expectativa de trabalho nas nascentes indústrias de beneficiamento. Por outro lado, Paraipaba, sede do município, crescia, ampliando as ofertas de empregos para os mais jovens, especialmente nos serviços públicos⁷³, no comércio, nos transportes e nas atividades ligadas ao turismo.

2.5 Os Mecanismos da Intervenção, no Olhar dos Colonos

Grosso modo, os colonos consideram que as famílias vindas para o projeto melhoraram de vida, especialmente quando se comparam aos “compadres que ficaram de fora”, que dependem ainda, do favor de algum patrão que lhes negocie uma terra para plantar. Tende a ser consensual entre os colonos que o acesso à terra foi a grande ajuda que o DNOCS lhes concedeu. Essa gratidão mostra-se emblemática na resposta que um colono forneceu em um questionário do DNOCS



Extraído da ficha dos irrigantes, nos arquivos do DNOCS, em Paraipaba

Não se esquivam, contudo, a dizer que tiveram as vidas remexidas. No início pelo DNOCS, AGROVALE e CIVAC. É também ponto de convergência entre os colonos que a CIVAC foi a organização que trouxe grandes prejuízos para o colono, uma vez que “afetou o bolso e a moral do irrigante”.

Financeiramente, a grande maioria dos sujeitos, apesar de reconhecer a organização da cooperativa, considera que a entidade os prejudicou em demasia. Não apenas por ter um maior interesse em colaborar com a AGROVALE, mas, sobretudo, por não ter definido uma diretiva de assegurar a sobrevivência das famílias, que eles próprios haviam selecionado.

⁷³ Especialmente professores, merendeiras, faxineiras, agentes de saúde, contadores, etc.

Do ponto de vista da moral, os colonos opinam que a conduta autoritária da CIVAC os desmoralizava, subtraindo a “autoridade”⁷⁴ dos chefes de família, debilitando, como no sentido proposto por Arendt (2007), a cadeia que conduz cada sucessiva geração a um aspecto predeterminado do passado. Esse sentimento de perda de autoridade, diante das mediações, é partilhado por algumas famílias como uma das causas da descontinuidade dos filhos com o trabalho nos lotes. É emblemático, nesse sentido, o depoimento de Dona Alpina, cujos três filhos trabalham em atividades de prestação de serviços em Paraipaba. Lamentando ter se obrigado a vender o lote, ela justifica a opção dos filhos, dizendo:

[...] era dum lado os técnicos e as assistente social do DNOCS, dizendo como a gente tinha que prantar, como tinha de cuidar da casa da gente e como tinha de se comportar, por todas as paragens do Projeto; pelo outro lado, a CIVAC (que na verdade era a merma coisa, pois o presidente era um colono, mas só porque tava no estatuto, quem mandava mesmo era o Z. F. do DNOCS) era quem decidia tudo das nossas produção. Era um casadinho deles tudo. A gente recebia a mão-de-obra, que era um dinheiro pra gente comer, até a gente receber o dinheiro dos produtos da gente. Os tomates que foram jogado na estrada, pensando o que? Prejuízo do colono. Se a gente num entregasse o que tinha colhido e fosse pegar a mão-de-obra, nada pra nós. Os filhos querem lá saber de seguir uns pais desse que se sujeitaram demais. Tinha ditadura lá por cima e aqui por baixo também.

Saudade de que? Prossegue dona Alpina para mostrar a irritação que sente, quando no Projeto, alguém refere-se a uma saudade daquele tempo:

Era uma fartura sem liberdade, aí eles foram se desestimulando. Eu tenho raiva quando o pessoal diz que tem saudade daquele tempo. A gente produzia muito, mas tinha que entregar a produção para a cooperativa e eles não tinham como vender tudo. Daí a gente tinha grande prejuízo, porque eles também não tinham como vender” [...] Os filhos dos colonos num se interessaram em continuar porque eles viam como os pais eram maltratados .

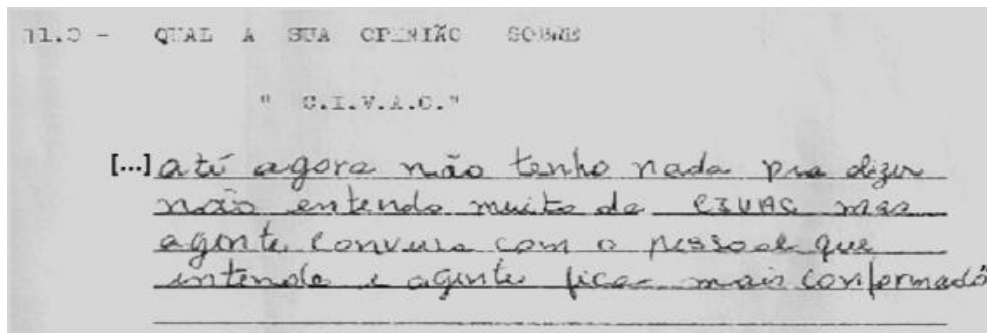
A dona Juçara que viveu essa fase de controle rígido sobre os sujeitos, na condição de filha de colono, se pronuncia com certa amargura quando evoca o passado. Dona Juçara refere um progresso de vida, mas sem esconder a decepção confrontada às expectativas

⁷⁴ Por ser um conceito valioso para as reflexões deste estudo, a definição de autoridade proposta por Hanna Arendt orienta as análises realizadas, por postular que “a relação autoritária entre quem manda e o que obedece não se assenta nem na razão comum, nem no poder do que manda; o que eles possuem em comum é a própria hierarquia, cujo direito e legitimidade ambos reconhecem e na qual ambos têm seu lugar estável predeterminado.” (ARENDR, 2007, p.129).

[...]a gente veio do pior pro ruim, mas a gente via o pai e a mãe se contrariar muito [...] o negócio é que tinha muita conformação, assim porque eles diziam pior já foi, vamos esperar as milhora [...] tinha muita gente mandando na vida da gente e isso era o pior, porque pra nós, as mocinha e rapaz, a gente começava cuns flertes, ia se distraíndo num namorin até se casar[...] quando casava que aí a gente tinha de ter as responsabilidade, aí que a gente via a dureza daquela vida [...] quando nasce os filhos como é que a gente pode querer pra eles uns destino igual aos nosso [...] vem de longe a vida sofrida do agricultor [...] como bem: a gente tem os lote, tem a casa, mas num tem dinheiro [...] se os filho num for trabalhar na rua, eles nunca tem dinheiro [...] trabalham só pra butar pra dentro, pra família”

Os depoimentos que evidenciam o peso da relação entre colonos e mediadores para descontinuidade dos filhos como agricultor familiar são mais partilhados por mulheres (mães). Já o sentimento de que foram lesados pela cooperativa é de partilhamento quase geral entre os colonos, basta dizer que nos dias de hoje muitos estão inadimplentes com o Banco, por conta de débitos não solvidos da CIVAC.

No mesmo questionário, em que o DNOCS faz uma ausculta sobre a opinião dos irrigantes acerca da institucionalidade que governava o Projeto, pode-se perceber, pela opinião do colono em relação à CIVAC, o quadro geral de desconfiança prevaemente entre os colonos daquela área irrigada.



As palavras são do Sr. Otávio, colono do D2, em 1981. Colhido da ficha dos irrigantes em arquivos do DNOCS, em Paraipaba.

Hoje, mais afoitos, pois menos sujeitos aos domínios da institucionalidade que, de início, os regia, os colonos verbalizam o que Seu Ojo de Perdiz, em 1977, apenas sugeria. Os mandos e desmandos da CIVAC são patentes nas falas dos colonos. Seu Agrião, por exemplo, quando perguntado sobre a conduta da CIVAC, ao dizer que os diretores se davam bem, indaga: gastando dinheiro de quem? Ele argumenta:

A maioria dos colonos queria sair da cooperativa. Eles queriam achar um jeito de sair fora. No começo ficava porque era sujeito, obrigado. A gente via a coisa errada. O presidente melhor que teve por aqui pegava o carro da cooperativa e passava a

noite num cabaré lá em São Luiz do Curu [...] por certo com o dinheiro da Cooperativa.

Já seu Mastruço e Sansão (ambos, colonos do D2) expressam, com suas falas, o quanto os colonos foram monopolizados e lesados financeiramente. Se tinha roubo?

Sempre aparecia roubo, poucas pessoas que tinha saldo. O colono levava de carrada de produção e não tirava saldo. A gente tirava dez litros de leite de manhã e ainda tirava em outro balde. Era umas vacas da Argentina, que comiam ração balanceada. Bem cuidadas davam até vinte litros de leite. Entregue na Cooperativa entrava no buraco de formigueiro, sumia. Por isso a descrença na Cooperativa (Mastruço).

A gente tinha prejuízo. Nos lote se perdia tomate e macaxeira, por falta de comprador. As laranja quem comprava era o vendedor de insumo que colhia as fruta e mandava jogar na BR-222, pra dar uma satisfação a gente diziam que não vendia porque a laranja era azeda. O que se ganhava era menor era menor que os custos (Sansão).

Não se ouve no Projeto alguém que fale bem da Cooperativa. Os tempos da CIVAC findaram “sem deixar saudades”. Ao contrário, deixaram lembranças de prejuízos de ordem moral e material, além de dívidas bancárias. As lembranças da Cooperativa são muito negativas. Tanto assim, que a Cooperativa dos Produtores de Coco de Paraipaba (COOPROCOP), atual organização cooperativa do projeto, não consegue ter como associado sequer um terço dos colonos, pois apenas 23.37% destes pertencem à entidade.

Atualmente todos os colonos são, obrigatoriamente, associados ao Distrito (ADICP), como parte de uma diretriz do DNOCS, visando à emancipação dos Perímetros Irrigados. Quando as famílias se defrontam em comparações entre passado e presente, se ouve com frequência que nos “dias de hoje”⁷⁵, quem mais remexe com a vida dos colonos “é o Distrito e as políticas do Governo”, a exemplo do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), Bolsa Família, etc.

Quando se tratam das políticas, as opiniões se dividem. Os pais que têm filhos em idade escolar, acham que este é um benefício indispensável. Os mais velhos, especialmente, os pensionistas, se de um lado, acham que os benefícios aumentam os ingressos das famílias do projeto, de outro, se ressentem por incentivar “uma malandragem”, com repercussões negativas nos hábitos dos jovens, tendo, na apropriação indevida do dinheiro dos mais velhos para gastar nos vícios”⁷⁶, o exemplo mais referido.

⁷⁵A expressão “dias de hoje” é recorrentemente usada pelos colonos para dar sentido ao tempo presente.

⁷⁶Os vícios citados foram os jogos eletrônicos, a internet (*Orkut*), bilhar, o bar e o uso de drogas como o “crack”.

Quanto ao Distrito, muito embora haja um reconhecimento de benefícios decorrentes do trabalho de sua equipe, percebe-se, nas conversas soltas, a convergência de opiniões desfavoráveis, principalmente, porque “as assembléias realizadas pela diretoria, têm como que um efeito anestésico” que conduz o colono a aceitar as várias taxas que lhes são impostas para recompensa financeira de seus dirigentes.⁷⁷

2.6 Da Passagem do Tigre à Paraipaba: Singularidades do Local⁷⁸

No começo era esquisito. A gente acostumado a esperar a chuva pra plantar nós mesmo. Aí a gente num teve mais que esperar pela chuva, o medo da vida toda. Só que a gente num podia iscoier o que nós ia plantar.

(Dona Carquejinha)

Contando com uma população total de quase seis mil habitantes, um baixo padrão de vida, algumas estradas vicinais e apenas uma estrada pavimentada que ligava Paraipaba a São Luiz do Curu, em 1970, quando foi elaborado o Projeto de Irrigação, a antiga Passagem do Tigre – atual município de Paraipaba – era o principal povoado da Região (DNOCS, 1970).

Concebido na esteira dos acontecimentos que marcaram o brusco rompimento da ordem democrática pós-64, o Projeto de Irrigação Curu-Paraipaba se deu em circunstâncias similares a de outros projetos de irrigação implantados pelo DNOCS, resguardadas algumas singularidades. Uma peculiaridade que merece ser destacada, pelo peso de seu registro na memória dos colonos, é que não foi uma seca que motivou a construção da área irrigada. A enchente de 1964 é que consta como motivação para dinamização desse espaço rural. Há registro, ainda, de uma compartilhada gratidão aos feitos de famílias do local.

De fato, a proeminência atribuída a famílias, como os Bragas, os Meireles, os Sousas, os Azevedos, os Barrosos, os Paivas, etc., insinua que o peso dessas famílias influenciou fortemente a escolha do local do projeto. A interveniência de Francisco Batista de Azevedo – “Seu Batista” – liderança política de larga influência na região⁷⁹ e bem articulado

⁷⁷ Trecho gravado na assembleia realizada no D2, colhido em abril de 2009.

⁷⁸ Alguns trechos dessa análise estão constantes na comunicação apresentada no Congresso Brasileiro de Sociologia (VASCONCELOS, 2009).

⁷⁹ Nascido em Paracuru, político nato, reconhecido pelos paraipabenses como “o homem que marcou nossas vidas”, Francisco Batista de Azevedo começou sua vida política, em 1951, como vereador de São Gonçalo do Amarante, caminho pelo qual conseguiu desmembrar os distritos de Paraipaba e Paracuru. Este último, alçado à condição de município, logo contou com a presença de Seu Batista como prefeito eleito em dois mandatos consecutivos (1955-1958) e (1963-1966). Muitos são os feitos a ele atribuídos. Paraipaba, contudo, o considera o fundador e grande benfeitor por ter ele conseguido a mudança da vila Paraipaba das margens do rio Curu para a Nova Paraipaba, que mais tarde seria elevada à condição de cidade. Emblema da perpetuação de sua influência

com o governo federal, teve papel preponderante na construção da cidade e na constituição do perímetro irrigado, quase simultaneamente implantado, com o objetivo de alimentar a população e de dinamizar a economia da cidade nascente (Ver fotos no apêndice 4). Destaque-se que o DNOCS teve participação ativa na construção da nova Paraipaba, tanto na construção de casas, como com as máquinas abrindo as ruas.

De certa forma, seria ingênuo pensar que a alocação de uma área irrigada, ou de qualquer frente de expansão econômica de uma determinada região se defina, exclusivamente, com base em diagnósticos ou estudos de viabilidade que frequentemente precedem tais processos. Na grande maioria dos casos, tais estudos – muitas vezes escamoteando veredictos emitidos pela tecnoburocracia, alertando para fatores restritivos impostos pela natureza⁸⁰ – vêm legitimar decisões fecundadas na esfera da política.⁸¹

O reconhecimento de tais interveniências políticas tem suas nuances, seja no grau de influência decisória, seja no grau de velamento, ou ainda no campo das disputas políticas pela autoria.⁸² Na percepção dos moradores de Paraipaba, tais nuances são imperceptíveis. Folhetos, livrinhos e depoimentos das mais diversas categorias dos moradores colocam o Seu Batista no centro da existência da cidade, enfatizando o seu desmesurado esforço “de tirar seu povo da beira do rio na enchente de sessenta e quatro.”⁸³

O Vale era enxergado com grande potencialidade para o desenvolvimento. O projeto de irrigação de Paraipaba viria complementar o desejado progresso da região. A interrelação entre cidade e projeto é bem evidente nos termos do documento que regia sua implantação. Insinuando a necessidade de transformar o povoado em município, é postulado no documento que “Os desenvolvimentos rurais e urbanos estão intimamente associados.” [...] Tal esquema exigiria um Centro de Serviço Urbano.” (DNOCS, 1970, p 6-8).

Entre as várias proposições constantes no projeto para aproveitamento hidro-

na região são os mandatos das prefeituras de Paracuru e Paraipaba. Em Paracuru, seu genro, Ribeiro, exerce atualmente o mandato de prefeito em sua terceira gestão. Já em Paraipaba, sua neta, Joana Batista foi reeleita, no pleito de 2008, para exercer por mais quatro anos o mandato de prefeita.

⁸⁰ Apesar dos alertas de especialistas sobre as limitações de tornar Parnaíba, no Piauí, um espaço de referência em irrigação, o então Presidente José Sarney, fechou questão e implantou a unidade de pesquisa que teve pouca duração para abrigar a missão de produzir tecnologias de irrigação.

⁸¹ Acerca dessas práticas, Barreira (1992, p.18) ao analisar o processo de dominação tradicional no sertão intuindo de chegar “à prática política” da classe dominante, que tinha na presença do coronel seu maior expoente, assinala que “Na política de dominação tradicional no sertão, os proprietários rurais eram, de fato, o único elo de ligação entre os camponeses e o “mundo político”, entre os camponeses e o “mundo econômico” e entre os camponeses e o “mundo das leis”.

⁸² A implantação da Embrapa Caprinos no NE, por exemplo, foi palco de uma acirrada disputa política. Na esfera regional disputada entre os estados da Bahia e do Ceará. Entre municípios disputada por Sobral e Quixadá. Alocado em Sobral, sua paternidade ainda hoje é disputada por afiliados políticos de Manoel Rodrigues, Paulo Lustosa e Pe. José Linhares (três políticos sobralenses).

⁸³ Palavras de seu Chico Caipira, acrescida de “um homem bom para os pobres”.

agrícola⁸⁴, sobressaía-se a diretiva de que, “para fins sócio-municipais, a Área do Projeto fosse declarada um ‘município’ e que fosse devidamente autorizada a exercer suas responsabilidades limitadas.” (Ibid., p. 7/10). Nasciam assim, imbricados o município e o Perímetro Irrigado, cabendo ao primeiro atribuições de ordem normativa e, ao segundo, o desafio de produzir, para apoiar o desenvolvimento do jovem município.

No espaço feito, ex-moradores da Passagem do Tigre (a velha Paraipaba) e da Fazenda Camurupim (local em que se instalou o Perímetro) juntaram-se a tantas outras unidades agrícolas familiares vindas de diferentes lugares do Ceará para povoamento da moderna Paraipaba. Alçada à condição de município, esse contingente populacional elegeu, em 1985, Gutenberg de Sousa como seu primeiro prefeito, cargo que, exercido durante dois mandatos, limitava-se a compor uma estrutura formal para satisfazer as constantes necessidades “que só podem ser atendidas por autoridades governamentais e municipais, dispondo de grandes recursos e ampla autoridade.” Dessa forma, como bem registrado por Martins⁸⁵, (2002):

[...] Para a antiga Passagem do Tigre afluíram milhares de pessoas, expulsas de seus terrenos ou atraídas pelo emprego agrícola, industrial e no setor de serviços [...] Entre 1960 e 1996, a população duplica e, nos anos de 1990, o contingente urbano equipara-se ao rural⁸⁶ [...] Desenvolveram-se as atividades comerciais, impulsionando a monetarização da economia local. As famílias passaram a ter acesso, embora precário, a serviços de infra-estrutura e meios de comunicação. Adquiriram outras necessidades de consumo, novos costumes e valores, observando-se a ruptura com as ricas tradições. Surgiu um tipo de migração até então desconhecido no Vale do Curu: o nomadismo pendular. Homens, mulheres e crianças perambulavam pelas estradas em busca de remuneração temporária. Para sobreviver, deslocavam-se de suas casas para o corte da cana, morando em barracões, meses a fio. No inverno retornava aos seus municípios de origem para plantar.”. (Ibid., 2002, p. 144)

No projeto, a ocupação dos lotes foi um processo marcado por intensas mudanças nas relações de trabalho e na vida desses sujeitos que, ao longo de sucessivas gerações, enxergavam-se como pequenos agricultores de agricultura de inverno, e passaram a esposar as

⁸⁴ O projeto foi elaborado pelo Consórcio Tahal Tel-Aviv e Sondotécnica do Rio de Janeiro (DNOCS, 1970).

⁸⁵ Em outro estudo que analisa e dimensiona a ofensiva capitalista no Nordeste do Brasil, tendo como referência empírica a modernização do Vale do Curu, Martins (2008, p. 109) acrescenta ao arcabouço de entidades que controlavam a vida dos irrigantes, a Agrovale – presidida por João Grangeiro – empresário que, beneficiado por incentivos do IAA, ali implantou um pólo sucroalcooleiro e, juntamente com o DNOCS, exerceu o controle no antigo distrito, “com vigilantes armados nas guaritas”. No mesmo estudo, Mônica faz alusão à participação do empresário na vida política da região, destacando o seu apoio ao processo de emancipação de Paraipaba.

⁸⁶ Para informar sobre o fenômeno de duplicação e conseqüente equiparação entre os contingentes populacionais – urbano e rural – a autora usou como fonte dados do IPLANCE (1997).

identidades de “colonos” ou “irrigantes”⁸⁷ – um novo agente na organização social e espacial do sertão. Ao chegar à posição de irrigante, como bem assinalado por Diniz (2002), o antigo meeiro ou morador tem sua estrutura de vida alterada

[...] os trabalhadores ao ingressarem no perímetro não tinham nenhuma identificação com aquele espaço, que não foi construído por eles e, portanto, não gerou nenhuma identidade socioespacial. Estavam sem identidade não só com o espaço físico, concreto, mas também com tudo o que aquele espaço representava: irrigação, novas tecnologias, novas relações de trabalho, ou seja, uma nova forma de viver. (Ídem., 2002, p. 49).

Agricultores familiares chegados de distintas realidades do Ceará vieram habitar em casas quintais padronizadas⁸⁸. “Era tudo igualzinho, da mesma cor. De longe uma infieira de casinhas brancas”. Esse novo modo de viver, ou seja, plantar em lotes e morar em casas idênticas forçou os colonos a vivenciarem situações embaraçosas, chegando ao extremo de confundirem suas casas. É digno de nota o registro feito por Diniz (2002, p. 50), acerca do embaralhamento dos colonos diante da homogeneidade da paisagem: “entrava na casa do outro, quando dava fé, já tava lá na cozinha”.

Uma das primeiras sinalizações de independência do colono foi a realização de reformas nas casas. Iniciadas lentamente pela construção de alpendres e, tempos depois, ampliada pelo aumento do número de cômodos e até outras edificações, ao lado das casas originais. Era o mínimo de “autonomia possível”, pois como expressou Seu Chico⁸⁹ – o segundo “colono” a chegar no Projeto – não se “podia escoier o que plantar, nem como, nem pra quem vender [...] era tudo medido, até o tanto que cada família tinha direito de comer quem dizia era a cooperativa. Era um controle muito grande”. Aliás, o entrecruzamento entre o paternalismo e o autoritarismo desempenhado pelo DNOCS, em sua relação com os irrigantes, foi bem registrado por Diniz (2002):

⁸⁷Em artigo relacionado à temática de implantação dos perímetros irrigados, Diniz (2002) trouxe uma abordagem inovadora sobre a temática da construção e reconstrução de identidades dos trabalhadores rurais transformados em irrigantes ou colonos. A partir das contradições geradas entre o novo modo de produção desenvolvido no projeto e o sistema de exploração tradicional, ela aponta para “uma ruptura radical e definitiva com o passado que pode ser analisada, sob o ponto de vista espacial e geográfico, através do conceito de desterritorialização [...] isso implica tanto a perda de identidade territorial, como a criação de uma nova territorialidade ou reterritorialização.” (DINIZ, 2002, p. 50).

⁸⁸Esse novo modo de viver, ou seja, plantar em lotes e morar em casas idênticas forçou os colonos a vivenciarem situações embaraçosas, chegando ao extremo de confundirem as casas “entrava na casa do outro, quando dava fé, já tava lá na cozinha.” (Ibidem., 2002, 50).

⁸⁹Seu Chico foi o nosso primeiro entrevistado no Projeto. Segundo colono a ser admitido, ele trabalhou como construtor na implantação do perímetro. Aliás, Sr Chico é um “dos poucos colonos vivos que sempre viveu ali, pois morava em Paraipaba velha, na beira do rio Curu”.

[...] O DNOCS assumiu de forma autoritária e repressiva na execução das regras do jogo. Sua equipe técnica elaborava, através da cooperativa, os planos anuais de exploração agrícola em que todos os aspectos da produção eram estabelecidos: os produtos, a quantidade de cada produto, a área cultivada, a tecnologia adotada, o volume de recursos necessários, o mercado para produção agrícola (...) Cada irrigante recebia da cooperativa uma quantidade de alimentos para um mês, Essa quantidade era estabelecida pela própria gerência, cuja autoridade não era questionada por parte dos irrigantes porque colocaria em risco sua permanência no perímetro.” (Ibidem., 2002, p. 44).



Foto: Helenira Ellery

Foto 3 – O Espaço Contíguo entre a Cidade e o Projeto

De fato, Paraipaba, cidade de largas ruas traçadas por linhas retas, conta a história de uma cidade planejada.⁹⁰ Compondo uma mesma paisagem, cidade e perímetro irrigado se confundem, pois não existe qualquer porção de superfície entre os dois que não seja cidade ou lote de irrigação, como ilustrado na figura 4. A entrada da cidade, que tem uma imagem de Santa Rita de Cássia – a padroeira local – constitui o limite entre o Projeto e Paraipaba.

2.7 O Projeto Virou Moderno

Fomos as primeiras famílias de colono a chegar aqui. Ficamos dois anos sem energia. Era como tá no mato, sem seca. Agora aqui tem de um tudo”

Maria Baião

Durante os últimos vinte anos, a irrigação privada expandiu-se por todo o Vale. Os mais recentes usuários desses benefícios são empresas particulares, que vêm desde algum tempo, e aos poucos, sendo incorporadas ao Projeto Curu-Paraipaba, para desenvolver atividades agroindustriais, a começar pela Agrovale, seguidas da Ypioca e, mais recentemente

⁹⁰ Seu Chico Caipira conta com entusiasmo que ali “todos vivem graças a um homem de bem: o seu Batista que conseguiu com o presidente Juscelino para construir uma cidade que nem Brasília, que nasceu na planta”.

a Paraipaba Agroindustrial⁹¹, sem esquecer a Unidade de Beneficiamento do Coco (UBC), que é gerenciada pelos colonos. As atividades comerciais floresceram, conferindo à cidade uma feição cada vez mais urbana.

Essa mudança é também fortemente percebida entre os lotes. No início, obrigatoriamente destinados às atividades agrícolas, na atualidade, salta a vista, o que por muitos é considerado um progresso, pois no projeto existem salões de beleza, ateliês de costura, fábricas de polpas de frutas, lojas de artesanato, de venda de plantas e vários bares e restaurantes.

As antenas parabólicas que, há um tempo não tão distante, surpreendiam os cidadãos, quando iam de sertão adentro, perderam sua excentricidade. Entre as pessoas do projeto, o que é progresso é a existência de *Lan Houses*, *Play Stations*, *Game Stations*. Em cada setor se encontra, pelo menos, um estabelecimento do gênero. Outro grande avanço considerado refere-se à existência das quatro operadoras de telefonia celular: Claro, TIM, Vivo e Oi, que podem ser acessadas por quase todo o Vale. Portando um *modem* de qualquer dessas operadoras, pode-se facilmente acessar a *internet*, ou seja, no recôndito dos espaços rurais pode-se estar conectado ao mundo.

“Essas coisas modernas” na opinião de Seu Camalote, colono do C1, “os dinheiros fácil do ganho sem trabalho e a frescura do governo de proibir os filhos trabalhar com os pai estão colaborando para que “os jovens de hoje” não mais queiram ser agricultores”. A partir de oposições entre o moderno e o tradicional, percebe-se uma recorrência, nos depoimentos dos mais velhos, que associa o processo de descontinuidade dos jovens como agricultores, a redução da autoridade dos pais de família, em virtude da televisão e da cidade. As intromissões do Estado, por meio de suas políticas de concessão ou de repressão, com menor ênfase, são também referenciadas pelos colonos.

As mulheres, que vez ou outra, falam da falta de coragem dos maridos para enfrentar o povo da CIVAC, associam o desinteresse dos filhos pelo lote, ao modelo de gerenciamento do DNOCS. Na opinião delas, a dominação da CIVAC se expressava tão mais forte e tão de domínio público, que a autoridade necessária dos chefes de família para que seus filhos se espelhassem em seus exemplos.

Em meio a essa problemática, erguem-se vozes que atribuem ao desenvolvimento do agronegócio do coco no projeto, a causa do abandono da carreira de agricultor. Tinguí, um colono do setor “E”, por exemplo, se posicionou com uma visão severamente

⁹¹ Esta empresa foi implantada em 2005 e exporta água de coco envasada. A empresa não faz integração com as organizações dos irrigantes e compra individualmente parte da produção do perímetro.

crítica à instituição da monocultura do coco. A sua restrição – apesar de estar mais associada às questões agronômicas, pois ele mesmo tem coqueiros – vai de encontro à opinião de outros colonos, pois ele foi enfático ao afirmar que a agroindústria do coco⁹² é o agente que mais contribui para deslocar a mão-de-obra local para as atividades de apanhador e descascador de coco. Outras ocupações, segundo ele, têm surgido, a exemplo das atividades de *office boy*, cortador de cana, vendedor e trabalho de garçom, mas o que pesa mesmo é trabalhar para o coco.

Pesquisa realizada⁹³ em 2007, por meio de 505 questionários aplicados junto aos colonos, revelou que 55% das unidades familiares têm como fonte de renda a agricultura irrigada; 35% provêm das aposentadorias enquanto os 10% restantes estão distribuídas em atividades ligadas ao comércio e outros tipos de emprego.

Quando a pesquisa se debruça sobre os membros da família, podem-se confirmar as ocupações que foram listadas nas primeiras entrevistas, ou seja, aparecem em ordem decrescente, apanhadores e descascadores de coco⁹⁴, comparadores de coco, cortadores de cana e motoboys (exercidas praticamente pelo sexo masculino). Aparecem com expressividade os empregos de professora, agente de saúde e outros (exercidos em sua grande maioria pelas mulheres).

A produção de coco para o mercado de consumo e para o mercado de trabalho assalariado, portanto, predomina na área cultivada, delineando atualmente a verdejante paisagem e as ocupações da área irrigada do Curu-Paraipaba. Essa predominância de uma monocultura do coco é vista por Boldão – um jovem, filho de irrigante e possuidor de um lote – como a escravidão de Paraipaba.

[...] as pessoas aqui tão escravizadas pelo coco, não para produzir; se você quiser contratar alguém para limpar ou plantar você tem dificuldade de encontrar, quase ninguém se interessa pelo trabalho da agricultura; agora quando as empresas chamam para apanhar ou cortar coco aqui ou em outros lugares como tem gente daqui que vai até pro Espírito Santo, Petrolina, e para muitos outros lugares eles logo aceitam, pois trabalham por produção, ganhando por cada coco descascado o valor de vinte centavos; eles chegam a descascar duzentos cocos, podendo apurar num dia quarenta reais contra uma diária daqui que é paga a quinze. Só que essa vantagem dura pouco. Tem gente que os pais tem lote que eles podem herdar e

⁹² Esse tipo de deslocamento na agricultura e atribuído por Singer (1973, p.38) como fatores de mudança como parte do próprio processo de industrialização, na medida em que este atinge a agricultura.

⁹³ A pesquisa foi realizada pela Associação do Distrito de Irrigação Curu-Paraipaba (ADICP), tendo em vista o apoio ao “Programa de Transferência de Gestão”, programa governamental que tem por objetivo transferir a gestão do perímetro para suas organizações.

⁹⁴ Essas duas atividades, bem como a de cortadores de cana confirmam a ocorrência de um tipo de migração chamado por Ligia Sygaud de trabalho volante e por outros autores de migração pendular e que consiste na retirada de grupos de trabalhadores que ficam, às vezes, meses a fio envolvidos em atividades agrícolas sazonais para fornecimento de matérias primas para as agroindústrias.

garantir uma coisa de futuro, mas preferem viver assim, na incerteza; também tem outro problema que contribui para eles estarem assim, não foram acostumados a trabalhar com a agricultura, pois estes dinheiros de aposento, bolsa escola, bolsa família tá desacostumando muita gente da agricultura.

Aliás, no tocante às políticas de transferência de renda destinadas às populações rurais, o depoimento de Boldão coincide com tantos outros, bem como, com narrativas centradas nesta temática. Entre os diversos segmentos sociais, das mais variadas faixas etárias, vozes têm se somado, afinando um coro que faz crítica às fissuras que esses benefícios têm causado ao tecido social dos espaços rurais.

Os partidários dessa visão argumentam que tais benefícios contribuem para desestabilizar as sólidas relações entre terra, trabalho e família, dinâmica na qual a agricultura familiar organiza sua existência, resistências e padrões de sucessão hereditária. Um bom exemplo, nesse sentido, é o longo trabalho etnográfico⁹⁵ que Parry Scott realizou em um reassentamento de agricultores familiares realizada pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF).

Ao referir-se à criação da Verba de Manutenção Temporária⁹⁶ (VMT) concedida aos agricultores, pais de família reassentados, enquanto aguardavam a primeira colheita, Scott (2006) chama atenção para o fato de que:

a VMT virou o símbolo da desunião familiar, da dependência excessiva do agricultor da CHESF e da criação de um discurso acusatório dos detratores da Agricultura Familiar. Do outro lado sem ter uma roça, com dinheiro nas mãos o papel de produtor do pai de família é anulado e a capacidade de administrar a mão-de-obra familiar, maior poder do agricultor familiar, é severamente restrita. (SCOTT, 2006, p.246-247).

Sua abordagem crítica é igualmente severa em mais dois aspectos. Em primeiro lugar, pela redução da autoridade paterna no contexto de uma forte intervenção de técnicos com seus receituários agrônômicos:

A mudança na tecnologia de produção, mediada pela presença de um agrônomo para orientar os agricultores em relação às novas práticas de certa forma prejudica a autoridade do pai na transmissão de conhecimento. O técnico é uma nova autoridade, atrelado às estruturas de carreira e aos conhecimentos produzidos fora dos eixos do conhecimento local, até mesmo associado a consórcios internacionais [...] seus conselhos podem minar a autoridade dos pais sobre os filhos, dependendo do processo de adesão às novas tecnologias. (Ibidem.,2006, p. 248).

⁹⁵ Scott examina as repercussões de políticas públicas nas relações familiares no meio rural, referenciada na experiência de um reassentamento de agricultores atingidos pela barragem de Itaparica no Rio São Francisco. O autor apresenta uma severa crítica a estas políticas emergenciais.

⁹⁶ O valor da VMT correspondia, aproximadamente, a dois salários mínimos.

Em segundo lugar, acrescentando à sua visão crítica, um ponto de vista partilhado por muitos agricultores familiares, verte um olhar para a política de proteção social focada no combate ao trabalho infantil

Uma das políticas mais difíceis de serem aceitas pelo agricultor familiar são as que se relacionam ao combate do trabalho infantil, pois é na roça que se aprende a ser agricultor. A bolsa-escola mantém os filhos na escola garantindo a complementação monetária dos pais, contudo, na ótica de muitos agricultores, mesmo que entusiasmados com o ganho monetário e escolaridade ressentem-se pelo fato de que o que se aprende na escola não tem quase nada a ver com a vida da roça [...] pois parece que a tentativa de direcionar a escola para as necessidades locais distorceria de tal modo o planejamento sistemático padronizado da educação que perderia definitivamente o rumo. Há quem conclua que, com o bolsa-escola, o governo quer criar pessoas ociosas incapacitadas para trabalhar na roça e que possam ingressar na quadrilha de bandidos que estão se tornando cada vez mais visíveis na cidade e no campo. (Ibidem., 2006, p. 251- 252).

Transpondo o lugar comum da denúncia e sem deixar de reconhecer a existência de penosas condições de trabalho infantil que antecedem e ultrapassam o sistema de produção capitalista, Delma Pessanha Neves dá uma atenção especial ao tema da condenação do trabalho infantil, argumentando, sobretudo, que:

Há formas de trabalho infantil fundamentais na transmissão do patrimônio de saberes e disciplinas de certas profissões e de construção do herdeiro e, principalmente do sucessor, no caso do trabalhador artesanal, profissional ou camponês. [...] A orientação do uso da força de trabalho, nesses casos, não responde diretamente à crescente expansão da apropriação da mais-valia e ao uso descartável de seu portador. (NEVES, 1999, p.10).

No caso específico da proibição do trabalho infantil, os colonos mais experimentados e os agentes (técnicos) que lidam com a organização das unidades familiares, concordam com o esforço empreendido pelos governantes para garantir os estudos das crianças e dos jovens rurais, sobretudo porque “a agricultura de agora precisa de homens e mulheres de muito saber para entender os manuais.”⁹⁷ De todo modo, a grande maioria acha um absurdo proibir as crianças de aprender com os pais. Como afirma Cajado-de-São José:

[...] se eles num começarem de pequenos na roça, depois de grandes eles num querem mais saber, pois vão tá com a cabeça na cidade. Eu pude ensinar aos meus e ta tudo aqui em volta. Por isso que tem essas casinhas aqui no quintal.

⁹⁷Comentário do Seu Abiu, colono aposentado, confirma a opinião de Wanderley (2007, p.137) o desafio do jovem agricultor que quando assume a profissão “tem que assumir a tradição e a inovação [...] porque carrega uma tradição apreendida, mas ao mesmo tempo é chamado para inovar. A profissão de agricultor é extremamente exigente na sociedade moderna porque tem que conciliar tradição e inovação”.

Os fi deles, num quiseram saber, dois já são professores, um na Paraipaba e o outro no Acaraú. Esses, pelo menos, melhoraram de vida [...] Verdade e Graças as nossas reza.

A concordância final seguida de agradecimentos a Deus é complementação feita pela esposa de Cajado-de-São José que estava presente à entrevista e que se somam às opiniões que tendem a reforçar uma visão de desprestígio do trabalho agrícola. A visão que um dos atuais dirigentes da associação dos colonos sobre a vida de agricultor é a expressão maior desse desgaste, sobretudo, levando em consideração a posição de liderança que ele está ocupando. Para ele, “a agricultura é pra quem num sabe assentar um ‘A’ no papel”.

Dono de um pensamento que se contrapõe ao de Seu Abiu, ou seja, de que o “fazer” da agricultura requer estudo, o dirigente da associação chega a afirmar, em debates, que a cultura do coco, por exemplo, não precisa de um saber diferenciado ou de cuidados específicos e que “basta pagar a diária de um trabalhador algumas vez por mês, que a produção tá garantida”.

Esse é um aspecto relevante para apreensão, pois vem a reforçar opiniões de que se fez registro no início do trabalho, ou seja, de que a opção de explorar monoculturas (cana e depois coco), na área irrigada, pode ter influenciado no direcionamento dos filhos dos colonos em serem ou não agricultores. Na casa de Agrião – embora ele justifique o desinteresse dos filhos à preguiça e até “a pouca saúde quando eram meninos [...] num tem um que vá nem no lote.”

Parece não haver dúvidas de que a opção de explorar a área irrigada com monoculturas possa ter uma forte influência na descontinuidade dos filhos como agricultores familiares, até mesmo porque as duas culturas (coco e cana) requerem pouca mão-de-obra. Todavia, é digno de nota o registro de que todas as afirmações de um dirigente tenham sido feitas na presença da mulher e dos filhos. Aliás, os colonos (pais) partidários dessa visão de menosprezo da agricultura, como carreira, não deixavam de falar mal da atividade diante dos filhos, realçando para o estudo, o valor de incorporar às análises os processos de socialização, tanto na família, como nas escolas e em outros espaços de convivência, como por exemplo, a igreja.

Por esse ou aquele motivo, pais, autoridades, escolas reconhecem a desocupação dos jovens como uma grande problemática para o município, sobretudo, porque a ociosidade deles é logo relacionada à intensificação no uso de drogas. Com essa preocupação em mente, na cidade tem se realizado, com frequência, fóruns de

debates, com o intuito de prevenir e deter o consumo de drogas, tendo em vista o controle da violência que vem se insinuando com a chegada da mesma.

De um desses eventos achei válido anotar o depoimento de Erva-Capitão⁹⁸, um veterinário da prefeitura de Paraipaba, dono de lote, destacando como um grande problema para cidade a quantidade de jovens desocupados ou semi-ocupados, num lugar com tanta área irrigada. Tais problemas “que se avolumam a cada dia”, na opinião dele, estão associados à superposição de um dos benefícios que os irrigantes recebem, a exemplo do FUNRURAL e Bolsa Família, que vêm tirando as crianças e os jovens do trabalho agrícola para estudar. Concluído o segundo grau, estes jovens não conseguem mais ascender, por não conseguirem concorrer no mercado de trabalho com jovens que tiveram acesso aos melhores colégios de outras cidades⁹⁹.

A opinião do veterinário vem se somar, pelo menos aparentemente, ao ponto de vista dos colonos mais velhos em relação à crença de que os benefícios recebidos pelas famílias trabalhadoras têm concorrido para afastar os jovens do trabalho na agricultura.

É preciso ponderar, contudo, que não é consensual, entre os sujeitos do projeto, a ideia de recusa às políticas compensatórias. As mulheres, sejam elas mães ou avós, em sua maioria, reconhecem ganhos, não apenas de ordem material, como resultado dos benefícios que possibilitam a manutenção dos filhos na escola. Para elas, a ampliação de oportunidades de inserção dos filhos no mercado de trabalho é a grande vantagem do Bolsa Família. Segundo Jasmim Manga, professora do 1º grau em escola do Projeto, filha e esposa de colono e mãe de dois filhos,

É muito injusto falarem mal de um programa que permite aos colonos manter os filhos na escola. Ora se todos os filhos da gente resolvessem viver do trabalho nos lotes, não daria certo. O lote não daria para todos, pois têm menos de 04 ha e grande parte das famílias daqui têm mais que cinco filhos, O estudo é o meio de ajudar a conseguir outro tipo de trabalho. Veja bem, meu marido tira renda de uma parte do lote que era do pai dele. Os outros trabalham na Paraipaba e ainda assim brigam pelo lote Dizem que a casa é deles. Já pensou se todos fossem viver do lote. Tinham era matado ele.

⁹⁸ Registre o depoimento de Erva-Capitão em reunião na Secretaria de Ação Social, sobre a problemática da juventude, cujas proposições de soluções seriam encaminhadas para concorrer a prêmios do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

⁹⁹ As dificuldades de acesso ao trabalho tem levado jovens de outras cidades a participarem de concursos abertos pelas prefeituras de Paraipaba e adjacências.

Um ponto de vista que enriquece o debate sobre a presença obrigatória dos jovens em sala de aula, é o posicionamento de Dona Carquejinha, ao comparar os estudos dela no passado com os dos seus netos na atualidade

Eu costumo dizer pros meus netos que eles vivem “de dia”, pois o estudo vem atrás deles, os carros passam aqui na rua pra levarem eles pra escola pra puderem vê mais longe. Nosso tempo foi o tempo “da noite”. Pra aprender um pouquinho, a gente depois do trabalho, de noite, lá na serra com a luz da lamparina pegava as cartlinhas do Nordeste pra aprender a ler um pouquinho, pelo menos ler as coisas que a gente precisava comprar, assim como um tijolo, uma teia.

Em relação à política de proibição do trabalho infantil, os pontos de convergência são maiores. Saliente-se que ao se posicionarem reticentes, os sujeitos do projeto não demonstram uma oposição à política em si, eles também recriminam pais que deixam os filhos ainda pequenos trabalharem como descascadores ou tiradores de coco. Nesse aspecto, alguns pontos aproximam as opiniões dos colonos para um espaço maior de convergência. Em primeiro lugar, pelas opiniões de que os filhos não devem trabalhar, mas devem aprender com os pais, sem que prejudiquem os estudos, a fazer agricultura. Em segundo lugar, pelo grande número de pessoas que acham que o governo deveria fazer um investimento maior em ensino agrícola.

A própria professora que, em depoimento anterior, julgou como injustas as críticas que os colonos reputam ao Bolsa Escola, quando se refere às leis do trabalho, é de opinião que os filhos têm que, em primeiro lugar, estudar, mas que precisam acompanhar o pai para também saber trabalhar nos lotes:

[...] Eu mesma eduquei meu filho assim. O Almíscar iniciou cedo nos estudos mas cedo também começou a acompanhar o pai no trabalho dos lotes. Com serviços leves, é verdade, mas tanto eu como o Açafreão (marido) somos de opinião que trabalho está difícil pra todo mundo. Mesmo pra quem estuda. Então nós entendemos que o lote é como um seguro, se a situação apertar dá pra sobreviver.

Os colonos mais velhos socializados “desde que se entendem por gente trabalhando com os pais na enxada”, demonstram um sentimento diferente. A maioria ainda que admita “a dureza que é a vida do agricultor” evidencia um temor em relação ao futuro dos filhos, netos e mesmo do futuro da agricultura, o que pode justificar o medo que têm do ganho fácil, sem trabalho. Um temor de que o fato de “ganhar o pão” por outro caminho que não seja com o “suor do rosto”, a que foram

acostumados, forje uma geração de malandros, pois os colonos falam de um lugar social em que produção e consumo se realizam na mesma esfera.

Os mediadores, a exemplo do veterinário, não falam do mesmo lugar. Muitos se envolveram com as questões dos espaços rurais, depois de se tornarem agrônomos, veterinários etc.. A grande maioria, como mencionado por Schuh (1971), sequer conhecia um estabelecimento agrícola, antes do ingresso em suas faculdades. Assim sendo, do árduo trabalho de que falam os agricultores, pouco entendem e que porquanto ao mesmo conteúdo de depoimentos devem corresponder diferentes expectativas.

Concordo com Delma Pessanha quando afirma que a perversão do trabalho infantil, do qual muito se recorreu em zonas canavieiras do Brasil, é inaceitável e requer medidas de repressão e de punição severas. Igualmente, concordo com a autora que existem formas de trabalho infantil que constituem um caminho de transmissão do patrimônio de saberes, de construção de herdeiros e, principalmente, de sucessor. O trabalhador camponês faz parte desse grupo (NEVES, 1999). A crítica deve recair pois na homogeneidade das definições da política.

Quanto aos incentivos direcionados às famílias “pobres”, visando garantir a frequência de seus filhos na escola, me coloco lado a lado à opinião majoritária das mulheres do projeto, sobretudo, por compreender que a persistência dessa condição de inferioridade (a pobreza) se amparou, desde há muito, na supressão da educação para essas camadas da população. Trata-se, portanto, de uma construção social, como evidenciou Thompson (2008), recorrendo às ideias de Francis Bacon e Bernard Mandeville na construção do pensamento social.

O imperativo de introduzir a educação o mais cedo possível junto à população, para que se incorporassem os bons costumes, inseriu-se na organização da sociedade sem orientar-se por princípios de universalidade. Thompson (2008) enfatiza que Bacon ao reconhecer a necessidade da educação para as crianças “não estava pensando na classe trabalhadora” e que, cem anos depois, Mandeville, tão convencido quanto Bacon da “tirania dos costumes que prevalece sobre nós”, estava menos inclinado a aceitar a educação universal, pois do seu ponto de vista

Era necessário que “toda uma multidão [...] habituasse seu corpo ao trabalho”, tanto em seu próprio benefício como para sustentar o lazer, o conforto e os prazeres dos mais afortunados. Para que a sociedade seja feliz e o povo tranqüilo nas circunstâncias mais adversas, é necessário que grande parte dele seja ignorante e pobre. O conhecimento não só amplia como multiplica nossos desejos [...] Quanto

mais um pastor, um arador ou qualquer outro camponês souber sobre o mundo e sobre o que é alheio ao seu trabalho e emprego, menos capaz será de suportar as fadigas e as dificuldades de sua vida. (THOMPSON, 2008, p.15).

Para Mandeville (*apud* THOMPSON, 2008) o aprendizado da leitura, da escrita e da aritmética “é muito pernicioso aos pobres”. Evidentemente, essas ideias dos considerados grandes pensadores foram sendo transmitidas e inculcadas no mundo.

No Brasil, por exemplo, o *Manual do Agricultor Brasileiro*, escrito no século XIX, foi um dos primeiros tratados agrícolas impressos no País. Carlos Augusto Taunay, quando publicou a obra, em 1839, em capítulo que recomendou a criação de “cursos agrônômicos em fazendas-modelos” operou no mesmo sentido. O programa de educação agrícola proposto pelo autor era voltado para os futuros senhores e administradores, tendo em vista a uniformização do comportamento administrativo da classe senhorial e de seus prepostos. De fato, o propósito central do Manual era educar e instruir os brancos na arte de bem comandar os cativos (TAUNAY, 2001). Se, aos muitos desses “pobres” se persistiu na negação do acesso à educação, ao que mais eles podiam recorrer senão à transmissão oral, com sua pesada carga de “costumes”?

É evidente que se está diante de um grande elenco de opiniões sobre o que pesa ou não para o desinteresse dos jovens do projeto para com o trabalho agrícola. Tamanho do lote, a predominância de monoculturas, a presença de drogas, os dinheiros fáceis, da internet, dos jogos eletrônicos, uma falta de política de incentivos, etc., são elementos listados como possíveis causas.

Na cidade, ou mesmo entre as instâncias institucionais do projeto, quando o tema da descontinuidade dos jovens como agricultores se verte para a compreensão de causas e efeitos, não se menciona a possibilidade de que as experiências vivenciadas pelas gerações anteriores pesem como um “fator de expulsão”¹⁰⁰, motivada, não apenas por ser um trabalho árduo, como enseja Brumer (2007), mas, sobretudo, porque, desde há muito, a carreira do agricultor é caricaturada como símbolo do atraso e do primitivo. O sertanejo é visto como um ser desqualificado para o trabalho, indolente, vadio e que recusa a civilização, conforme mostrado na análise de Euclides da Cunha:

Intentamos esboçar [...] ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil e fazemo-lo porque a sua instabilidade de complexo de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliadas às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem,

¹⁰⁰Anita Brumer lista como causas da emigração rural, de um lado fatores de atração urbanos, especialmente, assalariamento e de outro, fatores de expulsão associados às dificuldades das atividades agrícolas.

as tornam talvez efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente nossa terra. O jagunço destemeroso, o tabaréu ingênuo e o caipira simplório, serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas. (CUNHA, 1973).

Em *Os Sertões* Cunha (1973) inscreveu seu nome na história do pensamento social brasileiro. Tal como outros intérpretes¹⁰¹, a saga de Canudos tal qual contada por ele, ao ser apropriada pela história, literatura e outras artes, tende a reforçar essa caricatura do sertanejo. A esse aspecto caricatural contrapõe-se a imagem do homem urbano, retratada por um homem cordial educado, apto para o trabalho etc.

Qualquer análise sobre o espaço rural requer um olhar que contemple suas relações com os espaços urbanos. Esse estudo acrescenta às já existentes perspectivas analíticas, um ponto de vista que associa a descontinuidade dos jovens como agricultores à combinação de alguns fatores, dada a contiguidade entre os dois espaços. As mudanças de desejo de alguns pais em ter os filhos como sucessores na agricultura, combinada ao aceno de empregos e de serviços facultados por um espaço urbano tão contíguo ao rural.

Em alinhamento à perspectiva adotada, incorpora-se ao estudo já no próximo capítulo, uma recuperação da história social da agricultura irrigada, invento que, como mostra Darcy Ribeiro em *O Processo Civilizatório*, propiciou à humanidade a possibilidade de formação de excedentes de alimentos, dando início à separação entre produção e consumo, que em última instância marca o começo de uma estratificação social.

¹⁰¹Nesse sentido, outras referências de peso são o “Jeca Tatu” de Monteiro Lobato, bem como algumas passagens de “Os parceiros” quando, por exemplo, Cândido usa a expressão “desnecessidade de trabalhar”, ensejando o desapego do caipira ao trabalho ou na passagem em que refere o dia a dia do caipira como uma luta estrita para não passar fome.

3 SURGIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA: O INÍCIO DA DIFERENCIAÇÃO SOCIAL

“Os produtores reais, antes tão férteis em invenções, ficaram reduzidos às condições de ‘classes inferiores.’” (Childe, 1981).

A revisão de literatura, que consubstancia aspectos importantes deste estudo, beneficiou-se de algumas referências que datam e localizam o início das atividades de irrigação e drenagem na história da humanidade. Embora importantes para os propósitos essenciais desta pesquisa, que estão intrinsecamente associados às mudanças institucionais e culturais decorrentes do processo de “produção de espaços” irrigados no semiárido brasileiro, as fontes escasseiam. Não que não se encontrem fontes que recuperam fatos relevantes da construção social da agricultura irrigada no Ceará. Aliás, prolifera, nesse sentido, a quantidade de artigos, livros e teses. De todo modo, esses estudos, em sua maioria, recupera a história de “produção do espaço” destacando muito mais a ação do Estado e deixando ao largo o papel central que os “produtores reais” desempenharam na invenção de técnicas para controlar, tanto o excesso quanto a escassez de água, tendo em vista a produção de alimentos e a reprodução social de seus descendentes.

Assim sendo, o objetivo deste capítulo é destacar, no processo de evolução da humanidade, o papel dos “produtores reais”, enquanto agentes centrais na organização e produção do espaço, bem como a ulterior usurpação desses produtores como sujeitos da ação pelos estados que emergem para dirimir conflitos entre as classes sociais que se formaram a partir da possibilidade de produção de excedentes de alimentos.

3.1 Primórdios da Agricultura Irrigada: Fragmentos de sua História Social

Como estratégia para conviver com escassez ou excessos de água, utilizando-a de forma sistemática para agricultura, os homens, desde as primeiras civilizações, domaram rios, desenvolvendo ideias engenhosas, das quais a construção de reservatórios, diques, valetas e o estabelecimento de regras para uma justa distribuição de água entre os membros das comunidades se constituem referências milenares.¹⁰²

Foi nas condições da irrigação natural que os aborígenes experimentaram a possibilidade de permanecer cultivando as mesmas áreas em campos que eram alagados entre

¹⁰² Destacando as experiências do sul do Egito e da Mesopotâmia, locais onde as chuvas eram quase inexistentes, Pinsky (2003, p. 67) traz referências da construção de diques e reservatórios necessários ao controle da água, realizados pela ação de grande número de pessoas socialmente organizadas, que datam de 5 ou 6 mil anos.

dois plantios. Como coerentemente argumentado por Perry, foi a irrigação natural, enquanto método mais antigo de cultivo de cereais, que possibilitou a fixação do agricultor em uma mesma área de cultivo por anos a fio (CHILDE, 1981).

Não me parece desinteressante para os propósitos desta análise destacar a prodigiosa transformação que o equipamento da ação humana para dominar rios operou na história da humanidade. Tal é a magnitude do salto tecnológico propiciado pelo “regadio” que Darcy Ribeiro (1968), em ensaio que focaliza a evolução sociocultural nos últimos dez milênios, ampliou o tríptico conceito de “revolução” de Gordon Childe, que se restringe às seguintes revoluções culturais: a) Revolução Agrícola; b) Revolução Urbana; c) Revolução Industrial.

Apresentando um novo esquema, no qual à Revolução Urbana sucedeu uma Revolução do Regadio¹⁰³, Ribeiro (1968, p.35) mostra que esse processo forneceu “as bases tecnológicas para a configuração das primeiras civilizações regionais, através de inovações prodigiosas”, das quais destaca, entre outras, a construção de grandes canais de irrigação a partir de 2350 a.C. na Mesopotâmia e, logo em seguida, no Egito, ampliando-se por entre várias civilizações.¹⁰⁴

Nas Américas – mais tarde (300 E.C.) –, tanto os Maya como os Khmer são incluídos nesse processo civilizatório pela presença de obras de controle das águas. Finalmente, os Inca e os Azteca, os quais o conquistador espanhol ainda encontrou pujantes, mas que, rapidamente, esmagou-os (Idem., 1968, p.94). Quando da conquista espanhola, os Inca (PINSKY, 2003) dispunham de considerável acúmulo de conhecimentos na edificação de pontes, caminhos e canais de irrigação.

No Brasil – ainda que se debite à arqueologia a lacuna de não ter reunido uma documentação representativa de todo o território nacional, que exprima os percursos e avanços de nossos ancestrais no manejo da natureza e as diversas estratégias de sobrevivência que coexistiram durante milênios –, os vestígios dos povos tupi-guarani, no período que precede o domínio europeu, deixam ver que eles “não gostavam de se afastar dos rios navegáveis [...] e apreciavam morar na proximidade de corredeiras, onde era fácil instalar barragens e armadilhas para capturar os peixes.” (PROUS, 2006, p. 98).

¹⁰³ Todos os grifos são do autor. Vale acrescentar que, além e após a Revolução do Regadio, Ribeiro acrescenta ao esquema proposto por Childe, em ordem cronológica e em um *continuum*, a Revolução Metalúrgica, a Revolução Pastoral, a Revolução Mercantil e a Revolução Termonuclear.

¹⁰⁴ A perspectiva meramente evolutiva informa que, ao início da Revolução do Regadio, na Mesopotâmia, em 2350 a.C, seguiram-se o Egito, em 2070 a.C; a Índia, em 327 a.C; a China, em 1122 a.C; a Indochina, em 600 a.C.; a América, com os Maya, em 300 a.C; o Japão, em 1603 a.C. (RIBEIRO, 1968).

É justo mencionar que à época da conquista, por volta de 1500, “centenas de povos indígenas dependiam da agricultura para sobreviver”. Não fora o conhecimento por eles acumulado sobre as espécies vegetais nativas para consumo humano, dificilmente os portugueses teriam sobrevivido no Brasil, o que provavelmente teria abortado suas pretensões de colonização (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2006, p.16).

Arqueólogos, historiadores e antropólogos (RIBEIRO, 1968; CHILDE, 1981; PINSK, 2003; DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2006; PROUS, 2006) mostram que a ação dos seres humanos para dominar a natureza em busca da sobrevivência deita suas raízes em eras longínquas. Ao longo do tempo, os estudiosos do tema têm acumulado um vasto apanhado de dados que, a depender dos objetivos, possibilitaria realizar uma descrição minuciosa na evolução de estratégias usadas pelas populações pretéritas para dominação dos rios.

Entretanto, o desafio de analisar os processos sociais que intermediaram a transformação do espaço rural de Paraipaba – destacando as condições históricas e institucionais, elementares para implantação do projeto de irrigação – requer uma abordagem que atenua, por assim dizer, as fronteiras que separam, por exemplo, a sociologia e a antropologia da economia e da história, já que os questionamentos levantados pelas duas primeiras reivindicam aportes facultados pelas duas outras. Lembrando Bourdieu (1989, p. 31), “o limite do campo é o limite dos seus efeitos, ou em outro sentido, um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou que neles o produz”.

Há que se considerar a importância de recuperar condicionantes externos e internos e suas implicações na formação do tecido social do projeto. De pronto, a história se nos mostra como uma disciplina de tipo-ideal para tal propósito, com um adendo: desde que se trate da história entendida em sua vertente de inspiração (Idem., 1989, p. 37) que não tem “um interesse de ‘antiquário’, mas preocupada em compreender por que se compreende e como se compreende.”¹⁰⁵

Obviamente, apreender, renovar ou aprofundar conhecimentos propicia ao pesquisador um inegável deleite intelectual. Portanto saber qual invento ou região presidiu as primeiras conquistas da humanidade, ou então, se o Nilo, no sul do Egito, e o Tigre e Eufrates, na Mesopotâmia, foram os primeiros rios controlados pela intervenção humana, constitui-se um ato prazeroso de apreensão de passos da história da civilização. Entretanto, ao buscar compreender os primórdios da arte de irrigar, guiada pelos ensinamentos de Bourdieu,

¹⁰⁵Compreensão devida a Bourdieu (1989: 23/44); b) Grifo do autor.

percebem-se aspectos relevantes da chamada história social e cultural, que mostram um valor operacional para apoiar as reflexões deste capítulo.

Por isso, da arguta narrativa de Jaime Pinsk (2003) acerca do processo civilizatório que levou nossos ancestrais a fazer tantas conquistas, pareceu mais importante reter que a dominação dos rios, como um dos passos iniciais da civilização, era feita sem referências para serem seguidas ou parâmetros preestabelecidos; que a “necessidade” era a matriz inventiva dos artefatos criados por grupamentos humanos¹⁰⁶, para conviver com as estiagens ou enchentes; e que se estabeleciam regras para utilização da água, evitando que quem tivesse terras perto dos diques fosse o único beneficiário (PINSK, 2003, p. 60).

Em dimensão mais abrangente, sobressai-se, como de grande valor operatório, o emprego, por Darcy Ribeiro (1968), do conceito de “revolução tecnológica” para expressar “que a certas transformações prodigiosas no equipamento da ação humana sobre a natureza [...] correspondem alterações qualitativas em todo modo de ser das sociedades.” (RIBEIRO, 1968, p.34).

Nesse contexto, é digno de nota o registro feito por Darcy Ribeiro (1968) acerca da relação entre os progressos da tecnologia e as mudanças na estratificação ocupacional ao longo do processo civilizatório. As incipientes técnicas de irrigação e de adubação do solo, como assinalado pelo autor, ao controlar dois fatores limitantes da produtividade agrícola, asseguraram colheitas mais fartas e a produção de excedentes de alimentos, liberando um número crescente de pessoas das atividades de subsistência, favorecendo o surgimento de formas mais complexas de divisão social do trabalho, através da especialização artesanal e do comércio, interno e externo, entre lavradores e pastores.

Por este caminho é que os progressos da tecnologia produtiva puseram em ação um segundo modelador da vida social – a estratificação ocupacional – que imporia reordenações tendentes a transformar toda estrutura interna da sociedade [...] processos de estratificação social e de organização política que passarão a operar, de então por diante, acionados por sucessivos progressos tecnológicos. Com eles surgem mecanismos de compulsão do aumento da produtividade, de acumulação de riqueza e de concentração desta em mãos de grupos minoritários que na defesa de seus privilégios, atuam como incentivadores do desenvolvimento econômico. (Ibidem., 1968, p. 66-68).

Nesse percurso – que se vai tornando de grande complexidade –, as primitivas comunidades agrícolas igualitárias, fundadas “na garantia a cada unidade familiar dos

¹⁰⁶ Childe (1971, p.115), em seu estudo sobre a evolução cultural do homem, enfatiza que “todas as obras em questão eram empreendimentos coletivos, beneficiando a comunidade como um todo e estavam acima do poder do indivíduo” .

produtos do seu trabalho” são transformadas em sociedades de classe “assentadas na propriedade privada ou em outras formas de apropriação e de acumulação do produto do trabalho social” (Ibidem. 1968, p.68). Estudiosos da temática (RIBEIRO, 1968; CHILDE, 1981; MENDRAS, 1978; PINSK, 2003) realçam como um dos desdobramentos marcantes no modo de vida dessas sociedades o crescente arrefecimento de relações sociais cimentadas por fortes laços de solidariedade, em virtude do peso de fatores de ordem econômica nas relações interpessoais, antes reguladas por vínculos de parentesco e de vizinhança.

Os estudos até aqui mencionados fornecem um entendimento de que a superação da condição igualitária das sociedades primitivas se deu por meio de processos endógenos, processos esses que foram se modificando e fertilizando – à medida que avançava o processo civilizatório – o aparecimento de ulteriores tensões sociais. Tende a ser consensual que o acúmulo de excedentes de produtos agrícolas, necessários ao suprimento alimentar dos trabalhadores envolvidos em obras de irrigação e drenagem, tornaram os projetos arquitetônicos mais ambiciosos, incrementando o estoque de alimentos acumulado. Tal acúmulo de alimentos resultou (CHILDE, 1981) na condição preliminar para o crescimento de aldeias e posterior transformação em cidade.

Contudo a alimentação abundante não foi suficiente para suprir a carência de outras matérias-primas¹⁰⁷ necessárias à vida civilizada. A necessidade de aquisição de madeiras, pedras e outros minérios para uso na construção de grandes obras públicas destinadas à proteção das aldeias e à secagem e irrigação das terras deram início às relações de trocas entre as populações dos vales aluviais que estocavam alimentos e aquelas que habitavam regiões de desertos e pântanos, consolidando a organização social e a centralização econômica.

O sacrifício da autossuficiência econômica, seguido do surgimento de uma estrutura econômica completamente nova, pode ser considerado, como bem o descreveu Darcy Ribeiro (1968), o marco inicial de ulteriores tensões sociais entre as comunidades primitivas, sobretudo porque o surgimento do Estado inaugurou um novo tipo de ordenação da vida social, baseada nos vínculos cívicos e na estratificação social, pelo surgimento de novas classes sociais, diferenciando os produtores das camadas parasitárias de apropriadores dos excedentes produzidos (Ibid., 1968).

¹⁰⁷ O vale do Nilo não dispunha de madeira para construção, pedra de cantaria, minérios e pedras mágicas. A Suméria estava ainda em pior situação. A única madeira nativa era proporcionada pela tamareira. Faltava-lhe não só o cobre, mas também a pederneira, da qual os rochedos do Nilo forneciam abundância, era também difícil de conseguir. Desde o início, os sumerianos tiveram de importar a obsidiana armênia ou outras pedras exóticas para fazer ferramentas. Sinda e Panjabe sofriam da mesma escassez de matérias-primas essenciais (CHILDE, 1981, 143).

Essa diferenciação redonda em modelos de sociedades regidos por distintos princípios: i) as regidas por princípios coletivistas, fundadas na propriedade coletiva ou estatal da terra e procedimentos não escravistas de contingenciamento da mão de obra; ii) as presididas por princípios privatistas, principalmente a propriedade privada e a escravização da força de trabalho. Tais linhas diferenciadoras vão dar origem a distintas formações socioculturais para as quais Ribeiro (1968) sugere classificá-las como dois processos civilizatórios.¹⁰⁸ O primeiro origina a formação de Estados Rurais de Modelo Coletivista, e o segundo, que vai formar os Estados Rurais de Modelo Privatista.

A rigor, é válido reter que é o Modelo Privatista que vem a presidir os conflitos iniciais das populações primitivas. Ao tornar-se vital para a consolidação do modelo, a escravidão ganhou impulso crescente, estimulando guerras de conquistas, que, além de expandir o domínio territorial, aprisionavam a população de áreas conquistadas como escravos pessoais, transformando-os em mão de obra imprescindível para execução de tarefas que permitissem a acumulação de bens para produção contínua de riqueza.

Com a ampliação de camadas servis e de amos liberados da obrigação de trabalhar, instaurou-se uma inversão de valores não mais assentados na operosidade, mas na riqueza e poder. Paulatinamente, os novos sujeitos sociais passam a constituir uma camada senhorial que amplia seus impulsos de dominação, para além dos seus escravos, na tentativa de cingir a sociedade como um todo, expandindo-se e preservando sua condição privilegiada. Essa condição, se de um lado lhes assegurava prestígio e riqueza, de outro impulsionava a revolta dos sujeitos¹⁰⁹ que, nesse processo de contingenciamento da mão de obra, eram transformados em párias. Destarte, para proteção das camadas senhoriais, sucessivamente, surgiram:

[...] novos estratos de especialistas – sacerdotes, funcionários, soldados – encarregados de manter a ordem na sociedade ampliada e enriquecida, de defendê-la contra saques tornados altamente atrativos pelo seu enriquecimento, bem como de abrir a expansão étnica sobre novas áreas e, ainda, de prover massas de escravos para as atividades produtivas [...] O governo dos homens, até então, matéria de lideranças tradicionais, vai-se tornando função de uma classe burocrática diferenciada.” (Ibidem., 1968. p. 71-73).

¹⁰⁸ O primeiro, correspondente ao trânsito de Aldeias Agrícolas Indiferenciadas a Estados Rurais Artesanais de Modelo Coletivista; o segundo, correspondente à configuração de Estados Rurais Artesanais de Modelo Privatista, desenvolvida por evolução interna, desde as aldeias agrícolas, ou através da subjugação destas por Hordas Pastorais Nômades (RIBEIRO, 1968, p.70).

¹⁰⁹ A complexidade da estrutura econômica, a partir do estabelecimento de relações de trocas para importação de produtos preciosos, de igual forma foi relacionado por Childe (1981, p.143) como justificativa para a necessidade de soldados para a proteção dos comboios; de escribas para registrar transações que se tornavam complexas; e funcionários do Estado para conciliar interesses em choque.

A evolução do processo civilizatório compreendida nessa perspectiva teórica, ou seja, desviando-se de um mero ato de apreço aos benefícios trazidos pelo progresso para, paralelamente, acentuar o preço que pagam os segmentos da população que é escravizada, para enriquecimento de uma emergente camada senhorial, aprofunda a percepção das muitas faces que operam as dinâmicas de dominação entre classes. O surgimento de uma classe burocrática diferenciada, instituída para garantir privilégios e mediar os conflitos decorrentes da desintegração social nas sociedades primitivas, é uma das faces de dominação que se revela e que mostra uma vívida relevância para orientar caminhos que permitam entender, na atualidade, a dinâmica de construção social da agricultura irrigada.

Não se trata aqui de querer estabelecer um *continuum* nesse processo de evolução, mas de perceber, nas análises deste estudo, o valor operatório de fatores que contribuíram para a desintegração social de sociedades primitivas, cujo eixo central foi a separação entre produção e consumo. Nessa linha de raciocínio, torna-se quase indispensável, na atualidade, incorporar às análises de construção social da realidade a forte presença da intervenção do Estado para a garantia de privilégios e contenção de conflitos, registrando, contudo, os condicionantes que o distinguem do passado, quando surge como decorrência do progresso.

3.2 A Agricultura Irrigada na Atualidade

Crescentemente revigorados na atualidade, os Estados – sejam coletivistas, sejam privatistas – assumem o papel de atores principais na indução do progresso pela mediação de um *corpus* burocrático¹¹⁰ responsável pela arquitetura de peças promotoras do desenvolvimento, amparados sempre em discursos que se forjam para responder a desafios históricos ou geográficos. No caso em apreço, têm sido as cíclicas secas das regiões semiáridas do Nordeste brasileiro o pano de fundo de cenários desafiantes.

“Os produtores reais, antes tão férteis em invenções”, são reduzidos a espectadores-beneficiários. Vale ressaltar que se lhes fraudaram a autoria, não lhes furtaram o intelecto e deste a consciência de seus saberes e do exercício da crítica, que, embora silenciosa, como bem expressam os colonos do projeto em seus relatos históricos, aqui resumidos no pensar do Pé-de-leão, do setor D2, quando se referiu à forte intromissão da assistência técnica no seu lote:

¹¹⁰ Constituem esse *corpus* burocrático: governantes, técnicos, intelectuais e lideranças outras.

[...] Eu penso já diferente. Eu penso que a assistência técnica nossa aqui era crédito para investir, adubar os lotes, tratar. [...] Eu acho o seguinte: um colono já da minha idade que trabalhou a vida inteira na agricultura que num sabe o que falta dentro do lote, o que é que precisa no lote *é um animal* [...] Porque eu é o seguinte: se eu vê um mato bem acolá numa terra seca eu sei qual é o tipo de legume que é bom pra lá, porque a gente conhece o chão da vida *e se eu num sei trabaiaar na agricultura, que diabo é que eu tô fazendo? Se eu me formei nisso.* [...] presta atenção: quando a gente tá doente vai atrás dum médico, num tem ninguém batendo aqui no quintal oferecendo saúde pra nós. A assistência técnica tem que ser assim, fica lá no escritório e então se os nossos plantio deixar de vingar, a gente vai lá e pede conseio pra eles, ou pra eles vim aqui, oferecido num tem preço, dá pra desconfiar que eles que tão precisando de emprego.[...] Mas que num é certo ficar aqui mandando a gente plantar o que eles quiser, isso num é não... no começo eles obrigava a gente prantar cana, que ia ser a mior coisa pra gente, mas eles queria mesmo era ajudar a Agrovale, não que a gente num tenha ganhado dineirin, mas o negócio deles tudo era a Agroval.

Côncios de seus saberes adquiridos por uma tradição multissecular, os colonos, de uma maneira geral, não se acham inferiorizados, quando os termos de comparação se referem às práticas agrícolas. O reconhecimento de que, em termos de negócios (compra e venda), eles não podem se orgulhar de ter a mesma experiência é acompanhado de senso crítico. O tom crítico com que a grande maioria se refere às relações do DNOCS com a indústria sucroalcooleira denota a aguda percepção que eles têm da condição que, historicamente, tem subordinado os produtores reais aos apropriadores dos excedentes produzidos.

É apropriado destacar a patente contradição que se observa entre o objetivo fim de beneficiar a Agrovale, percebido pelos colonos, e os propósitos de combater a pobreza anunciados no discurso técnico, especialmente na voz dos agentes sociais de mudança que se empenharam na transformação de espaços rurais do semiárido brasileiro por meio da implantação e da execução de projetos de irrigação.

Entre os técnicos prevalece um consenso de que os projetos do DNOCS, em sua fase antiga, consolidavam-se movidos por objetivos sociais, como ilustrado pelo depoimento de duas funcionárias do DNOCS que atuaram em intervenções nos estados do Piauí e do Ceará. Convicta de que seu trabalho era enobrecedor, pois tinha como propósito maior retirar da pobreza agricultores miseráveis, Mimosa, agrônoma do DNOCS, foi enfática ao afirmar que:

[...] No começo, o DNOCS implantava o projeto com um objetivo “puramente social”. Esses projetos sociais eram destinados para os trabalhadores da agricultura que eram muito pobres, muito pobres mesmo [...] Sabe o que é uma Mercedinha? aqueles caminhões pequeninhos?... pois bem, as mudanças deles cabiam numa mercedinha. Muitas vezes vinham duas famílias em um só carro, no qual se acomodavam as pessoas, um pote, umas trouxas - pois nem mala tinham - às vezes umas duas ou três galinhas. [...] Aqui chegados todo mundo recebia treinamento

para viver uma nova vida [...] para respeitar o direito dos outros [...] aprender a viver em comunidade [...] compreender a importância do cooperativismo, pois eles não sabiam de nada, coitados eram muito pobres.

A mesma convicção é partilhada por Rosa-do-Campo, uma das assistentes sociais do DNOCS, que já realizou trabalhos de acompanhamento em diversos projetos irrigados do Nordeste. Numa alusão ao passado, Rosa lembrou que “naquele tempo os projetos eram patrocinados pelo Banco Mundial, por isso prevalecia a parte social, beneficiando aquela pessoa que era muito necessitada, tendo preferência famílias muito pobres que tivessem um maior número de filhos”. Todos os projetos antigos têm o mesmo padrão. Tanto fazia o Curu-Paraipaba como o Caldeirão do Piauí. Aprovados pelos critérios de seleção do DNOCS, todos os colonos, ao ingressarem na área, recebiam apoio material e uma extensiva assistência técnica. Para assegurar o desenvolvimento do projeto, além do componente assistência técnica, realizado por agrônomos, o DNOCS mantinha um quadro permanente de assistentes sociais, quantitativamente diferenciados, de acordo com o tamanho da área irrigada.

Nesse tempo não tinha os convênios como agora. Era só o quadro técnico do DNOCS, que era bem expandido. Lá em Paraipaba, que é um projeto grande - eram 792 irrigantes – que contavam com o apoio de três assistentes sociais e um técnico para cada setor. Às assistentes sociais cabiam os cuidados e orientações às famílias, bem como o incentivo ao associativismo e ao cooperativismo, pois eles eram muito desorganizados [...] Paraipaba era um projeto muito beneficiado porque era um perímetro perto de Fortaleza, o centro comercial é bom. Então qualquer trabalho, qualquer novidade que aparecesse logo se dizia vamos pensar em Paraipaba [...] um diagnóstico vamos pensar em Paraipaba.

Essa visão de que, por serem pobres não sabiam de nada – eram ignorantes –, não é acatada pela grande maioria dos colonos e de seus familiares. Como retratado na fala do Pé-de-Leão, eles já eram formados nisso, ou seja, em agricultura. Mais contraditória ainda parece ser a afirmação de que eles eram desorganizados, carecendo de noções de associativismo e cooperativismo. Segundo Dona Carquejinha, ao deixar a serra da Assunção, em Itapipoca, para viver no projeto da Paraipaba, ela teve que deixar para trás o costume de dividir com os vizinhos as coisas que produziam, pois “o projeto é terra de murici e, em terra de murici cada um cuida de si”¹¹¹. Em sua sábia opinião, a divisão do trabalho começou a surgir dentro da própria família, pois, se antes se produzia, primordialmente, para garantir o passadio de seus membros, a partir do momento em que ingressaram no projeto, todo o fruto do trabalho

¹¹¹ No processo de transição da economia de subsistência para a economia capitalista vivenciado pelos “parceiros”, Antônio Cândido analisa a profunda alteração no padrão de sociabilidade decorrente da perda das relações vicinais e dos laços organizados em torno do bairro, considera o desmonte como uma crise econômica, crise no padrão de vida e também crise sociocultural.

familiar ia direto para a Cooperativa, que, por sua vez, negociava com a Agrovale. Falando emocionada sobre o significado dessa ruptura, ela expressou o grande sofrimento de ter gado produzindo muito leite e ver-se privada da liberdade de fornecer um copo de leite para acudir a fome de uma criança do vizinho:

[...] era grande a vigilância, mas mermo assim a gente conseguia tirar alguns bocados escondido, mas, minha fia, pelos lote e quintal, tirando o domingo, era difícil o dia que num tinha um técnico as vezes até ensinando coisa errada [...] era gente demais dentro de casa se metendo na vida da gente [...] olhava se a casa tava limpa, entravam no banheiro, [...] foi até bom, nós aprendemo também, ainda mais de cuidar da casa, pois hoje cê chegando aqui de supetão a casa tá mais ou meno com as coisa no lugar (Dona Carquejinha).

[...] Mais muié pior que isso é que as assistente social chegava aqui pelas onze do dia e se pegava a gente num descansin, numa rede, elas reclamava da gente num querer trabalhar, pois num sabe que a gente começa a luta com escuro, redarguiu seu Mastrucio, o marido.

São vários os depoimentos que notificam a intromissão dos técnicos no “chão da vida”, expressão que, para os colonos, significa o lugar do roçado, donde, de uma forma, ou de outra, ou seja, plantando para venda ou para consumo, assegura-se o passado da família.¹¹² Poucos, a exemplo de Dona Carquejinha, explicitam qualquer tipo de reconhecimento aos óbolos ofertados pelos técnicos, num tipo de missão travestida por um espírito messiânico. Não faltarão, contudo, ao longo deste estudo, manifestações de ressentimento, não em relação à conduta isolada de algum técnico¹¹³, mas à própria política de irrigação desencadeada pelo Estado autoritário.

A ruptura entre produção e consumo, a divisão do trabalho social em duas camadas – senhorial e servil – e a robustez que os Estados assumiram ao longo do processo civilizatório, não se pode negar, desfalcaram da história da humanidade a autoria dos “produtores reais” das arquiteturas por eles engendradas para responder aos desafios que se lhes eram impostos.

Privar os contemporâneos desse conhecimento é, por assim dizer, um aspecto danoso para o reconhecimento dos valores desses produtores, que passam a ser enxergados como “classes inferiores”, “rústicos”, “caipiras”, “matutos” etc., preguiçosos para o trabalho e intelectualmente incapazes e, assim, responsabilizados pelo atraso do desenvolvimento de países ou regiões. Relegar ao esquecimento o papel dos produtores reais no processo

¹¹² Não raro, em meio às conversas, os colonos usam o termo “chão da vida”. Entretanto o conceito como aqui formulado traduz a ideia de Pé-de-Leão, do D2.

¹¹³ Aqui e ali, a observação registra queixas acerca da ruindade de algum técnico, mas de uma maneira geral eles eram considerados boas pessoas. Como dito pelo Cajado-de-São José, “no DNOCS é como em todo ajuntamento de gente, uns são bons, outros mais ou menos e alguns são ruins”.

civilizatório lhes negou a possibilidade de responder aos seus próprios desafios, já que, nas sociedades modernas, houve um fortalecimento da camada de especialistas, e os que foram se transformando em párias no processo de acumulação de riquezas passaram a ser tutorados por uma tecnoburocracia que os elegeu como classe-objeto, como faz referência Bourdieu (1980) em seus estudos sobre os camponeses:

É certo que quase nunca se pensa os camponeses em si e por eles mesmos, e até mesmo os discursos que exaltam as virtudes deles ou a do campo nunca deixam de ser uma maneira eufemizada ou desviada de falar dos vícios dos trabalhadores e da cidade. Ora, simples pretexto aos preconceitos favoráveis ou desfavoráveis, o camponês é objeto de esperas por definições contraditórias, porque ele tem o direito de existir no discurso, apenas por meio de conflitos que se regulam a seu propósito.” (BOURDIEU, 1980, p. 264).

Entre inflamados discursos que justificaram desde a importação de camelos – ideia encampada por Alencar¹¹⁴, em 1837 – até instituir uma política pública de irrigação que viria a presidir um pesado investimento em sofisticados maquinários, o agricultor familiar, no geral, tem sido subordinado à força motriz de pontos de vista de uma *intelligentsia* que constrói, na representação, a figura do camponês. Essa apropriação é elucidativa em uma passagem de Bourdieu (1977):¹¹⁵

Dentro de todos os grupos dominados, ou porque a classe camponesa nunca se deu a ela mesma ou ainda porque nunca foi dado a ela o contra-discurso capaz de constituí-la em sujeito da sua própria verdade, ela é o exemplo, por excelência, da classe objeto a formar a sua própria subjetividade a partir de sua objetivação (BOURDIEU, 1977, p.163-164).

Ao constituir a sua própria subjetividade a partir de sua objetivação produzida pela ciência, literatura, artes, enfim, por outrem, o silêncio do camponês sobre si faz lembrar o que nos foi dito por Clastres (1990):

O exercício do poder assegura o domínio da palavra: só os senhores podem falar. Quanto aos súditos, estão submetidos ao silêncio do respeito, da veneração ou do terror. Palavra e poder mantêm relacionamentos tais que o desejo de um se realiza na conquista do outro. Príncipe, déspota ou chefe de Estado, o homem de poder é sempre não somente o homem que fala, mas a única fonte de palavra legítima: palavra empobrecida, palavra certamente pobre, mas rica em eficiência, pois ela se

¹¹⁴ Nos anos de 1834-1837, na vigência da presidência do senador José Martiniano de Alencar, a abertura de poços e cacimbas e a construção de açudes e estradas, destacaram-se entre as medidas de combate aos efeitos da seca. Nesse mesmo período, provavelmente influenciado por Marcos Antônio de Macedo, que fora enviado à Europa com a missão de atrair imigrantes para o Ceará, o senador “transformou em lei Provincial, a de número 3, de 26 de agosto de 1837, a qual autorizou o governo ‘a mandar vir das Canárias ou do Egito, por Gibraltar, dois casais de camelos.’”

¹¹⁵ Citado por Ferreira (2008) em seu magistral estudo sobre o indizível nas sociedades camponesas.

chama ordem e não deseja senão a obediência do executante. (CLASTRES, 1990, p.106).

Em síntese, na atualidade, interessa de passagem, registrar que, no processo de construção social da agricultura irrigada – enquanto ação pensada por especialistas para integrar a agricultura familiar a uma economia competitiva balizada em padrões de consumo e de vida considerados civilizados –, “quase nunca se pensa os camponeses em si e por eles mesmos”, como nos foi dito por Bourdieu (Op. cit.).

Na verdade, em geral, nos debates de especialistas, quando o tema em pauta trata da superação de resistências culturais à modernização, os produtores reais não têm voz e, entre os cientistas, é perceptível um campo de disputa profissional, pois cada disciplina enxerga os sujeitos das culturas sertanejas sob o ponto de vista da sua especialidade. A perspectiva crítica às visões monodisciplinares, facultada por Willems¹¹⁶, em 1944, bem retrata esse quadro de disputa, especialmente na passagem em que ele faz reparos à atuação desses grupos por focalizarem apenas um traço cultural ou o enxerto de uma inovação. Assim, para os médicos:

[...] o caboclo é um doente e um subalimentado; para o educador todo “mal” reside no analfabetismo; o agrônomo verifica a inexistência de conhecimentos “racionais” de agricultura; os economistas dão pela falta de crédito, de mercados e meios de comunicação; [...] A maioria dos médicos parece estar convencida de que não é possível implantar outros hábitos educativos e um regime de trabalho mais produtivo enquanto permanecem certas moléstias a solapar o organismo do caipira. De não poucos educadores ouve-se a afirmação de que um iletrado não pode adquirir conhecimentos de dietética e profilaxia. E de que maneira o caipira pode obter alimentos adequados se não planta nem cria o que é necessário para fortalecer-lhe o organismo “depauperado”? indaga o agrônomo. (WILLEMS, 2009, p. 205).

Ao longo do tempo, os agentes de desenvolvimento agregaram às suas equipes profissionais das ciências humanas tais como o sociólogo, o antropólogo e o assistente social. Disso resulta que, na atualidade, quando se pretende fazer um estudo sobre o histórico da irrigação, desaparece de cena a ação organizada dos grupamentos humanos como ator central do processo criativo. De sujeitos da ação, esses grupamentos humanos transformam-se em “beneficiários”, um agente passivo no projeto de modernização da agricultura, presidida, no caso brasileiro, pela intervenção do Estado. Desaparecem também as regras para uma equitativa distribuição das águas represadas entre as comunidades.

¹¹⁶ O texto de Emílio Willems, “O problema rural brasileiro do ponto de vista antropológico”, publicado originalmente em 1944, e reapresentado em 2009, na revista Tempo Social, defende a tese da heterogeneidade cultural brasileira e avalia as possibilidades de intervenção nas “culturas caboclas”. O ponto específico em questão é o plano do internato agrícola que estava sendo implementado no estado de São Paulo pelo governador Fernando Costa.

Por seu turno, a “necessidade”, em sentido de carência, no passado “mãe das invenções”, é apropriada no sentido de miséria, transformando-se num “mito” (CASTRO, 1991) fundador de discursos¹¹⁷, que reforça o imaginário de pobreza, sustentado numa realidade de penúria, instituindo a ficção da ajuda como única solução. Por meio de exposições alegóricas, a “necessidade” justifica a criação de amplos projetos que demandam trabalho conjunto e administração centralizada; a instituição de um corpo de sustentação política, tais como a burocracia de funcionários públicos e as organizações representativas de trabalhadores, a exemplo dos sindicatos, associações, conselhos etc.

3.3 A Construção Social da Irrigação no Brasil

No Nordeste, a insuficiência e a distribuição desigual das chuvas predispueram as populações de extensas porções do semiárido a adotar estratégias de resistência, para conviver com os frequentes períodos de estio. Assim, em sua fase primitiva, os índios, apercebidos do valor da água, empenhavam-se em represá-la como que numa ação instintiva de busca de sobrevivência (POMPEU SOBRINHO, 1958, p. 76).

No Rio Grande do Sul, tem-se referência de que, em 1832, praticava-se o cultivo do arroz sem utilização da prática de irrigação. A partir de 1904, a cultura do arroz irrigado avançou rapidamente pelo estado graças aos irmãos Hoover, que desenvolveram uma máquina alternativa a vapor para acionar bombas hidráulicas, fazendo surgir, no município de Pelotas, a primeira lavoura de arroz irrigado. Debita-se, pois, a experiência pioneira dos irmãos Hoover à expansão da lavoura do arroz irrigado em terras gaúchas. Em 1908, onze lavouras irrigadas mecanicamente produziram cerca de 150.000 sacos de arroz no município de Cachoeira do Sul, alcançando, quatro anos depois, 350.000 sacos. Com disponibilidade de água (Lagoa dos Patos) e maior de terras planas, o arroz irrigado expandiu-se pelos municípios de Pelotas, Camaquã e Tapes, contabilizando, já em 1920, a existência de lavouras de mais de 1.500 ha, revelando, desde aquela época, a característica de lavoura empresarial que tem marcado a evolução do cultivo de arroz irrigado no Rio Grande do Sul (MINISTÉRIO DO INTERIOR, SUDESUL, 1980, p. 81-82).

¹¹⁷No caso do Nordeste brasileiro, o desenho de um “cenário de miséria tem sido historicamente um *marketing* eficiente para as alianças da elite política regional, que é também, na maioria dos casos, a elite econômica. A imagem da necessidade e do abandono tem um endereço certo e um retorno garantido de dividendos políticos e econômicos (CASTRO, 1991).

Assim, à exceção das áreas de arroz inundado e faixas ribeirinhas restritas, a produção por meio de cultivos irrigados, no Brasil, é relativamente recente. Pode-se dizer que o último quarto do século XIX marca o início das atividades de irrigação mecanizada, registrando iniciativas realizadas por meio de ações isoladas e tópicas, dirigidas para alvos específicos. Em termos setoriais, destaca-se a iniciativa experimentada no cultivo do arroz por parte de imigrantes no Rio Grande do Sul. Em termos espaciais, tem-se por referência o uso da irrigação junto às populações ribeirinhas do semiárido brasileiro, visando ao combate à seca. É característica desse período, que se iniciou em fins do século XIX e persistiu até meados da década de 1960, a ausência de estruturas políticas ou de programas nacionais.

A descontinuidade das ações governamentais era um traço visível. Além disso, as diferentes administrações federais implantavam projetos de irrigação que se direcionavam, quase que com exclusividade, para construção de açudes e para as questões de produção, deixando ao largo aspectos relevantes dos sistemas de produção, tais como conhecimento e manejo dos solos, o uso racional da água para irrigação e as questões ligadas à organização para produção e comercialização de produtos agrícolas.

Somente a partir do final dos anos de 1960, com a instituição do Grupo de Estudos Integrados de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola (GEIDA), o Estado brasileiro se volta para uma vertente de compreensão mais global, capaz de ampliar o conhecimento sobre os recursos naturais disponíveis por meio da concepção e implementação de programas nacionais, a exemplo do Programa Plurianual de Irrigação (PPI), em 1969, e do Programa de Integração Nacional (PIN), em 1970.

Ao lograr *status* de programa nacional, a agricultura irrigada contabilizou as maiores incorporações de áreas irrigadas no Brasil. Fruto da disponibilidade de linhas de crédito para irrigação privada e a existência de programas governamentais, como o Provárzeas, Profir, Proine e Proni, nas décadas de 1970 e 1980, o incremento de áreas irrigadas no Brasil correspondeu, respectivamente, a 1.300.000 ha e 1.100.000 ha (HEINZ, 2002).

Os incentivos governamentais, como mostram os censos agropecuários de 1960 até 1995/96, favoreceram a expansão da área irrigada no país, passando de 0,45 milhões de hectares para 3,1 milhões de hectares em 1995-96 e, em 2006, para 4,6 milhões de hectares, como pode ser visto na tabela 3. Note-se que cerca de 90% dessas áreas foram implantadas pela iniciativa privada, e apenas os 10% restantes debitam-se aos projetos públicos.

Tabela 3 – Evolução Histórica da Área Irrigada no Brasil

Região	1960 (ha)	1970 (ha)	1975 (ha)	1980 (ha)	1985 (ha)	1995/96 (ha)	2006* (ha)
Norte	457	5.640	5.216	19.189	43.244	83.023	149.671
Nordeste	51.774	115.971	163.358	256.738	366.826	751.887	1.207.388
Sudeste	116.174	184.618	347.690	428.821	599.564	929.189	1.377.143
Sul	285.391	474.663	535.076	724.568	886.964	1.096.592	1.376.422
Centro-Oeste	1.637	14.358	35.490	47.216	63.221	260.952	490.664
Total	455.433	795.291	1.085.831	1.476.532	1.959.819	3.121.644	4.601.288

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE de 1996 a 1995/1996.

*Os dados de 2006 foram fornecidos pela Agência Nacional de Água, ANA, 2009.

A suspensão de algumas linhas de crédito específicas para irrigação privada, entre 1990 e 1994, provocou uma pequena retração da área irrigada do País, notadamente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. De maneira geral, no que se tem chamado de “*A era Collor*”, a inexistência de uma política creditícia que estabelecesse taxas de juros compatíveis com a expectativa da iniciativa privada, a sequência de reformas administrativas de organismos públicos, a exemplo das medidas provisórias que visavam à extinção do DNOCS e à fusão da CODEVASF com outras autarquias, tiveram como resultante um desaquecimento de áreas de cultivo irrigado.

A partir de 1996, foi mais notória a expansão da irrigação privada. Estima-se que, entre 1996 e 2006¹¹⁸, a área irrigada do País tenha aumentado em 47%, devendo-se tal fato à ampliação nos cultivos de fruticultura, grãos e café, notadamente na Bahia, São Paulo e Minas Gerais; fruticultura em Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte e na produção de grãos nas fronteiras agrícolas do Centro- Oeste (Goiás e Mato Grosso) e Tocantins (ANA, 2009).

Pode-se perceber, como evidencia o Gráfico 1, que até o final dos anos de 1960, era inexpressiva a participação relativa do Nordeste em termos de área irrigada no panorama brasileiro. Como se pode ver, os dados do Censo Agropecuário até 1970 mostram que a irrigação estava concentrada no Sul e Sudeste do país, que possuíam mais de 80% das terras irrigadas, enquanto que as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte, reunidas, não somavam 20% do total da área irrigada. A pequena expressão da agricultura irrigada nordestina em relação ao restante do país contradiz o discurso adotado pelo Estado, que concebe essa modalidade agrícola como alternativa para romper o atraso e promover o desenvolvimento

¹¹⁸ A dimensão da área irrigada em 2006 foi ajustada a partir da área plantada atual, considerando-se a mesma relação entre área irrigada e área plantada municipal do Censo Agropecuário de 1996. In *Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil*, 2009, Agência Nacional de Água, ANA.

regional, considerado, inclusive, como principal alternativa de combate ao fenômeno das secas, recorrentemente atribuído e identificado ao Nordeste brasileiro.

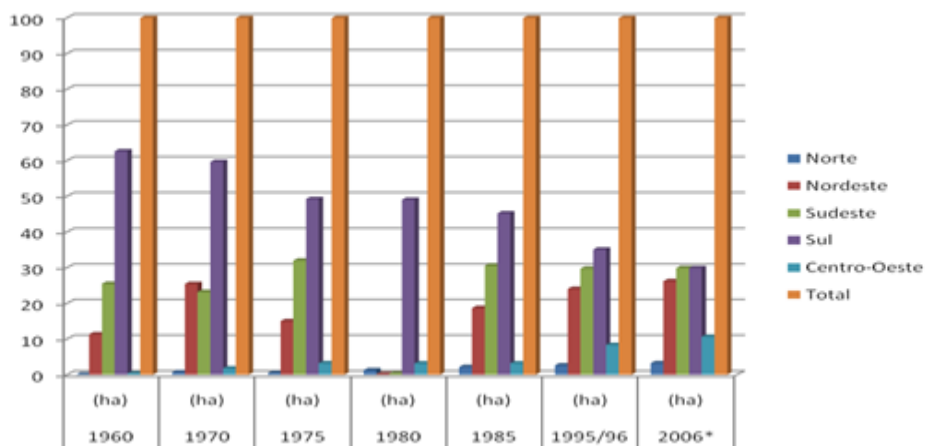


Gráfico 1 – Evolução da Área Irrigada do Brasil por Regiões

Fonte: Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil (2009).

A partir de 1970, pode-se observar, nas regiões Sul e Sudeste, uma discreta retração em relação ao total da área irrigada. No Nordeste, ao contrário, verifica-se uma notável ampliação da área irrigada, confirmando o quanto a região tem sido palco de intervenções do Estado, já que o marco de expansão da atividade coincide com o início da “modernização da agricultura”, período no qual se fundam, por meio de sofisticados projetos¹¹⁹, as bases para recriação de várias porções do espaço rural, para implantação de projetos de irrigação, instituindo, em meio ao espaço rural tradicional, algumas “ilhas de prosperidade.”¹²⁰

Bem a propósito, foi em 1970 que o Programa de Integração Nacional (PIN) concedeu financiamento para implantação da primeira fase do Plano Nacional de Irrigação (PNI), restabelecendo a continuidade das ações do governo federal, com ênfase, porém, nos grandes projetos públicos de irrigação, e previa o estímulo ao desenvolvimento da irrigação privada em pequena escala, mediante a concessão de crédito especial e a utilização de recursos, a fundo perdido, para obras de infraestrutura.

¹¹⁹A capa e algumas das exigências do projeto encontram-se no apêndice III.

¹²⁰Araújo (1995) chama atenção para a heterogeneidade intrarregional que acompanhou o processo recente de desconcentração, legando uma configuração ao país bem distinta a 1970. Pacheco (1998) concorda que o desenvolvimento da agricultura [...] transformou as estruturas produtivas de diversas regiões, resultando em maior diferenciação do espaço nacional, com aumento da heterogeneidade interna e reforço de certas “especializações”, gerando o surgimento de “ilhas” de prosperidade, mesmo em contextos de estagnação.

Nessa fase, que corresponde à instituição de programas nacionais como o PPI em 1969 e o PIN, em 1970, foi concebido o projeto de irrigação Curu-Paraipaba, espaço rural do semiárido brasileiro, reconstruído com base em um estudo de viabilidade técnico-econômica, elaborado por especialistas do consórcio entre a empresa israelense “TAHAL” e a brasileira “SONDOTÉCNICA”.

O consórcio apresentava projetos para diferentes regiões do Brasil, tendo em vista o respectivo aproveitamento hidro-agrícola de cada espaço selecionado. Assim, o volume III do documento “Aproveitamento hidro-agrícola da bacia do Rio Curu” traçava regras e normas para o planejamento do projeto que seria implantado na área de Paraipaba. Sendo esse o espaço rural delimitado para o estudo empírico, já se quer chamar atenção para uma evidência: a ausência, na arquitetura do projeto, dos sujeitos que se transformaram em um novo agente social do sertão: no caso, o “colono”. Além disso, é relevante registrar que, sendo o DNOCS o principal ator na condução desse processo, traços da sua atuação no Nordeste, especialmente, no estado do Ceará, trarão mais clareza ao entendimento de algumas questões.

3.4 A Irrigação Representada como a Tábua de Salvação para o Nordeste

Embora opiniões se dividam e até mesmo a existência de pareceres técnicos informando que não mais do que 10% dos quase 100 milhões de hectares que compõem o semiárido brasileiro são irrigáveis¹²¹, a implantação de projetos de irrigação tem se constituído uma via de intervenção recorrente, evocados por vozes modernizantes que os enxergam como recurso primordial na luta do homem contra os revezes da seca.

Assim, sem muitas controvérsias e sem oposições renitentes¹²², os projetos de irrigação vêm, paulatinamente, consolidando-se em meio ao semiárido brasileiro. Podem-se observar, em sua evolução, quatro elementos que regam o florescimento da agricultura irrigada: 1) a forte vinculação do Estado, quer dizer, dos articuladores e formuladores das políticas, com os interesses da modernização; 2) os textos que, de há muito, denunciam as misérias e os azares da região, tendo a tragédia da seca como pano de fundo; 3) o repertório mental que cimenta o campo da ciência agropecuária, e 4) a silenciosidade incorporada ao

¹²¹ Estudo efetuado pela SUDENE (1973) mostra que os espaços do semiárido recomendados para exploração com o concurso da irrigação eram equivalentes a aproximadamente 2,7% da área do Nordeste.

¹²² As oposições são existentes. Aliás, as vozes críticas às condutas técnicas que intervêm na realidade com empenho único de aumentar a produtividade vêm recentemente ganhando adeptos. De todo modo, até os dias de hoje, nos embates entre produtivistas e preservacionistas, os primeiros ainda levam vantagem, pelo menos em volume dos recursos despendidos no seio da burocracia do Estado.

habitus dos agricultores, especialmente em suas relações de recepção de benefícios em nome da civilização.

3.4.1 Configuração de uma nova institucionalidade para expansão da agricultura irrigada

Em meados do século XX, as teorias desenvolvimentistas provocaram acalorados debates sobre a indispensabilidade de redução das desigualdades regionais, criando as condições para a instituição de novos organismos estatais, visando ao intervencionismo federal no Nordeste. Esse quadro emoldura os argumentos que justificaram a instituição, em 1952, do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959. Esta última foi instituída com a missão de aglutinar estratégias que definiam, entre outras, uma efetiva prioridade ao desenvolvimento da agricultura irrigada e a criação do Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA).

Em meio à breve retrospectiva de consolidação da política de irrigação no Nordeste, merece uma apreciação especial a controvérsia que se verifica entre o insigne discurso que justifica a criação da SUDENE, como via de retração das disparidades regionais brasileiras, e os estudos que examinam o mesmo fenômeno sob a ótica da divisão regional do trabalho no Brasil, ou seja, sob a ótica do processo de acumulação de capital e de homogeneização do espaço econômico do capitalismo no Brasil.

Recusando versões que vinculam a criação da SUDENE às exigências de redução das disparidades regionais, memoráveis estudos (OLIVEIRA, 1977, 1981; BURSZTYN, 1984; CAMARGO *et al.*, 1981; CARVALHO, 1987; CASTRO, 1992), a partir dos anos de 1970¹²³, ancorados no descompasso entre as metas propostas pelos programas de desenvolvimento e os pífios resultados alcançados, debruçaram-se em revisões acerca do tema do desenvolvimento, ampliando o horizonte teórico na análise da dependência por meio de uma retomada às formulações clássicas do marxismo, enfatizando a existência de relações

¹²³ Para Francisco de Oliveira, cujas reflexões sobre o contexto de instituição da SUDENE fundam a matriz de uma vasta produção acadêmica sobre a percepção do "Nordeste da SUDENE", o enfoque dos "desequilíbrios regionais" – que fundamentou a criação da SUDENE e a constituição de políticas de desenvolvimento regional no Brasil, somente parte de uma base estática, não tomando como "dados" certa situação da divisão regional do trabalho para não desdobrar-se na medição de "desvios" – "é, sobretudo, uma abordagem que se centra sobre os "resultados" dos desenvolvimentos diferenciais inter-regionais, e não sobre o processo de constituição desses diferenciais".

estruturais e globais entre a periferia e o centro, vistos no plano internacional. A essência da perspectiva dependentista, segundo Castro (1992):

era a superação da abordagem cepalina, que interpretava o desenvolvimento como uma questão basicamente econômica, de alocação eficiente de recursos, a partir da concepção de que os setores ou áreas atrasadas existiam por uma dualidade conjuntural, que poderia ser corrigida mediante ações adequadas. Porém, fatos novos e novas formulações indicavam que as diferenças de desenvolvimento eram funcionais à acumulação capitalista, na medida em que possibilitavam o rebaixamento dos custos de disponibilidade da mão-de-obra e, conseqüentemente, maior extração de mais-valia. Tratava-se, na realidade, de perceber a expansão capitalista a partir das condições estruturais necessárias à acumulação. (CASTRO, 1992 p. 63-64).

Assim, ao contrário da perspectiva anterior, que era informada pelo dualismo passível de superação, a análise da dependência – ao estabelecer como ponto de partida as relações estruturais do sistema capitalista que conferiam às economias centrais o poder de dominação e de extração sobre as periferias – resultou, por assim dizer, em um passo à frente nas análises da disparidade regional como situação estrutural, bem como incorporou à agenda das análises políticas a questão territorial. O aprofundamento dessa perspectiva analítica na Região e a abertura de amplo leque temático se devem a Francisco de Oliveira (1976, 1977 e 1981); Castro (1992) e outras referências.

Ainda que instigante, não é central, para análise de construção social da agricultura irrigada, aprofundar o debate acerca dos pressupostos que motivaram a instituição da SUDENE. Compreendê-los, todavia, mostrou-se relevante, tendo em vista que um dos propósitos do estudo é o de evidenciar que os mecanismos de intervenção do Estado podem debilitar a força das relações familiares que fazem parte da reprodução social de agricultores familiares. E, como acentuado por Castro (1992), a extensão da perspectiva dependentista para escala regional descortinou o véu conjuntural, permitindo enxergar a pauperização de amplos segmentos sociais, não mais como decorrência das limitações climáticas, mas como consequência do processo de acumulação fora da região, mediado pela intervenção planejada do Estado.

Assim sendo, “não é preciso recontar muito essa história”, o importante é apreender que o conceito de região, em Oliveira (1981), funda-se “na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas de luta de classes e do conflito social em escala mais geral”. Isso facultou uma análise bastante interessante dos processos sociais que irromperam no Nordeste, especificamente das condições que culminaram com a

criação da SUDENE, que o autor considerou, institucionalmente, “uma espécie de Revolução de 30, defasada de pelo menos duas décadas.” (OLIVEIRA, 1981, p.37).

Apesar da frustração dos objetivos de seu projeto original, a SUDENE ainda pode ser considerada um marco na intervenção planejada do *governo* federal na Região. O fato de sua criação ter sido decorrente dos intensos movimentos sociais que agitavam o Nordeste e da necessidade de integrar a economia nordestina, "de forma subordinada", a uma nova divisão do trabalho regional, comandada pelo processo de industrialização do Centro-Sul, apenas ressalta o sentido da presença do Estado (e do planejamento) no comando do processo de expansão capitalista.

A SUDENE, é importante destacar, de formuladora e executora de um projeto de emancipação regional, transformou-se, ao longo dos anos 1960, em mera executora de ações pontuais, administradora de incentivos fiscais para o desenvolvimento industrial e repassadora de recursos, cada vez mais escassos, aos estados e municípios. As ações de execução direta e o crédito rural sequer tangenciavam a questão da concentração fundiária, acabando por beneficiar os grandes proprietários de terra. O fomento industrial, através do artigo 34/18 e, mais tarde, do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), sem privilegiar os projetos intensivos de mão de obra, acabava por financiar o emprego mais caro do país, premiar os mesmos grupos dominantes e concentrar, ainda mais, a renda interna regional. As transferências correntes fortaleciam e legitimavam as oligarquias políticas à frente dos governos estaduais e municipais. A modernização conservadora mantinha a estrutura socioeconômica da região e agravava os problemas cotidianos da população mais pobre, notadamente nos períodos de seca (OLIVEIRA, 1981).

A oferta centralizada de recursos hídricos em regiões específicas e a presença de um conjunto de bens e serviços públicos, associadas aos baixos preços da terra e da mão de obra, foram fatores decisivos para atrair investidores que, apoiados em incentivos fiscais, responderam pela implantação de perímetros irrigados no Nordeste (ANDRADE, 2005; MOTA, 2005). A implantação, na região, de projetos de fruticultura irrigada para produção de frutas e de matéria-prima para as agroindústrias, como se pode ver, tem suas raízes fincadas no contexto da “modernização conservadora”.

A partir de 1963, por meio de ações governamentais planejadas, a agricultura irrigada se instituiu como via estratégica de desenvolvimento para a região. A expansão da área irrigada no Vale do São Francisco, entre Pernambuco e Bahia, e no Vale do Açu, no Rio Grande do Norte, constitui o exemplo mais característico dessa via de desenvolvimento,

marcada pela exclusão de parcela importante dos beneficiários iniciais, que passaram a engrossar a fila dos assalariados rurais nos projetos.

Entretanto, enquanto experiências localizadas e, sob o ponto de vista econômico, bem sucedidas, essas áreas irrigadas chamaram a atenção para o potencial da região, estimulando a implantação de outros projetos essencialmente empresariais para a produção de frutas para o mercado “in natura” (MOTA, 2005).

De fato, impulsionada pela criação do Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA), em 1968, a agricultura irrigada adquiriu maior efetividade, pois os estudos daí decorrentes permitiram uma atuação mais sistemática, sobretudo, a partir de 1971, com a divulgação do Programa Plurianual de Irrigação (PPI), que estabeleceu as diretrizes nacionais para a política de irrigação no país. Desse modo, o PPI representou um marco na reorientação do Estado brasileiro no tocante à agricultura irrigada, por ter definido metas a serem perseguidas pelo Estado e ampliado o conhecimento acerca do potencial dos recursos naturais, o que resultou na elaboração de diversos estudos de viabilidade técnica e econômica, consubstanciando o que se chamou de intervenção planejada.

O documento considerou a necessidade de investimentos estruturais, a organização do processo de comercialização e os aspectos políticos, institucionais e legais, estabelecendo também parâmetros para gestão dos recursos humanos. O PPI definiu uma geografia para a política nacional de irrigação, circunscrevendo suas ações prioritariamente para a região Nordeste, envolvendo todas as bacias hidrográficas, mas também nas regiões Sudeste e Sul, na bacia do rio Paraná.¹²⁴

Assim, tão logo se deu início à formulação de planos nacionais de desenvolvimento, a irrigação ganhou papel destacado entre as estratégias de desenvolvimento rural. Já no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) (1972-1974), foi estabelecida a meta de se irrigarem 40 mil hectares, a qual foi incorporada ao PIN, também em caráter de urgência.

O II PND (1974-79), ancorado em justificativa de que o Nordeste brasileiro, “a despeito de possuir volume de água acumulado em açudes e áreas com um elevado potencial de águas subterrâneas, não tem usado convenientemente os recursos disponíveis para fins de irrigação”, favoreceu a ampliação e criação de programas específicos de irrigação. Foi no

¹²⁴ Ressalte-se que o PPI apontou brechas para a iniciativa privada, orientando a implantação do Programa Nacional para o Aproveitamento Racional das Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS) e o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação, além do estabelecimento de diretrizes e metas comandadas pelo setor público, mas que estimulavam a iniciativa privada.

domínio do governo militar que o planejamento ganhou força no âmbito do Estado, com a elaboração dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I, II e III PND's).

Embora a prática do planejamento dirigido para a irrigação já fosse adotada no país desde o final da década de 1960, e as experiências de implantação de projetos públicos de irrigação já fossem evidentes na década de 1970, não existia legislação específica que disciplinasse a participação dos diversos agentes envolvidos. Os grandes entraves enfrentados pelos articuladores de uma política de irrigação para o país podem ser evidenciados pelo tempo decorrido entre a elaboração do projeto de lei em 1959, a edição do texto da Lei de Irrigação – Lei Nº 6.662, de 25 de junho de 1979 – e sua regulamentação em 29 de março de 1984 (BRASIL, 1990).

O Conselho Deliberativo de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO)¹²⁵ e o próprio Congresso Nacional, representando as oligarquias agrárias do Nordeste – que consideravam o anteprojeto da Lei de Irrigação uma ameaça à propriedade privada, à ordem e à tranquilidade social – apresentaram, segundo Carvalho (1987), explícitas resistências à instituição dessa lei, pois a implantação dos perímetros públicos de irrigação, conforme texto da legislação referenciada, dispunha de prerrogativas para a desapropriação de terras por interesse social e seu parcelamento em unidades menores para assentamento de colonos, contrariando os objetivos de afirmação do modo de produção capitalista.

Dessa forma, somente em 1986, com a criação do Ministério Extraordinário para Assuntos de Irrigação, verifica-se um reposicionamento da política de irrigação, irrompendo um novo padrão denominado “Novo Modelo de Irrigação”, instaurado na região com o objetivo de promover programas e grupos de programas estruturantes para o crescimento econômico do campo, ancorados no incremento do agronegócio¹²⁶, por meio do uso de inovações tecnológicas para aumentar a competitividade de complexos agroindustriais e determinadas cadeias produtivas.

Nos perímetros irrigados, as vendas de lotes priorizaram empresas agrícolas que seriam referências na implementação de novas tecnologias, novas formas de produção e

¹²⁵ Segundo Oliveira (1981, p.115) o Executivo da União havia criado, por meio de decreto, o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), que na verdade era a pré-SUDENE – a quem coube a própria tarefa de elaborar o anteprojeto de lei de sua criação. Acrescente-se ainda, que na visão de Oliveira (1981), muitos observadores – entre os quais o autor destaca o processo descrito por Amélia Cohn, em seu brilhante estudo “Crise Regional e Planejamento” – consideraram um mistério que os representantes parlamentares do Nordeste tenham-se constituído uma formidável oposição à criação da SUDENE e que, contrariamente, o apoio lhes foi conferido por parlamentares do Centro-Sul, aliados a poucos e expressivos congressistas mais ligados à burguesia industrial nordestina.

¹²⁶ Cf. Banco do Nordeste. *Políticas e estratégias para um novo modelo de irrigação*: documento síntese/ Francisco Mavignier Cavalcante França, (Coord). – Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001, p. 128.

organização do trabalho agrícola, transformando o perfil vigente dos perímetros irrigados do DNOCS, que visava à transformação dos trabalhadores rurais em irrigantes, mas persistindo a organização familiar da produção.

Em suma, desde que se inaugurou no Nordeste, no final da década de 1960, o padrão de intervenção centrado em espaços econômicos restritos, consolidando os pacotes, projetos-impactos e programas especiais, a exemplo do Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), a irrigação passou a ser o eixo central de uma política que, de um lado, pautava-se na exploração do Vale do São Francisco por meio da instalação de grandes empresas e, de outro, investia na criação de projetos de produção agrícola de tamanho familiar, cabendo ao Estado, sob a gestão do DNOCS, a criação de pequenas empresas baseadas no trabalho familiar, com certo estímulo para o uso de técnicas modernas.

A política de irrigação do governo federal dividiu, entre duas organizações, o mandato para medidas de combate à seca e de criação de infraestrutura de irrigação na área do Polígono das Secas. Excetuando-se as bacias do São Francisco e do Parnaíba, bem como a dos rios Itapecuru e Mearim, no estado do Maranhão, que são de atribuição da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), as demais áreas do Polígono ficavam sob a jurisdição do DNOCS.

É válido mencionar, como fez notar Francisco de Oliveira (1981), que o fenômeno das secas não era compreendido como um problema exclusivo do Nordeste semiárido. Na verdade, sublinha o autor que:

o DNOCS era um departamento *nacional*, concebido para atuar no combate a esse fenômeno climático onde quer que ele se apresentasse no território do país. O fato de nunca ter realizado nenhuma obra *fora do* Nordeste (grifos do autor), é um resultado de sua captura pela oligarquia regional e não uma intenção ou objetivo inicial. (OLIVEIRA, 1981, p. 51).

O DNOCS atuava na região por meio de mecanismos os mais diversos. Eram frequentes a construção de poços e barragens em propriedades privadas de estradas no interior dos latifúndios. Para edificação dessas obras, a autarquia recrutava – “apenas depois que os magros recursos de pequenos sitiantes, meeiros, parceiros, haviam-se esgotado em duas ou três semeaduras”¹²⁷ – a mão de obra desocupada pela estiagem para trabalhar nas frentes de serviço.

É interessante acentuar que a atuação do DNOCS *dentro do* Nordeste (grifos meus), como ainda, ressaltado por Oliveira (1981), não se deu de maneira uniforme entre suas

¹²⁷ Cf. Oliveira (Ibid., p.54).

regiões componentes. Em seu estudo “Elegia para uma religião”, ele mostra que, desde quando era Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS), o órgão mantinha um tratamento diferenciado, que privilegiava a elite rural do Ceará, mais precisamente a oligarquia pecuário-algodoeira:

As primeiras grandes obras da IFOCS e do DNOCS foram no Ceará, e daí por diante o controle desse organismo estatal, sua captura pela oligarquia algodoeiro-pecuária, aprofundou-se e tornou-se completamente indistinta a linha divisória entre DNOCS e a mesma oligarquia. Falar do DNOCS no Ceará era o mesmo que falar da oligarquia e vice-versa. (OLIVEIRA, 1981, p. 56).

Não se pôde comprovar, nem é objetivo deste estudo, constatar, se, no Ceará, as secas têm, ao longo do tempo, apresentado um quadro de maior gravidade no cenário do Nordeste. É bem verdade que os vários estudos, como os de Francisco Oliveira (1981) apontam com frequência o Ceará como o primeiro e maior beneficiário das ações do DNOCS. Acrescente-se que, em sua divisão geográfica, o Estado tem 95% do seu território encravado no semiárido, mais susceptível, portanto, a períodos de mais intensos estios.

A abundante literatura cearense – denunciando¹²⁸, ora a ineficiência dos governos diante da “indústria das secas”, ora os títulos, ao estilo de Domingos Olímpio, que exultam as ações do poder público de Sobral em favor dos flagelados – pode ter contribuído para que a linha divisória entre o DNOCS e a oligarquia pecuário-algodoeira, como acentuou Francisco de Oliveira (1981), tenha se tornado indistinta. As secas retratadas pela literatura clássica, e mais tarde, apropriadas pelos discursos desenvolvimentistas sobre o Nordeste, contribuíram, enquanto fato social, para a expansão dessa linha mimética. Assim sendo, a análise de construção social da agricultura irrigada no Ceará, objeto do próximo capítulo, remete à compreensão de uma mais ampla indivisível linha divisória: Seca, DNOCS e Ceará.

A simbiose constatada, ao longo de sua existência, entre o DNOCS e a indústria da seca no Ceará, orienta a dimensão analítica do próximo capítulo, que se desenvolve em perspectiva similar ao estudo realizado por Iná Elias de Castro, ou seja, de que “os tipos de mudanças econômicas têm sido definidos bem mais pela ordem político-social dominante na região do que por limitações físicas ou por imposições externas” e que, portanto, convivem, no mesmo espaço, miséria e opulência, recolocando a evidência de que, onde existe pobreza, alguém dela se beneficia (CASTRO, Op. cit., p. 207).

¹²⁸ José de Alencar, Thomás Pompeu, Rodolfo Teóphilo, Barão de Studart, Idelfonso Albano, Rachel de Queiroz, Domingos Olímpio, etc. Rodolfo Teófilo, por exemplo, em “A fome: cenas da seca no Ceará”, de 1922, relatando o quadro de miséria do Ceará nos anos secos de 1877-1879, informa que, em 1878, o ano mais calamitoso, faleceram 118.900 pessoas e retiraram-se quase cinquenta mil.

4 TRAJETÓRIA E CONSOLIDAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO NO CEARÁ

*Muita gente se arvora a ser Deus
E promete tanta coisa pro sertão
Que vai dar um vestido pra Maria
E promete um roçado pro João
Entra ano sai ano, nada vem
Meu sertão continua ao deus-dará*

Procissão, Gilberto Gil

Ao focar a centralidade desfrutada pelo Estado para intervir na construção e reconstrução de espaços sociais, o capítulo anterior colocou em evidência o primeiro dos quatro elementos listados como impulsionadores para expansão das áreas irrigadas, no Ceará. Os discursos, o pensamento científico e o conformismo dos agricultores – três outros elementos que têm concorrido para definição e evolução de programas de irrigação no Nordeste – são apreciados nesse capítulo, que se inicia em torno de uma reflexão sobre as narrativas e os discursos que tematizam as secas e que, não somente, vêm justificar as intervenções do Estado, mas que também atestam denúncias das injustiças que “prepostos do governo” e “potentados” cometem para com as famílias dos agricultores “sem” ou “de pouca terra” e, de outro, exibem testemunhos de ações beneméritas, em defesa de seus prosélitos¹²⁹.

Contextualizada em seus aspectos sócio-políticos, a reflexão se estende aos interesses que cimentam o campo da ciência agropecuária e à silenciosidade dos agricultores na recepção dos benefícios ofertados em nome da civilização, tecendo, assim, o pano de fundo que desenha a trajetória e consolidação de projetos de irrigação no Ceará, fazendo surgir em meio ao sertão um novo agente social: o colono.

¹²⁹Landim (2005) que faz uma análise dos romances sobre a seca na perspectiva do narrador, afirma que a seca, como tema dos romancistas brasileiros começou com José de Alencar, com “O Sertanejo” (1875) e Franklin Távora, com “O Cabeleira” (1876). Para ele, as idéias regionalistas de Távora são anteriores às de Alencar. Este último, por não conhecer o sertão, teve que fantasiá-lo, mostrando uma seca instrumental. A obra de Távora caracteriza um regionalismo mais de observação do que de imaginação, recai sobre ele a inescapável crítica de que, em certas passagens, a seca justifica o discurso ideológico, pois a narrativa não perde a oportunidade de registrar a ação da autoridade governamental no combate ao tríplice flagelo: as bexigas, a fome e a desordem, produzida pelo cangaço. Entre os oito romances analisados, Landim, além de Távora, destaca a cumplicidade ideológica explícita em Domingos Olímpio e implícita em Rachel de Queiroz. Uma ambiguidade entre o político e o escritor configura a crítica a José Américo de Almeida. José do Patrocínio marca a inflexão em que o ciclo regionalista se torna mais rico de material sociológico, de grande interesse subsidiário para o estudo de certos aspectos sociais do Nordeste. Rodolfo Teófilo e Graciliano Ramos são seguidores dessa abordagem.

4.1 Os discursos e a construção de representações excludentes

A gente num cresceu vendo sofrimento de retirante, que a gente nasceu no Projeto irrigado, mais os pais e vós da gente viram té gente morrer, eles contando parecia que a gente tava era vendo. Eles são das banda do Itapajé, eles contando a secura de lá parecia que a gente tava era num filme. Vidamuito dura a deles; A gente cresce sem gostar dessa dureza do sertão.

Erva doce, filha de irrigante do CI



“O sol que é pra dar o beijo da fecundidade dava o beijo da morte”.

A Bagaceira, José Américo de Almeida

“O corpo do vaqueiro derreava-se, as pernas faziam dois arcos...”

Vidas Secas, Graciliano Ramos

A instituição de uma política de irrigação para o semiárido brasileiro, usualmente, tem encontrado suas justificativas teóricas na restrição dos recursos hídricos da região. Em tal contexto, o fenômeno das “secas” tem se constituído o desafio com que os reclamantes apelam às hierarquias superiores medidas para combatê-lo. Considerando que a escassez de água é um atributo concedido pela natureza e que as respostas midiaticizadas pela ordem hierárquica variam de acordo com as instâncias sócio-políticas e culturais, não se poderá entender a trajetória de uma política ou do conjunto de intenções para corrigir a problemática da seca, sem que se recorra à sua historicidade, pontuando o círculo vicioso com o qual se relacionavam o poder central, o mandonismo local e o conjunto de “parceiros” a estes subordinados.

A seca, desde o século XIX até os dias atuais, tem aparecido na produção literária regionalista como preocupação de muitos romancistas e cientistas (Silva, 1999; Landim, 2005). No final dos anos 1800, pode-se encontrar em documentos oficiais (Dnocs, 1985) algumas intenções governamentais que se ancoram nos relatos da desdita para propor medidas de combate ao seu flagelo.

A abundante literatura que acerca o tema registra, como marco das respostas governamentais ao desafio da seca, o prolapado pronunciamento de D. Pedro II, comprometendo, se preciso fosse, o último brilhante de sua coroa para acabar com a seca do Nordeste. Note-se, nesse sentido, que as vozes que fazem registro da seca inclinam-se para acentuar a gravidade de seus efeitos ao Ceará. Algumas alusões às primeiras respostas governamentais atribuem apenas ao Ceará a intenção de D. Pedro II. Klein (2000), em texto que organizou em homenagem a Bezerra de Menezes, ao recuperar a preocupação do médico cearense com o Nordeste, evidencia sua especial atenção para com sua terra:

As secas têm acompanhado o Ceará desde o início de sua história. Em 1877, a província experimentou uma de suas piores secas (...) e que perduraria até 1879, arrasou a economia e a população dos sertões, liquidando totalmente os rebanhos e ceifando centenas de vidas ante a fome e doenças. O governo imperial despendeu setenta e cinco mil contos para socorrer os flagelados, chegando mesmo d. Pedro II a dizer: “Venda-se o último brilhante da minha coroa, contanto que não morra um *cearense* de fome (KLEIN, 2000, pp. 48-49).

É interessante mencionar, como o fez Pardim (2009), que uma simples visita que se faça ao Museu de Petrópolis, no Rio de Janeiro, será suficiente para perceber que brilhante algum da coroa do Imperador foi vendido. Se para outros autores, a exemplo de Alves (1985), o pronunciamento do Imperador significou um olhar paternalista¹³⁰, outras opiniões sugerem que o discurso governamental marcou, na verdade, o anúncio de uma visão da seca como questão geográfica e que viria a plasmar um conjunto de soluções hidráulicas, pois como sublinhou Pardim (2009), ao invés do envio de brilhantes, aportou ao estado, um grupo de estudiosos, a mando de D. Pedro II, lançando a ideia de construção do açude de Orós.

Resumidas algumas contendas, é meritório apreender que as vozes que denunciaram a precariedade das gentes do Nordeste, em tempos de seca, foram de grande importância para despertar a atenção do poder público, desde o tempo do Império, não apenas por tornar a problemática das secas num problema nacional, mas, sobretudo, por exigir de suas autoridades medidas que, em curto prazo, amenizassem a penúria da população flagelada e de outras que, em médio ou longo prazo, se antecipassem às limitações impostas pelos anos de estiagem.

As medidas assistencialistas, de curto prazo, delimitando o que se chama de fase paternalista do Estado¹³¹, transformaram-se, por assim dizer, num hábito. As respostas de longo prazo, contudo, não conseguiram aglutinar soluções duradouras, para que o problema geográfico deixasse de ser um grave problema social. Diárias muito resumidas, de programas emergenciais, o fornecimento de alimentos e de água em carros-pipa, têm sido práticas correntes. No campo das inovações, não raro surgem obras monumentais, cujos maiores exemplos, no Nordeste, são a controversa transposição do Rio São Francisco, a construção do Castanhão e do Canal do Trabalhador¹³², ambas para beneficiar o Ceará.

¹³⁰ Outros relatos informam que a primeira organização de caráter administrativo, cujo objetivo era dar trabalho aos flagelados da seca de 1790-93, foi a Pia Sociedade Agrícola (Plano Integrado, SUDENE, 1973).

¹³¹ À época em que o pensamento dominante residia em salvar o flagelado da fome é denominada por Alves (1985) de Fase Humanitária ou Paternalista.

¹³² Na seca de 1993, por exemplo, a iminência de um colapso hídrico na capital do Estado, Fortaleza, veio a justificar a construção do “Canal do Trabalhador” uma obra pública, de 115 km de extensão, que fez a adução da água do Rio Jaguaribe ao açude de Pacajus, obra essa que, segundo documento do próprio DNOCS, está inserida “num programa mais amplo, envolvendo a transposição do Rio São Francisco, razão pela qual, mais adiante, o açude continuará aduzindo água ao longo do Rio Jaguaribe, mas igualmente aduzirá para outras

Anote-se que práticas agrícolas que possam prevenir os problemas da seca tais como, as técnicas de armazenamento da água das chuvas, de grãos e de forragens, por meio da ensilagem ou fenação, em épocas de pastos abundantes, não têm recebido incentivos dos programas governamentais de convivência com as secas.

É justo mencionar, nesse mesmo campo, que outras ações idealizadas e realizadas por entidades não-governamentais, a exemplo do programa de construção de cisternas para o armazenamento de água das chuvas, o Projeto Mandala e algumas experiências de implantação de um sistema agrossilvipastoril, estão sendo implantadas e experimentadas nos espaços rurais do semi-árido, não raro, contando com o apoio de entidades governamentais.

4.1.1 Secas: percepções e soluções nas distintas concepções do fenômeno

Poder-se-á constatar que às diferentes soluções postas em prática diante da evidência das secas, correspondem distintas concepções do fenômeno. Uma boa ilustração dessas diversificadas visões é a minuciosa pesquisa bibliográfica realizada por Landim (2005, p.p.10-13) fornecendo para o autor, pelo menos, quatro enfoques, que podem encerrar uma compreensão do fenômeno da seca.

O primeiro que ele denominou de tradicionalista, trata-se de uma “concepção da população menos esclarecida, (...) constituindo assim a origem de uma visão fatalista”. Neste caso, tanto a explicação quanto a solução para estiagem residem no misticismo. Em alguns romances, Landim (2005) deparou-se com esse ponto de vista, ou seja, de que:

a solução para o problema da seca se encontra nas rezas individuais e coletivas, no apelo aos santos protetores. É nesta perspectiva que podemos entender melhor o costume sertanejo, atualmente em decadência, por exemplo, de se roubar a imagem de um santo durante a seca e só devolvê-la, em procissão, após a ocorrência das chuvas; e como podemos ver em *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, as experiências das datas: o dia de Santa Luzia e o dia 19 de março do padroeiro do Ceará, S. José” (IB. ID., 2005, p.11).

Distinguindo-se do enfoque tradicionalista, apenas no que diz respeito aos meios empregados para solucionar os problemas oriundos da seca, o segundo enfoque – tecnicista – resume o problema da seca à irregularidade das precipitações pluviométricas. “Uma maneira

bacias”(DNOCS, SIRAC, 1990, p.6.17). Ideia antiga, a transposição do rio São Francisco data de 1856 – no decorrer do Segundo Reinado (1840-1889) . Debatida por uma comissão científica liderada pelo Barão de Capanema, os estudos sobre a seca, resultaram na recomendação da abertura de um canal ligando o Rio São Francisco ao Rio Jaguaribe. Sem que se tenha dado prosseguimento, a ideia foi retomada, em 1886, pelo engenheiro cearense Tristão Franklin Alencar.

simples e cômoda de ver o problema, porque reduz a sua complexidade à falta de água (...) havendo água acumulada em açudes, barragens e poços, tudo está salvo”.

Atribuindo a razão de ser das secas à total devastação da flora nordestina, o enfoque ecológico, responsabiliza a ação dos homens em busca de retirar da terra semi-árida tudo de que necessitam sem nada lhe restituir, por meio de uma agricultura itinerante e predatória que vêm praticando, ao longo de quatro séculos. Desta crítica, acrescenta o autor, “surgiu a teoria do ecossistema, do codesenvolvimento, que, em síntese, supõe a existência de um equilíbrio entre ambiente natural e sociedade”.

Finalmente, Landim (2005) traz como quarto e último enfoque de apreciação – o sociopolítico que, como ele próprio afirma, ocupa grande parte dos nossos romances. Para o autor o que confere à seca a peculiaridade de um *fato social* (grifos meus) e de grande significação pode ser resumido da seguinte maneira:

em primeiro lugar, a desarticulação do processo de acumulação em termos regionais e de classe social; em segundo lugar, a desagregação das famílias e aglomerados humanos, sobretudo entre camponeses e trabalhadores sem terra; finalmente, a pressão social e política que as classes subalternas e a classe dominante da região exercem sobre o poder público municipal, estadual e federal para que ponha em execução uma política de amparo às populações flageladas pela seca’ (IB. ID., 2005, p.12).

Evidentemente, na medida em que outorga à seca a peculiaridade de um fato social, a perspectiva sociopolítica fornece possibilidades ao entendimento de que não havia ou, no mínimo era frágil, uma posição de determinação por parte das “elites”¹³³ do Nordeste de libertar o sertanejo das agruras das secas.

A relação simbiótica entre governantes e “coronéis”¹³⁴ e a relação predatória desses com a população empobrecida dos espaços rurais constituíam a fórmula correta de eternização da miséria e de manutenção de dependência, ultimadas por medidas paliativas que encobriam providências nunca tomadas. E isso era feito em grande estilo, como realçado por

¹³³ Usei o termo, levando em conta a advertência de Scott (op cit p.77) de que “é preciso considerar as elites em associação com a distribuição e o exercício do poder em estrutura de comando”.

¹³⁴Intitulado “Coronelismo, enxada e voto”, em obra de Vitor Nunes Leal, que consagra as relações entre o Governo e os Coronéis, tem sido referência obrigatória para os que mergulham ou tangenciam o tema, como é o caso deste estudo. A origem do termo se deve, em seu sentido translato, aos autênticos ou falsos “coronéis” da extinta guarda nacional. O tratamento de “coronel” começou a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, a todo e qualquer potentado. Em seu tempo, no interior do país, quem não fosse diplomado por uma escola superior gozaria fatalmente na boca do povo das honras de “coronel” (Leal, 1975). No Ceará, o desvendar dessa realidade é marcada por forte estrutura de poder expressa na figura do “Coronel”, mapeada, inclusive, por famílias que dominavam o Estado, conta com o minucioso estudo de Barreira (1992).

José Américo de Almeida, através da propaganda das "frentes de trabalho" e dos "planos de emergência".

A seca chegou a aprazar suas irrupções com a lei da periodicidade. Todo o mundo tinha a previsão da catástrofe em datas fatais. *E os poderes públicos não o atalharam; não procuraram corrigir os acidentes da natureza incerta que dá muito e tira tudo de uma vez* (grifos nossos). Essa vitalidade aleatória ficou, até hoje, à espera da intervenção racional que demovesse os obstáculos do seu aproveitamento e fixasse o sertanejo no sertão. Dispersou-se o povo sedentário e esfacelou-se a família...¹³⁵

Mesmo um olhar menos atento, pode constatar a persistência dessa visão tecnicista até os dias de hoje. Basta para isso apreciar, a cada vez que o fenômeno se repete, as matérias veiculadas pela imprensa, mostrando imagens estereotipadas sobre as secas que reforçam a necessidade de construção de obras públicas¹³⁶.

As soluções assistencialistas, de igual forma, persistem. Viajando pela hinterlândia, percebe-se por trilhas dos sertões o quanto se avolumam os carros-pipa, fornecendo água para as populações, quando as barragens e açudes construídos pela ação governamental se esgotam. Isto se não acontecer de, entre a periodicidade das secas, os açudes, construídos em meio aos conluís dos “donos do poder”¹³⁷, terem suas frágeis paredes (jocosamente chamadas de “Sonrisal” ou “Alkaselse”, pelo povo do sertão), arrastadas pelas enxurradas de água, em anos de muitas chuvas.

Vincular as reincidentes secas às causas geográficas e, por conseguinte, às soluções técnicas para provimento de água, combinadas às ações assistencialistas demarcam a manutenção de uma perspectiva que, desde D. Pedro II até o governo da Nova República, propõe a alteração de apenas algumas técnicas de combate, assegurando a persistência dos mesmos destinatários.

As opiniões firmadas neste enfoque têm concorrido para que o persistente quadro de pauperante associado à seca, como assevera Celso Furtado (1987), não seja percebido como decorrente de decisões tomadas pela classe dirigente, reflexo de uma estrutura social que é

¹³⁵ Trecho da obra de José Américo de Almeida, analisado por Landim (2005, p.119).

¹³⁶ A transposição do São Francisco e a construção do Castanhão, apesar de toda controvérsia que cerca a realização dessas obras, ganham, por exemplo, adeptos influenciados pela ação da mídia. No estudo de Dantas & Gomes (2008, pp.6,7) as imagens da mídia televisiva sobre a problemática da seca “evidenciam a paisagem da caatinga com sua característica peculiar, a terra seca castigada pela aridez do solo. As pessoas com latas na cabeça na busca de encontrar um pouco de água em algum açude que não esteja ainda esgotado (...) são apresentadas pessoas visivelmente sofridas através de seus semblantes tristes, principalmente as crianças”. Repararam os autores que, as reportagens não são feitas para descobrir um diferencial, um elemento inovador referente ao Nordeste, mas para reafirmar a sua imagem já estabelecida, reforçando uma imagem que é construída para o Sul do Brasil.

¹³⁷ Título do estudo de Marcel Burztyrn (1984), no qual faz uma análise crítica aos programas de desenvolvimento regional e cujas informações mostram que o Estado nunca prescindiu dos grandes poderosos locais e estes sempre retribuíram o paternalismo do poder central com sua fidelidade *a priori*.

reforçada pela ação governamental. Tecendo críticas a essa visão conservadora, Furtado (1987) demarca o ano de 1877, como o marco inicial das ações do governo federal na provisão de frentes de trabalho no Nordeste, que proliferavam nos períodos de seca, contribuindo para que nada mudasse no *status quo*.

4.1.2 Entre denunciante e escamoteante: os discursos na literatura

Não raro espectadores e leitores brasileiros são informados pelos meios de comunicação dos benefícios trazidos pela irrigação, especialmente, para o semiárido brasileiro. Em sua maioria, as imagens e conteúdos mostram um Nordeste exportador de frutas frescas como o melão, no caso do eixo Assu-Mossoró. As uvas, com maior ênfase, mas também a manga e a graviola constituem fabulosos emblemas das vantagens da irrigação no Vale do São Francisco. No Vale do Jaguaribe, no Ceará, o Tabuleiro de Russas e o Apodi-Limoeiro usualmente são apontados como referência de progresso, em meio ao sertão do Ceará, por produzir melão para exportação e bananas para o mercado interno.

Muitas vezes, os meios de comunicação estampam as vantagens da irrigação para a agricultura familiar. Ora pela estratégia dos empresários de assegurar a compra da produção dessa camada de produtores, ora pela “filantrópica” missão do DNOCS, que até num passado recente assentava famílias em pequenos lotes irrigados, orientado pelas diretrizes de um projeto social, cujo objetivo era retirar da pobreza um sem número de famílias.

Coexistem, e até antecedem, aos anúncios dos prodigiosos efeitos da irrigação manchetes, reportagens, romances, cordéis e discursos, denunciando problemas decorrentes das cíclicas secas¹³⁸ que esturricam o sertão semiárido e que secam, como no dizer de Valentim – personagem de José Américo de Almeida, em “A Bagaceira” – suas vítimas por dentro: “Seca, fica tudo mirrado - o espírito, a coragem”(ALMEIDA, 1983, p.17).

Historicamente, as duas linhas discursivas têm mantido uma estreita correlação. As faces física e humana da seca se entrosam, produzindo efeitos de ordem social, pano de fundo de inflamados discursos que, desde há mais de dois séculos, reclamam dos governos medidas para solucionar o flagelo da fome e os conflitos decorrentes de saques realizados pela população faminta. Da literatura à linguagem midiática, o traço comum dos conteúdos comunicantes é a presença de imagens que depreciam tanto os aspectos físicos, quanto a população e as estruturas de poder.

¹³⁸ Tenho arquivado desde alguns tempos alguns exemplos notórios da construção dessa imagética do Nordeste, que estão referenciados no AnexoI.

Com efeito, a proeminente literatura regionalista, em algumas passagens, seja na narrativa, seja na prática política do romancista, também contribuía para a manutenção do *status quo*. Girando em torno dos problemas geográficos, sociais e políticos do Nordeste, o fenômeno da seca é narrado em suas consequências humanas e sociais. Trata-se do aproveitamento, como temas da ficção, das questões sociais, e da condição humana emergente das constantes estiagens. Mas, como argutamente identificado e interpretado por Landim (2005), não se encontram nas narrativas, ou mesmo, nos romancistas uma homogeneidade na conduta e relatos sobre a seca. Algumas incoerências são por ele apontadas.

Assim, Domingos Olímpio, como já foi mencionado, relatava o flagelo porque passava sua gente nos períodos de seca, mas sua narrativa não denunciava qualquer corrupção do poder público como o fizeram seus antecessores: José do Patrocínio em “Os Retirantes” e Rodolfo Teófilo em “A Fome”, evidenciando o comprometimento do autor de “Luzia-Homem” “com o poder constituído, pelo menos com o de Sobral, por sinal, o único que se salva”. Em tom irônico, repara o autor que:

Os retirantes de Patrocínio e de Teófilo, quando recebiam ração do governo não era nada mais do que uma porção de farinha e rapadura. Os de Domingos Olímpio, não; além da mesa farta, não havia desemprego, “na construção da cadeia havia trabalho para todos” (LANDIM, 2005, p. 115).

Em disposição contrária à narrativa do escritor sobralense, em “O Quinze”, Rachel de Queiroz, romancista quixadaense, traz uma denúncia declarada de que os prepostos do governo são os mais agraciados no processo de corrupção vigente, com o agravante de que tanto eles quanto os demais, “são impunes neste país”. A escritora, por meio do discurso de seus personagens, relata com contundência: “Ajudar, o governo ajuda. O preposto é que é um ratuíno” (LANDIM, 2005, p.124).

No amplo leque de romances que tematizam a seca, “O Quinze” é tão somente um a mais em meio a uma coleção de títulos que exibem os representantes da administração direta ou indireta como sendo os verdadeiros aproveitadores, os que de fato, nas estiagens tornam-se ganhadores, ainda que, à custa da miséria dos que se tornam mais pobres – os reais produtores de alimentos. Ainda que a narrativa de Rachel de Queiroz denuncie a “Indústria da Seca”, o mundo por ela representado, nesse romance específico, só tem miséria. “Até mesmo os proprietários rurais que o habitam sofrem, tanto, quanto seus agregados, a catástrofe da seca”.

Tentar igualar o sofrimento entre proprietários e não-proprietários, excluindo os detentores do poder econômico do quadro de aproveitadores, consiste, na concepção de

Landim (2005) numa omissão que traz no fundo a cumplicidade de um narrador que, talvez comprometido pelos laços de consanguinidade¹³⁹, tenha achado melhor calar-se.

Mudando de lugar e de personagens, o constrangimento da seca no sertão semiárido, narrado por José Américo de Almeida, difere muito de Rachel de Queiroz, nesse ponto de vista, pois se verifica onde “há dois mundos distintos: o mundo dos ricos, os senhores de engenho, e o mundo dos flagelados, o mundo dos sem-terra”. A *Bagaceira* poderia ser considerado o romance emblema da adoção de uma perspectiva de interpretação sociopolítica do fenômeno das secas no semi-árido, pois

a eternização da miséria nordestina tem em “*A Bagaceira*”(1928) de José Américo de Almeida, conotações político-econômicas, e constitui a *via crucis* do sertanejo. Como já apontamos nas análises anteriores a “indústria” da seca é uma “indústria mafiosa”, organizada e dirigida pelos detentores do poder que diretamente se aproveitam das “frentes de trabalho” e “planos de emergência” para o enriquecimento ilícito ou, indiretamente, fecham os olhos para que terceiros se aproveitem, como bem entendem, das oportunidades que se lhes oferecem, para locupletarem-se com o dinheiro público” (LANDIM, 2005, p. 117).

Inventivo no desvendamento de uma realidade que encobria uma das faces da problemática da estiagem, ou seja, que a “seca do pobre é o inverno dos ricos” José Américo, como escritor, escolheu a maneira mais persuasiva de dizer a verdade. É lamentável, enfatiza Landim (2005), que como Ministro que foi do extinto Ministério da Viação e Obras Públicas, no governo Vargas,

não tenha tido os olhos voltados para esta questão nordestina. (...) É, pois, na diferença entre o político sem motivação para solucionar o problema da estiagem e a descoberta do ficcionista, neste romance, que encontramos a dessemelhança entre o político e o autor. Como político, “gato do mesmo saco”, tem os traços característicos do homem político brasileiro; e como político nordestino esses traços são mais acentuados do que os dos outros, porque como testemunha das mazelas nordestinas: seca, fome, alienação política, exploração econômica etc., ele, como representante desse povo sofrido e espoliado, nada realizou para a emancipação política, econômica e social de sua região (LANDIM, 2005, pp. 117- 118).

Não seria um despropósito apreciar as ambiguidades entre o autor e o político, evocando Gramsci quando diz que “os intelectuais são os burocratas da ideologia, são eles que produzem o que os poderosos querem”¹⁴⁰. Com efeito, aos poucos, as atribuições dos

¹³⁹De fato, a inserção social de Rachel de Queiroz se dá entre as famílias mais abastadas do interior. Sua tese de doutorado (*Op. cit.* p. 45), fez registro do sertão do Ceará repartido por entre o domínio de grandes famílias: “os Feitosa dos Inhamuns, os Monte em Sobral, os Queiroz de Quixadá (família de Rachel) etc. Tal fato não impede que suas manifestações de solidariedade sejam referenciadas em várias fontes. Reportagem do jornal *O Povo*, no caderno *Vida & Arte* revisitou o sertão de Rachel, em 2005, ano alusivo aos 75 da publicação de “*O Quinze e os 90 da Seca*”, destacando o depoimento de Rosita (neta de uma ex-quituteira da fazenda): “Rachel era caridosa, muito caridosa”.

¹⁴⁰ Citado pelo Professor Diatahy Bezerra Menezes, em entrevista no jornal “*O Povo*”, em 24/07/2010.

períodos de estio, pano de fundo de uma vasta literatura clássica sobre a região, foi cedendo lugar aos textos dos programas governamentais, perpetuando a imagem do Nordeste por “representações excludentes” tais como as suas limitadas condições de clima, a pobreza e o analfabetismo de seu povo, mesmo depois de mais de meio século de discursos-reclamantes e de verbas-respostas destinados à exortação das aflições do Nordeste.

Da mesma forma, não foram exortadas do texto brasileiro sobre o rural do Nordeste, as imagens depreciativas de sua terra e de sua gente. Em obra recente, no findar do século XX, Francisco Carlos Teixeira, ao abordar as consequências da informalidade para a economia brasileira, destaca a gravidade dos índices de subempregados de áreas rurais ilustrando como nos “períodos de calamidade como a seca recente que atingiu o Nordeste em 1998, tais índices apresentaram-se de forma assustadora”. No estudo, cuja análise focaliza as mutações do trabalho, o autor apoia-se em textos¹⁴¹ que reforçam imagens estereotipadas sobre as secas do Nordeste, instituindo um *corpus* discursivo, no qual os sujeitos apagam o lugar de onde falam e de onde olham.

Discursos que, na recusa de Albuquerque Júnior (s.d), tanto como o eram no passado

abominam o presente e se fixam no sonho de uma temporalidade futura, temporalidade advinda de um corte de alto a baixo na história trazendo as definitivas verdade e liberdade humanas. Discursos empenhados em traçar o Nordeste como o espaço exemplar da miséria e da injustiça social advindas do sistema capitalista, que precisa ser ultrapassado”.

A exemplo de Albuquerque Júnior (2007), outros estudiosos têm rejeitado a invenção do Nordeste, como tradição engendrada pela modernidade brasileira (Castro, 1982; Oliveira, 1981; Landim, 2005; Galvão, 2006; Menezes, 2010). Em entrevista ao jornal “O Povo”, o Prof. Eduardo Diatary Bezerra de Menezes – outro intelectual crítico à criação de uma “nordestinidade” aliciada aos interesses de uma elite do Sudeste, especialmente, de São Paulo – tem sido um pertinaz opositor a persistente idéia de se

pensar automaticamente em algo que é representando pela fixidez de imagens estereotipadas – o martírio secular de Vidas Secas, Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos, (...) carne seca e paçoca, cangaço e fanatismo, (...) Deus e o Diabo na Terra do Sol, flagelados e romeiros, jangadas e coqueiros, etc. – é querer congelar essa

¹⁴¹O autor se ampara em obras primas da literatura brasileira para descrever o fenômeno da seca – como: “O Quinze”, de Raquel de Queiroz e “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos. A leitura desses textos, segundo Silva, permite perceber o desamparo da população sertaneja, sua resignação e resistência, ao que acrescenta a contribuição da Música Popular Brasileira (MPB), de fácil uso e interpretação em sala de aula, também marcou posição sobre a desdita do sertão. Luiz Gonzaga, com sua sanfona, trouxe para o grande público a sina da seca: “Asa Branca” (em parceria com Humberto Teixeira, em 1952) e “Vozes da Seca” (com Zé Dantas, em 1953) são toadas e baiões que narram a dura vida sertaneja (SILVA, 1999, pp. 28, 29).

‘realidade’ ou reforçar a mesmice de uma invenção a serviço de dispositivos de poder e de saber, ‘superiores’ e ‘modernos’ (MENEZES, 2010).

Distinguido no imaginário nacional como terra difícil de regar, pois estorricada por tantos verões, a imagem do Ceará cristalizou-se como a pátria do retirante, de famintos e maltrapilhos, devorados pelas doenças e pela miséria, refazendo periodicamente o drama bíblico dos êxodos. O esboço desenhado por Albuquerque Júnior (2007, p.7), mostra que “as versões consagradas da identidade regional o fazem sertão árido, violento, místico, povoado pelo bravo sertanejo, titã acobreado que reza e mata comandado pelos coronéis”.

Um espaço público comprometido pelo domínio dos coronéis que, alojados no topo da pirâmide social da região, atuam para apartar do estrato social preponderante um grupo de sujeitos (agricultores familiares, camponeses, parceiros, etc). Um processo de exclusão consagrado, como bem o entendeu Celso Furtado (1964), a partir da forma iníqua como se procedeu ao acesso à terra no processo de ocupação da região, instituindo uma estratificação representada por dois grupos visíveis: no topo, o grupo ao qual se afilia a figura típica e atualizada dos "coronéis" que dominaram o sertão e, na base, causalmente ligado aos primeiros, pela dependência, um grupo de “parceiros” sem ou de muito pouca terra.

A exclusão no topo, como reiterado por Giddens (1999, p.114), “é não só ameaçadora para o espaço público, ou para solidariedade comum, quanto a exclusão na base está causalmente ligada a ela”. A iniquidade com que se estabeleceram e a desigualdade histórica com que têm se relacionado os dois grupos, delinearão os contornos de uma identidade regional edificada por representações excludentes.

Imagens depreciativas de ambos os grupos são ilustradas, de maneira exemplar, em “A Bagaceira”, que inicia descrevendo a saga dos retirantes, na seca de 1898, como “uma ressurreição de cemitérios antigos – esqueletos redivivos, com o aspecto terroso e o fedor das covas podres”. Diante da “paisagem cinérea”, o autor narra a indiferença no olhar de Dagoberto, dada a avidez vã dos senhores de engenho, que se refaziam da depreciação dos tempos normais à custa da desgraça periódica, pois “a seca representava a valorização da safra”. Finalizando – Dagoberto já morto – a figura desabonadora do senhor do engenho foi amenizada pela solidariedade instintiva de Lúcio (seu filho), diante dos azares do êxodo, na seca de 1915, perseverando a imagem degradante do sertanejo, retratada na patética debandada, pela qual “passavam os retirantes dessorados, ocos de fome, cabisbaixos” (ALMEIDA, 2005, p.p. 8,9,140).

José Américo de Almeida inicia e finaliza o romance entre duas “secas”. Exibe a repetição do flagelo sertanejo entre os estios periódicos. Muito embora, guardando certa

independência entre os sete capítulos que o compõe, em “Vidas Secas” Graciliano Ramos segue roteiro semelhante. Entre duas severas secas, Ramos acentua o desinteresse dos líderes políticos do Nordeste para mudar a situação de maneira definitiva, porque as políticas de combate às secas sempre vieram ao encontro de seus interesses.

É lembrar, como acentuou Miguel Arrojado Lisboa, que o caráter das secas ou dos invernos chuvosos é a irregularidade e que, portanto, “catalogar as seccas, omitindo as grandes invernadas, concluir sem exame detalhado das circunstâncias no tempo e no espaço é obra de romancista” (DNOCS, 1970, p.17)¹⁴². Relembrar, sobretudo, que no círculo vicioso das secas, os camponeses tornaram-se as principais vítimas do flagelo. Submetidos aos vários tipos de dominação, esses sujeitos têm sido impotentes para mudar esta política, perpetuando um quadro marcado, de um lado, pela passividade do sertanejo empobrecido, e de outro, pela “ação” do Estado e de seus asseclas, corroborando, por sua vez, como bem o mostra Parente (2002), para

O fortalecimento de um quadro técnico e moderno, instrumentado não só para conhecer a realidade empírica da região mas para interferir de forma racional nos seus efeitos”. A modernização, portanto, sempre foi uma estratégia de sobrevivência das elites cearenses. Basta lembrar que o Ceará foi sede de dois importantes órgãos técnicos de reconhecida competência: o DNOCS, funcionando desde 1906, e o BNB, a partir de 1954. A existência desse quadro de técnicos estimulava o processo de modernização conservadora (PARENTE, 2002, p. 125).

É imprescindível trazer à baila que, as racionalidades dos projetos que apregoam a modernização das unidades de produção familiar, usualmente, têm renegado a importância da criação ou recriação da confiança que deveria existir nas relações recíprocas entre as populações objeto dos programas de desenvolvimento e os atores que os realizam.

Com efeito, o vir-a-ser do “progresso” devotado às populações tradicionais encontra nos reforços da tecnoestrutura estatal um traço fundante. Invocando (re) conceitualizações nas concepções de desenvolvimento, novas metodologias e reformulações nos quadros de especialistas, o progresso idealizado se realimenta da relação predatória entre as promessas das novas descobertas dos conhecimentos diferenciados e a passividade dos que, sem saídas, “escutam tirando o chapéu”.

¹⁴²Muito conhecido na área da engenharia e estreitamente ligado às idéias de melhoramento e progresso, por meio da ciência e da técnica, Arrojado Lisboa era símbolo de um dos pensamentos da engenharia da época que acreditava no “combate às secas” por meio da ação do Estado, mediante o uso do conhecimento técnico-científico. Esta foi à base de atuação da IOCS nos dois períodos (1909 - 1912 e 1920 - 1927) em que este engenheiro esteve no comando da instituição.

4.2 Histórias de passividade: os que se arvoram a ser Deus e os que escutam tirando o chapéu

Nos processos de intervenção para modernização das unidades de produção tradicionais tem sido prática recorrente o distanciamento entre os sujeitos envolvidos. Os artefatos para formação dos profissionais da ciência agropecuária são usualmente reduzidos às técnicas para aumento da produtividade, abstraindo de seus arcabouços teórico-metodológicos a importância de compreensão da questão agrária brasileira e de aspectos culturais dos sujeitos, objeto da “ação” dos atores do desenvolvimento.

Nesse contexto, torna-se pertinente mencionar duas relevantes contribuições, em meio ao escopo de avaliações feitas por pesquisadores do CIRAD¹⁴³ sobre as experiências de pesquisa em sistemas de produção que a Embrapa Semiárido realizou nos anos de 1980. Para Tonneau *et al* (1990, pp.12-13), a intervenção tecnológica em cinco propriedades do semiárido, ainda que tenha se acautelado de uma avaliação econômica do uso de tecnologias, concentrou esforços em pontos reduzidos da unidade produtiva. Dessa forma, a forte intervenção da pesquisa modificou, em substância, os sistemas de produção existentes, sem medir as condições sociais e econômicas da apropriação destas modificações pelos produtores.

Retomando esse fio condutor de avaliação, Phillippe Caron (1993), ao confrontar os ineficientes resultados da validação de tecnologias em meio real com os termos propostos pelo projeto de intervenção, chamou atenção para o fato de que

os objetivos e as estratégias dos produtores não aparecem como objetos de pesquisa, nem também a diversidade dos sistemas de produção ou a maneira segundo a qual o projeto do produtor inscreve-se na dinâmica social da comunidade” (CARON *et al* 1993: 5).

O alerta de Caron (1993) se alinha a uma corrente de pensamento que, a partir dos anos de 1990, vem ganhando expressivas adesões, inclusive, das agências internacionais de desenvolvimento (Banco Mundial, PNUD, BIRD) postulando a ideia de que desenvolvimento e cultura estão intimamente ligados, ou seja, são interdependentes¹⁴⁴. Nessa perspectiva, pode-

¹⁴³a) CIRAD-Centre de Cooperation International de Recherche Agronomique pour le Développement. b) Em 1982, a Embrapa Semiárido e o CIRAD, realizaram, em cinco propriedades de Ouricuri (PE) e municípios circunvizinhos, um experimento para validar o uso de Cisterna, policultor, sorgo, pequena irrigação, etc., organizadas em “pacotes tecnológicos”.

¹⁴⁴ Alinhar os pressupostos do desenvolvimento aos princípios de equidade e de conservação ambiental, constituindo, um novo corpo teórico para humanizar o desenvolvimento tem, no presente, ocupado o pensamento intelectual no mundo e no Brasil (VEIGA, 2001; ABRAMOVAY, 1988, 2000; KUGELMAS, 2007).

se dizer, como mostrou Caron (1993), que escamotear, como passo metodológico da proposta modernizante, a realização de uma “topografia cultural”¹⁴⁵ tem sido ponto crítico da concepção e execução de seus programas e projetos.

Análises e conclusões como as apresentadas por Tonneau e Caron, é importante que se frise, raramente são compartilhadas pela “base tecnológica”¹⁴⁶ que dá sustentação às inovações na agricultura brasileira. O aparato que materializa, em especial, o repertório mental de sustentação dessa base – instituído para consolidar a modernização da agricultura brasileira – é demarcado por um *modus operandi* que, em sua maioria, concentra esforços em pontos reduzidos dos sistemas de produção¹⁴⁷.

O tecnicismo que organiza os elementos do *constructo mental* prevalente no campo da ciência agrícola brasileira, ao concentrar como objeto de pesquisa o aumento do conhecimento da biosfera produtiva, restrito ao desenvolvimento de tecnologias para incremento da produtividade, gerou em suas prateleiras um estoque de tecnologias que supera, por exemplo, o dos demais países da América Latina.

A incorporação desse acervo aos sistemas de produção em uso pelos agricultores tem se constituído um grande desafio para a comunidade científica. Quando submetidos às pressões oriundas da sociedade civil, os cientistas, rotineiramente, encontram justificativas na missão que lhes é imposta por seus regimentos. As falhas que se verificam no processo de adoção das tecnologias – pelo menos no que diz respeito aos agricultores familiares – são reputadas a esse segmento, sob a alegativa de que os mesmos apresentam “insuficiente base pedagógica, resistência à inovação e aversão ao risco”¹⁴⁸.

Ancoradas nas prerrogativas de um modelo que delegou ao cientista agrícola a missão de gerar conhecimentos e tecnologias e à extensão oficial o papel de difundir-las junto aos agricultores¹⁴⁹, as duas organizações, diante dos minguidos resultados de suas lides

¹⁴⁵Um procedimento sistemático capaz de identificar e descobrir os repertórios mentais, os equilíbrios relacionais e das hierarquias de pessoas ou de valores, bem como das práticas e dos interesses econômicos estabelecidos que caracterizam o grupo social ao que se está querendo convencer da operação de desenvolvimento (VASCONCELOS&LUSTOSA DA COSTA, 2004).

¹⁴⁶Base tecnológica entendida como conjunto de máquinas, processos, conhecimentos e matérias-primas que sejam complementares e se relacionem estreitamente na atividade produtiva.

¹⁴⁷Balizada em parâmetros que a definem como uma agricultura intensiva em capital, a cultura institucionalizada pela ciência agrícola brasileira é, como mostram os estudos de José Eli da Veiga (2005), um dos maiores empecilhos para os objetivos do desenvolvimento sustentável brasileiro.

¹⁴⁸Ver EMBRAPA. I Plano Diretor da Embrapa – Caprinos 1990 -1994.

¹⁴⁹Eliseu Alves, figura proeminente na construção de uma institucionalidade capaz de acelerar a modernização da agricultura brasileira, defendia a ideia de que competiria à extensão pública as atividades de difusão de tecnologia “para os grupos que não assimilaram o progresso”. Aos pesquisadores da Embrapa competia, como previsto no modelo de “inovação induzida”, a geração e adaptação de tecnologias (ALVES, 1989 p. 12).

específicas, defrontam-se em um campo de disputa profissional marcado por troca de farpas que em nada contribui para transformar o cenário indolente.

Nos programas e projetos, teorias de desenvolvimento são revisitadas e submetidas a renovações conceituais. Comissões de avaliação são criadas e recriadas para sentenciar formatos antigos e justificar a entrada em cena de novos aportes teórico-metodológicos que, por sua vez, invocam um reforço nos quadros burocráticos, requerendo a presença de novas especialidades.

4.3 DNOCS: entre o paternalismo assistencial e o despertar da ação planejada

Transita entre diferentes compreensões do fenômeno da seca o traço comum da presença do Estado brasileiro, no aprovisionamento de soluções que se extremam entre um paternalismo-assistencialista – marcado por distribuição de alimentos e diárias de programas de emergência – até as mais sofisticadas concepções de intervenção, cujos maiores exemplos são os enclaves de modernização que têm surgido em meio ao semiárido brasileiro pela presença de modernos projetos de irrigação.

Remonta à época da Regência o esboço de tentativas para debelar os efeitos das secas no Nordeste. O marco inicial foi a construção de fontes artesianas no interior das províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, em 1833, por providência do Ministro e Secretário de Negócios do Império.

No Ceará, todavia, a existência de uma lei geral de estímulo à construção de açudes, mediante um sistema de premiação, bem como a criação do Banco Provincial do Ceará para socorrer a população são referências que antecedem as medidas mais gerais para o Nordeste. Criado na administração de José de Alencar, por sua própria iniciativa, o Banco foi o primeiro a funcionar no País, após o Banco do Brasil de D. João VI.

Terminada a administração de Alencar, o banco encerrou suas operações em decorrência do conflito partidário resultante da queda dos liberais, do qual o cearense fazia parte, evidenciando “a subordinação desde os nascedouros dos interesses prioritários do Ceará aos aspectos da arena política local” (FROTA, 1985, p. 143).

Revelador desse tipo de arena local, no Ceará, foi o entrevero acontecido na seca de 1877, entre o então Presidente da Província, Conselheiro Estelita e o Parlamentar José de Alencar. Tendo em vista a necessidade de absorção da mão-de-obra de retirantes, que já se acumulavam na capital, Conselheiro Estelita requereu ao governo imperial o prolongamento

da via férrea de Baturité e a construção do Porto de Fortaleza. Levada ao Parlamento, a proposta de encampação da estrada foi derrotada. Alencar, acionista da companhia¹⁵⁰, em demagógico discurso ressaltou o benefício que, individualmente, lhe traria tal medida, mas “reconhecendo que ela tem sido mal administrada” foi enfático em opor-se a um pleito para benefício de seu próprio Estado (IB.ID, 1985, p.146).

Diante da recusa, a solução intermediária encontrada pelo governo foi a retirada em massa dos sertanejos. O presidente da Província facilitou a emigração, “concedendo, além de passagens, uma ajuda de custo diária nos navios de bordo, quer nacionais, quer ingleses”. O episódio, contudo, contrariou o pleito de Estelita, influenciando seu pedido de demissão. As famílias migrantes contabilizaram prejuízos irreversíveis, pois primavam pela pressa os embarques das famílias de cearenses para outras províncias.

Além de faltarem condições de atracação nos portos, gastava-se por embarque uma média de seis horas, servindo-se apenas de duas lanchas. Levando-se em consideração somente o preenchimento da carga humana de cada um, separaram-se, assim, famílias inteiras (IB.ID.,1985, p.147).

Em “As secas do Ceará”¹⁵¹, Rodolfo Teófilo destaca como ato improprio de José de Alencar, furtar-se a defender os interesses da Província, apenas “por oposição àquele governo do qual não fazia parte”. O mais ácido nessas vivências da seca, não são as arengas políticas *per se*. O que de fato torna a história das secas ácida é o entrelaçamento entre os políticos locais e os potentados fazendeiros, que indicam como prepostos do governo seus apadrinhados – uns ratuínos, como denominados por Rachel de Queiroz. Nessa interrelação encontra-se a fórmula sumária “para encher a urna ou o disquete de votos” para usar a expressão de um leitor, em elogio a uma reportagem da Veja¹⁵²:

A seca é uma indústria para muitos políticos, é uma forma de encher a urna ou o disquete de votos; é uma situação que entra seca sai seca nossos governantes nada fazem, a não ser distribuir uma cesta básica contendo alguns quilos de alimentos que não duram. (...) Nossos políticos, no nível estadual, estão mais preocupados em resolver o grande dilema atual: quem será o próximo candidato do PMDB, (...) se o PFL lançará candidato próprio ou apoiará o atual governador. Enquanto isso, é só distribuir umas sacolas de alimento e ir empurrando com uma barriga que não existe um problema que é de todos nós.

¹⁵⁰ De acordo com os Anais do Parlamento Nacional (1877), a estrada começou como fruto da iniciativa privada, com o Senador Pompeu, os Barões de Ibiapaba e de Aquirás, o inglês Henrique Brocklchrst e o Engenheiro José Pompeu

¹⁵¹ *Apud* Landim (2005, p. 113)

¹⁵² O autor da referida carta é Fred Vasconcelos Coelho de Albuquerque, de João Pessoa, PB. Fonte: Veja, Edição 1546, na seção Cartas, p.20.

A sobreposição dos interesses embutidos na simbiose entre políticos e grandes fazendeiros às prioridades e aos direitos das famílias famintas do sertão tem se constituído o lado mordaz das secas. Simbolizando uma fragmentação social, essa dinâmica é representada, como mostra Landim (2005), na desagregação da família, pela morte de uns, a fuga e desaparecimento de outros, no desespero geral. Entra seca e sai seca e a cada repetição do estio, as aflições se repetem, persistindo a condição de pobreza do sertanejo.

Entre o paternalismo assistencial e o despertar da ação planejada transitam os estudos sobre a ação do Estado, destacando uma cronologia¹⁵³ que se move entre as camadas do tempo e que coincide com a periodização social das secas. Andrade (1967, pp.143, 145) Lembra que tal cronologia parece se orientar pela teoria do “Desafio-Resposta” de Toynbee¹⁵⁴, pois submetida a uma averiguação sistemática, notar-se-á que a cada repetição do fenômeno se sucedem investimentos de infraestrutura, como resposta ao desafio climático.

A trajetória de consolidação de uma política de irrigação no Ceará não seguiu percurso diferente. Confirmando a seca como substância que justifica a ação do Estado, Eduardo Campos (DNOCS, 1985), seguindo uma cronologia que se move entre as camadas do tempo, recuperou a história do DNOCS, periodizando a atuação do órgão entre os antecedentes do paternalismo assistencial e o despertar da ação planejada. A minudente descrição, feita pelo escritor cearense, coincide com a periodização social das secas, destacando as realizações de infraestrutura que se sucedem como resposta ao desafio climático.

A precedência de uma “fase humanitária” (paternalismo), cujo pensamento dominante era salvar o flagelado da fome, é reconhecida por Campos (1985) como a primeira investida da ação governamental.

O segundo momento chamado de “fase de reconhecimento” se inicia pelos trabalhos da Comissão Científica, de 1859, persistindo após a grande seca de 1877 e demarca o período em que o flagelo climático passou a ser considerado um problema nacional. Contando com apoio do Instituto Politécnico do Rio de Janeiro, outra comissão visitou o Ceará, sugerindo a construção de diversas obras de engenharia. Entre outras respostas, iniciam-se a emigração para a colonização da Amazônia, bem como a construção do açude do Cedro, em Quixadá em 1884 e paralisada em 1886.

¹⁵³Uma cronologia sobre as secas feita por Villa (2001) em seu estudo sobre a “História das secas no Nordeste, nos séculos XIX e XX” é apresentada no apêndice de número 1.

¹⁵⁴Partindo de um entendimento que a raça ou o ambiente geográfico, embora sejam fatores positivos e cooperantes, não podem *per se* explicar os fatos históricos ou a formação das culturas, Arnold Toynbee formulou sua teoria do “desafio-resposta”, com a compreensão de que desafiado pelo ambiente geográfico ou histórico, um povo responde ao desafio, vencendo obstáculos, ou submetendo-se às contingências sem capacidade de luta.

Ao repisado de outras secas (a de 1900, seguida das de 1902, 1907/1908) institucionalizou-se, definitivamente, o serviço público como resposta orgânica ao desafio incessante, pontuando a “fase de intervenção e sistematização de estudos e obras”. Caracterizada por uma intervenção geográfica, inspirada nas ideias de Frederico Ratzel, fundador da Escola determinista da Geografia, essa fase foi comandada pelo Engenheiro Arrojado Lisboa. Esse período tem início com a criação, em 1909, da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS). Observada como o despertar da fase planejada e racionalizada, os serviços que marcam essa fase começavam com a ampla visão de tentativas de uma programação científica, em virtude da presença de cientistas e técnicos de alto nível que implantaram os trabalhos pioneiros de Geologia, Hidrogeologia, Meteorologia, Botânica, Cartografia, etc.

A considerada “Fase de Diferenciação” ocorre quando a antiga IOCS, logo denominada IFOCS (Dec.13.687 - 1919), após o impulso pioneiro com o qual foi instituída, diferencia-se em diversas perspectivas de ação e, retomando posições antes arrefecidas, paulatinamente desdobra-se em outros órgãos, com funções específicas. Assim, organiza-se a Comissão Técnica de Piscicultura, intensifica-se o reflorestamento, surgem os postos agrícolas, organiza-se o Serviço Agroindustrial e, com estes, uma concepção agronômica da problemática das secas. Esta fase processa-se a partir de 1931.

Com José Américo posto à frente do Ministério da Viação é que advém, sob o comando de José Augusto Trindade, o enfoque agronômico, constituindo-se a resposta ao desafio à seca de 1931/33, resultando na intensificação de obras de fomento e pesquisa agrícola, por meio de frentes especializadas de serviços técnicos-científicos.

Pelo Decreto-Lei N° 8.486, de 28/12/1945, a IFOCS é reorganizada, passando a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Campos acentua que a arrancada para retomar os caminhos perdidos deu-se com o desafio da seca de 1932. Posteriormente, a seca de 1942 e notadamente a de 1951/53 trouxeram, como resposta ao desafio, o Banco do Nordeste do Brasil S/A.

A seca de 1958 deu como resposta a criação da SUDENE, em 1959, configurando o início do propalado planejamento integrado do desenvolvimento regional, sob a égide de Celso Furtado. A partir de então se inicia a “Fase de Integração do Desenvolvimento Regional e Promoção Universitária”. Novas pesquisas e empreendimentos surgiram, como para dar resposta às secas ocorridas nas décadas de 1960/1970, 1979/1980 e seguintes.

No campo das inovações, para enfrentamento das secas, a irrigação, sobretudo, a partir da década de 70, vem sendo apresentada como a panacéia capaz de resolver os

problemas das populações empobrecidas do semi-árido do Nordeste. Entretanto, os estudiosos afeitos a essa temática mostram como a experiência recente vem reiterando, as vinculações da agricultura irrigada a uma demanda internacional crescente, cujos resultados repercutem negativamente sobre a vida local, instituindo a formação de áreas fragilizadas que se constituem “enclaves de produção” para o mercado externo (ABRAMOVAY, 2002; CAVALCANTI, 1999; MOREIRA, 2002; MOTA, 2005). São espaços em que se registra, também, o fenômeno da “favelização” (GOMES, 2002).

Resultado de uma intensa e prolongada intervenção governamental - que garantia a instalação da infraestrutura, a implantação de programas de colonização e desenvolvimento agroindustrial - os espaços rurais, ligados à economia de irrigação, favoreceram a atração de capitais nacionais e estrangeiros e a intensificação de fluxos migratórios dentro da própria região Nordeste e o assalariamento de agricultores familiares. Em resumo, a constituição de trilhas de desencaixe.

4.4 O represamento dos rios: uma trilha de “desencaixes” e de formação de *outsiders*

Como se faz notar nesse estudo, a invenção do “regadio” foi entendida por estudiosos, como Darcy Ribeiro, como uma das revoluções que marcou severas rupturas na evolução da humanidade. De início por possibilitar a produção de excedentes de alimentos, tendo como desdobramento o processo de urbanização e uma diferenciação social que, em última instância, demarcou a divisão de classes entre os apropriadores de excedentes “classe que não trabalha” e uma “classe que trabalha”, que são os produtores reais.

Esse processo de diferenciação social foi se expandindo, como mostra o mesmo estudo, em virtude da institucionalização dos exércitos e de camadas de especialistas, que nascem, juntamente com a formação dos Estados, para mediar conflitos sociais que se foram ampliando, à medida que as sociedades tornaram-se mais complexas, pela formação das duas classes: “senhores” e “párias”.

Essa trilha, que pincelou a evolução da humanidade, se robusteceu nas sociedades modernas. Os Estados, com suas camadas de especialistas, envergados da responsabilidade de dirimir conflitos sociais peculiares às sociedades de desenvolvimento iníquo lançam mão de projetos modernizantes ou desenvolvimentistas em nome da reabilitação, dos que se transformaram em párias em suas respectivas sociedades.

4.4.1 *Experiências de desencaixe*

De fato, os rios deixaram de ser um justo “pai de família”, para usar o termo alcunhado com precisão por Dona Maria Baião. Bem a propósito, a hipótese que sustenta esse estudo se amparou em observações de Scott (2006) e de Mota (2004). Ambos tratam de processos de reestruturação produtiva decorrentes da ação governamental que provocam desmontes nas estratégias ocupacionais de agricultores familiares, em suas formas de sociabilidade, nas relações familiares etc..

Abundam na literatura, sobretudo, em trabalhos acadêmicos, o número de referências trazendo abordagens críticas que apontam a tendência de iniquidade dessas estratégias de desenvolvimento. A análise interpretativa de Sandroni (1980), sobre a experiência das comunidades do entorno do rio São Francisco que tiveram seus sistemas de produção inundados pela construção do reservatório de Sobradinho, é bastante ilustrativa.

As comunidades vendiam pequenos excedentes agrícolas e pesqueiros e compravam artigos que não podiam ser produzidos localmente. A reposição dos supostos da produção estava garantida pela atividade natural do rio São Francisco. (...) Embora as terras de vazante nas margens do rio e nas ilhas fossem limitadas para uma população crescente, as condições naturais permitiam o sustento de um número considerável de pessoas, sem que a ameaça da ruína pairasse constantemente sobre suas cabeças. A relativamente débil articulação com o mercado era uma expressão dessa auto-suficiência. (...) Com a construção da hidrelétrica de Sobradinho, esse processo foi bruscamente interrompido, atingindo profundamente e desorganizando as bases produtivas. O principal problema consistiu na eliminação do sistema de vazante. (Apesar das antigas comunidades terem sido reassentadas nas margens do reservatório e a maioria dos relocados indenizados em dinheiro em espécie e com lotes variando de 5 a 30 há, o empobrecimento foi geral¹⁵⁵ (SANDRONI, 1980, pp. 35-36).

De olhar abrangente, a agudeza de Sandroni na interpretação dos efeitos de edificação da barragem Sobradinho, em meio aos tradicionais sistemas de produção de vazanteiros do rio São Francisco, é exemplar em dois aspectos: 1) por desenhar pistas para estudos que buscam desvendar essa problemática; e, 2) por destacar o quanto conhecimentos sistematizados ao longo de sucessivas gerações se perdem, desestabilizando o equilíbrio da natureza, já que problemas de outra ordem afetam a estabilidade da produção local. Por exemplo,

¹⁵⁵ Grifos nossos.

A acumulação de conhecimentos sobre o comportamento do rio realizada durante várias gerações foi inutilizada pela construção do reservatório. O conhecimento da localização dos tabuleiros no antigo rio facilitava a pesca, pois ali o peixe se concentrava e o fundo plano e liso não oferecia perigo para o arrastão das redes: hoje, ninguém mais sabe onde ficam e mesmo que isso fosse possível, as novas condições – com a maior profundidade – exigiriam técnicas de pesca muito avançadas. A criação de uma imensa chapada de água mudou também o sistema de ventos na região do reservatório e entre outras coisas tornou mais ariscada a navegação passando a exigir embarcações maiores (em grande parte fora do alcance econômico dos reassentados) e mais resistentes, que possam enfrentar ondulações de quase um metro de altura (ÍDEM, p.36).

A instituição do uso de técnicas avançadas tem sido uma diretiva da política de irrigação no assentamento de unidades de produção familiar. Os agricultores familiares - que serão os protagonistas do desenvolvimento pretendido – são evocados como objeto de redenção, sem que na concepção de seus destinos sejam envolvidos em quaisquer dos mecanismos de consulta e participação. Ao novo agente social – o colono, ou irrigante - é imposta uma agricultura moderna e “redentora” (no dizer dos agentes governamentais), marcada por tensões entre a economia de mercado e a “economia moral”.

Dessa forma, ao chegar à posição de colono, como bem assinalado por Diniz, o antigo meeiro ou morador tinha sua estrutura de vida alterada. Os agricultores não tinham identificação com aquele espaço, que não foi construído por eles e, portanto, não gerou qualquer identidade socioespacial.

Estavam sem identidade não só com o espaço físico, mas com tudo o que ele representava: irrigação, novas tecnologias, novas relações de trabalho, ou seja, uma nova forma de viver (DINIZ, 2002, p.49).

Cavalcanti & Mota (2002), em estudo que recuperam a desconstrução do tecido social que se formou no Vale do São Francisco pelo assentamento de unidades de produção familiar, mostram como esses projetos instituídos no mesmo contexto em que se instituiu no Ceará o Projeto Curu Paraipaba, foram desmontados excluindo os agricultores familiares.

Os estímulos governamentais, tais como incentivos fiscais, disponibilização de infra-estrutura de irrigação, associados aos preços dos fatores, terra e mão-de-obra baratas, foram os ingredientes necessários para atrair empresários para transformar o Vale do São Francisco em um moderno pólo de fruticultura irrigada para atendimento do mercado globalizado. Paulatinamente, foi ocorrendo a sucessão da posse da terra (lotes dos agricultores familiares) efetivada por meio de venda aos empresários que aportaram no Vale.

Ao reorientar a diretiva para uma perspectiva de autonomia dos sujeitos das áreas irrigadas, a nova política de irrigação privilegiou um modelo, no qual entrou em cena a figura

do “empresário” ou “produtor” em substituição aos “colonos” ou “irrigantes”. Esses últimos, conforme entendimento de Vital & Sampaio (2007), conformando uma categoria social chamada de “agricultura familiar irrigada do Nordeste”. Essa substituição, contudo, não significa que os agricultores familiares desses novos projetos de irrigação tenham desaparecido. Na grande maioria dos casos, eles foram expropriados de seus locais de morada e trabalho, para que o Estado pudesse implantar os projetos de irrigação.

A competente e minuciosa investigação de Mota (2005a, 2005b, 2009) sobre os mecanismos de apropriação do território, do meio ambiente e de controle do trabalho na região do Platô de Neópolis é emblemática no sentido de apontar o processo de “desencaixe” vivido pelos agricultores familiares desse espaço rural e de seus “reencaixes” como trabalhadores assalariados no moderno Projeto de irrigação. Ao apresentar os resultados da primeira investigação, a pesquisadora concluiu

que o “desencaixe” dos trabalhadores de sistemas tradicionais de produção que mesclavam vínculos pessoais e econômicos de sujeição e o reencaixe dos mesmos no Platô se deu ao longo do tempo, através da configuração de estratégias individuais e familiares em que a reflexividade foi mais intensamente acionada dada a novidade das situações enfrentadas e a necessidade de reequilibrar as estratégias para garantir a sobrevivência (MOTA, 2005, p. 238).

Em outro estudo (Mota, 2009, p. 98), realizado após 15 anos de funcionamento do Platô, e não mais nas empresas e lotes de irrigação, mas nas cercanias do Platô, o panorama estampou-se desanimador. não apenas para os agricultores familiares do local que recorreram ao assalariamento como estratégia de sobrevivência. Os resultados não eram condizentes com o planejado, nem em relação à transformação da região em pólo exportador, nem quanto à geração de empregos e muito menos quanto à expectativa de dinamização do local. Ao contrário, o estudo mostra que nas cercanias, com a implantação do Platô, as áreas diminuíram por conta da desapropriação das terras para o projeto, “e, paradoxalmente, a população dependente do extrativismo aumentou, gerando uma pressão sobre os mesmos, a qual desencadeia tensões e conflitos localmente”.

Nesse contexto, o empresariado de ator central passa a ser alvo das críticas. O projeto de inovador passa a ser visto “como um acúmulo de erros técnicos quanto aos índices de pluviosidade, à inadequação dos solos, à umidade, à seleção dos cultivos, dentre outros aspectos” (ÍDEM, p.99).

Não são muito diferentes as observações feitas por Vital & Sampaio (2007). Em estudo de caso sobre a agricultura familiar e fruticultura irrigada no Nordeste, os autores

afirmam que salvo poucas experiências bem sucedidas, a grande maioria das intervenções apresentou pouco sucesso, atribuindo como causas, além da estabilidade da fonte de água em períodos sucessivos de seca, problemas de escolha inadequada dos sistemas e da falta de conhecimento e experimentação de técnicas e cultivos. No caso da fonte de água, o fator físico pode ser determinante. Mas as outras causas estão ligadas à inadequada formulação e implementação das propostas de intervenção.

A pesquisa de campo e as consultas a literatura temática parecem apontar para uma mesma direção, ou seja, os espaços dinamizados por meio da implantação de projetos de irrigação apresentam fragilidades incompatíveis com os ideais de sustentabilidade do desenvolvimento. Ameaçam, por assim dizer, entrar em colapso, na muito bem formulada síntese de Dalva Mota

Com menos de 50% da área cultivada, evasão do empresariado cerca de 5% dos empregos previstos, retração das áreas com frutas e aumento da área de cana-de-açúcar, diminuição da área plantada e do número de trabalhadores ocupados e questionáveis quanto ao volume de investimentos públicos (cerca de 200 milhões de reais) o modelo parece entrar em colapso. As justificativas para o desempenho apontam a heterogeneidade do empresariado, a opção por culturas destinadas ao mercado nacional e os problemas fitossanitários enfrentados (MOTA, 2009, p. 105).

O processo de diferenciação social ocorrido em decorrência da construção da barragem de Sobradinho ilustra um quadro de proletarização entre famílias que foram reassentadas. Segundo o autor, a pobreza era tamanha que, além de alugar a terra, os reassentados vendiam também sua força de trabalho ao próprio arrendatário na qualidade de assalariado ou parceiro, inaugurando uma original relação de produção na região. Tal relação, na verdade, não refletia outra coisa se não a aceleração do processo de diferenciação do campesinato. Mas isso se deveu fundamentalmente à quebra repentina da estabilidade da base produtiva do campesinato local.

Antes - dizem os atuais relocados - éramos pobres, mas não precisávamos nem do governo. Hoje, a ruína desses lavradores conduziu muitos deles à proletarização e a uma situação de miséria talvez maior do que a eventualmente provocada por inundações ou longas estiagens. Em síntese, as mudanças na base produtiva atuaram como se repentinamente a fertilidade da terra tivesse se esgotado ou algo semelhante acontecesse com um recurso natural cuja extração constituísse a base econômica de uma comunidade camponesa (ÍDEM, p.37).

Os processos de “desencaixe” de agricultores familiares mediados pela implantação de projetos de irrigação na região Nordeste, além de fazer registro das rupturas nos “modos de vida” dos sujeitos, exibem, em muitos casos, a historicidade das relações

sociais. Visível na academia, na literatura sobre as secas, ou nas vozes de poetas populares, a historicidade das relações sociais, que mediam essas intervenções governamentais no Brasil, exhibe o quanto tais processos modernizantes têm concentrado riquezas e alargado o processo de exclusão dos sujeitos, nos espaços rurais.

No caso em estudo, como acentuado por Francisco de Oliveira, os fazendeiros que faziam a elite pecuária-algodoeira eram os filhos privilegiados, num primeiro momento, depois os empresários da indústria sucro-alcooleira, como mostrou Martins (2008), persistindo os privilégios para atores da pecuária leiteira. Uma elite rural que se entrelaçou ao DNOCS, constituindo a indistinta linha divisória entre o Ceará e o DNOCS, assunto que será abordado no próximo item deste capítulo.

4.5 A indistinta linha divisória entre a elite rural do Ceará e o DNOCS

Vale ressaltar que no estado do Ceará, as boas intenções dos governantes em retirar do atraso as culturas tradicionais do campo se fundavam na necessidade de manter os índices de exportação do algodão, do café, dos couros ou das peles. O bem estar da população, apesar da ameaça de rebeliões, nos períodos de seca, vinha sempre em segundo plano. Theophilo (2006) foi, em seu tempo (1853-1932), uma voz que evocava o desprezo dos governos em relação à questão:

O Ceará é uma terra condenada mais pela tirania dos governos do que pela inclemência da natureza. A seca é seu mal congênito. De tempos em tempos, ataca-o, fere-o de morte. (...) maldição maior do que as secas: é a inépcia e má vontade dos homens que dirigem a Nação (...) A politicagem tem sido nefasta ao Ceará em todas as secas a que tenho assistido”(THEOPHILO, 2006, p.171).

As limitações do clima se constituíram, sempre, um empecilho para que, no Ceará, se implantasse um modelo agroexportador de matérias-primas. A escassez das chuvas e o conseqüente flagelo da população empobrecida da Região era o fator recorrente para que o Estado desencadeasse constantemente medidas paliativas no combate à seca: ajuda, construção de estradas, frentes de serviço. Essa concepção, pautada no combate à seca, colocava as atribuições de sua população em segundo plano:

O tratamento da questão do bem estar das populações vinha em segundo plano (...) Daí o armazenamento de víveres jamais ter preocupado as autoridades como uma questão fundamental. Produzia-se para exportar e não para satisfazer as necessidades do mercado interno. Quando ocorria o problema, atribuía-se a imprevidência da população a responsabilidade pela ausência de víveres (IMOPEC, 1989, 108).

A chuva tem sido o elemento do qual dependeu a economia cearense, durante séculos, uma vez que o Estado sempre se socorre de medidas paliativas, não atentando para solução definitiva do problema. Para justificar a alternância entre uma medida e outra, o discurso oficial credita a responsabilidade à ineficácia da ação governamental. Nos anos que antecederam a seca de 1877, se deflagrada a seca, criavam-se comissões de socorros, mobilizando, geralmente, o comércio para distribuição de gêneros de primeira necessidade à população. Na seca de 1877, por exemplo, o presidente Caetano Estelita declarava

que o povo preferia o trabalho que o eleva a ter que pedir esmola (...) era necessário atenuar a crise através do trabalho (...) dentro desta concepção foram criadas as comissões de socorros públicos que realizavam melhoramentos e construíam casas para quartéis, cadeias, escolas, açudes, estradas, aterros, igrejas, etc (IMOPEC, 1989, 109).

Gustavo Barroso (1888-1959), em sua obra de mocidade “Terra do Sol” de 1912, em tom apaixonado dizia que era quando o gado começava a cair de fome e de sede que o nortista mostrava “a sua energia inflexível, quando mais se acrisolam suas faculdades combativas (...) e mais se robustece sua titânica virilidade”. Entusiasmado com a bravura do nortista, o autor sugeria que “não seja, talvez, paradoxo o dizer – que a seca é um fator de progresso, porque forma e molda uma raça de fortes” (BARROSO, 2006, p.14).

Essas falas que enaltecem a coragem do povo, invocando trabalho para as vítimas da seca, por muito tempo têm justificado a existência de programas emergenciais que, remunerando o trabalhador do sertão com diárias aviltantes, edificaram e modernizaram as estruturas produtivas das grandes propriedades, por meio da construção de açudes e barragens, bem como de pontes e estradas que se prestavam ao propósito de ampliar os fluxos de comercialização.

No Ceará, data de 1881 a construção da primeira grande barragem do Estado, inaugurando, por meio da perenização dos rios, a existência de áreas irrigadas de modesta inovação técnica, mais voltada para agricultura de subsistência. Entretanto, essa via de intervenção que foi mediada pela instituição do IOCS, hoje Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), centrava sua política de combate às secas, baseada em ações isoladas, notadamente, na construção de barragens e açudes, marcando um período conhecido como a fase hidráulica que perdurou até 1950 e que serviu como bem analisado por Diniz (2002, p. 22) “mais como moeda de negociação entre a elite local e o governo federal do que como vetor de mudança das condições socioeconômicas”.

Datam da década de 40, as primeiras experiências de irrigação no semi-árido, mediadas pelo DNOCS e efetivadas pela construção de grandes açudes e canais de irrigação, ancoradas no processo histórico de criação do mito da necessidade para, com base no sistema político regional, apropriar-se de recursos, benefícios e vantagens fiscais, modelo que persistiu até o final da década de 50, por parte das elites políticas que reivindicavam a criação de órgãos governamentais para combater os efeitos das secas periódicas que assolavam o Nordeste.

A recriação desses espaços provocou alterações nos modos de vida das populações residentes no campo, fazendo emergir em meio ao sertão, um novo agente social: o colono, ou irrigante que surge em nome do combate à seca, que no entender de Rodolpho Theophilo ataca o Ceará de tempos em tempos, mas sua maior condenação é a tirania de seus governos.

A perenização dos rios permitiu ao DNOCS fazer o aproveitamento das águas dos açudes públicos para uso na pecuária, piscicultura e irrigação. Até 1950, contudo, em apenas cinco açudes construídos pelo governo federal estabeleceram-se redes de irrigação, estendendo-se a uma área de cerca de 10.000ha, dos quais apenas 2.000ha estavam efetivamente irrigados (ASSIRATI, 1994).

Até esse período, timidamente a irrigação distinguia-se como uma atividade de reduzida dimensão, tanto em recursos técnicos, quanto do ponto de vista econômico. Mais dirigida para uma agricultura de subsistência, a irrigação se constituía por ações isoladas e tópicas do Estado. Pautada em diretrizes que se concentravam na esfera federal e direcionadas a alvos específicos em termos setoriais e espaciais, a irrigação não fazia parte da agenda das políticas ou de programas nacionais (BNB, 2001).

No estado do Ceará, a irrigação começa a tomar vulto a partir do momento em que a intervenção do Estado brasileiro, no Nordeste, assumiu um papel de caráter mais efetivo, no bojo da implementação das políticas regionais, vislumbrando à modernização, que de fato implantou na Região uma via de “modernização conservadora”.

A evolução da irrigação no Ceará deve ser analisada no contexto maior de instituição do projeto “desenvolvimentista” do “Brasil Grande Potência”, estruturado como bem evidenciou Martins (2002) a partir do “binômio segurança-desenvolvimento”. Um contexto marcado pela necessidade do Estado de lançar mão de vetores de desenvolvimento para consolidar as condições necessárias à reprodução das relações capitalistas de produção. Contexto este em que a agricultura brasileira passou a ser estratégica, no modelo de desenvolvimento brasileiro. De um lado, como forma de neutralizar e controlar a iminência de

conflitos no campo e, de outro, para induzir uma demanda de insumos modernos (adubos, defensivos, fertilizantes, e implementos agrícolas) tendo em vista a consolidação do processo de industrialização do País, e a implantação das multinacionais.

A implantação de perímetros irrigados constituiu-se em um desses instrumentos de intervenção do Estado brasileiro na Região, tendo para tal empreendimento recorrido a investimentos públicos e empréstimos do Banco Mundial. Estima-se que as inversões governamentais diretas e os subsídios à irrigação representaram algo em torno de quatro a cinco bilhões de dólares entre 1970 e 1989.

No contexto dessas políticas de modernização, no Estado do Ceará foram implantados 14 projetos de irrigação. Três desses foram moldados em termos empresariais: Limoeiro Apodi, Baixo Acaraú e Araras Norte. Os demais projetos são ocupados por unidades de produção familiar. Um desses, o Perímetro Irrigado Curu Paraipaba, atualmente, com 34 anos de existência, figura como “detentor da maior área de fruticultura irrigada do Estado do Ceará” (ADICP, 2007). Uma informação que, apesar de verdadeira, escamoteia, como já se pode apontar, uma realidade entremeada de problemas que podem comprometer a própria continuidade do compromisso que deu feição ao projeto – o objetivo de retirar da pobreza, mais de mil famílias do semiárido brasileiro.

É de substancial valor analítico reter a divergência de linguagens que constroem e reconstroem realidades sobre os projetos de irrigação. Se de um lado, grande parte do que produziu a literatura e a academia aponta para ineficiência das políticas públicas e da ação de seus mediadores – especilistas de organizações governamentais - de outro, os veículos midiáticos (televisão, rádios, jornais etc.) tendem a reproduzir conteúdos que enaltecem, por exemplo, as vantagens do DNOCS, como a “redenção hídrica para o semiárido”¹⁵⁶.

É emblemática a contradição de discursos, quando se defrontam os achados desse estudo, com o que informa o encarte de um jornal. Para informar um passado de glória do DNOCS o informativo apresenta a irrigação como “a alternativa mais viável e segura para garantir a produção agrícola do semiárido brasileiro”. Contraditando o que mostram as experiências de desencaixe das populações de regiões semi-áridas, a mesma matéria, afirma que “os perímetros irrigados abrem o caminho do desenvolvimento nas regiões onde estão instalados”.

O projeto Curu –Paraipaba é mostrado como exemplo do desenvolvimento do campo para cidade, conforme Figura 5. A figura, que se segue, na fato à esquerda, pode-se ler

¹⁵⁶ DNOCS: passado, presente e futuro. *In*: Diário do Nordeste, 6 de abril de 2011, p.8. Fortaleza, CE. Encarte.

a afirmativa de que “A agricultura orgânica hoje é nossa principal atividade, ela não só gera maior rentabilidade como também gera maior impacto social”. Essa informação se contrapõe aos resultados da pesquisa. Raramente, são encontradas experiências de colonos que apontem



Figura 1 Os colonos, seus produtos e itinerários técnicos na mídia

Fonte: Diário do Nordeste, Fortaleza, CE.

para um tipo de agricultura que seja uma alternativa ao modelo convencional, apregoado no passado pelo DNOCS. A pesquisa de campo - entrevistas, observações e fontes consultadas – ao contrário, aponta para severos problemas ambientais, decorrentes do uso abusivo de agrotóxicos.

A sucessão dos filhos como agricultores familiar parece assegurada no depoimento de Carlos Augusto (foto a direita): “Sou filho de irrigante, cresci vendo meu pai trabalhar na enxada e hoje cuido de tudo”. Ao olhar de estudos alheios aos interesses propagandísticos, estudos de cunho mais analítico, por assim dizer, os cenários se modificam. O conteúdo estampado na Figura 5, recolhido no período da pesquisa, se mostra mais condizente com o cenário de hoje no Projeto de Irrigação Curu Paraíba. Mais na frente, quando se aborda o perfil ocupacional das famílias do Projeto, aparecem com proeminência, o assalariamento em atividades ligadas à aricultura, ao comércio e aos serviços em geral.

De fato, os problemas fitossanitários, ambientais e de descontinuidade nas estratégias ocupacionais dos filhos dos colonos se repetem no Curu Paraíba. Como pode

identificar nos relatórios da ADICP (2001, 2007), os filhos dos colonos permanecem em Paraipaba agregados às casas paternas. Entretanto, a reprodução social das famílias, como agricultores familiares, não está assegurada. A maior evidência do processo de descontinuidade entre gerações é o número de lotes que foram vendidos. Na “primeira etapa”, por exemplo, dos 522 lotes ocupados, permanecem apenas 297 famílias das que foram originalmente assentadas.

Vale a pena destacar nesse quadro alguns aspectos ligados à temática estudada. Olhando da esquerda para a direita, a primeira e última foto mostram duas irmãs, pertencentes a uma família de cinco filhos e possuidora de dois lotes. Dos cinco filhos, apenas o filho mais velho trabalha com o pai na agricultura. Uma outra filha, a mais velha e o caçula da família ocupam, respectivamente, as atividades de babá e de assalariado em uma fábrica de coco. Vale a pena destacar que entre as três irmãs, apenas uma ganha salário e tem direito às obrigações sociais, por parte da firma. As outras duas não ganham nem salário mínimo, nem hora extra e têm jornadas de trabalho bem acima das quarenta horas semanais.

O filho mais velho – único trabalhador nas atividades agrícolas, junto com o pai – é visto de forma apiedada nos olhares da mãe – dona de casa – e dos demais irmãos. As opiniões da família sobre o primogênito marginalizam, substancialmente, os trabalhadores da roça. A ocupação dele é vista pelos familiares como um tipo de destino de pouca sorte, em virtude de sua incapacidade para realizar outras tarefas: “esse ficou trabalhando na agricultura porque não dava para outra coisa”. “É curto”. Foi de nascença: ele já nasceu com os parafuso frouxo”.



Foto 4 Ocupações de filhos de colonos: cena do cotidiano

Editada por Helenira Ellery

A primeira e última imagem, da esquerda para direita, mostra filhas de colono que estão empregadas no comércio. A segunda imagem mostra jovens mototaxistas em frente a uma escola, localizada no Setor D2. Muitos desses se transformaram em mototaxistas, com o dinheiro da venda dos lotes dos pais, que é dividido entre os filhos para que possam dar entrada em uma moto. Nesse tipo de exemplo, existem alguns casos em que os pais

(aposentados) permaneceram com o quintal. Os filhos ficam encostados à casa paterna. Quando as máquinas sucateiam, eles as vendem e se transformam, majoritariamente, em apanhadores ou tiradores de coco.

A terceira imagem tem o intuito de exprimir um desejo que ocorre com relativa frequência entre as jovens do Projeto. Nesse caso específico, trata-se de uma filha de colonos, cujo pai trabalha no lote e a mãe tem uma venda de frutas, no corredor turístico da CE - 085. A mãe sempre desejou pra filha um futuro que a distanciasse da agricultura. O sonho de mãe, inculcado nas aspirações da filha, é que ela se forme numa faculdade para ser uma doutora e ter emprego do governo. Nessa imagem ela está estudando para o vestibular.

Os sonhos de transformarem-se em doutores não é incomum e tornaram-se mais próximo do real, pelo expressivo número de faculdades particulares instaladas em Paraipaba nos finais de semana. Entretanto, os que já se formaram raramente ingressam nos concursos públicos locais. A crise no mercado de trabalho tem atraído um grande contingente de pessoas de outros lugares para concorrer as já poucas oportunidades de concurso que surgem no local. É comum a presença de candidatos, por exemplo, vindos de Fortaleza, capital do Estado, que trazem, em seus currículos, títulos de especialistas, de cursos de línguas.

4.6 A transformação de “um pai de família”: desencaixes ao londo do rio Curu

Em toda sua extensão, o Vale do Curu, região típica do semiárido brasileiro, delimita um espaço no qual, tradicionalmente, grandes fazendeiros criavam gado para produção de leite, carne, couro e pele, produziam algodão e extraíam a cera da carnaúba. Seu mais rentável recurso produtivo, era a força de trabalho dos agricultores familiares, na condição de moradores, rendeiros, parceiros e ocasionalmente mão-de-obra assalariada. O milho, feijão, mandioca e a criação de pequenos animais são de atribuição dos agricultores familiares.

Esta era a configuração produtiva de toda a região até os anos 60, quando o DNOCS, com o objetivo explícito de transmitir conhecimentos e incentivos para o desenvolvimento da agricultura irrigada, implantou na Região do Médio Curu, no município de Pentecoste, um Posto Agrícola. Nessa mesma propriedade, logo depois, foi construído o Projeto de Irrigação Curu-Pentecoste, beneficiando irrigantes particulares que pagavam ao Governo o acesso à água que recebiam de um sistema de canais implantados pelo DNOCS.

Assim, às atividades econômicas tradicionais do Vale entrelaçaram-se, sobretudo, após o golpe de 1964, intervenções do Estado para modernizar a agricultura. O primeiro passo

nesse sentido foi a implantação da AGROVALE¹⁵⁷, do empresário João Granjeiro que, em sua pretensão de tornar-se o maior produtor de açúcar e de álcool do Ceará logrou do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) incentivos para introduzir plantios de cana, alterando a escala de produção e o padrão tecnológico da região do Baixo Curu (MARTINS, 2002).

A entrada do açúcar no Vale (Martins, 2008) é considerada um marco da ofensiva do capitalismo nesse espaço rural, demarcando o início do aparecimento de subespaços dotados de estruturas econômicas modernas, chamadas por Araújo (2002) como “frentes de expansão”, “pólos”, “manchas ou focos” de dinamismo, ou, ainda, “enclaves” ao lado de áreas que persistem praticando a agricultura tradicional.

Corresponde à ideia de manchas ou focos apresentada por Araújo (2002) o sentimento expressado por colonos que nasceram e viveram sempre às margens do rio, garantindo a sobrevivência de suas famílias com um tipo de agricultura desenvolvida no período da estiagem, após as enchentes, no leito dos rios – os vazanteiros, como disse Maria Baião. Ao ser indagada sobre as vantagens da vida de colono em relação a anterior, ela observa, fazendo sobressair uma das grandes mudanças nos processos atuais de dominação dos rios em relação aos primórdios da arte de irrigar:

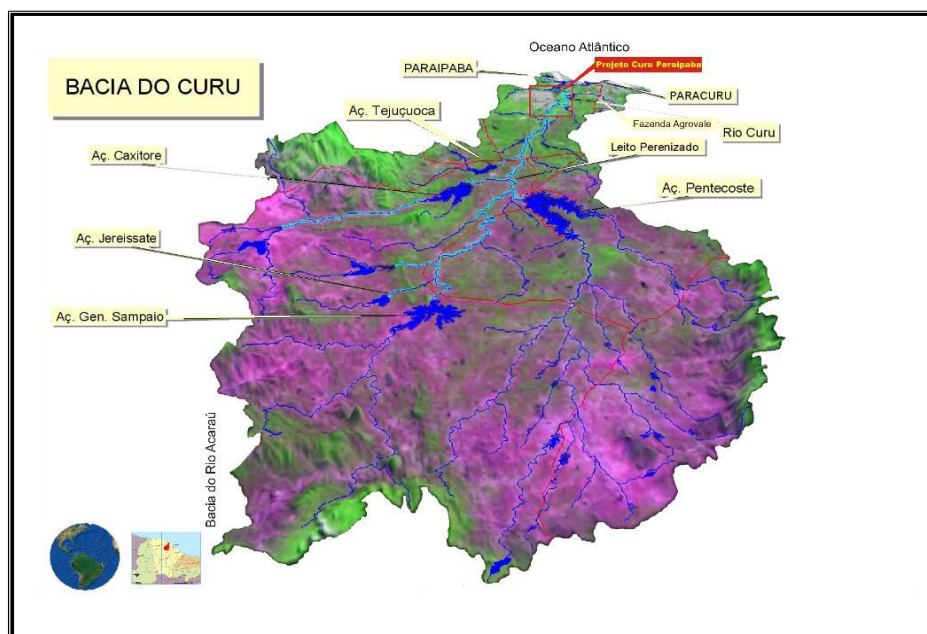
Olhe eu morava bem ali perto daquele coqueiro velho, logo depois da ponte. Quando nós vinemos pra cá pro Projeto a gente se sentiu mais seguro porque ninguém ia tomar mais o nosso pedaço dos plantios (...) Eu já vim com um monte de filho, eram (...) num mudou muito pro sustento deles porque nós nunca passamos necessidade por falta de comida nessa beira de rio. Isso aqui é terra rica, quem tem disposição pro trabalho não passa necessidade não. Eu canso de dizer que o Rio Curu era como um “*Pai de Família*”, dava comida a todo mundo. Com a irrigação é que repartiu mais, porque uns ficaram tendo mais que outros”.

As manchas que expressam a repartição do Vale Curu, de que fala Dona Maria, marcam a grande diferença entre a política de irrigação, como ação dos especialistas dos governos contemporâneos, e os primórdios da arte resultante da necessidade experimentada pelas comunidades, de cujos benefícios todos participavam.

De fato, a história de modernização do Vale começa e se desenvolve articulada pelo DNOCS. É a partir da ação da entidade que começam a surgir as manchas ou focos de dinamismo (Figura 8). Seja pela implantação de dois perímetros públicos (Pentecoste e Paraipaba), seja pelo avanço da irrigação privada que ali se desenvolveu, beneficiada pela construção de açudes e de canais implantados no cômputo das estratégias do DNOCS em sua política de combate às secas.

¹⁵⁷Maiores esclarecimentos sobre esse empreendimento, que ali se estabelece ancorado nas vantagens oferecidas pelo PROÁLCOOL, podem ser consultados em Martins (2002).

A área de drenagem do Rio Curu ocupa 5,76% do território cearense. Seu principal afluente é o rio Canindé, localizado à margem direita, drenando praticamente todo quadrante sudoeste da bacia. À margem esquerda, destaca-se o rio Caxitoré, abrangendo a parte centro-oeste do Estado. Esta bacia é composta por 14 municípios¹⁵⁸ e apresenta uma capacidade de acumulação de águas superficiais de 1.068.355.000m³ num total de 13 açudes públicos gerenciados, atualmente, pela COGERH.



Mapa3. Bacia do Curu

Pode-se perceber que de uma área de drenagem que cobre 8.534 km² de extensão, tão-somente 4,24 ha – sendo 3,04 ha no município de Paraipaba e 1,2 ha em Pentecoste – beneficiam os “produtores reais”, ou seja, os que não vivem do excedente. A concentrada distribuição da tecnologia de irrigação evidencia uma grande alteração nos “dias de hoje” da agricultura irrigada em relação aos primórdios da atividade, em cujos vales perenizados, todas as comunidades que o margeavam se beneficiavam da grande revolução que foi o “regadio”. Essa mudança, juntamente com a perda da centralidade dos reais produtores, como criadores e executores da inovação, constituem-se duas marcantes diferenças da irrigação na atualidade.

O pressuposto de que o saber dos “sujeitos de fora” é superior ao conhecimento dos “sujeitos do local” parece os ter tornado silentes e resignados. Essa conduta, real ou aparente, corrobora para que os projetos concebidos nos gabinetes sejam implantados, sem

¹⁵⁸ Apuiarés, Canindé, Caridade, General Sampaio, Irauçuba, Itapajé, Itatira, Paracuru, Paraipaba, Paramoti, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante, São Luis do Curu, Tejuçuoca.

maiores objeções, em nome da civilização das culturas rústicas, recorrendo ao termo usado por Antônio Cândido, para exprimir o universo das culturas tradicionais do homem do campo.

A realidade do projeto hoje, confrontada aos seus objetivos iniciais, será abordada no próximo capítulo.

5 DE AGREGADO À COLONO: TRAJETÓRIAS DE DESENCAIXE E REENCAIXE

Já te entregam tudo pronto, sempre em nome da ciência,
sempre em troca da vivência
E aonde tá a vida?
E a minha independência?

Raul Seixas

A formação das cidades e conseqüente divisão entre espaços urbano e rural, o início de diferenciação social ou de formação de classes sociais, como decorrência da invenção da irrigação, foram fatores determinantes para organização espacial, econômica, social e cultural das sociedades (Ribeiro, 1968; Childe, 1981; Pinsk, 2003). Analisados a partir dessa perspectiva, os dois capítulos anteriores colocaram em evidência o quão distantes e complexas são as interconexões entre o domínio da técnica e a organização das sociedades.

Após as abordagens de construção teórica, o estudo debruçou-se sobre as repercussões da revolução do “*regadio*” para humanidade, destacando, sobretudo, o seu peso no processo de diferenciação social e na construção de uma complexa institucionalidade. As repercussões da irrigação no Brasil e, por fim, no Ceará, objeto dos dois capítulos anteriores destacaram, de forma sintética, alguns dos condicionantes externos que se somaram para compreensão da problemática central do estudo. Como bem colocado por Giddens (2005, p. 84) “as maneiras como as pessoas vivem suas vidas cotidianas, são muito influenciadas pela estrutura institucional mais abrangente”.

Essa abordagem mais geral, de suma importância para compreensão da análise, delimitou, por assim dizer, a primeira parte do estudo. Obviamente, este primeiro empreendimento requereu grande esforço de pesquisa, dispondo, contudo, de uma vasta disponibilidade de fontes acerca da história de evolução da irrigação no mundo.

As dificuldades se avultaram quando se tentou recuperar a história de reconstrução de Paraipaba e da construção do Projeto de Irrigação. Um historiador da cidade, Afonso Cordeiro, organizou um livreto descritivo da história de Paraipaba. No mímeo, o autor faz realçar as famílias de destaque, os políticos influentes, o primeiro carro e o primeiro casamento da cidade, o surgimento do cartório, a atuação do DNOCS e da Agrovale no desenvolvimento do município, além da organização da vida religiosa.

Repetindo o traço comum da história factual, Cordeiro organizou um documento referente ao passado imediato tentando historiar o desenvolvimento do município de Paraipaba. Original e único, pelo menos até o ano de 2010, o livreto retrata uma história que

se ocupa do que ficou documentado e, como acentuado por Cândido (1977, p.18), nesses tipos de relatos “a documentação se refere geralmente à vida das camadas dominantes”.

No estudo que analisa as mudanças na cultura caipira dos parceiros do Rio Bonito frente a um ambiente de urbanização, Antônio Cândido afirma não ter encontrado dificuldades para obter alguns números e fatos relativos a história do município. Elas surgiram “quando o pesquisador tentou reconstituir, esquematicamente, as condições da vida caipira tradicional”. Diante dessa lacuna, o pesquisador lançou mão de dois recursos: 1) buscar nos documentos dos viajantes do SEC XIX referências e indícios dos homens das roças; 2) interrogar, longamente os mais velhos, a fim de alcançar, por meio de seus relatos, como era o “tempo dos antigos”.

A junção dos dois caminhos, segundo Cândido, possibilitou, em muitos casos, obter coincidências que asseguraram a validade da reconstituição por ele realizada. Em alusão a um dos recursos metodológicos proposto por Weber, o autor de “*os parceiros*” afirmou que seu empreendimento tornou-se factível pelo fato de que “nas sociedades rústicas”, principalmente se colocado do ponto de vista “dos padrões ideais”, existe uma acentuada homogeneidade dos indivíduos. “Daí a possibilidade de conhecermos o passado pela tradição de alguns informantes escolhidos e o presente pela análise de pequenos grupamentos” (ÍDEM, p.19).

Trilhando passos metodológicos seguidos e bem detalhados por Cândido, em sua descrição, na segunda parte desse trabalho, ou seja, no quinto e quarto capítulo, o estudo se aproxima bem mais da orientação dos antropólogos. Assim sendo, reconstitui-se por meio de alguns informantes, reputados significativos de um grupamento relativamente homogêneo em suas trajetórias como colonos “Irrigantes de Origem”, desde um passado como agregados em grandes latifúndios, até seus “reencaixes” em um moderno projeto de irrigação.

5.1 Bases conceituais do “desencaixe” de centenas de famílias

Na intensa busca por múltiplas fontes, encontrei pistas que apontaram elementos relevantes para compreensão das circunstâncias que prescreviam o processo de desencaixe das famílias. A produção de um espaço da caatinga substantivamente alterado para implantação do moderno projeto de irrigação Curu Paraipaba. Evidentemente, o DNOCS foi a entidade que mediou a execução e administração do Projeto, como de resto, poderiam ter sido a SUDENE, a CODEVASF, ou outra qualquer figura programática instituída para materializar as políticas governamentais da década de 1970.

Nos arquivos do DNOCS, seja em sua sede, em Fortaleza, seja na sede de Paraipaba, a memória de construção do Perímetro Irrigado praticamente inexistente. Foram intensas, por exemplo, as buscas por uma foto que fizesse o registro do Projeto tão logo concluída sua implantação. Busca essa motivada pelo desejo de ver a homogeneidade do espaço construído e tão referido pelos moradores antigos como provocadores de confundimentos e constrangimentos devido a entrada inoportuna, às vezes, de uns nas casas de outros.

Todavia, do que foi considerado o desbravamento dos sertões de Morada Nova no Ceará, encontrei em uma dissertação de mestrado¹⁵⁹ os registros fotográficos - (Figura 8) - da construção do Projeto de Irrigação ali também implantado pelo DNOCS. Anotando como de muito valor o relato de Dona Carquejinha de que “aonde o DNOCS fez é de ser tudo igual” confrontei ao olhar dos nativos as imagens em referência e a maioria concordava com a paisagem de monotonia do início. Alguns diziam que “parece muito, mas falta o paiol”, outros que “o jeitão é o mesmo, mas que essas aí são melhores”.

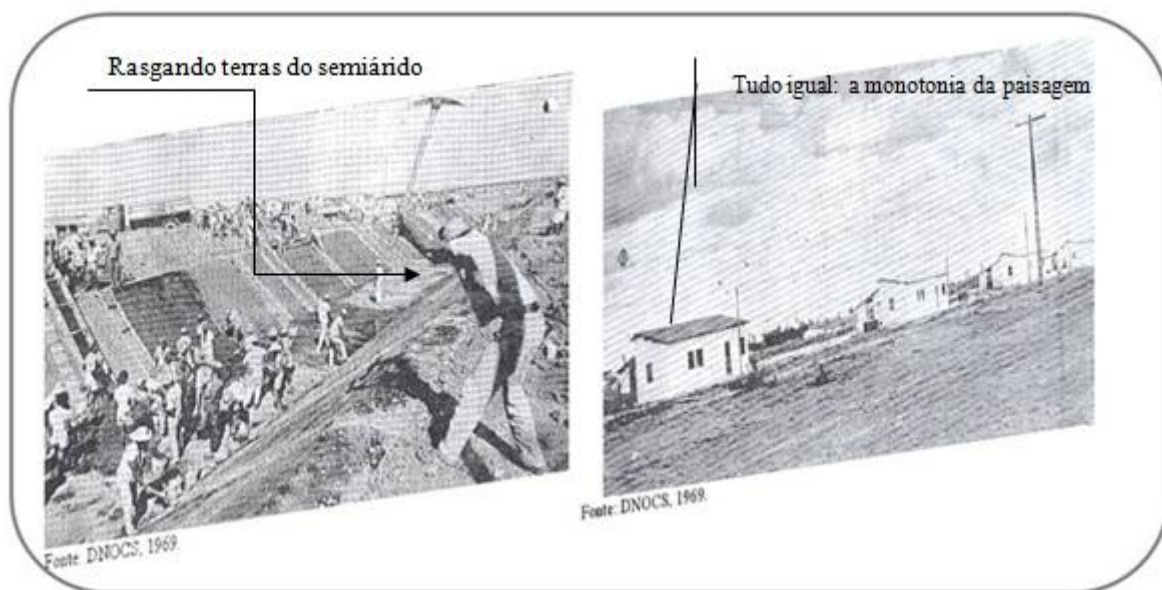


Foto 5. DNOCS e o desbravamento dos sertões de Morada Nova

A aproximação com as fotos de Morada Nova tocava muito os colonos e suas famílias. Era geral o lamento por não terem fotos desse tempo. Não porque fosse bom. Mas

¹⁵⁹SOUSA, Elisângela Maria de Oliveira. O “novo modelo de irrigação” e os colonos de Morada Nova: política para qual público? Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará para obtenção do título de Mestre. Fortaleza, CE, 2005.

para que pudessem mostrar as pessoas “como tudo aquilo começou” especialmente, para os filhos. “Pois só quem viu,” como disse Dona Margariga, “podia acreditar que existiu um lugar como aquele, parecia que a gente tinha chegado na lua”.

O lamento dos colonos somado à ânsia por descobertas persistia, impulsionando a busca pela memória do Projeto. Assim, várias instâncias foram consultadas. Junto aos colonos mais velhos e as famílias do local nenhum material que retratasse a memória do Projeto. Apenas alguns registros de como era a Paraipaba Velha foram encontrados na memória das famílias tradicionais do local. (Ver fotos no apêndice N° 4).

Na sede de Paraipaba diziam que nada havia e que toda a memória estava em Fortaleza, local onde também fiz exaustivas procuras. As informações eram sempre as mesmas. Os técnicos da 2ª Diretoria Regional, DR, justificavam o extravio desses registros, como uma série de documentos do arquivo que foi extraviada, quando a sede do DNOCS da Praia de Iracema foi desativada.

Um grande achado foi a informação de que um colono havia “ajuntado um monte de papel que o DNOCS jogou no mato” lá mesmo em Paraipaba. O material recuperado constitui-se uma substantiva fonte para compreensão do modelo de colonização e mesmo dos termos de funcionamento para o “*Aproveitamento hidro-agrícola das bacias do rio Curu: estudo de viabilidade técnico-econômica da área de Paraipaba*”. Documento que norteou o modelo da intervenção elaborado por uma consultoria externa, contratada pelo DNOCS¹⁶⁰.

Esse último achado, os estudos de Martins (2002, 2008), a observação direta, as entrevistas realizadas com os colonos e suas famílias, bem como entre autoridades de Paraipaba e do DNOCS permitiram fazer uma breve reconstituição do contexto de implantação do Projeto.

O DNOCS, como mostra o estudo, à época estava subordinado ao Ministério do Interior, MINTER. Atendia, portanto, às exigências dos Planos Nacional de Desenvolvimento - PNDs. Às suas instituições vinculadas cabia o desafio de executar os projetos modernizantes que levariam a cabo a modernização conservadora. Essas, por sua vez, balizavam seus escopos de atuação, em diagnósticos e proposições oriundas de especialistas, reunidos por meio de Grupos de Trabalho ou de consultorias externas, estabelecendo metas quase sempre alheias aos objetivos dos “sujeitos” e das próprias institucionalidades locais. No caso do Curu Paraipaba, a consultoria definiu como meta primordial

¹⁶⁰ Além dos muitos mapas, o documento referido estava desgastado, mas permitia a leitura na íntegra. DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. (Brasil). **Aproveitamento hidro-agrícola das bacias do rio Curu: estudo de viabilidade técnico-econômica da área de Paraipaba**. Rio de Janeiro: Consórcio TAHAL, SONDOTÉCNICA, 1970. V.3. cuja capa está inserida no Anexo 3.

estruturar os recursos humanos e institucionais fundamentais da área da criação de uma economia eficiente, baseada na agricultura, a fim de elevar o nível de emprego, a receita real e os padrões de vida gerais da população rural. Todavia, os benefícios a serem obtidos do programa de desenvolvimento não se restringirão ao setor agrícola, pois o "momentum" do desenvolvimento agrícola servirá para impulsionar toda a economia da área, resultando também em melhores padrões de vida para a população não- agrícola (DNOCS, 1970, p.5/1).

Não foi, portanto, uma *intelligentsia* do próprio DNOCS - que tendo em vista a limitada dependência das sociedades agrícolas mais tradicionais aos fatores externos à unidade de produção - que preceituou a quebra dessa tradição. De fato, a consultoria externa definia que um eficiente sistema de produção agrícola requeria uma estrutura organizacional mais complexa que a tradicional; e que assim o estabelecimento de tal estrutura, requeria que a família contasse com uma maior escala de fatores externos, justificando, por exemplo, que

A utilização de equipamento mecânico em certas atividades agrícolas é necessária para garantir eficiência na produção. Todavia, como os lotes são pequenos demais para justificar a aquisição do equipamento por cada um dos agricultores, deverá ser estabelecido para eles um serviço que providencie tal equipamento e assim eles se tornarão dependentes de fontes fora da família. O mesmo se verifica quanto aos numerosos insumos necessários: no passado, ou o agricultor produzia a maior parte deles em sua unidade agrícola (por exemplo, sementes e adubo) ou se arranjava por eles. O Projeto não pode admitir que o agricultor fique dependente de seus próprios recursos, mas deve garantir que todos consigam os serviços necessários para atingir as finalidades econômicas declaradas do Projeto (ÍDEM, p.5/6).

Pode-se dizer que o DNOCS, com sua camada de especialistas e atendendo aos interesses econômicos locais seguiu, com certo rigor, as prescrições de um modelo que receitou para as unidades de produção familiar do Projeto uma condição de dependência aos fatores externos à propriedade agrícola. Profundamente conhecedores das técnicas agrônômicas e revelando um desconhecimento, ou pouco entendimento do sentido de particularidade atribuído às unidades de produção familiar, esses mediadores estimularam a dependência desses agricultores, relegando o que assinalava o clássico estudo de Kautsky, de que o pior que poderia suceder com uma comunidade de tipo auto-suficiente,

Era uma colheita ruim, um incêndio, a invasão de um exército inimigo... Mas à aproximação do inimigo, o bosque ocultava o gado e os bens móveis até que o perigo passasse; de modo que aquele podia devastar os campos, as pradarias e os bosques, bases da vida rural, mas não podia destruí-los. Se se dispusesse da força de trabalho necessária, se os homens e animais não houvessem sofrido dano grave o mal era rapidamente reparado (KAUTSKY, 1974, p.7).

Aqui Kautsky está inserido no vigoroso debate sobre o processo de dissolução e reconstituição do campesinato. Na assertiva transcrita, o autor ressaltava o caráter de indestrutibilidade da unidade caponesa medieval, em virtude, naturalmente, do seu *ethos* enquanto unidade familiar, destacando, inclusive, a versatilidade desse tipo de produção, cuja recuperação depende muito mais de uma farta disponibilidade de força de trabalho e de animais que de recursos naturais como a fertilidade ou abundância de terra. Bosques nos quais pudesse caçar e rios nos quais pudessem pescar eram estratégias que se valiam para assegurar a reprodução social dos membros das famílias.

Em seus termos, a concepção do projeto apregoou um modelo que submetia os agricultores familiares à dependência de técnicas vinculadas ao uso de maquinários e insumos modernos. Os mediadores – tecnocracia do DNOCS – seguiram o planejamento pré-estabelecido, reorientando, *a posteriori*, os cultivos com seus respectivos itinerários técnicos à mercê de diferentes conjunturas nacionais, interesses políticos locais e mais recentemente ao atendimento das demandas de mercado.

Tecnicamente falando, em aspectos de aumento de produção e produtividade, pode-se ver como inteligível a prescrição dos especialistas, pois a implantação de um projeto de irrigação pressupõe a substituição da vegetação natural por culturas que se pretende irrigar. A disponibilidade de nutrientes no solo não é capaz de suprir as necessidades das culturas, tendo em vista o regime intensivo de plantio. Para compensar essa deficiência são adicionados ao solo fertilizantes que detêm valores elevados, principalmente, de nitrogênio e fósforo.

Outro preceito da Consultoria que se quer chamar atenção diz respeito ao próprio modelo de colonização que foi apregoado como o mais vantajoso para Paraipaba. Considerando que a escolha feita afetaria a eficiência, não apenas da organização, mas da própria agricultura, os consultores enfatizaram que o método de colonização a ser utilizado seria decisivo para estabilidade da vida da comunidade. Tecendo considerações sobre os principais métodos alternativos de colonização que se adequariam ao desenvolvimento do Curu Paraipaba, a consultoria, relacionou quatro possibilidades:

- i) A unidade agrícola de grandes dimensões;
- ii) O povoado compacto, no qual os campos não são adjacentes às casas ;
- iii) O povoado semicompacto, no qual, pequenos lotes de terra são contíguos às casas, mas os lotes principais situam- se a certa distância do povoado;
- iv) O povoado disperso, em que grandes lotes são adjacentes a unidade agrícola, enquanto outros de dimensões semelhantes ficam fora do povoado.

Na organização do espaço, as distâncias entre quintal e o centro do povoado não deveriam exceder a 1.200 m. Entre a casa do agricultor e o seu lote as distâncias máximas não deveriam superar “a 2km, no caso de unidades de horticultura; a 3 km, no caso de unidade de fruticultura; a 4 km, no caso de pastagens não irrigadas das granjas leiteiras”. Nenhum centro do povoado deveria ficar a mais de 5 km do centro sub-regional mais próximo, ou a mais de 15 km do Centro Regional.



Foto 6 O povoado disperso

Este último, “o povoado disperso”, constituiu-se a base do plano de Colonização da área irrigada do Curu Paraipaba, como mostra Figura 9. Duas rupturas, portanto, foram prevista desde a concepção do Projeto: 1) tornar as unidades familiares dependentes de fatores externos; a divisão entre “casa” e “roçado” que, em última instância, vislumbrava a separação entre produção e consumo, que constitui um dos elementos de generalidade do conceito de agricultura familiar, pois malgrado as dificuldades conceituais, analíticas e as construções diferenciadas sobre as unidades de produção familiar

alguns elementos da generalidade do conceito permitem lhe dar atributos comuns: a família como proprietária dos meios de produção, o trabalho na terra, modalidades de produção e manifestação de valores e tradições (patrimônio sociocultural) em torno *da e para* a família (TEDESCO, 2001,p.11).

Em substância, os resultados da pesquisa empírica vão apontar como o projetado pelos “especialistas” provocou mudanças, no que se constituem as generalidades do entendimento de unidade de produção familiar, especialmente, no que diz respeito ao trabalho da terra, quer dizer no trabalho do lote, que é o patrimônio familiar.

Não obstante, o perfil das famílias aponte um quadro de concentração de trabalho na atividade agrícola, as informações mais qualificadas insinuam que tal concentração deve-se às atividades remuneradas oferecidas pela agricultura: tiradores e apanhadores de coco ou cortadores de cana. Constatação que, por sua vez, enseja a ocorrência de uma flexibilização do trabalho e possível redefinição do processo de transmissão patrimonial.

5.2 O assentamento das famílias: insegurança e amedontramento

Se por parte dos colonos encontram-se registros de resistências no processo de ocupação das unidades produtivas, a desapropriação das terras para implantação do Projeto não foi acompanhada de grandes conflitos. Os donos das terras de Paraipaba acreditavam nas boas intenções do Projeto, ou seja, para muitos a irrigação estava chegando como uma salvação. De fato o Projeto prometia assegurar

o desenvolvimento agrícola, com oferecimento de serviços para a população rural, terá de resolver o problema do desemprego sazonal através do desenvolvimento da agricultura diversificada, a fim de garantir ao agricultor uma renda mais estável e elevada (DNOCS, 1970, p5/2).

Seu Bamburral, filho de uma das ilustres famílias do povoado e ex-prefeito do município de Paraipaba, fala sobre o passado com a convicção de que em Paraipaba as relações de trabalho eram muito justas e que, portanto, a desapropriação não foi motivo para contendas entre o governo, os trabalhadores e os proprietários. Ao contrário, quando foi para socorrer a população na grande cheia de 1964, muitos fazendeiros doaram terras para construção da Nova Paraipaba.

A própria família do ex-prefeito, segundo ele, no passado doava muitas terras aos agregados. Mesmo antes da cheia e da chegada do Projeto, diz Bamburral

Era tudo fazenda e tinha o pessoal agregado as fazendas, os moradores tudim. Porque nós aqui era come se fosse uma só família, mesmo os moradores pra nos era como uma pessoa ligada a gente, trabalhava se quisesse, (...) não tinha esse negocio, só porque é morador é trabalhador. A gente trabalhava com quem queria trabalhar e as outras fazendas era do mesmo jeito. Tanto fazia ser Simplicio, Barroso, Viana, Carneiro, Pontes, Paiva, Braga, Moreira era uma coisa só.

A sobrevivência daqui antes do projeto era agricultura familiar, antes era feijão, milho, algodão, mandioca, criação de caprino, bovino, todo mundo criava, quem era proprietário e quem não era, quem não era proprietário as vezes tinha duas vaquinhas, chiqueiro de ovelha e chiqueiro de caprino, ta entendendo, era essa base assim.

As relações de trabalho era mais morador – parceiro. Não era só arrendamento não, arrendava também, muitos faziam aqueles roçados, aquelas capoeiras.

A gente tinha os moradores como sendo parceiros da gente. Não é como, muita gente que as vezes eu vejo ai, entrando escravo pro trabalho. Nós aqui não, os moradores entravam, pelo menos o papai dava morada, o sujeito chegava aqui perguntava: seu Joaquim me de uma morada em tal canto? – tire lá meu filho, tire lá, terra foi feito pra gente morar mesmo.

Há evidentemente no depoimento do ex-prefeito uma noção equivocada do que seja uma justa relação de trabalho. A terra, como ele mesmo cita, era apenas para moradia e trabalho. A terra era também cedida para exploração agropecuária, mas de uso restrito à condição de agregado. A tenência da terra - o título - representando a possibilidade de dar continuidade à reprodução social das famílias, mediante o direito de herança, seria sim uma justa relação social.

Mesmo assim, quando foi anunciada a implantação do Projeto e divulgado que os agregados do entorno teriam preferência para serem assentados, as inscrições não foram concorridas, pelo menos, entre os moradores de Paraipaba e Paracuru. Conforme expôs Dona Maria Baião, espalhou-se pelas redondezas um clima de insegurança acerca do Projeto. Foram os patrões, segundo vários informantes, que espalharam o temor entre os agregados

Foi assim: eles mesmo os patrões daqui ficaram dizendo pros quatro canto que esse projeto era mesmo uma prisão, que eles do DNOCS iam preparar os home pra guerra, que quem entrasse num saía, mais de lá. A gente sabia que tinha muita confusão aí pelos cantos, por causa do exército. Então era fácil a gente acreditar que iam prepara os homi pra isso e também que ia ser uma prisão pro resto da vida. Meu marido foi perguntar isso pra doutora, acho que era a Dra. Oneide e então ela disse que num tinha nada disso que assim como entrava podia também sair. Agora que tinha um senão, que tudo seria muito controlado no começo que era pra gente aprender a trabalhar cum a irrigação.

Eu digo que na verdade eles num queriam perder o serviço dos caba trabalhador por isso cumeçaram com essa guerra de nervo. Eles chegavam nas casa dos patrões e procuravam informações sobre os moradore. Muita gente desistiu porque falavam que aqui tinha um portão de ferro ninguém podia sair. Depois de entrar lá, só sai com permissão. Vou lá pra esse cativoiro, Deus o livre, dizia o povo. Aqui mesmo no C2, para as pessoas que iam trabalhar na pecuária o gado não tinha chegado. Plantávamos feijão e todos os dias os técnicos passavam olhando. Era técnico demais. Um dia saiu um colono daqui lá pra Gerência, pra pedir permissão pra apanhar feijão pra comer. Era duro. (Agrião, colono do D2).

O temor dos patrões de perder a mão-de-obra sujeitada da região se insinua verdadeiro. Vassourinha, assistente social do DNOCS, que participou de muitas missões para sensibilizar famílias, tendo em vista o ingresso do chefe de família como colono do Projeto, relatou que acompanhou o processo de recrutamento dos agricultores em vários Perímetros, confirmando a contradição nas informações dos patrões

Eu acompanhei muito bem isso aí, primeiro quando a gente ia fazer a seleção do povo, que chegava numa fazenda daquelas atrás de gente. Tinha até uma coisa interessante os proprietários diziam assim: “não esse aqui é ótimo” a gente já sabia que aquele não prestava e aquele que ele dizia que não prestava que era o bom, porque ele dizia aquele que não presta, que era pra ninguém levar, pra não tirar da fazenda, porque a gente já tinha certeza que aquele que ele dizia que era muito bom não prestava, e aquele que era ruim a gente já sabia que prestava. Mas a gente ia fazendo a entrevista com ele preenchia uma ficha, perguntava se eles tinham interesse em ir, quem que tem? Tem isso, tem isso tem aquilo, tem casa, tem energia, tem isso, tem aquilo, informação aonde teve uma

Explicitado esse contexto de amedrontamento, como estratégia do patronato local para manutenção do trabalhador sujeitado, pode-se melhor entender as resistências constatadas pelas famílias de Paraipaba, em não se inscreverem, mesmo na condição de prioritários, já que seus roçados tinham sido desapropriados. Assim, em 1975, quando concluída a construção de dezesseis casas e dezesseis lotes, no Setor D1, para assentar as primeiras famílias, o DNOCS não conseguiu recrutar o suficiente para o preenchimento das dezesseis vagas.

Treze famílias da redondeza aceitaram o desafio de se tornarem, como eles costumam falar, um “experimento humano” no interior da área irrigada. Até que apareceu outra família que chegou a ocupar uma casa, informou a Dama do Lago. Era uma família vinda da Varzea Redonda, “mas num ficou nem por um dia. O home saiu pra dar uma volta pra fazer um reconhecimento do local e conhecer o lote que era pra ser dele. Quando voltou, a mulher tinha se arredado com o filhos”.

5.3 O pioneirismo das 13 famílias e a tensão da chegada

Por um período de dois anos, o Projeto contou apenas com essas treze famílias que se dizem experimentais. De várias formas essas famílias pagaram o preço que é tão peculiar ao pioneirismo. As restrições em termos de conforto material são muito destacadas, as mudanças na relação de tempo e espaço em relação à agricultura e um controle intensivo sobre a vida deles são as marcas maiores do desencalxe que vivenciaram

Quando nós chegamos em 1975 era só nós os treze. Era 16 casas e ficou apenas três casas desocupadas. Pensava que aqui era uma escravidão, mas mesmo assim viemos enfrentar essa batalha. Esses treze eram todos daqui perto, das redondeza. Depois foi que vieram as pessoas de Itapipoca e dos outros lugares. (...) Sofri muito aqui. Não tinha energia e nem tinha água. (...) Eu banhava os meninos o dia todim e essa água eu ajuntava todinha e aproveitava essa água pra aguar o canteiro. Quando viemos pra cá íamos pegar água no Setor “E”. (...) O DNOCS viu o sofrimento então mandaram um carro pipa e colocaram só a pipa em cima de uma forquilha. E quando nós queríamos água íamos buscar. (...) Só chegou água nas casas depois de dois

anos. (...) Quando chegou energia e água, foi que começaram colocar mais gente. É foi mesmo no 77 que começou a chegar mais gente. (Dama do Lago, esposa de colono do D1)

Tinha uma coisa que a gente pode dizer que nunca nós tivemos muita liberdade, mas apesar da gente sempre ter sido sujeito aos donos da terra, a gente era um pouco mais livre, quer dizer assim mais aliviado, pois a gente plantava colhia e num vinha ninguém pra pasturar a gente todo dia, e nem ninguém se metia na casa da gente. Quando nós chegamos aqui foi difícil pra nós se acostumar com isso, pois o DNOCS controlava tudo. Era técnico na plantação e as assistente na casa ensinando a gente a cuidar dela (Jujuba, esposa de colono do D1).

Ninguém tinha direito nem de dar um apanhado de feijão pra uma pessoa nossa, pois a gente pra sair do Projeto se fosse no rumo do Croatá tinha uma Guarita, se fosse no rumo da Paraipaba tinha outra, bem ali onde hoje tá a imagem de Santa Rita. (Sacuíba, colono do D1).

De 1975 a 1976, essas treze famílias iniciaram um modo de viver inteiramente novo. Plantar por meio de outro itinerário técnico, pois adentrar em uma área irrigada não significava apenas o acesso a água. Um pacote tecnológico acompanhava o calendário agrícola. Adubos, defensivos e plantar por meio do uso de mudas eram práticas obrigatórias. Tratava-se de certa forma de um endividamento, pois quando da colheita, era descontado o preço do insumo. A essas imposições referiram-se os primeiros colonos como a falta de liberdade.

Do plantio à colheita, as famílias eram submetidas a um rígido controle pois eles teriam que entregar toda a produção para a Cooperativa, por isso não lhes era permitido sequer uma manifestação de solidariedade para com um parente ou amigo, presenteando-os com um apanhado de feijão ou com um litro de leite.

O enfraquecimento forçado das relações vicinais é lamentado pela grande maioria dos sujeitos quando se refere à mudança para o Projeto. Esse estímulo à quebra da solidariedade entre vizinhos e parentes, tão caro às sociedades tradicionais, foi uma das rupturas destacadas pelas pessoas do Projeto. Aliás em os parceiros, Antônio Cândido para analisar a mudança nos modos de ser da cultura caipira examina tanto as relações vicinais, quanto a religiosidade por constituírem-se traços fundantes dessas sociedades.

Até 1977, época em que chegaram as novas famílias para serem assentadas, as treze pioneiras conviveram não só com mudanças de itinerário ou nos modos de vida. Novas culturas foram incorporadas às suas experiências como agricultores de subsistência. Antes da intervenção era o milho, o feijão, a roça, umas cabeçinhas de cabra e, ainda uma criação de galinha. Na área irrigada eles tiveram que fazer uma reconversão produtiva, passando a plantar tomate, laranja e cenoura. O feijão foi a cultura que permaneceu entre eles, mas as sementes eram as mesmas para todos. A cultivar *Pitiúba* de ciclo rápido e de alta

produtividade cobriu a região com este tipo de feijão, rendendo para os colonos e seus familiares o apelido de “*Pitiúbas*”.

Com mais de um ano de intenso convívio no Projeto, eu desconhecia o apelido. Alguém na cidade de Paraipaba mencionou, de passagem, este tipo de gozação com que os estudantes da cidade provocavam as pessoas do Projeto, principalmente, os estudantes. Indagadas sobre a existência desse apelido, duas jovens filhas de colono, reagiram de imediato, afirmando que isso não existe mais. Que foi coisa do passado.

Provocadas para falar sobre o assunto, filhas de uma das treze famílias pioneiras, sorriram e responderam. Isso rendeu muita confusão no Projeto, como é bem evidenciado nos comentários de Jujuba e Lavanda do D1, seguidos da observação de Espina Dulce.

Quando era de noite nós tudo saía daqui naquelas camionete tipo D-10 para ir pra escola na Paraipaba. Bastava a gente entrar na cidade e ter alguns estudantes junto e eles já largavam os gritos, chamando nós de Pitiúba. A gente pra se vingar começou a responder chamando eles, da cidade, de Peixe Pôde, porque a cidade era pequeninha e só tinha um mercado véi muito porco que só fedia a peixe. (...) mas num pegava neles, porque eles num tinham nada a ver cum peixe. Nós se importava muito porque eles queriam dizer que nós era da roça, que somo matuto, e nós somo mesmo da roça, viemos da roça e eles sempre vão achar a gente matuto.

Com o tempo o povo foi esquecendo mais. Veio muito Pitiúba pra cidade e quando eles vem pra cá e deixam de ser matutos, eles num se zangam mais. Até se orgulham dizem uns que agora tão até rico. Aí o povo foi esquecendo. Deixou de ser uma provocação.

Sim minha filha, mais outro dia quando foram entregar os prêmios das cem melhores escola do Estado e que saíram três de Paraipaba, sendo duas do Projeto. Uma diretorazinha disse assim: eita, as Pitiúbas hoje num dormem.

Dessa tensão na chegada das famílias à Paraipaba é importante que se apreenda a partir dos dois primeiros comentários, que essas jovens demonstram ter inculcado a imagem desabonadora associada ao comportamento do matuto, do sertanejo, do caipira etc. Figurando, em sua aparência, a uma brincadeira de colegiais, a disseminação dessa identidade escondia um conteúdo pejorativo relacionado “à chegada de uns matutos à cidade”, desencadeando conflitos entre jovens moradores da vila e os filhos dos colonos.

Não teria significado aprofundar uma compreensão do fenômeno, se o mesmo se restringisse tão somente ao conflito. Entretanto, a imagem desabonadora de si mesmos por eles inculcada, refletiu-se, posteriormente, aparecendo como uma das possibilidades de rejeição ao trabalho de agricultor. Esta questão será retomada no sexto capítulo à luz da relação de poder que se institui entre estabelecidos e *outsiders*, tão cara à sociologia elisiana.

5.4 Diferentes percepções sobre a reestruturação do espaço rural

Um dos primeiros colonos a chegar no projeto, morador do povoado quando ainda era a Passagem do Tigre, por conseguinte, antes da enchente de 1964, associa a implantação do Projeto ao benemérito da cidade, Batista Azevedo. A luta dele

Um homem de bem que tudo fazia principalmente pelos pobre, nós devemos esse progresso. Ele era amigo dos políticos mais importante. Do governador ao Presidente da República ele se socorria pra ajudar os pobre daqui. Foi com esse cartaz que ele conseguiu mudar a Vila. Foi a luta dele que também trouxe pra cá o DNOCS que, tirante o fracasso da CIVAC, no restante foi também um pai pra nós. Se o véi Batista num tivesse conseguido essas coisa antes de morrer, o projeto num tinha vindo. Só veio porque primeiro veio o DNOCS (Abacateiro, colono do D1).

São contraditórias as opiniões sobre o DNOCS. Embora, a grande maioria dos colonos tenha mostrado uma preferência para que a entidade se mantivesse responsável pela administração da área irrigada, tende a ser convergente a opinião de que o DNOCS nunca foi “pai”. Na verdade eles insinuam que era mais seguro estar sob a guarda do DNOCS por ser este um órgão do governo e, por conseguinte detentor de um poder para conseguir mais recursos para a manutenção da infraestrutura de irrigação do Projeto.

Para se posicionar contra as propostas de emancipação do DNOCS, a Dra. Mimosa, técnica que trabalhou na implantação e no acompanhamento desses tipos de projeto. O grande empecilho, na opinião dela consiste no formato do Projeto. Da parte dela reside uma crença de que esses projetos eram puramente sociais e que um dos seus mais sérios propósitos era barrar o êxodo rural que foi extramamente ampliado no período de modernização da agricultura

É esses projetos foram criados pra isso, é uma coisa que eles fizeram pro homem do campo ficar lá, evitando o êxodo rural, que tem que aguentar? Era, puramente social, pra quem não possuísse nada. Você sabe o que é uma mercedinha? É um caminhão pequeno. Cansamos de trazer seis famílias, a mudança de seis famílias numa mercedinha, a única mudança era a do povo. Eles traziam uma trouxa de roupa, um pote, um cachorro e algumas panelinhas, era a mudança deles, então era puramente social, era o pote, o cachorro, uma trouxa de roupa, num tinha mala, não tinha nada, era um lençol amarrando a roupa.

O Sansão, filho de um colono que veio de Pacatuba, ainda menino, em uma dessas mercedinhas, confirma o relato da técnica do DNOCS, dizendo que ele veio junto com mais duas famílias numa camioneta. Indagado sobre o estado de espírito dos passageiros na mercedinha ele acrescentou

Era já mais pra de tarde quando o caminhão veio pegar a gente. Eu me lembro da mamãe triste chorando com saudade dos pais dela. Eu mesmo vinha muito feliz, eu e mais outros da minha idade, porque menino gosta muito de aventura. Mas nós era bem de vida por lá. O meu pai que era um aventureiro, quando soube do edital se inscreveu logo pra vim pro Projeto, acho que nem consultou minha mãe. Eu mesmo fui crescendo sem entender porque essas bondade de trazer o povo pra melhorar de vida. Depois compreendi que era os governo que tavam matando uns e precisava dar satisfação ao povo, mostrando muito desenvolvimento, muito progresso.

Sansão faz referência ao período da ditadura. Muitos outros colonos já se apropriaram dessa versão e, de fato, como evidenciado no trabalho de Martins (2002, p. 139) a reestruturação produtiva no Vale do Curu estava associada à “sobrevivência do latifúndio criador, à crise do algodão, ao progresso técnico do setor canavieiro e à implantação de um Estado de exceção”.

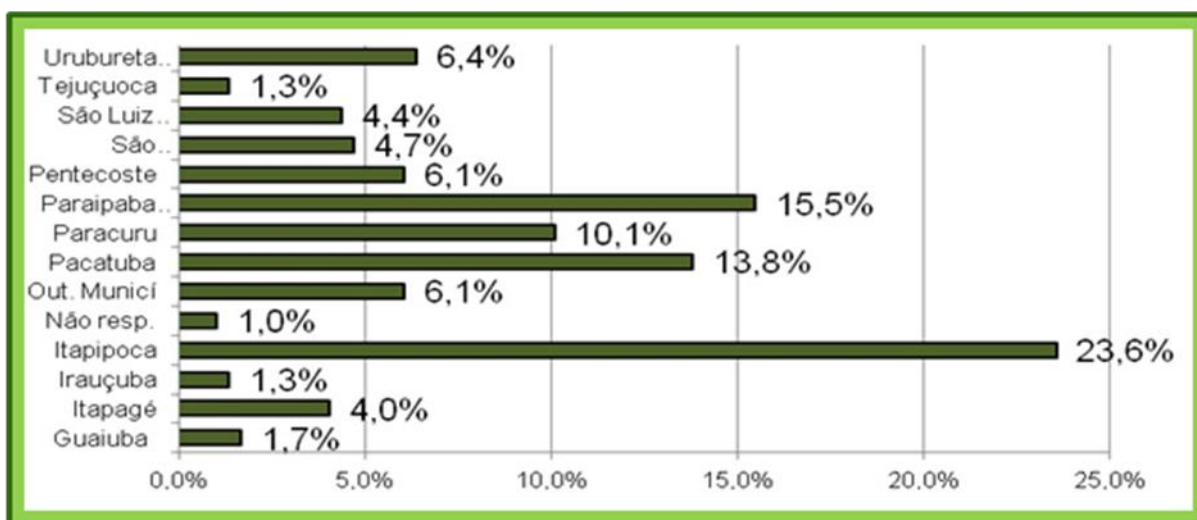
Sem reconhecer a influência da ditadura e dos interesses da “modernização conservadora” no processo de intervenção do Vale, o pensamento técnico do DNOCS insistia na teses de combate à pobreza e ao êxodo rural. Tanto assim que, a reformulação da política de irrigação, na opinião de Mimososa - uma das antigas agrônomas do DNOCS e reputada por muitos de seus colegas como uma das técnicas que mais entende da política do órgão - foi uma intenção puramente social que pesou para

Na década de 70 foi quando o DNOCS começou essa historia de perímetro. O Pentecoste já existia mas era chamado de posto agrícola, já existia um posto agrícola do DNOCS, experiências de mudas, plantio de mudas frutíferas essas coisas, tinha muda de laranja, de banana, mudas de fruticulturas, tinha só um que chamavam de posto agrícola nessa área. Então era uma área antiga, inclusive esses canais lá do Pentecoste foram feitos na seca de 58, na emergência, ai eles fizeram os canais, não foram nem feito canais para o Perímetro Irrigado Pentecoste foi feito esses canais tinha muita água no açude, ai fizeram canais para o pessoal das terras ali irrigarem, para dar emprego ao povo na seca de 58. Pra diminuir o êxodo rural e a pobreza do povo naquela beira de rio, começou esse advento, esse negócio de irrigação na década de 70 por ai, eles disseram vamos desapropriar, aqui o aluvião do Pentecoste da beira do rio, é tanto que o perímetro da beira do Pentecoste é um estirão, né? Ao longo do rio, desapropriaram o aluvião do rio, ai foi reformaram, é tanto que Curu - Recuperação era o nome do perímetro, até pouco tempo. Vieram recuperar esses canais, para a irrigação, aí começaram também a implantação de Paraipaba, na década de 70, foi inaugurado em 74, ai foi criado Paraipaba e Pentecoste no conjunto os dois e ficaram sendo chamados como recuperação e o outro como implantação.

A reorientação do caminho de atuação do DNOCS, ao que tudo indica, na percepção da agrônoma, é entendida como uma mudança de itinerário técnico, pois antes o DNOCS não desapropriava terras. Os sistemas de irrigação, quer dizer os canais e tubulações, eram colocados no meio das propriedades. A partir de 1970 é que teve início o modelo de implantação de projetos de irrigação, por meio de desapropriação.

Com efeito, a consultoria externa entregou ao DNOCS “tudo pronto em nome da ciência” e “em troca da vivência”. A assertiva de que o Projeto “da Área Paraipaba era parte do amplo esquema de desenvolvimento do Baixo Vale do Curu” e que incorporaria a população local não se concretizou. Como mostra o gráfico 1 o maior percentual de famílias que foram assentadas no Projeto são oriundas de Itapipoca, representada por 23,6% do total de famílias do grupo estudado, ou seja, o Irrigantes de Origem.

Gráfico 2. Origem das famílias do Projeto Curu Paraipaba por municípios de morada anterior



As incertezas que perpassaram o ambiente de implantação do projeto tiveram fortes influências na criação de resistências por parte da população local. O patronato, ali dominante, ameaçado de perder a mão-de-obra para realização de atividades agrícolas em suas propriedades, disseminava mensagens que aterrozizavam moradores, arrendatários etc. da região. Essa estratégia do patronato parece ter tido grande peso no assentamento das famílias do Projeto. Como se pode ver, no Gráfico 1, apenas 15,5% dos colonos de origem familiar são oriundos de Paraipaba.

Não se pode negar, evidentemente que, somados os 10,1% de Paracuru, 6,1% de Pentecoste, 4,4% de São Luís do Curu e os 4,7% de São Gonçalo, a representatividade do número de famílias do próprio Vale, quando acrescida dos 15,5% de Paraipaba, totalizam 41,0% do total de famílias do Projeto. Quer dizer, de um total de 297 famílias de Irrigantes de Origem, tão somente cerca de 120 famílias são egressas de municípios encravados no Vale. Após a Proclamação do Edital de concorrência a um lote, agricultores familiares foram chegando ao Projeto, incorporando uma nova identidade: colono.

5.5 O contexto de chegada das novas famílias

Vários dos Projetos de Irrigação implantados pelo DNOCS começavam com investimentos maciços. Muitos deles se transformaram em “elefantes brancos” dispersos no meio dos sertões. O Projeto Curu Paraipaba poderia ter tido destino igual, não fora alguns investimentos que contribuíram para que o Projeto fosse completado e se tornasse um oásis em meio a caatinga.

Evidentemente a riqueza dos recursos naturais do Vale teve grande peso para atrair investimentos da iniciativa privada via subsídios governamentais. O Governo de exceção que se instalou em 1964, ávido pela apresentação de resultados que justificassem os empréstimos que vinham fazendo crescer a dívida externa em nome do desenvolvimento pressionava as entidades governamentais para acelerar as inaugurações de obras de grande impacto.

Nesse contexto, apressadamente as obras da Primeira Etapa foram concluídas. Diante da resistência dos agricultores do entorno do Vale, os técnicos do DNOCS saíram para vários municípios do Estado inscrevendo os agricultores para ingressarem no Projeto. Segundo empregados do DNOCS, as Portarias¹⁶¹ que regiam os critérios de seleção das famílias em quase nada foi alterada, desde o seu início, em 1974, até a última que selecionou os colonos da segunda etapa. Permaneceram durante este percurso os seguintes critérios de classificação: “ser trabalhador rural ou demonstrar que pode exercer atividades rurais; ser chefe ou arrimo de família; ter vinculação com a área do projeto de irrigação (ex-proprietário, parceiro, rendeiro, assalariado; etc); ser agricultor em áreas circunvizinhas do projeto de irrigação”.

É válido anotar que para decisão de possíveis empates no processo de classificação os principais critérios adotados eram, em primeiro lugar, a experiência em agricultura e, em segundo, a força de trabalho da família. Na verdade, na medida em que se aprofundava o estudo, era notória a percepção de que a força de trabalho da família era um critério de peso na própria seleção do colono.

Os indicadores que conferiam maior ou menor peso para seleção do colono são mostrados, a seguir, no ítem N^o 13 da ficha de avaliação do Sr. Otávio, colono do D2, que concedeu autorização para que fosse replicada no presente estudo. Como se pode ver no ítem

¹⁶¹Os critérios da portaria em referência foram digitalizados entre pedaços de documentos quase totalmente danificados. Na continuação da pesquisa foi encontrada a PORTARIA/PR/PRONI/No 382 de 08/10/1987, evidenciando mais de dez anos depois a manutenção dos mesmos critérios de seleção. Ver Anexo 2.

13.1 do formulário que destaca o peso dado a força de trabalho do colono para ingressar no Projeto. A identificação da ficha do colono pode ser encontrada no Apêndice de número 3.

Indicadores de peso na seleção de colonos do DNOCS (1979).

13. Avaliação final:	
13.1. Indicadores:	Pesos
1.9. Grau de instrução	2 ¹
2. Mobilidade	2
<hr/>	
3.0. Força de Trabalho	10 ¹
<hr/>	
4.1. Vínculo com a terra	8 ¹
4.2. Crédito declarado	2
4.3. Modalidade de venda	8
4.4. Posse de animais	2
5.1. Posse de implementos	2
5.2. Atividades agrícolas	√ 10 Exp. Agropec.
9.1. Crédito bancário	77
9.2. Crédito comercial	√ 3
	50

Fonte: Arquivo da sede do DNOCS, em Paraipaba.

Anteriormente, Aldiva Diniz havia chamado atenção para a rigorosidade do DNOCS no processo de admissão dos irrigantes nos Perímetros Irrigados.

Os irrigantes para ingressarem no perímetro passavam por uma seleção feita pelo DNOCS que para tal possuía uma matriz de avaliação que envolvia o conhecimento da vida do candidato e de sua mulher. Primeiro o trabalhador se candidatava a uma vaga e preenchendo os requisitos exigidos pelo programa, era selecionado. Posteriormente, o candidato era visitado por uma equipe técnica. Dentre os itens destacados pelo programa estavam o volume de mão-de-obra familiar e as experiências agrícolas. Além dos requisitos exigidos, a vida pregressa do candidato a irrigante era bastante investigada (DINIZ, 1999:86).

De fato, o irrigante preenchia uma ficha, na qual tinha que mencionar pessoas da localidade onde morava, não apenas para averiguar a veracidade das informações, mas sobretudo, para investigar a vida pregressa do colono. Um item frequente de abordagem era feito nas bodegas tendo em vista a avaliação de ser ou não o colono um bom pagador. Após o preenchimento de uma série de pre-requisitos, os candidatos e toda sua família se submetiam a exames médicos (sangue e parasitológico) para que, finalmente, por meio de uma complexa

equação receber o veredicto, conforme ítem 13.2, destacado do formulário de avaliação. Aprovado ou não por meio de uma pontuação que variava de 0 a 10.

Ítem 13.2 da avaliação classificatória feita por média ponderada

13.2. Avaliação classificatória será feita pela média ponderada:

$$I_p = \frac{PI}{S}$$

I_p = Média ponderada = valor classificatório
 P = PESO
 N = Número de pontos em cada um dos 10 indicadores
 S = Soma dos PESOS = 50

Exemplo: (*)

$$I_p = \frac{(2 \times 2) + (2 \times 4) + (10 \times 25) + (8 \times 4) + (2 \times 2) + (2 \times 1) + (2 \times 2) + (2 \times 4) + (10 \times 7) + (7 \times 2) + (3 \times 1)}{50}$$

$$= \frac{4 + 8 + 250 + 32 + 4 + 2 + 4 + 8 + 70 + 14 + 3}{50} = \frac{383}{50} = 7,66$$

$\boxed{7,66}$

$$\frac{(2 \times 2) + (2 \times 10) + (10 \times 5) + (8 \times 4) + (2 \times 2) + (2 \times 1) + (10 \times 4) + (10 \times 2)}{2 + 10 + 8 + 2 + 2 + 2 + 10}$$

$$= \frac{4 + 20 + 50 + 32 + 4 + 2 + 2 + 20}{38}$$

$$= \frac{134}{38} = 3,52$$

Fonte: Arquivo do DNOCS em Paraipaba.

Na memória dos colonos, esse processo traz uma percepção de muita ansiedade, acerca da aceitação ou não, já que eram tão grandes as exigências.

Eles procuraram a gente pra se inscrever. Era uma Via Sacra. A gente se inscrevia e ficava esperando chamar. Pra diminuir o nervoso, a gente fazia logo exame de sangue, exame de saúde, fazia tudo, no mais tava a depender de Deus e Nossa Senhora (Bacupari, colono C1)

Era um sofrer só. Imagine que a gente tinha que trazer uma folha corrida. Passar na delegacia do seu lugar e trazer uma folha corrida Essa daí era demais. (Gengibre, Colono do C1.)

O DNOCS foi direto ao sindicato. Eu nessa época era apenas secretário. Eles prometiam que nós teríamos dias melhores, não é o céu, mas terão direito a trabalhar pra vocês, em terras de vocês, vão ganhar financiamento, vai ter uma cooperativa e o lote é irrigado. Quando chegamos já tinha o "D-1", depois veio o "D-2", "C-2", e "E", e o "C-1". Os quarenta que vieram conosco ficaram espalhados no setor "E", outros no "C-1" e "B". Vim por conta das promessas, pois trabalhávamos de aluguel. Isso foi o que mais incentivou. Passamos por uma seleção que era de exames de saúde e entrevista. Depois foram buscar as famílias de caminhão. (Capim

Santo, colono do D2, cuja família permanece lá, mas ele toma conta de uma casa em outro município. Ele faz parte de uma trajetória de colonos vindos de Pacatuba, CE.)

Depois da saga solitária das treze famílias pioneiras, foi selecionado um grande número de famílias vindas, em sua maioria, de Itapipoca, Itapagé, Irauçuba e o grupo de Pacatuba. A Primeira Etapa, não contou com uma forte representação dos agregados do Vale, fato que pode se dever à guerra de nervos crida pelo patronato local.



Foto 7. Seu Cipriano, colono do grupo de pioneiros, na foto com o Presidente Geisel

Tão logo, as famílias de várias localidades foram selecionadas, a inauguração do Perímetro foi marcada e agendada com a presença do General Ernesto Geisel, então Presidente da República. A figura 10 mostra o dia da inauguração oficial do Perímetro. Na foto, o presidente faz uma entrega simbólica do título da terra. Até os dias de hoje, vale a pena frisar, nenhum colono possui o título da terra.

Uma reconversão produtiva e que viria repercutir em profundas alterações nas relações de trabalho, de comercialização enfim no modo de vida desses colonos, estava em curso, desde 1964, quando João Grangeiro, (Martins, 2002) empresário rico e muito bem articulado politicamente, fundou a Agrovale, introduzindo naquela região plantios de cana assentados em uma nova escala de produção e padrão tecnológico .

A vinda do presidente Geisel se não contribuiu para acelerar e definir a regularização fundiária das terras dos colonos, foi estratégica para consolidação do empreendimento de João Grangeiro, cuja pretensão, como o diz, de passagem, Martins (2002, p. 139) era de “se tornar o maior produtor de açúcar de álcool do Ceará”. Para tal intento, o

empresário precisava de subsídios do Proálcool – programa governamental responsável pela ampliação da monocultura canavieira em espaços com atividade econômica de baixa rentabilidade.

Ocorre que no Proálcool a aprovação de destilarias anexas estava condicionada, segundo Martins (Ídem, p. 139) a projetos de ampliação de até 20% da capacidade geral da subempregados usina. Após a visita de Geisel, os impedimentos legais para ampliação da usina foram superados pela interveniência pessoal do ex-Presidente, “através da Exposição de Motivos, nº 102 de 20 dez.1977, da Presidência da República, em conjunto com os Ministério da Indústria e Comércio e do Interior (Diário Oficial da União, 18 dez.1977)”.

O empresário foi realizando suas pretensões de ser o maior empresário da indústria sucroalcooleira no Ceará assegurado com recursos do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e do poder do DNOCS, cujos técnicos, se arvorando a ser Deus, garantiram a matéria-prima abundante e barata, por meio de um contrato exclusivo com os 522 colonos do Projeto Curu-Paraipaba.

Na região do Vale a empresa de João Grangeiro detinha o domínio das terras, da água e da mão-de-obra, tornando-se a maior empregadora e compradora da região

Com doze propriedades, perfazendo 4.966 hectares, dos quais 2960 irrigados (30% da área total irrigada do Vale), a empresa produzia 450 mil sacas de açúcar e 8 milhões de toneladas de álcool. Em cada safra, moía 600 mil ton. de cana própria e adquiria a produção de 500 fornecedores. Empregava 600 trabalhadores diretos e 3 mil indiretos. O contrato com a cooperativa de irrigantes do DNOCS elevou em 400.000 toneladas seu estoque de matéria-prima (MARTINS, 2002, p. 139).

A disponibilidade de 2.960 hectares de área irrigada para um único empresário, contra os cerca de 3200 hectares divididos para 800 famílias de colonos, cabendo em média a cada um uma área média de, no máximo 4 hectares, evidencia a persistência de um fenômeno que teve início desde o processo de ocupação de terras do Nordeste, que é a concentração de terra. Evidencia, também, a persistência no Ceará de uma linha indivisória entre o DNOCS e coronéis, os hoje empresários rurais. Sobretudo, a relação de subordinação a que foram submetidos os colonos pela intermediação do DNOCS, vem mostrar o grande equívoco que seduz os técnicos, em suas crenças de atuar em combate à pobreza, pois a observação do fenômeno, a partir de uma perspectiva geracional, indicará muito mais um processo de proletarianização que de inclusão social.

Em resumo, o imperativo de consolidar as pretensões do empresário se insinuam como muito influente para o desenvolvimento do Projeto de Irrigação. De tal forma o açúcar e

o álcool reinaram no Vale que os festejos de Santa Rita, em Paraipaba, passaram a se realizar no final de outubro, quando por todo o mundo católico o período festivo é em 22 de maio, data do ano de morte da Santa, no ano de 1457¹⁶². O negócio da cana foi determinante para a transferência da data. Segundo algumas pessoas que viveram o auge do “tempo da cana” a igreja local junto com os comerciantes decidiram trocar a data do evento, para outubro em virtude da colheita da cana. Nessa época o povo estaria de “bolso cheio”.

5.6 De hortifrutigrangeiros à subempregados da usina canavieira

O plano elaborado pela consultoria externa - levando em consideração as necessidades dos agricultores, empregados ou não empregados na agricultura, que iriam constituir a população da Área do Projeto - previa que o sustento dos agricultores seria proveniente da “produção de vegetais, frutas e produtos de laticínios. O sustento dos outros seriam provenientes da prestação de serviços, do processamento de produtos agrícolas e de outras indústrias leves” (DNOCS, p. 6/7).



Morada Antiga nas Camboas

A casa original do Colono

As Reformas

Foto 8. Da casa de tapa e palha à casa de cimento e tijolo

Contrariando as previsões do Plano de concepção do Projeto, já em 1977, ou seja, apenas dois anos passados da chegada das primeiras famílias, a ordem era plantar cana-de-açúcar no interior dos lotes. Cana, tão somente cana-de-açúcar, poderiam cultivar as 13 famílias pioneiras e as chegadas depois da inauguração, uma delas ilustrada na figura 11.

A predominância de duas monoculturas – cana e depois o coco – em todo o período de existência do Projeto corroborou para que os colonos temporalizassem suas trajetórias entre o “tempo da cana” e “o tempo do coco”. As mudanças que cada uma dessas monoculturas opera nos itinerários técnicos, nas relações sociais e de produção, nos tratos

¹⁶² Fonte: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/maio/dia-de-santa-rita-de-cassia-1.php>.

culturais, no uso da mão-de-obra, junto a esse grupamento de colonos, instauraram novas acepções de tempo.

Entre um tempo e outro, as mudanças são marcantes na trajetória dos colonos. Tanto assim que alguns referenciam a dois tempos que se opõem, ou seja, o “tempo da ditadura” e o “tempo de democracia”, correspondendo, respectivamente, ao “tempo da cana” e ao “tempo do coco”. De acordo com Palmeira (2002, p.175), “ tudo é ‘temporalizável’, mas só é ‘temporalizado’ (isto é, transformado em tempo) o que é considerado socialmente relevante pela coletividade em determinado momento”.

Recorrendo à temporalização que orienta as mudanças relevantes na vida dos colonos que os leva a dividir a vida nos dois tempos, apontar-se-ão, por meio de alguns depoimentos recolhidos em entrevistas, os significados que eles atribuem a determinados fatos sociais. Seu Tanaceto, colono, morador do D2, membro da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, expressou uma opinião que bem exprime a inconstância dos programas governamentais. Muito politizado por sua vivência sindical, ele falou que

Se não fosse a crise do Petróleo e a vontade dos governos da ditadura de produzir álcool, ainda hoje o Projeto tava só com as 13 família, os empregado do DNOCS por ali sem ter o que fazer, menos ainda. A Agrovale tinha se apossado de tudo. Se num fosse ele ia ser a Ypioca. Quem trouxe nós pra cá foi o Proálcool, porque sem o dinheiro do Governo e a ajuda do DNOCS, a Agrovale num tinha tomado conta disso tudo. Tinha ficado ali no canto dela. Se o governo trouxe a gente pra cá não foi pra ajudar a gente, mas foi pra nós trabalhar pro Seu João. (...) Não que a gente num tenha melhorado. Com o dinheiro da cana nós conseguimos reformar as casas, comprar móveis e até carro, assim como fez o Chico do D1 que já teve um kombizinha pra fazer nossas viagem.

Aproximando-se da opinião de Tanaceto, o ex-dirigente da ADICP e atual dirigente de outras entidades organizativas dos colonos (COOPROCOP e FAPID), Sansão entrevistou em uma reunião, em que, de passagem, se discutia os porquês do coco ter chegado ao Projeto, para apor uma opinião interessante

Minha gente a gente precisa ver sempre o que tá por trás. Por trás de uma coisa que parece importante tem sempre outra mais poderosa. Porque quem na verdade colocou o coco aqui foi os subsídio do Proálcool. Colocou a cana quando encheu os bolsos do João Grangeiro de dinheiro. O coco veio por causa da falência da cana e do fracasso do Proálcool. Porque antes o DNOCS não deixava a gente plantar coco pra num atrapalhar a cana. A gente pode notar depois que a cana perdeu a força total o DNOCS começou a pensar na emancipação dos colonos. Por que isso? Porque eles deixaram de se sujeitar à Agrovale.

De fato, fazem sentido os depoimentos dos dois. Embora, de certa forma, eu discorde do posicionamento de Sansão no uso absoluto, ou exagerado, de teses conspiratórias

de estar sempre procurando uma motivação que se oculta. Todavia, as duas falas deixam transparecer um aumento da “reflexividade social” entre os colonos do Projeto. A reflexividade social que, de acordo com Giddens (2005, p. 540) refere-se a necessidade de estarmos sempre pensando, ou refletindo, a respeito das circunstâncias em que nossas vidas se desenrolam.

A necessidade da reflexividade social, como prática cotidiana das famílias dos colonos no Projeto, se avulta, sobretudo, se levar em consideração que se tratam de sujeitos sociais que estavam adaptados à tradição e aos costumes próprios do “modo de vida camponês” (no sentido empregado por Cândido, 1977), um tipo de sociedade na qual (Giddens, Ídem) “as pessoas podiam seguir métodos estabelecidos para fazer as coisas de maneira mais irrefletida”. Esses depoimentos refletem o bom senso de uma conduta reflexiva, por ajuizar entre os colonos o quanto a continuidade ou descontinuidade das metas e dos rumos dos programas governamentais do País flutuam ao ritmo dos interesses das camadas dominantes, processos que mesmo fisicamente distantes do local, influenciam as dinâmicas dos espaços rurais.

Existe uma abundante literatura que analisa esses tipos de interconexões. Algumas já foram até citadas nesse estudo em relação à SUDENE, ao próprio DNOCS etc.. Especificamente neste caso da cana no Vale do Curu, os condicionantes que levaram ao apogeu e depois ao declínio do Açúcar no Sertão são interpretados por Martins com esse mesmo tom

O fim da ditadura militar, o aumento da produção brasileira de petróleo e o declínio dos preços internacionais deste produto provocaram a retração do setor. O Próalcool apresentou sintomas de esgotamento: escassez de recursos, atraso no pagamento dos produtores, fechamento de destilarias, queda da venda de carros a álcool. (...) Em 1990, acompanhando as reformas neoliberais desta agência e do FMI, o Governo Collor extinguiu o IAA e o Próalcool (Martins, 2008, p. 181).

Retomando aspectos da passagem para o tempo da cana pôde-se perceber uma nítida mudança, quer dizer, uma maior rigidez no ingresso das famílias à área irrigada. Se antes, como relatado pela agrônoma do DNOCS, as Mercedinhas podiam trazer o cachorro ou o gato da família, no tempo da cana, isso já não era possível.

Da despedida da Serra da Assunção, em Itapipoca, até a chegada do Projeto em Paraipaba, a trajetória da família de Seu Mastruço, narrada por sua esposa, Dona Carquejinha, se assemelha, em alguns trechos, à saga da Triste Partida do retirante, contada na poesia de Patativa do Assaré, especificamente, quando os filhos perguntam aos pais sobre o cachorro e o gato da família que tinham ficado.

Aqui a gente era tudo preso. Lá a gente tirava o leite e aí dava pra duas vizinha que (...) tinha duas criancinha pequena. O resto a gente deixava pra qualhar. A noite os vizinho vinha comer com a gente. E aqui num era assim. Sofri muito porque aqui a gente num tinha boi. A gente empurrava a carroça. Eu do lado dele aí. Eu sempre gostei de ajudar. Quando a gente chegava em casa era o cabelo cheio de porqueira de gado porque o vento dava e melava o cabelo todo de bosta. Porque num tinha boi. Nós tinha (...) mas num podia trazer nada. Nem o cachorrim nem o gato. Nós ficamos esperando o caminhão. De junto da gente nossos pertences e os bichinhos, quando chegaram os soldado, sim, eles parecia uns soldado, aí eles num deixaram levar nem os bichos e nem minha máquina de costurar. Disseram que eu ia pra lá pra ser agricultora. Eu chorei a vigem toda. Pênsava no meu gato, no cachorrim e na minha máquina, como era que eu ia puder vestir meus filho eu sempre ajudei o home na roça e cozinhava e custurava e fazia o diabo. (Dona Carquejinha aos 76 anos de idade e 32 de vida no Projeto).

A menção a saudade do gato e do cachorro, aparentemente, é de somenos importância para análise da temática. Todavia a companhia, especialmente, a do cachorro nas andanças pelos matos está entranhada na cultura do sertanejo. Afora a citação do poema de Patativa, vale lembrar que, em “Vidas Secas” Baleia – o cachorro de Fabiano é um personagem central nessa obra de Graciliano Ramos.

Mas ao fato de não ter sido permitido levar a máquina de costura de Dona Carquejinha é que se quer chamar mais atenção, no sentido de apontar uma das mudanças que bem demarcam o tempo da cana. A proibição que poderia significar apenas um capricho, um excesso de autoridade, ou simplesmente uma recusa como estratégia para levar um maior número pessoas na mesma viagem, como pensou seu marido, estava, ao que parece, associada à limitação de toda a força de trabalho da família às tarefas relacionadas à usina - Agrovale.

Os depoimentos de várias entrevistas também levam a supor que ações como estas eram dirigidas para um único fim: submeter-se e cumprir fielmente o contrato entre DNOCS e Agrovale. O empenho no cumprimento desse contrato era tão rigoroso que em seu favor foi contratado um contingente de mediadores. Técnicos, Assistentes Sociais, Fiscais e os Guariteiros. Esses últimos eram cabos reformados contratados pela CIVAC para controlar a entrada e saída de produtos e de pessoas.

A exploração do trabalho das mulheres, crianças e jovens era muito comum durante o plantio da cana-de-açúcar. Era um trabalho árduo, pois além de constante, requeria a participação dos filhos para ajudar no trabalho junto com a família.

Aqui as mulheres trabalhavam, apanhavam feijão e cortavam cana. (...) naquela época as mulheres trabalhavam muito. Mesmo grávida eu ia pro lote cortar capim pra ajudar o meu marido, já com mais de três meses de gravidez. (Aguapé, esposa de colono do C1. Há mais de cinco anos é responsável pelo lote, por abandono do marido. Até novembro de 2009 não havia conseguido ser cadastrada como titular)

As assistente social se encarregavam muito de tomar de conta das mulheres. A gente tinha de manter a casa limpa, fazer comida de sustança pra num faltar coragem e nem adoecer porque se não a gente ia atrasar os trabalhos. Faziam até chantagem dizendo se a gente num via o que a gente pôde comprar depois do primeiro apurado com a safra da cana. Elas diziam assim pra mostrar porque quando a gente veio pra cá a maioria num tinha nada. Sabe, tinha umas família que num tinha nada mesmo (Dona Camomila, esposa de colono do D2).

De fato, pude constatar a veracidade da informação de Dona Camomila por meio de uma conversa com uma funcionária do DNOCS, filha de colono e ex-funcionária da Agrovale. Na sede das descobertas, ela sempre muito solícita começou a recuperar a trajetória dela no Vale. O pai, já falecido, era colono do Setor E. Os dois, pai e filha, tinham trabalhado na Agrovale e por conta de já terem tido salários possuíam algum mobiliário. Coisas simples, disse ela,

Mas os colonos que chegavam aqui eram tão pobres, chegavam quase só com as roupas do corpo e umas redinha. Quando chegava um como a gente que tinha um armário, um fogãozinho, uma guarda-roupa, logo saía a conversa pelos setores se espalhando que tinha chegado um colono rico (Bétula, filha de colono do Setor E).

Na ficha dos irrigantes tive a oportunidade de ter acesso ao registro de bens das famílias antes e depois da chegada ao Projeto. Consultei cerca de sessenta fichas, constatando pelo registro de bens de famílias do Projeto que não havia discrepância com a informação concedida por Bétula.

GS/ _____
 FAMÍLIA: OTAVIO ALVES MACHADO
 SETOR Da LOTE 45 NÚCLEO _____ CASA 45
 REGISTRO DOS BENS DA FAMÍLIA

ESPECIFICAÇÃO	TROUXE QUANT.	ADQUIRIU NO PROJETO	
		197. QUANT. FONTE (1)	197. QUANT. (1) RECURSO
tauboretas	02		
mesa	02		
pan. de alumínio	03		
pan. de buxo	02		
lucia de cozinha	01		
lucia de banco	01		
lamparina	02		
fogão a lenha	01		
galinha	03		
ferro à base	01		
Armário	-	01	Saldo da Cana 1978
Cama de casal	-	01	" " "
Máquina de Costura	-	01	Presente da 1978
Fogão a gás	-	01	Filhos 1978

Outro fato que merece ser destacado é a referência à aquisição de bens associada à safra da cana. Lavanda, filha de um colono do D1, agrupada, por conseguinte às treze pioneiras acresceu, às análises, um comentário a favor da era da cana:

falam da prisão, da CIVAC, dos roubos, por tudo isso eu fico calada, pois era muito ruim mesmo, mas tinha uma coisa, pra quem viveu os dois primeiro anos no Projeto, sem luz, sem água, sem dinheiro, a cana quando veio foi uma festa. Uma benção até. Quando saiu o dinheiro da primeira safra pelas ruas do Projeto, era um monte daqueles caminhão de loja entregando móvel, televisão, e outras coisas mais nas casas.

Durante o trabalho de campo, tive oportunidade de conhecer muitas residências de colonos, participando do conforto que atualmente eles desfrutam. As residências têm, em sua maioria, mobiliário completo. Algumas cadeiras nas varandas. Na sala um conjunto de sofá, mesa com seis cadeiras, aparador e quadros com fotos é quase um padrão. Não conheci nenhuma casa que não tivesse televisão, antena parabólica, geladeira, fogão ou algum tipo de transporte. Bicicletas existem em maior quantidade. Mas quase todas as casas dispunham de uma moto.

Os computadores são mais raros. As moças e rapazes têm mais interesse no acesso à internet. Como as possibilidades de internet em casa são muito caras, eles preferiam pagar R\$ 1,00 por hora na *Lan* (termo usualmente empregado por eles). Aproximando-se o final de 2010, fui ao Projeto rever amigos. Havia uma animação grande entre jovens que trabalharam na pesquisa. Pelo menos 06 dos 15 que foram colaboradores haviam financiado um notebook. Dois fatores concorreram para as aquisições. O ganho com a pesquisa do Senso 2010 e a possibilidade de acessar no computador a internet, via celular, pagando R\$, 0.25 por dia, a operadora Tim, no Plano *Infinity* Pré.

5.7 Tempo da cana: entre festas e conflitos

Os festejos alusivos a Santa Rita, padroeira do município de Paraipaba, continuam se realizando em outubro e, o dia 31, deste mesmo mês, é considerado pelos paraipabenses católicos, o dia da Padroeira. A cana, contudo, não mais anima a festa, que foi incorporada à tradição da cidade.

No auge da cana esses festejos traziam para as novenas muito mais da metade dos Pitiúbas. Essas ocasiões, especialmente, no horário das novenas e quermesses, favoreciam o início de alguns namoros entre “Pitiúbas” e “Peixes Pôde”. Findado o período dos festejos,

logo no dia seguinte, no colégio, aquele rapaz de Paraipaba que tivesse se engraçado de uma Pitiúba era vítima de gozações do tipo: “rapaz tu tá em baixa, Né? Namorando com menina do Projeto? Vai acabar, arrastando cobra pros pés, melhor largar logo o colégio e ir tomar de conta dum lote”¹⁶³.

Nem só de festa viveram os colonos no tempo da cana. O apogeu do “*Açúcar no sertão*” do Vale do Curu não ultrapassou um período de 10 anos, pois, de acordo com Martins (2008), em 1987, se tinha iniciado o declínio do empresário João Grangeiro. Necessário assinalar, como é próprio da lógica de uma ofensiva do capital que, se para o Grangeiro e seus asseclas do DNOCS foi um apogeu, um apanágio de dinheiro - uma doce era - para os colonos (mão-de-obra subsumida, no empreendimento) alguns episódios e circunstâncias redundaram em momentos amargos, germinando os “conflitos sociais” que geralmente se desenvolvem no tempo.

Componentes essenciais da interação social em qualquer sociedade, “os conflitos” “não são sempre de forma alguma “fatores negativos” a minar a vida coletiva. Em geral contribuem para a manutenção e o crescimento de grupos e coletividades, bem como para reforçar relações interpessoais” (OUTHWAITE & BOTTOMORE, 1996, pp. 120-121).

A partir de uma perspectiva de “fatores positivos” que podem decorrer de situações de conflito que se interpreta um reforço nas relações interpessoais do Projeto. A falta de liberdade, o controle rígido das guaritas, o controle do que caberia a cada família consumir foram pressionando a quebra de dormência da semente que germinaria o crescimento do grupo. A prisão de um colono na guarita de acesso a Paraipaba foi o fato gerador de uma reação de resistência decisiva de um grupo de colonos. Seu Capim Santo, colono e grande cantador de Paraipaba fez o relato do marcante episódio

Era um acordo com as pessoas que a cooperativa ficava com tantos sacos, fiquem com tantos, bota o resto pra cá, aí então tinha a guarita com o guarda que ninguém podia passar com nada pra vender lá, só que o cara precisava de farinha do arroz do café, quem fumava também ou de algumas besteiras. Um dia, um colono lá do D2, da casa 26, entregou a produção dele aqui e ficou com 3 sacos pra eles mesmo, pra família, mas ele não tinha nem arroz nem farinha nem café nem açúcar pra comer né, aí foi vender na Paraipaba pra comprar outras coisas. Aí o guarda tomou, o guarda tomou porque não podia desviar a produção a extensionista lá do D2 controlava de dez em dez colonos, uma técnica chamada Zuila. Tinha a Dra. Oneida também chegou na minha pasta, eu e mais dez, eu como líder sindical aí disseram um bocado de coisa. (...) era no tempo da ditadura, você não pode fazer isso não se não nós manda lhe prender. Eu digo rapaz eu sou baseado na história dos defensores. Ainda hoje eu honro o nome do Tiradentes que morreu pra defender o povo. Então

¹⁶³ Episódio contado na praça da matriz, por Baronesa (filha de um colono do C1), em um dia de festa. Ela mesma já não participa por ter se tornado evangélica. Arrastar cobra para os pés é sinônimo de trabalhar no cabo da enxada.

ela disse amanhã de manhazinha – ele já tinha sido preso o homem, em Paraípaba, foi preso no domingo foi solto na segunda-feira, na terça-feira foi conversar com o gerente que naquela época ainda era lá naquela coisa acolá, e a mulher fez uma reunião com nós, e disse: pois amanhã a polícia vai pegar ele aí na casa dele, vai levar pro Dr. Olivio lá pra gerência e depois vai trazer pra cá e ia levar pra lá pra depois dispensar ele, ia botar ele pra fora. Aí nós **se juntamos** na casa 28 e dissemos: num vamo deixar ele ser preso nem sair nem ser expulso. Quando foi no outro dia nos fumo, nos ia quando chegamos no C2 a polícia já vinha pra pegar ele, mas ia bem uns 20 a 30 homem, eles viram assim passar, passaram, quando chegaram lá eles disseram: não Dr. O homem não veio não, ele já ia pra Paraípaba maís uma ruma de homem, aí voltaram, quando chegaram no C2, nos vimos maís gente quando chegamos ali na Paraípaba, tinha dos outros setores, sei que **contamos 95 homens pra defender ele**, aí quando chegou o delegado, ainda era militar nesse tempo, tinha dois soldados, aí aquele cabo chegou e disse: ei rapaz eu mandei chamar só um e veio essa ruma de home, eu vou já me comunicar com o secretário de segurança publica. Eu disse: não se comunique com ele não, se comunique com o presidente da republica, porque ele só entra com nós e nós só saí com ele, aí ficaram assim, os soldados tudo pegando no revolver né, e nos ali, “vou tomar um café, quando voltar quero só ele aí”, quando voltou, quero só ele aí, os caba pegaram no cabo do revolver; aí ele disse: pode ir embora agora; nos só vai embora com ele, ele só entra aí também com nós, aí ele disse: é, pois entre, aí nós entramos, mas não coube todo mundo não, era muita gente. Aí, ele perguntou quem era líder ou chefe do grupo. Nós respondemo: Aqui não tem chefe do grupo nem líder aqui tem é um por todos e todos por um, foi eu que disse. Ele perguntou se a gente sabia que quem desviava do Projeto, era ladrão. E nós: Quem é mais ladrão? É o que trabalha pra comer ou é quem toma o produto do outro? Que quê você quer dizer com isso? Esse homem aí entregou a produção dele todinha lá e deram apenas 03 sacos pra ele comer, o Sr. Come feijão escoteiro? E passa sem beber café, sem arroz com sua família, o Sr. se atreve a passar o tempo todim só com o feijão na água e sal escoteiro? – ele disse não, **pois ele também é gente**, ele trouxe o saco de feijão pra trocar por arroz, farinha, açúcar e café, foi só isso a produção dele, ele entregou lá. Pois é, vão que depois eu solto ele.

Não nós só sai daqui com ele, ele pode passar um dia, mas é nós com ele e tem mais uma coisa, né pra passar muito tempo com ele não, se não sai por conta própria.

Outro conflito marcante e que contou com o apoio incondicional do Pe. Pascoal, quando pároco, em Paraipaba, foi um entrevero dos colonos, desta feita com a Agrovale que, em suas estratégias de ampliação do capital empresarial, pretendeu aumentar a espoliação sobre os “produtores reais”. Contabilizando como um dos primeiros conflitos que, como pároco, intercedeu em favor dos irrigantes, o Padre Pascoal, contou que o João Granjeiro instalou um laboratório particular dentro de sua usina, com analistas próprios, a fim avaliar o teor de sacarose e pagar a cana ao produtor de acordo com esse teor, contrariando o que rezava o IAA: que recomendava que aqui no Nordeste a cana fosse paga por tonelada, devido às altas temperaturas que comprometiam o nível de sacarose do produto. Bem, mas

Além do desrespeito às normas do IAA, o laboratório era dele, os analistas empregados dele e lógico queriam puxar o saco do patrão. Como os colonos não tinham acesso ao laboratório e sequer entendiam dos processos de análise, eles perderam totalmente o controle do produto. Porque antes eles roubavam, mas era na tara da balança, mas o colono tem noção de peso e ele não podia roubar tanto, embora roubasse. Devido a isso, eu junto com os irrigantes entramos na justiça contra o empresário, e ganhamos a questão, obrigando João Granjeiro a pagar

indenizações aos agricultores de acordo com os registros de entradas de toneladas de cana na usina.

Revoltado com o “prejuízo”, Grangeiro em reunião com o padre e irrigantes começou a gritar, acusando o padre de comunista e de subversão da ordem, por estar incentivando a revolta dos trabalhadores contra a indústria dele. Luciano, filho do empresário, ouvindo os gritos de seu pai se dirigiu a sala armado e apontou o revólver para o Padre. Os colonos, rapidamente, se manifestaram em defesa do sacerdote, ameaçando de morte o filho do empresário, caso ele fizesse algum mal ao Reverendo.

Além do ganho em crescimento da coletividade, o pagamento das indenizações demarcou um tempo de fartura para os “colonos”, que compraram geladeiras, carros, terrenos, televisores. Um período que até hoje é muito lembrado pelas famílias do projeto. A ampliação do conforto das famílias mediada pela compra dos eletros domésticos é claro que é lembrado com alegria.

Entretanto, entre boas e más lembranças do tempo da cana, os dois episódios referenciados que mobilizaram a coletividade são rememorados, pelos colonos, com muito brio como se pôde ver no relato de seu Seu Capim Santo.

Na era do Açúcar, o colono pôde ganhar algum dinheiro. O momento era propício, a cana tinha preços muito bons, além de ser viável a produção do álcool como combustível. Com a decadência do Proálcool, o irrigante foi tendo menos lucro. Em decorrência do esvaziamento do poderio econômico social e político da indústria sucroalcoeira no Vale do Curu, as famílias vivenciaram outro processo de desencaixe. O desencaixe de uma vida dependente do sistema de produção da cana-de-açúcar e o reencaixe em outra dinâmica de produção – o sistema de produção do coco.

Para muitos colonos, o coco dominou o Vale por conta da inabilidade da família Grangeiro, na condução do empreendimento e que devido a isso o coco foi substituindo a cana no sertão, inclusive porque o DNOCS, foi perdendo autoridade junto aos colonos. A dominação da monocultura do coco, no Projeto, é muitas vezes associada à coragem e ao espírito empreendedor do Edilson – o primeiro a plantar coco.

A febre do coco, contudo, está associada às exigências dos mercados para atendimento aos consumidores cada vez mais requerentes por produtos saudáveis. Exemplo claro é a quantidade de empresas de beneficiamento de coco que foram se instalando pelo Vale, antes mesmo que Seu Edilson ampliasse seus plantios. A quantidade de *containers* que sai por semana levando produtos de coco para exportação pelo porto do Pecém é uma mudança marcante naquele espaço rural.

O tempo do coco é o tempo de hoje. Um tempo que entre as famílias do Projeto tem uma memória compartilhada por lembranças que mesclam a saudade dos lugares de onde foram tirados por uma intervenção do governo com as alegrias da chegada de netos para os colonos mais velhos e de filhos para uma geração de moças e rapazes que chegaram solteiros. Uma memória mesclada por perdas e ganhos, por rupturas e permanências.

O tempo de prisão entre as duas guaritas, os conflitos, a fartura no auge da cana, as experiências de discriminação com as mulheres de colonos, os insultos com os Pitiúbas, são conteúdos subjetivos de uma biografia coletiva, que em última instância, constitui um elemento estruturante nos processos de socialização dos sujeitos sociais que partilharam e partilham as experiências desse grupamento socialmente construído por uma política governamental.



Foto 9. Um viver entre guaritas

O excessivo controle das famílias dos irrigantes representado pela presença das duas guaritas (Fig.12), o controle exercido pela CIVAC nas produções, as derrubadas de plantios, a impossibilidade de escolher os produtos a serem cultivados, a espoliação nos processos de comercialização e a desconsideração com que as mulheres dos colonos foram tratadas no Projeto são marcas que repercutiram para permanência ou ruptura das novas gerações nos processos sucessórios como agricultores.

Onde estão e o que fazem as novas gerações de agricultores familiares tem uma forte linha de interseção com o processo de constituição desse grupo primário, cuja identidade era no passado, à figura do camponês, do sertanejo, do morador ou agregado e que foi reconstruída por um processo de reterritorialização, como Colono ou Irrigante.

O desencaixe desse grupo constituído por “pequenos produtores”, “produtores de baixa renda”, “agricultores de subsistência” ou “agricultores familiares” para expressar um “saber fazer” de uma agricultura de aprisionamento e seus reencaixes como colonos inseridos nas flutuações dos mercados agroindustriais, insinuam - embora reconhecendo a prudência no uso do conceito - uma “mudança social”, acarretando fortes repercussões em seus modos de vida.

Não obstante, seja difícil conceituar e analisar uma mudança social, como alerta Giddens (2005), a sugestões desse conceituado sociólogo para que se possa identificar um processo dessa natureza, permite diminuir os riscos de olhar os processos vivenciados por esse grupamento de colonos como mudança social. O próprio autor aponta uma trilha analítica.

No caso das sociedades humanas, para decidir se existe um processo de mudança, temos de mostrar em que grau há alguma modificação das *instituições fundamentais* (grifos do autor) durante um período específico. Todas as explicações de mudança também envolve demonstrar o que permanece estável, como uma referência a partir da qual as alterações serão avaliadas (GIDDENS, 2005, p.53).

Os teóricos sociais, nos dois últimos séculos, têm buscado “desenvolver uma grande teoria que venha a explicar a natureza da mudança social”. Entretanto, como assinala Giddens,

Nenhuma teoria com base em um fator isolado pode explicar a diversidade do desenvolvimento social humano desde os primórdios da época da pesca, da coleta, e das sociedades pastoris, passando pelas civilizações tradicionais e finalmente chegando aos sistemas sociais complexos de hoje. Podemos, no entanto, identificar os três fatores principais que consistentemente influenciam a mudança social: *o meio físico, a organização política e os fatores culturais* ¹⁶⁴(ÍDEM).

Entre os fatores mencionados por Giddens, pode-se dizer que em relação ao ambiente físico essa mudança é visível. Tanto na estrutura do local de morada, quanto na estrutura produtiva, as mudanças físicas são perceptíveis, bem como, suas repercussões na organização social, sobretudo, pela ruptura com a visão de “espaço” e de “tempo”. Outro itinerário técnico, outra relação com o tempo.

As mudanças na organização política dos sujeitos do Projeto foram marcantes. Logo de princípio, a grande maioria vivia em propriedades isoladas. Um tipo de sociedade com menor interveniência de autoridades políticas capazes de mobilizar grupos. No Projeto

¹⁶⁴ Grifos meus.

ficaram submissos aos ditames de organizações tais como as cooperativas, os governos e suas políticas, as agroindústrias, apenas para citar algumas delas. Populações que, como enfatiza D’Incao (1995, p.23) com raras exceções, foram “socializadas em relações de dominação as mais perversas e, por isso mesmo, incapacitadas para a conquista e o exercício dos direitos de cidadania”.

Nos aspectos relativos ao meio físico e à organização política, as mudanças se mostram mais perceptíveis e por conseguinte de mais fácil abordagem. Quando olhada sob a vertente dos fatores culturais, a análise da mudança social carece de um olhar de maior acuidade. Um caminho analítico que se desdobre na percepção das permanências e rupturas, a partir, sobretudo, de um estudo mais extensivo acerca das instituições sociais que congregam as várias formas de comportamento da vida humana. A família, a igreja, a escola são três dessas instâncias que serão abordadas, mais a frente, por meio de histórias de vida.

As rupturas e continuidades entre um passado como “agricultores de subsistência” e o presente como “colonos” no moderno projeto de irrigação, suscitam análises referentes às consequências das transformações nos processos de trabalho na estrutura das famílias, requerendo que as mudanças na relação trabalho-família, nas aspirações dos sujeitos e processos sucessórios sejam evidenciados.

Um perfil atual das famílias dos Irrigantes de Origem apontam alguns desses processos que merecem ser colocados em evidência.

5.8 Perfil das famílias “Irrigantes de Origem” (I.O)

Alguns esclarecimentos acerca da elaboração do perfil das famílias estudadas se faz necessário para evitar confundimentos. De fato, ao todo, o Projeto conta com mais de oitocentos colonos. Por aspectos subjacentes a uma temporalidade só fazem parte desse estudo os colonos da Primeira Etapa. Um levantamento feito junto aos registros do DNOCS relacionava a permanência de 389 irrigantes de origem.

As vendas constantes de lote, especialmente na Primeira Etapa faziam supor que esse número precisava de atualização. Consultei planilhas da ADICP, nas quais estavam relacionadas o custo a ser pago pelo consumo de água, de cada colono. Por meio de entrevistas com os técnicos dessa Associação identificou-se, conforme mostra a Tabela IV, um total de 306 irrigantes de origem.

As consultas foram feitas por setor, o que permitiu avaliar se havia diferenças significativas entre o processo de venda dos lotes por cada setor. Assim sendo, a partir dessa

segunda seleção, deu-se início a qualificação das informações. Após a sistematização, um dos resultados que mais chamou atenção foi o severo processo de venda dos lotes. Na tabela IV poder-se-á constatar que das 538 famílias da Primeira Etapa originalmente assentadas, apenas 306 permanecem no Projeto, ou seja 43% dos irrigantes já venderam.

Tabela IV. Descontinuidade de Irrigantes de Origem, por Venda de Lotes

Setores	No de Famílias	Número de I.O*	% de lotes vendidos
D1	68	42	38.23
D2	59	33	44.06
C1	83	46	44.57
C2	66	37	43.93
E	138	86	37.68
B	124	62	50.00
Total	538	306	43.12

Fonte: Pesquisa de campo em 24.02.2008 *I.O. (Irrigantes de Origem)

A diferença no percentual de vendas entre os lotes nos vários setores não parece muito significativa. De todo modo, observando as diferenças entre os setores, na Tabela IV, algumas analogias são cabíveis. Por exemplo, os setores B, C1 e C2, mais próximos à Paraipaba, são os que apresentam maior percentual de venda. Com percentual de venda equivalente ao B, C1 e C2, o Setor D2 destaca-se em relação aos setores E e D1, que tiveram menores percentuais de venda. É possível que o fato de ter sido cortado pela CE-085, o setor D2 tenha atraído os investidores, já que a construção de estradas é um dos elementos que contribuem para elevar a renda de terra.

Dúvidas¹⁶⁵ acerca da quantidade dos Irrigantes de Origem insinuadas por informantes chave suscitaram uma nova busca. Desse modo, entre os 306 relacionados como I.O. realizou-se uma terceira triagem, por meio da aplicação de um questionário de identificação abrangendo toda a amostra (ver apêndice 5). Além de asseverar o número de I.O., era objetivo do questionário traçar um sucinto perfil dessas famílias, após 32 anos de seus ingressos no Projeto, como irrigantes.

Os pesquisadores de campo estavam orientados para identificar, para além da posse do quintal residencial, se a família permanecia com a tenência da unidade de produção

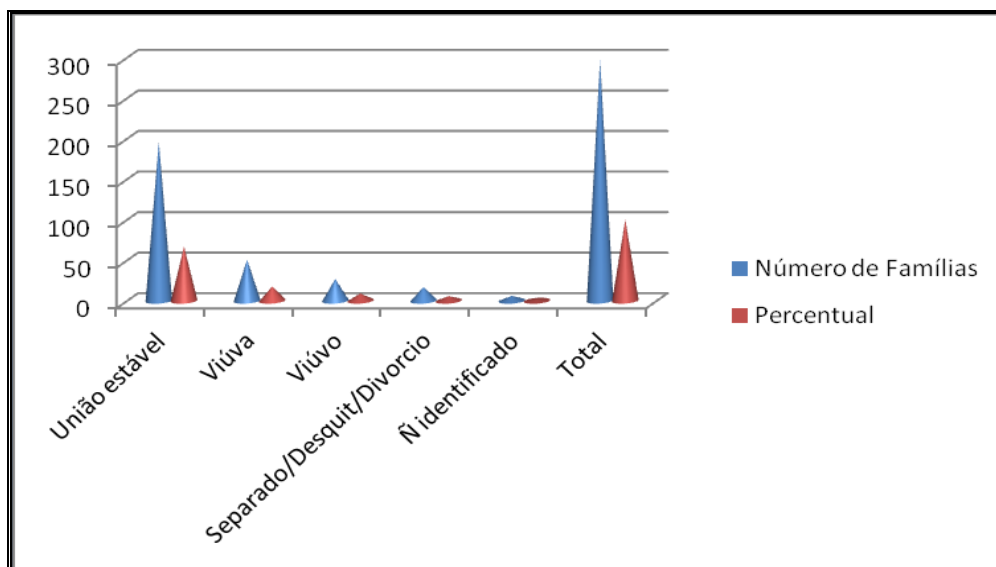
¹⁶⁵ As dúvidas questionavam a desorganização do DNOCs e da ADICP na atualização dos dados, pois ouvia com frequência, a reclamação de que mais da metade dos lotes já tinham sido vendidos, pois o Projeto estava se acabando rapidamente..

(o lote). Constatou-se que das 297 famílias irrigantes de origem, vinte e seis tinham vendido seus lotes, ou seja, se tinham desfeito da unidade produtiva, mantendo apenas o quintal residencial. Na Primeira Etapa, portanto, das 538 famílias assentadas inicialmente, apenas 271 detêm a tenência da unidade produtiva. Com efeito, a venda de lotes já ultrapassa os 50%, apontando para uma mudança no que se considera uma das características dos agricultores familiares, que é sucessão hereditária nos estabelecimentos familiares.

a. Quanto à situação conjugal e ao número de filhos

Nos dizeres de Antônio Cândido, na cultura caipira o casamento é uma das instituições sociais necessária para melhoria das condições de trabalho e para tornar factível a vida sexual, especialmente, das mulheres. Entre as famílias do Projeto, salvo algumas raras manifestações de insatisfação matrimonial, no geral, tanto nas conversas como nas respostas ao questionário, os casais aparentam constituir um ajustamento satisfatório. Tanto o homem quanto para a mulher.

Gráfico III – Situação conjugal das famílias do Projeto



O gráfico III exprime a representação dessa estabilidade em relação ao casamento, já que 67% das 297 famílias mantêm união estável, contra 6% de famílias separadas. Mesmo considerando que não se conseguiu identificar a situação de 2% da amostra, em números absolutos, como mostrado no Gráfico III, especialmente, se somado aos que se descasaram

por motivos de morte do cônjuge, a estabilidade matrimonial abrange 92% do total das famílias.

O convívio mais próximo com as famílias agrega um conjunto de opiniões que revela a tendência de que o casamento, como instituição social, persistirá muito valorado, por esse grupamento. A despeito de muitas mães reconhecerem que, no casamento, o papel da mulher é de “muito trabalho”, “sacrifício” e “renúncia”, de um lado, de outro tende a ser consensual que “mesmo assim é o casamento que dá estabilidade, segurança e, principalmente muito respeito”. Essa visão de ajustamento social associada ao casamento é compartilhada pelo grupamento dos *Parceiros*. Nas culturas rústicas, segundo Cândido, a formação de uniões novas e livres, aprovadas pela sociedade, segundo a tradição caipira, contribuem para correção de desequilíbrios sócios culturais.

Tabela V– Situação conjugal X número de filhos

Família/Filhos	Situação Conjugal										Total
	União Estável		Viúva		Viúvo		Sep/Desq.		Ñidentif.		
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	
Nº de Famílias	196	66,99	51	17,71	27	9,09	17	5,72	6	2,02	297
Nº de Filhos	1380	64,15	413	19,20	226	10,50	100	4,64	32	1,48	2151
Nº \bar{x} de Filhos	7,0		8,1		8,4		5,9		5,3		7,2

Fonte: Pesquisa de Campo

Quanto ao número de filhos, as famílias dos colonos, como mostram os dados da Tabela V, apontam para uma coerência com o traço cultural que Cândido perfilou sobre a cultura caipira acerca da bem aventurança que demarca a chegada dos filhos, pois “a lida com a agricultura requer braços e quanto maior uma família, a despeito nascimentos do ônus representado pela infância, maior equilíbrio ela terá. Nesse aspecto particular, as condições de ingresso Perímetro atrelada ao maior contingente de força de trabalho da família, já fazia pressupor que as famílias eram numerosas. De fato, a média do número de filhos, no Curu Paraipaba é de 7,2 filhos, por família. Se levarmos em consideração que é grande o número de unidades familiares compostas por pessoas idosas, logo, mais vulneráveis à condição de viuvez – categoria que tem maior número de filhos - pode-se supor que as famílias estão ficando mais reduzidas, seguindo a tendência mundial.

b. Quanto aos aspectos ocupacionais e de estrutura de renda das famílias

No contexto de reestruturação produtiva a multiplicidade de relações entre os sujeitos e o trabalho decorre do uso de estratégias familiares e individuais, subordinadas à influências estruturais, tais como as restrições ou perda de controle dos meios de produção, as migrações de membros das famílias, a falta ou restrito acesso à terra etc. As implicações desses fatores demarcam a diferenciação socioeconômica dos agricultores, a individualização do trabalho e a sobreposição dos valores individuais sobre os valores coletivos familiares, invertendo a dinâmica de reprodução social, que prioriza o grupo familiar e não as estratégias individuais. Essa premissa baliza a análise do próximo capítulo, por meio da história de vida de quatro famílias trigeracionais.

A alteração na composição da renda das famílias pelo surgimento de políticas governamentais de inclusão social, a reconfiguração dos mercados (de trabalho e de consumo) com repercussões nas estratégias ocupacionais de um grupamento rural - cujo “*saber fazer*” no passado, se associava à lógica de uma agricultura de aprisionamento – são elementos que redesenham o perfil das famílias, sumariamente apontado, a seguir.

Quando se faz a recuperação do tecido social do Projeto, por meio da memória dos colonos e de suas famílias, constata-se que no passado as famílias garantiam os seus sustentos com o produto de suas lides nas atividades agrossilvopastoris e que, ocasionalmente, se assalariavam na própria agricultura ou em outras atividades como construção civil etc.. A pesquisa de campo mostra uma mudança substantiva tanto nas estratégias ocupacionais, quanto na composição da renda.

Os colonos mais antigos quando lamentavam o que consideram como um abandono a profissão ensinada pelos pais são quase unânimes em pautar a agroindústria do coco¹⁶⁶ como o agente que mais contribui para deslocar a mão-de-obra local para as atividades de apanhador e descascador de coco. Outras ocupações, segundo ele têm surgido, a exemplo das atividades de Office boy, cortador de cana, vendedor e trabalho de garçom, mas o que pesa mesmo é trabalhar para o coco.

Quando a pesquisa de campo debruçou-se sobre as ocupações dos membros das famílias, confirmaram-se aquelas que foram listadas desde as primeiras entrevistas. Assim, apareceram em ordem decrescente, as atividades de apanhadores e

¹⁶⁶Esse tipo de deslocamento na agricultura e atribuído por Singer (1973, p.38) como fatores de mudança como parte do próprio processo de industrialização, na medida em que este atinge a agricultura.

descascadores de coco¹⁶⁷, comparadores de coco, cortadores de cana e motoboys (exercidas praticamente pelo sexo masculino). Aparecem com expressividade os empregos de professora, agentes de saúde e outros empregos (exercidos em sua grande maioria pelas mulheres).

Os dados sistematizados para traçar o quadro de composição de renda das famílias Irrigantes de Origem evidenciam uma mudança que tende a configurar uma ruptura no que diz respeito às instituições econômicas, que regiam as recompensas do trabalho quando agricultores de sequeiro¹⁶⁸. Convivendo há mais de trinta anos com a “agricultura irrigada” os colonos – Irrigantes de Origem – não mais têm a agricultura como principal fonte de renda, já que a atividade responde por apenas 42,0% (Tabela VI) do total de itens que compõem a estrutura de renda.

TABELA VI– Composição da Renda das Famílias do Projeto Irrigado Curu Paraipaba

Fonte de Renda	I.O da 1ª Etapa	%	∑ dos Setores	%
Agricultura irrigada	125	42,08	242	48,00
Aposentadoria/pensão/	132	44,44	163	32,00
Funcionário Público	16	5,38	40	8,00
Comprador de coco (atravessador)	03	1,01	20	4,00
Assalariado comércio e indústria	10	3,36	15	3,00
Assalariado na agricultura	02	0,67	15	3,00
Outros (diárias e emp.doméstica, caseiros)	09	3,03	10	2,00
Total	297	100	505	100

Fonte: Pesquisa de Campo

Na tabela VI pode-se observar que os ingressos das famílias vindos de pensões e aposentadorias superam os dividendos do que tem sido o tesouro de garantia dos meios de vida das culturas rústicas: a agricultura. Duas possibilidades podem estar associadas a essa mudança. As famílias irrigantes de origem são as que têm colonos mais idosos, o que certamente, contribui para que muitas dessas Unidades Domésticas contabilizem duas aposentadorias. No caso, o marido e a mulher.

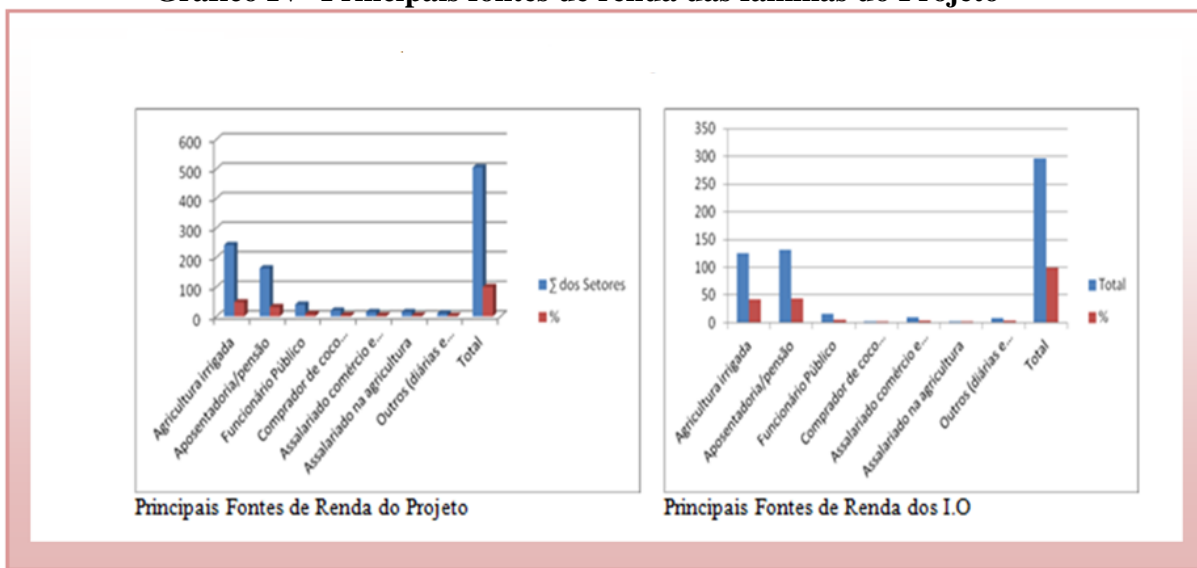
Essa possibilidade é bem viável, pois na mesma tabela VI e gráfico IV, que retratam também uma amostra de 505 famílias, abrangendo todos os setores, notar-se-á que a

¹⁶⁷Essas duas atividades, bem como a de cortadores de cana confirmam a ocorrência de um tipo de migração chamado por Ligia Sygaud de trabalho volante e por outros autores de migração pendular e que consiste na retirada de grupos de trabalhadores que ficam, às vezes, meses a fio envolvidos em atividades agrícolas sazonais para fornecimento de matérias primas para as agroindústrias.

¹⁶⁸Sequeiro expressa o significado agricultura dependente de chuvas. Opõe-se, portanto, a agricultura irrigada.

agricultura irrigada contribui com 48,0% da renda, enquanto as aposentadorias e pensões representam 32%. Essa última amostra é o resultado de uma pesquisa de campo realizada pela ADICP, em cujo universo pesquisado envolveu todos os setores, ou seja: a 1ª Etapa e a 2ª Etapa. A mesma pesquisa avaliou o perfil dos colonos como um todo, mostrando que os colonos da 2ª Etapa constituam a representação de menor faixa etária da área irrigada.

Gráfico IV- Principais fontes de renda das famílias do Projeto



Fonte: Pesquisa de campo

Evidentemente, o fator idade deve pesar na diferença de resultados entre as duas pesquisas. Entretanto, e essa é a segunda possibilidade que se insinua para explicar a causa da agricultura perder força na composição da renda de um grupamento, cujas características se aproximam das culturas rústicas, qual seja, o processo de descontinuidade de membros da terceira geração como agricultores familiares.

As políticas públicas como já apontado no decorrer do estudo propulsionam mudanças nos modos de vida dos espaços rurais. Seja por mecanismos regulatórios com a política de proibição do trabalho infantil, seja por suas influências nos padrões de consumo das populações de espaços rurais. Atualmente, em Paraipaba, o Programa de Bolsa Família (PBF) tem também seu peso como fonte de renda das famílias.

No município de Paraipaba, onde se localiza o perímetro irrigado de Curu-Paraipaba, havia em fevereiro de 2010 um total de 4.962 famílias cadastradas – no perfil bolsa família - representando 17,0% da população e contando com 535 famílias habilitadas para ter acesso ao bolsa família, ou seja, 10,78% das famílias estavam cadastradas. A tabela 6 registra alguns dos indicadores presentes na pesquisa levada a efeito.

No total o valor recebido pelo município foi de R\$3.932.971,00 em 2008 e R\$4.205.749,00 em 2009. Observe-se o aumento de 6,94% registrado no período. Esse aumento não pode ser tomado como aumento da pobreza, já que existe a possibilidade de registrar um incremento no número de atendimentos com o programa.

Na área correspondente ao perímetro irrigado o número de beneficiados ou cadastrados, considerando apenas os membros das famílias de colonos, mostra que um total de 1.395 mães foi beneficiada pelo Programa. O número mães com mais de um beneficiário somou 50 e com apenas um filho 1347, totalizando 1397 famílias beneficiadas, conforme é mostrado na Tabela VII

Tabela VII – Mães do Projeto beneficiadas com o programa bolsa família

NO	Setor	Nº de Famílias Beneficiadas		
		Com + 1	Com 1	Total
1	Setor B	7	206	213
2	Setor C1	7	199	206
3	Setor C2	4	140	144
4	Setor D1	12	203	215
5	Setor D2	5	197	202
6	Setor E	15	400	415
Total		50	1345	1395

Fonte: Cadastro Único

É válido mencionar que informação do Cadastro Único da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania fez registro de que o número de famílias beneficiadas, em março de 2010, no município de Paraipaba foi de 4.145, cabendo às famílias do Projeto, um número de benefícios correspondente a 1.395 bolsas, cifra que representa 33,0%, do montante destinado ao município.

Embora, por um lado, pareça alvissareiro o quadro do aumento de renda proveniente de políticas de transferência, não se deve menosprezar a face adversa, na qual reside uma ambiguidade das políticas sociais: os indicadores socioeconômicos que preenchem os pré-requisitos para categorizá-las como “famílias carentes” não as explicam como condição resultante de uma construção social fundada em processos iníquos.

Ao contrário, no cenário de penúria que pagina a história das secas, as famílias do Nordeste são apresentadas como necessitadas de auxílios governamentais, em caráter de esmola. Vistas por essa vertente, na seca de 1953, o governo de Getúlio Vargas decretou uma

ajuda imediata e emergencial do governo federal às famintas famílias sertanejas. Para criticar tais ajudas, Luíz Gonzaga e Zé Dantas compuseram uma canção emblemática, tentando retratar a pernicioso relação de dependência entre os famigerados nordestinos e os estabelecidos sulistas. Na série “*Retratos Luiz Gonzaga e Gonzaguinha*”¹⁶⁹, Gonzaga ao interpretar a canção inseriu uma narrativa que expressa bem a construção da dependência:

Nos anos 53,54 houve uma seca da moléstia no sertão nordestino... o Brasil ficou cheio de arapuca... Ajuda teu irmão com uma esmola pro famigerado nordestino... qualquer coisa serve... dinheiro, roupa véia, sapato véi, camisa véia. Tudo serve. Eu e Ze Danta protestamo e gritamo bem alto: Seu doutô os nordestino (...) O deputado do povo bradou no parlamento nacional: Seu presidente esse baião de Gonzaga e Ze Danta vale por mais de cem discurso e tenho dito.

Em seu prelo na gravação com Gonzaguinha, Luiz Gonzaga criticou a ineficácia da democracia representativa na voz do deputado do povo. Em seus versos os dois cancioneiros ensaiaram, em 1953, o conceito de cidadania plena, ao evocar em as “*Vozes da Seca*”, a existência de relações de contrato autônomas e independentes entre sertanejos e governantes:

Dê serviço a nosso povo, encha os rio de barrage/Dê cumida a preço bom, não esqueça a açudage/Livre assim nós da ismola, que no fim dessa estiage/Lhe pagamo inté os juru sem gastar nossa corage.

De trabalho e redução do custo de vida precisavam os sertanejos. Não de esmolas. Na recusa explícita, a canção rejeita o conformismo passivo do assistencialismo, baseado na premissa de que a concessão de “uma esmola a um homem que é são, ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão”.

Bem a propósito, o risco da criação de vício, de que fala a canção popular, constituiu um dos eixos consolidadores da hipótese desse estudo. Referenciado, notadamente, no estudo em que Parry Scott (2007) ressaltou os desmontes causados nos modos de vida de unidades familiares, em virtude da Verba de Manutenção Temporária, instituída pela CHESF, como mecanismo de compensação pela falta de trabalho e de acesso aos meios de vida dos reassentados deslocados de seus antigos espaços de vida para implantação de uma hidrelétrica.

Evidentemente, o Programa Bolsa Família (PBF), enquanto conquista resultante da luta dos movimentos sociais, não tem esse caráter de esmola, já que pressupõe assegurar a

¹⁶⁹ Compilação produzida pela EMI Music Brasil Ltda., em 2004.

frequência dos filhos na escola. Trata-se, portanto, de uma política de Transferência de Renda, instituída como um direito. O direito à educação. Uma tentativa de superação de injustiças históricas, decorrentes de sucessivos modelos de desenvolvimento iníquos.

É preciso ressaltar, todavia, que o fato de se constituir um direito, não poupa as famílias contempladas com o PBF, especialmente, aquelas que compõem o segmento dos agricultores familiares de permanecerem estigmatizadas como “indolentes”, “preguiçosas”, reforçando as imagens desabonadoras que foram edificadas, desde a conquista do Brasil, pelos europeus. Imagens socialmente construídas nas narrativas dos segmentos dominantes para maquiagem processos de resistência em condutas indolentes.

6. DOS CANAVIAIS AOS COQUEIRAIS: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

Iniciados no Projeto como produtores de hortifrutigrangeiros ou como produtores de leite, passando pela experiência de serem monocultores da cana de açúcar, os colonos do Projeto Curu Paraipaba transformaram-se em monocultores do coco.

As mudanças vivenciadas nos diferentes trajetos dessas famílias do Projeto e as possíveis repercussões em seus tradicionais papéis de transmitir para as novas gerações um saber que as habilitava para o trabalho na unidade familiar agrícola são apresentadas nesse último capítulo, destacando o que persiste e o que se revela como descontinuidade no processo de aprendizado e de sucessão profissional dessas unidades de produção familiar.

6.1 A febre do coco: significados e concepções

Não foi uma escolha do agregado a opção de viver sem terra, à deriva dos gostos e desejos de patrões. Como se viu, foi condição que se estabeleceu no processo de ocupação de terras brasileiras com a chegada dos estrangeiros europeus. Não foi também uma busca deles a opção de se transformarem em irrigantes, criando gado, plantando hortas ou a cana-de-açúcar. A transformação em colonos, pode-se dizer, foi precedida por um contrato entre duas partes. Caso não tivessem aceito, provavelmente, eles teriam persistido na condição de produtores de subsistência, uma vez que, historicamente, tem sido reduzido o leque de escolhas para esse segmento da população.

Assim, as flutuações vividas pelos irrigantes, como se mostrou no capítulo anterior, dependeu sempre de condicionantes externos, associados aos interesses dos empresários e às relações autoritárias que impregnaram o Estado brasileiro, a partir do regime militar de 1964.

A reconversão produtiva que se iniciou no início da década de 1990, segue a mesma dinâmica, embora, em outro contexto. O coco, ainda que para os irrigantes figure como uma iniciativa do “Seu Edilson”, contando com a aquiescência do DNOCS, foi incorporado aos sistemas de produção dos colonos também por influências externas. Menos perceptíveis, contudo. De todo modo, a memória do colono, não foi totalmente despovoada do autoritarismo do passado. Seu Manjerição é um dos colonos que, embora enxergando o DNOCS como ator secundário, ainda vincula a entidade à expansão do cultivo do coco

Hoje o projeto é coberto de coco e quem vem agüentando a gente é o coco mesmo.. O DNOCS não queria que se plantasse coco.. se você chegasse lá e dissesse que queria plantar coco o DNOCS até expulsava.. aí uns mais sabido como o Edilson

começou uma carreirinha, foi prantando e foi aumentando e hoje o projeto é de coco.

Suposições e explicações sobre as reestruturas produtivas vivenciadas na área irrigada proliferam e contam com divergências entre os diferentes atores. Todavia - seguindo trilhas explicativas de Maria Isaura Pereira de Queiroz acerca do surgimento e desaparecimento do “*Cangaço*”- tratam-se de questões, cujas interpretações requerem a compreensão prévia de que

os acontecimentos sociais não devem ser atribuídos a um conjunto único de fatores, porém que conjuntos de várias espécies tornam-se responsáveis por eles num momento dado. (...) A primeira espécie é a dos *fatores estruturais*, que formam o arcabouço nos quais se inscrevem todos os acontecimentos sociais e também os fatores de segunda espécie, os *fatores conjunturais* (QUEIROZ, 1997, p.59).

Nem herói nem badido, como o define Souza (2006, p. 19), o grande cangaceiro – Lampião - era um dos membros dos Ferreiras, uma típica família sertaneja do Nordeste seco. Uma região na qual, assinalou Queiroz (Ídem), “o primeiro conglomerado de fatores estruturais dizia respeito à disposição e relacionamento de grupos de indivíduos no interior das sociedades sertanejas”. Um estilo de vida, cuja condição de existência para ser analisada, requer a ampla compreensão do contexto do latifúndio, na constituição dos princípios formadores das disposições dos milhões de agregados subordinados à ordem e a palavra do latifundiário.

Para além dos fatores estruturais, uma análise e interpretação da nova condição dos colonos, como produtor de coco, evoca um olhar direcionado para a segunda espécie de fatores: os de ordem conjuntural. Fatores que, como sugere Queiroz (Ídem, p. 61), representam as especificidades de um momento preciso da história de uma sociedade ou de uma região.

O “tempo da cana” também representado como “tempo da ditadura” e o “tempo do coco” que, para fazer uma contraposição ao período autoritário, representa um “tempo de democracia” são demarcados na trajetória dos colonos de Paraipaba e por eles mesmos significados como contextos socioeconômicos e políticos datados, pois o Sertão é parte integrante de conjuntos socioeconômicos maiores, a saber: as conjunturas regional, nacional e internacional.

De fato, a “febre do coco” no Curu Paraipaba começa concomitante à expansão do desejo dos consumidores por este produto, ou melhor, por produtos que se associem à saúde, qualidade de vida etc. O aumento do consumo da água de coco em todas as regiões do País

aumentou como reflexo da preocupação das pessoas em consumirem alimentos naturais. A água de coco ocupa um espaço privilegiado nesse mercado segmentado.

Por ser um produto saboroso, cujas propriedades e composição substituem as bebidas isotônicas e energéticas artificiais, o consumo de água-de-coco, segundo Mirizola Filho (2000, p.3), cresceu cerca de 33% nos últimos cinco anos, representando 4% do mercado total de refrigerantes¹⁷⁰.

A partir de mudanças em conjuntos socioeconômicos maiores, a paisagem da área irrigada foi substantivamente modificada. As repercussões no contexto local podem ser vistas por meio de uma análise da evolução na produção de coco no Brasil. A partir de uma série histórica que vai de 1990 até 2008, pode-se ver, na tabela 8, o quanto cresceu a produção de coco em Paraipaba. Em termos absolutos essa expressividade não se pronuncia com destaque. Todavia, a taxa média de crescimento anual da cultura do coco em Paraipaba, representada por 19,84 superou em mais de 100% as taxas de crescimento anual do Brasil e do Ceará que foram, respectivamente, de 5,81 e 3,43.

Tabela 8. Quantidade de coco produzida no Brasil, Ceará e Paraipaba (em mil frutos)

Ano	Brasil	Ceará	Paraipaba, CE
1990	734.418	133.880	850
1991	851.031	140.909	1.000
1992	891.023	160.758	1.500
1993	837.459	120.611	2.400
1994	918.822	137.714	3.000
1995	966.677	143.444	2.880
1996	956.537	85.557	7.820
1997	967.313	104.346	7.100
1998	1.026.604	115.935	8.550
1999	1.206.644	187.045	9.000
2000	1.301.411	193.729	10.185
2001	1.420.547	203.769	13.387
2002	1.928.236	202.366	17.814
2003	1.985.661	217.610	23.910
2004	2.078.226	228.818	24.770
2005	2.079.291	237.968	25.300
2006	1.985.478	243.513	25.753
2007	1.887.336	210.514	25.763
2008	2.149.322	253.972	26.467
TOTAL	26.172.036	3.322.458	237.449
Tx. cres.anual	5,81	3,43	19,84
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal			

¹⁷⁰ Citado por Mota, 2005.

6.2 Também em Paraipaba, os tempos são outros

A dona Maria expressou, com profundidade, a dimensão das mudanças processadas na vida do grupo de agregados do Vale. Hoje, fazendo referência, por exemplo, a chegada da modernidade no Projeto (Ver Figura 13), até aqui no D1 se tem de um tudo. Jogos, os celulares e a internet “e o que mais inventarem nesse mundo vai chegar aqui”. Assentados, em 1975, praticamente, sem nenhum pertence, os antigos moradores que viveram durante dois anos “como se fosse no meio do mato sem a seca”, convivem agora entre o tradicional e o moderno.



Foto 10. Play Station, Tapioca e Revenda Claro

É perceptível para os sujeitos desse espaço rural que a modernidade chegou. Faltam, contudo, as sólidas pistas que no passado, os fazia relacionar o DNOCS, a CIVAC, Seu Batista e alhures como causa e efeito disso ou daquilo. Embora, a previsão, adicionada por Dona Maria Baião, de que chegará junto deles “o que mais inventarem nesse mundo”, insinue, de certa forma, o fenômeno da “mundialização” como causa e efeito.

Pode-se pressupor que Dona Maria não consiga precisar de onde vem ou como se dá esse fenômeno. Considerando que ao poder de dispersão dos meios de comunicação se atribui o alcance e o ritmo veloz da transformação de todos os lugares, é de se pressupor que os instrumentos de mídia, que abundam no Projeto, sejam os informantes das mudanças que se passam na organização daquela sociedade de interconhecimento, no contexto da mundialização.

Mudanças na organização das sociedades sempre despertou a atenção de estudiosos em todas as épocas e espaços. Na atualidade, os debates têm se concentrado na intensificação da globalização e em seus desiguais efeitos, cuja consequências mais visíveis são as

desigualdades entre regiões e entre grupos sociais locais. Ainda que se reflita em todas as dimensões da vida, os impactos do fenômeno globalizante são mais sentidos no mercado de trabalho, por ter feito emergir uma pluralidade de situações de perdas, de conquista, de individualização das relações e de superexploração da força de trabalho.

Em se tratando da agricultura, ou melhor, da produção de alimentos, o processo de globalização se dá a partir da expansão das cadeias de *fast-food* e de supermercados em diferentes partes do planeta. Como fez sobressair Mota (2005, p.19)

Mercadorias, símbolos e informações circulam velozmente e sob poder crescente das grandes corporações que têm influenciado na (re) organização do trabalho, na (re) construção dos produtos e dos desejos, num contexto em que as identidades estão influenciadas pelo o quê, quanto e como se consome. Produtos tropicais e exóticos atravessam oceanos e chegam aos supermercados do Norte.

Em Paraipaba, o coco é um desses produtos tropicais que atravessa oceanos. Rumo ao Porto do Pecém (CE), semanalmente, saem cerca de dez *containers*, levando, do Projeto para os supermercados do Norte, diversificadas linhas de produção de bebidas à base de água de coco, conforme destaca a figura 15.



Foto 11. Paraipaba Agroindustrial transformando e transportando água de coco para os países do Norte

Encravada na área do Centro Gerencial do DNOCS e com três linhas de produção acondicionadas em embalagens do tipo “*Tetrapak*”¹⁷¹, a Paraipaba Agroindustrial é uma empresa que tem como maior comprador e distribuidor o mercado de New York. Saliente-se que o capital empresarial é também americano. Gerenciada por executivos do Sudeste, a mão-de-obra mais qualificada, tais como, engenheiros químicos, nutricionistas etc., é recrutada, também, do eixo Sul-Sudeste.

Note-se, nesse sentido, que o projeto que concebeu a implantação da área irrigada,

¹⁷¹ Tês tipos de bebidas são embaladas em tamanhos de 330 ml e 500 ml: água de coco pura, água de coco com abacaxi e água de coco com manga.

seguiu trajetória igual a de outros projetos formulados com base em justificativas de combate à pobreza de espaços rurais do Nordeste. Assentadas em ideais de progresso, as diretrizes, objetivos e metas do Projeto de Paraipaba fazia parte, como já foi citado, do amplo esquema de desenvolvimento do Baixo Vale do Curu, no Nordeste. Assim, em seus termos fundamentava-se no desenvolvimento agrícola

Com oferecimento de serviços para a população rural, para resolver o problema do desemprego sazonal através do desenvolvimento da *agricultura diversificada*¹⁷², a fim de garantir ao agricultor uma renda mais estável e elevada. (...) O plano de Colonização proposto não se destina meramente a delinear a estrutura física necessária, mas também a mostrar como se propõe seja o ambiente moldado de modo a promover o *progresso* da área. (...) O povoado de Paraipaba, com uma população de cerca de 600 habitantes, é atualmente o principal povoado desta área, cuja população total atinge quase 6 000 habitantes. O padrão de vida é baixo. (DNOCS, 1970 p.6/1).

Na classificação de benefícios previstos para os 6 000 habitantes, em decorrência da implantação do Projeto, o estudo propositivo fazia uma distinção entre benefícios primários e secundários:

Benefícios primários são os que surgem diretamente da produção de bens e serviços e que normalmente cabem à comunidade dos produtores. Benefícios secundários são os que não diretamente do processo produtivo, ainda que seja função das operações do projeto. (...) No presente Projeto, devem ser considerados os seguintes benefícios secundários: renda do pessoal de serviço, renda dos trabalhadores rurais assalariados, lucros dos vários serviços a serem montados na Área do projeto, lucros das fábricas de processamento de matéria prima agrícola produzida pelo Projeto, contribuições do Projeto na melhoria da balança de pagamento (prevendo substitutos para produtos importados (Ídem, 6/2).

Como não cumprimento às diretrizes traçadas pelo Projeto, vale a pena destacar três pontos: 1) visto na perspectiva do uso de insumos modernos para agricultura, ou da aquisição de bens duráveis para as famílias, pode-se dizer que o progresso chegou e se consolidou na área irrigada; 2) se analisado do ponto de vista de garantia da reprodução social dos membros da famílias, entre gerações sucessivas, pode-se dizer que o sonho de progresso, até o presente momento, está comprometido, em virtude do número de pessoas, especialmente jovens, fora do mercado de trabalho, ou inseridos, mas de forma precária; 3) ao invés do desenvolvimento de uma

¹⁷² Grifos meus a contradição do progresso e o não desenvolvimento da agricultura diversificada

agricultura diversificada, em sua história, o Projeto esteve sempre povoado por monoculturas. Cana, no passado e, coco, no presente.

Não se pode negar, contudo, que a implantação da cultura do coco, em Paraipaba, ampliou as esperanças de ocupação da mão-de-obra local, seja pela geração de emprego em atividades como decascadores e apanhadores de coco, seja pela expectativa de trabalho nas nascentes indústrias de beneficiamento.

Entretanto, uma fábrica como a Paraipaba Agroindustrial, que disponibiliza 230 empregos diretos, ao conseguir, em termos de comodato, instalar-se em terras da União, não contraiu qualquer compromisso com a população do Projeto, seja na oferta de empregos, seja na compra da matéria-prima dos colonos. No que diz respeito à compra da matéria-prima, de acordo com a opinião de Beladona, assistente social do Distrito “o negócio não é fácil”

Por exemplo, a gente tem aqui essa Paraipaba Agroindustrial que é aqui em cima das casas então teoricamente deveria pagar bem só que a fábrica não paga bem não cobre os custos dos colonos que poderia comprar diretamente dos agricultores, só que a fábrica não paga bem.. eles compram aqui mesmo. Mas sabe como é que eles fazem ? eles fazem assim, eles compram dos atravessadores e os atravessadores vão lá .. como é fábrica eles pegam qualquer tipo de coco ..não precisa não fazem uma seleção .. ganha mais aqueles que produzem bem aqueles que colocam um coco bonito que vende pra Fortaleza, pra consumir in natura, mas esses da fábrica .. e mais esses atravessadores a maioria deles é filho dos próprios irrigantes.

Em relação a capacidade de absorver a mão-de-obra ociosa do Projeto e que, inclusive, sonha com um emprego assalariado próximo aos quintais (muitos até por já terem construído casas), a capacidade de absorção, além de reduzida, é, como já se viu, descomprometida com os interesses da população. Quando do início da pesquisa, em 2008, fiz um levantamento por meio de entrevistas, da capacidade empregatícia da fábrica, pude constatar que o número de empregados filhos de colonos não ultrapassava os 40%.

O “surto de desenvolvimento” de Paraipaba, sede do município, também ampliou as ofertas de empregos para os mais jovens, especialmente, nos serviços públicos, no comércio e nos transportes, além do aumento de ocupações mediante prestação de serviços. Num raio de 40 km do entorno do Projeto ficam situadas pelo menos seis praias que atraem turistas do Brasil inteiro. Lagoinha em Paraipaba; Paracuru; as praias do Trairi, Mundaú, Guajiru e Flexeiras; e, Baleia, em Itapipoca. Essa realidade tem ampliado as oportunidades de trabalho em atividades ligadas ao turismo.

No Projeto, a implantação da monocultura do coco e o conseqüente surgimento das empresas de beneficiamento da água, da casca e do coco seco, associada ao efeito propulsor da rota Sol Poente, que rasgou o território, com a construção da CE-085, no meio do Setor D2 - um dos primeiros setores do Perímetro - fizeram mudar os aspectos da paisagem, como se pode ver na Figura 16. As grandes mudanças estão associadas ao aparecimento de outras atividades que ampliaram o leque de ocupações produtivas das novas gerações de irrigantes de Paraipaba.



Foto12. Rota do turismo: a CE-085 rasga ao meio o setor D2

A ampliação de oportunidades de trabalho (fator externo) associada à rupturas na relação trabalho e família dos agricultores familiares (fator interno) contribuiu com grande peso para provocar mudanças nas estratégias ocupacionais desses agricultores, apontando, o quanto a modernização que deles se aproximou, influenciou para ruptura de uma das tradições culturais das unidades familiares (Cândido, 1977) que é a homogeneidade, inclusive em relação à sucessão para o trabalho.

A exclusividade do plantio da cana, requerendo atividades em torno de quatro meses por ano, as experiências de autoritarismo, o reduzido tamanho dos lotes para famílias numerosas e a diversificação do número de ocupações interferiram nas estratégias ocupacionais da terceira geração do Projeto.

Quando veio a “febre do coco” os tempos eram outros. Mesmo assim, deu-se continuidade a uma monocultura que, embora requisitasse cuidado o ano inteiro, era insuficiente para empregar tanta gente, na condição de agricultor familiar. Com os negócios do coco, as ofertas de trabalho se ampliaram, expandindo, sobretudo, o número de assalariados temporários na agricultura. Os colonos e seus filhos não mais obrigados a vender suas produções a um único empresário, depararam-se com um novo

cenário. Um contexto, no qual emergiu com rapidez a reconhecida figura dos “atravessadores” que, diga-se de passagem, passaram a ser os grandes empregadores da mão-de-obra representada pelos segmentos mais jovens do Projeto.

6.3. O tempo do coco, a emergência de um novo ator: o velho “atravessador”

Um outro aspecto se insinuou como causa de desmotivação para permanência como agricultor. Depois que a cana cedeu lugar ao coco, as relações sociais no Perímetro tiveram mudanças substantivas. A CIVAC, que era vendedora de insumos e compradora dos produtos, cedeu lugar a figura dos atravessadores. Alguns colonos opinam que por serem muitos e possibilitar concorrência a atuação dos atravessadores não lesa o colono tanto quanto a CIVAC, que por ser a única “casava e batizava, sem ter pra onde o colono correr”, como disse seu Pé de Leão (Colono aposentado do D2). Com o coco é diferente:

Agora o coco a gente vende a quem quer. Eu mermo vendo pro atravessador. Tem muitos, mas o preço agora ta fraco. É porque é só me Fortaleza e aí o povo faz o que quer. Só que eu tenho certeza que lá num baixou não. (...) Eu cheguei a tirar milheiro de coco no meu lote. Agora deu uma baixada, Nessa semana eu só tirei 900 mil.. Agora mesmo o preço ta fraco. O coco a gente negocia direto

Alguns pensamentos se opõem ao do colono aposentado. Aliás vezes se somam nesse sentido, ou seja, de reconhecerem como um desestímulo o rápido enriquecimento do atravessador as custas do trabalho do colono. A figura 13 tenta ilustrar o sentimento da espoliação. Para os estudantes que participaram da pesquisa e os jovens que estão lutando para se inserir no mercado de trabalho, a ação espoliadora do atravessador é motivo de recusa ao trabalho agrícola.



Casa de um atravessador de coco



Casa de um Colono

Foto13. Ilustração do sentido de espoliação

Um desses posicionamentos de recusa que bem explicita a figura do atravessador como desestímulo foi facultado por um jovem irrigante, filho de colono de Paraipaba, que comprou um lote no Baixo Acaraú. Associando a figura do atravessador como uma das grandes causas para a descontinuidade das gerações mais novas no trabalho agrícola em Paraipaba, Cabelo-de-Milho, adotando uma atitude retrospectiva, enfatizou

Vou dizer. Eu acho que muita gente desistiu de seguir a vida de agricultor lá na Paraipaba por causa dos exemplos ruins (...) a gente ajudando o pai no lote que morria de trabalhar e vendia o quilo do coco por vinte e cinco ou trinta centavos e o atravessador entregava em Fortaleza por sessenta (...) ora com dois anos esse homem fazia uma casa boa perto da gente, comprava um carro bom e nossas famílias com mais de vinte anos de trabalho não conseguia fazer nem uma casinha pra um filho que quisesse casar (...) a gente viu logo que na Paraipaba não ia dá pra nós. Os lotes num tem nem quatro hectare. Um pai de família com quatro filhos, por exemplo, pode morrer de ensinar os filhos a trabalhar na agricultura, mas como ele pode repartir entre os filhos uma terra que num vai dar nem um hectare pra cada” (Pequeno Produtor do Baixo Acaraú).

As bases que instituiu e consolidou o Perímetro Irrigado Curu Paraipaba evidenciam que o seu surgimento constituíu-se parte das estratégias do avanço do capitalismo no campo. A invasão do “açúcar no sertão” como mostrou Martins (2008), em seu estudo sobre a Agrovale, fez parte da ofensiva do capitalismo no campo. Os agricultores familiares trazidos pelo DNOCS para o entorno da usina açucareira ocuparam, pois, um espaço criado pelo próprio capital, possibilitando a sustentação do modo de produção capitalista em seu funcionamento no setor agrícola. Uma dinâmica que confirma o que nos foi ensinado por Wanderley (1985, p.38), ou seja, que “a expropriação da força de trabalho não se efetua exclusivamente através da proletarianização, mas, também sob outras formas, que redefinem o conceito – e a realidade – da propriedade das condições objetivas do trabalho”.

Desde sua concepção e por toda sua dinâmica de funcionamento, as estruturas de dominação do Projeto têm usado de artifícios para garantir o progresso das famílias que viviam em situação de extrema pobreza. Uma realidade objetiva cheia de arapucas, para parodiar Luiz Gonzaga. Velhos atores, reconhecidamente expropriadores do trabalho dos agricultores familiares, têm sido figuras presentes durante os 35 anos de existência da área irrigada. De início a submissão a um único comprador – a usina de açúcar e álcool. Nos tempos atuais aos ditames dos “atravessadores”. A “compra na folha”, ou seja, a compra antecipada da pouca cana produzida nos dias de hoje pelos colonos é prática recorrente no Projeto. Um “conto de vigário” na opinião Beladona

Isso da Ypióca é uma farsa porque há anos que a tonelada de cana é setenta reais .. tem bem uns quatro anos que é esse valor. Eles tem a ilusão mas a única coisa que a Ypióca faz hoje é pagar a energia e ela adianta os insumos pra produzir a cana aí o que eles fazem... eles geralmente, desviam aqueles adubos e botam um pouquinho nos coqueiros ..botam na cana também.. mas botam uma parte no coqueiro.. a vantagem é porque a Ypióca paga a energia do lote todo, ou seja a sustentar as despesas dos custos de produção do coco, garante a produção da outra banda porque a maioria só tem um hectare de cana.. o resto é coco agora no final das contas eles num ganham nada as vezes quando vão receber o dinheiro da cana num recebem nada e uns ainda ficam devendo.

Técnica em organização de agricultores, com muito tempo de vivência na área irrigada, Beladona é de opinião que a crença na capacidade das indústrias apoiarem os irrigantes é um engodo maior que a presença dos atravessadores. Por exemplo:

A “DUCOCO” já teve uma relação de compra direta com os agricultores, mas o que ela pagava num dava pra tirar nem os custos... (...) Eu tenho uma visão assim um pouco diferente dessa história do atravessador que eu aprendi com o tempo... principalmente depois da chegada dessas indústrias... eu percebo que os agricultores estigmatizaram a figura do atravessador, mas a vida dos atravessadores também não é fácil...as vezes ele não paga o cara aqui porque ele num recebe do cara lá (...) e mais esses atravessadores, a maioria deles é filho de irrigante... ou são os próprios irrigantes que partem para o comércio.

Trata-se de uma opinião particular, da qual discordo em grande parte. Embora concorde que as indústrias não têm interesse em manter justas relações comerciais com os agricultores familiares, discordo do conteúdo em relação aos atravessadores. O fato de existirem atravessadores irrigantes, ou filho de irrigantes, não ameniza os efeitos danosos que a intermediação provoca nos processos de comercialização da produção dos agricultores familiares. Prejuízos dessa ordem na produção agrícola têm sido sempre referenciados como causa da persistência da expropriação dos excedentes da produção de tipo camponesas.

6.4 Implicações das políticas públicas de inclusão social

Afora as repercussões causadas por uma via de reestruturação produtiva imposta pelo DNOCS e a persistência de relações sociais desiguais, é grande a representatividade de chefes de famílias que associam os entraves de transmissão dos seus saberes aos filhos, aos termos de algumas políticas públicas que, presentemente e com grande intensidade, interferem nas relações trabalho e família na agricultura.

O incisivo controle e fiscalização do Conselho Tutelar nas atividades do lote, por exemplo, têm tido um efeito inibidor no processo de ensino aprendizagem de pai para filho. Acerca dessa e de outras interviniências governamentais, destaco como

de grande valor explicativo, trechos de um colóquio entre um grupo de mulheres do Projeto que estavam descascando mandioca, durante uma farinhada no D2

Eu fico pensando nos meus filhos e perguntando: meu Deus quem é que vai plantar e produzir pra eles, pros filhos deles e os netos se alimentar. Ora, os pais da gente produziram nosso alimento. Nós aprendemo com eles e fizemos a mesma coisa para garantir a comida dos nosso. Essa história teve uma quebra, hoje tirando um aqui, outro ali a maior parte num aprendeu e num quer se meter em agricultura depois de grande. Eu penso que os governos, esses vereador daqui devia tá preocupado era com isso, não de fazer praça nova ou outra coisa e dando força esses Conselho que ameaça prender um pai de família ensinando um filho a trabalhar (Dona Copaíba, do D2).

É engraçado, enfatizou Dona Arnica, até que parece coisa do cão. Se pegarem um menor aprendendo com pai o que é uma profissão, o pai pode ser preso. Agora se um filho de menor roubar, cheirar craque e até matar um, ele num vai preso, pois é de menor. Tá complicado irmã criar filhos nos dias de hoje.

Dona Cúrcuma agregou ao colóquio, uma observação que, no fundo, vai nesse mesmo sentido

Pois é esse negócio aí da escola traz muito benefício. Pra gente já foi um poquinho melhor, mais os pais da gente, coitados, era como uns cego, só desenhava o nome pra puder votar. Agora os nossos já sabe muito mais e isso é muito bom. Mas esse negócio de ir pra escola, quase de obrigação também impede deles aprender com a gente. As professoras quando pegam eles cum corpo mole cansa de dizer, que assim eles num vão subir na vida, vão é descer pro cabo da enxada. Vão ser mesmo Pitiúbas. (Dona Cúrcuma é esposa de colono e trabalha na limpeza de uma escola do Projeto).

O diálogo registrado durante a realização da farinhada destaca as duas faces dos programas de educação para o campo. Se de um lado tende a ser consensual o valor da escola para os filhos, de outro, o fato do estímulo financeiro embutido na política impor a obrigatoriedade da frequência a escola, sem quaisquer ajustes ao calendário agrícola e operando conteúdos alheios aos modos de vida das “culturas rústicas”, tem concorrido para a quebra de uma das tradições dos agricultores familiares, que é a transmissão “de pai para filho” de um saber que os habilita a ser agricultor familiar.

Acrescente-se, como digna de nota, a representação social que muitas professoras e mães, têm acerca do *saber fazer* agricultura e da condição de *ser* agricultor. Abandonar a profissão de agricultor está associado à uma ascensão social. O cabo da enxada, representando a profissão de agricultor, é visto como declínio. Significando ser “Pitiúba”, apelido interpretado, por muitos dos nativos como um

insulto dada a condição de serem agricultores, cujas representações se vinculam ao *habitus* dos “matutos”, “roceiros”, “jegues” etc., o conjunto de disposições que normatizam o universo das culturas rústicas.

Poderando que as representações derivam da interação entre indivíduos agregados a determinadas culturas, construindo histórias individuais e, simultaneamente, produzindo uma história social (Jodelet, 2001), pode-se pressupor que a relação professor - aluno influencie os sentimentos e motivações dos últimos na construção de suas trajetórias pessoais e coletivas. Uma relação na qual está implícita a noção de sujeito social, sugerindo que a capacidade cognitiva e a motivação dos sentimentos e afetividades contornam o espaço de relacionamento entre os sujeitos, possibilitando que os mesmos influenciem com sua história, sua ideologia e sua prática para construção, não apenas do conhecimento, mas também, na capacidade de mudar a realidade compartilhada.

Nos espaços íntimos dos lares, bem como em espaços coletivos, a escola é frequentemente apresentada como a alternativa possível para assegurar para os filhos uma carreira que tenha mais *status* que a de agricultor. Num dado momento em que estavam reunidas algumas filhas de colonos numa churrascaria, a proprietária ajuntou-se ao grupo emitindo opiniões sobre a problemática da juventude no perímetro. De sua perspectiva

O problema aqui é que os jovens não querem mais nada com isto. Qualquer outra profissão tá melhor pra eles.. O povo diz que os colégios daqui são bons.. Mas nada.. este meu pequeno tá com três anos.. agora só tenho ele que é a minha vida.. sou louca por ele, pois sim quando ele tiver quatro anos vai estudar em Fortaleza. (...) E eu não vou nada morar lá; eu vou é contratar um motorista pra levar ele todo dia. Olha os ensinamentos daqui pode ser até bom mas o mais que se pode chegar é a ser um comerciante ou agricultura. Se quiser ser gente mesmo. Precisa sair daqui. Queria o 7 de setembro, mas me falaram que o Cristhus é bem melhor (Dona Aroeira, comerciante).

Duas jovens irmãs, filhas de colonos, rebateram as opiniões da Dona Aroeira. Enfatizando a influência dos pais no direcionamento profissional dos filhos, elas contra argumentaram, afirmando que o abandono aos lotes não é motivado, tão somente, pela questão de resistência dos jovens. “Uma grande maioria de pais não deseja para os filhos o destino de agricultor”. Na verdade, disse Argânia, a irmã mais velha:

os nossos pais cuidam de arrumar emprego pra gente. Olha eu mesmo já trabalhei com o pai no lote e na piscicultura e num achava ruim. O pai foi que na primeira oportunidade de trabalho que ele teve em escritório ele arrumou pra eu ganhar um salário mínimo. A mãe diz sempre que num quer nenhum filho trabalhando na agricultura, mas se for o único jeito, pelo menos que fique os homens. [Cabacinha, a outra irmã, complementou] Ave! A mãe se queixa demais. Ela diz muito que nem

ela, nem a mãe dela tivero vida boa. Tem o trabalho da agricultura, da limpeza dos terreiro, as comida pra fazer, dá comida pros bicho, cozinhar, lavar roupa. Inda é uma vida humilhada. Ela tem a maior raiva dessa história de Pitiúba, porque era humilhação, ela diz que eles tavam mesmo era chamando nós do Projeto de matuta, desgrenhada, roceira, tudo de ruim. Ora os de Paraipaba não tem nada de melhor do que nós. Tem muito pobre na Paraipaba e tem colono que vive melhor do que os rico de Paraipaba. Eles se acham mais do que a gente do Projeto porque nossas família vive da agricultura.

Repetem-se com frequência, na sede de Paraipaba, ou nos espaços do Projeto colocações que exprimem esse tipo de disputa, cujas explicações podem ser buscadas à luz da teoria das relações entre grupos estabelecidos e grupos *outsiders*, tal qual a concebe Elias (2001), com base na sua experiência como Judeu vivendo na Alemanha, desde a sua primeira infância.

A minoria judaica que constituía um grupo *outsider*, dentro da Alemanha, irritava, muito especialmente, os grupos estabelecidos cristãos, em razão da pouca sorte, pois tinham, até 1870, um *status* relativamente baixo e, não raro, humilhante, em relação aos demais estados europeus. Na percepção de Elias

As injúrias, as acusações às quais se era exposto, assim como a existência humilhante de outsider que se levava, eram desagradáveis, às vezes, mas não atingiam a substância do sentimento que se tinha de seu próprio valor. Era-se de facto, um homem de segunda ordem, mas isso não era a razão para se considerar a si próprio de segunda ordem. (ÍDEM, p.p 138-139)

A persistência da auto-estima dos judeus, diante de uma relação proximamente humilhada, como *outsider*, era assegurada pela superioridade judaica no campo da música e das artes em geral. Segundo Elias, a soberania desfrutada pelos judeus, no campo intelectual, os fazia reconhecedores de seus valores. Mas esse sentimento nem sempre é homogêneo. Às vezes, assinala Elias, “um grupo de *outsiders* desprezados e humilhados se apropria da imagem desabonadora de que o grupo estabelecido (...) faz dele”. Diferentemente da experiência judaica, nesse caso, “o grupo humano desprezado também tem uma imagem humilhante e vil de si próprio” (ÍDEM).

Elias se vale da teoria das relações entre estabelecidos e *outsiders* com a intenção primeira de analisar as relações de poder para além daquelas tradicionalmente estudadas pela sociologia, mais inclinadas para o estudo das relações de poder entre classes, padrões e servos etc.. Na verdade, em Elias, o poder emerge do contato entre indivíduos e de suas ações cotidianas. Independentemente da esfera em que se objetiva - se no campo político, econômico, familiar, ou cognitivo - o poder, na perspectiva elisiana, é um atributo das

relações sociais. Por identificar expressões de poder nas relações que os indivíduos estabelecem entre si, é constante nas obras de Elias a busca de entendimento do poder em suas manifestações cotidianas.

Em sua obra quase autobiográfica, Elias faz referência ao quanto sua experiência como judeu na Alemanha pesou para criação da sua teoria. É, contudo, por meio de duas de sua notável obra – *Os Estabelecidos e os Outsiders* e *O Processo Civilizador* – que ele analisa, com veemência, as relações de poder que irrompem entre os indivíduos.

Em *Os Estabelecidos*, era objetivo de Elias e Scotson estudar a delinquência juvenil em Winston Parva, uma pequena comunidade da Inglaterra. Na trajetória, ao identificarem a existência de três grupos instituídos, outras questões se impuseram, levando-os a focar “a maneira como um grupo de pessoas é capaz de monopolizar e estigmatizar membros de outro grupo muito semelhante” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 103).

A divisão de frequentadores entre dois *pubs*, locais típicos de lazer dos ingleses, foi tomada pelos dois pesquisadores como referência para identificar os processos de exclusão a que foram submetidos um grupo *outsider*. Os “londrinos” que vieram morar em um loteamento ousaram frequentar os dois locais, nos quais os aldeões eram costumeiros. Em ‘A Águia’, pelos aldeões, eles foram boicotados. O resultado é que o *pub* ‘A lebre e os cães’ tornou-se de frequência exclusiva das pessoas do loteamento e o *pub* ‘A águia’ dos aldeões.

Elias e Scotson observaram que não havia entre os dois grupos nenhuma distinção quanto à etnia, à nacionalidade, à religião, ao tipo de ocupação, à renda ou ao nível educacional, variáveis relevantes nos estudos sociais clássicos. Considerando que “um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o outro grupo é excluído”, Elias e Scotson (2000, p.23) procuraram identificar qual era o aspecto que diferenciava os membros das duas zonas. O único diferencial por eles encontrado foi a distância temporal. Quando os habitantes do loteamento se instalaram para morar em Winston Parva, os membros da “aldeia” residiam no local havia cerca de 60 anos.

Referenciado em tratados de boas maneiras, que surgira àquela época, em “*O Processo Civilizador*” - tendo como pano de fundo o “*Manual de Boas Maneiras*”, de Erasmo de Rotterdã¹⁷³ – o autor identificou “o padrão de hábitos e comportamento a que a sociedade, em uma dada época, procurou acostumar o indivíduo” (ELIAS, 1994, p. 95). O intuito era de impulsionar uma transformação, a chamada “civilização”. Operada de forma inconsciente, essa transformação resultou do desejo da aristocracia de se diferenciar dos

¹⁷³ Intitulado *De civilitate puerrilium* (*Da civilidade em crianças*) e escrito por volta de 1530, o Manual de Erasmo demarca, como é mostrado por Elias (1994), o período de transição na modificação dos costumes.

estratos considerados inferiores na sociedade da época. Os que incorporaram os costumes nobres – os civilizados – resultaram empoderados, enquanto os demais, na verdade a grande maioria ficou marginalizada, permanecendo na condição de rude, sem modos, em fim o segmento incivilizado da sociedade. Os camponeses faziam parte desse último grupo.

Duas das referências usadas por Elias na construção da teoria das relações de poder entre estabelecidos e *outsiders* apontam possibilidades para interpretar alguns aspectos das relações de poder entre as sociedades de tipo rústicas e as de cultura urbana. Mais importante, ainda, para este estudo, são as pistas fornecidas para análise e interpretação das repercussões do fenômeno de inculcação por parte de grupos *outsiders* da imagem depreciativa que os estabelecidos constroem sobre os mesmos, ao ponto de gerar um sentimento de vergonha que parece incorporar-se às pessoas.

Em Paraipaba, o mal estar sentido por muitos, especialmente pelas mulheres, por terem sido rotuladas, por meio de uma variedade de feijão, o “*Pitiúba*”, representava o estigma de inferioridade atribuído ao viver como agricultor. Dona Aroeira expressiu com muita clareza a dimensão do constrangimento ao significado do apelido. Ela mesma considerava que quando chegou ao Projeto já tinha perdido um pouco os trejeitos de matuto, pois “já tinha saído dos mato pra Pentecoste”. Bem

Eu já num tinha aquele jeito de arigó. Dava bem pra passar como se fosse da cidade (...) eu era bem novinha, com dezesseis anos e como eu ia pra lá passear com as outras do Projeto, as vizinha com aquele jeitão muito sem modos, aí eu também pegava o diabo daquele apelido. Eu ficava envergonhada e cum raiva. (...) Um dia chegou uma prima minha de lá de Pentecoste, ela também já se arrumava cum as roupas mais bonitinha, eu pensei que ia ser muito legal passear na cidade, eu mais ela, pois nenhuma das duas tinha aqueleeee jeito de matuta. A cidade era muito pequena naqueles cumeço e deram fê de mim.. mim conhezero! e então eles fizero foi dizer que tinha Pitúba novata na Paraipaba. Até a pobi, que nunca plantou feijão na vida, chamaro de Pitiúba...eu fiquei assim incabulada, sabe porque. É porque o jeito como eles chamava a gente era do mermo jeito como se insulta cum doido e cum abestado no mei da rua.

Dona Aroeira é a figura feminina central de uma das famílias nucleares, cujos pais não desejam para os filhos uma vida de agricultor. As suas falas constituem-se exemplo padrão das famílias que preferem o assalariamento em qualquer outra atividade. Seus posicionamentos insinuam uma rejeição a quaisquer das disposições que estruturam o *modus vivendi* do agricultor. Em síntese, tratam-se de manifestações de constrangimento, resultantes de uma modelagem social que historicamente tem detratado as culturas de tipo camponesa, nelas introjetando uma imagem reles de si mesmo, tal qual Elias (1994, p. 143) aponta: “o

sentimento de vergonha é evidentemente uma função social modelada segundo uma estrutura social”.

Em Paraipaba, como de resto nos vários espaços rurais do Nordeste, é usual defrontar-se com experiências reveladoras da existência de grupos *outsiders*, que mostram ter inculcado de si próprios a imagem humilhante, de que trata a concepção elisiana. O desenrolar desse estudo evidencia o quanto é recorrente, entre os colonos de Paraipaba, um linguajar denotador do desprezo com o qual os sujeitos se referem a vida do agricultor. Em sendo agricultores, filhos e netos de agricultores, ou seja, se suas disposições estão sendo intrinsecamente associadas a um viver como agricultor, pode-se interpretar que esses sujeitos introjetaram uma imagem desabonadora de si mesmo.

A rigor, é importante reter – a partir da análise que sugere a existência de um grupo *outsider* que a si se desprezam – que já se tornou senso comum atribuir à penosidade do trabalho agrícola, à seca, aos atrativos do mercado de trabalho urbano como elementos fundantes para justificar o fenômeno de abandono às atividades agrícolas.

Evidentemente, o vigoroso arcabouço de dados empíricos produzidos sobre os espaços rurais, era analisado à luz de teorias que retiravam os sujeitos da ação. A família, enquanto instituição social, de primeira ordem, não era central como unidade de análise. A centralidade repousava na unidade produtiva, escamoteando o papel exercido pela casa paterna, notadamente, pelas mães, na descontinuidade dos filhos como agricultores familiares. A iniquidade nas relações de gênero se impõe, pois, com peso, para análise.

6.5. Algumas querelas nas relações de gênero e de geração

Evidentemente a escola e outras instâncias da vida social (as igrejas, os grupos de jovens, as associações, os conselhos, as políticas públicas), com suas normatizações, desempenham um papel na socialização secundária dos sujeitos de um determinado grupo, repercutindo em mudanças de trajetórias de vida entre diferentes gerações. É irrefutável que o acompanhamento e controle exercido pelo Conselho Tutelar vem sendo bastante debatido nas várias instâncias da sociedade civil, especialmente, quando as medidas se relacionam aos espaços rurais.

Todavia não se pode atribuir o desinteresse do aprendizado do trabalho agrícola restrito a essas medidas que são recentes. Moças e rapazes de quase trinta anos, às vezes até mais, que não conviveram com as medidas restritivas ao trabalho

infantil, referiam processo similar ao que acontecia com as esposas de colonos, ou seja, a ausência da participação dos jovens no dia a dia da agricultura irrigada.

Uma filha de irrigante, que trabalhava na COOPROCOP, justifica seu desinteresse em trabalhar nos lotes aos processos de socialização, tanto no seio família, quanto na vida social do Projeto, mais especificamente dada a falta de participação dos jovens em sua estrutura organizativa

Sou filha de irrigante, nascida no Perímetro, moradora dele desde então. Trabalho com irrigantes faz quatro anos, por isso todo dia eu escuto histórias sobre o Projeto. Meu pai que é colono faz parte da segunda geração de irrigantes e sempre cuidou do lote sozinho. Só meu irmão mais velho trabalha com ele. Nós ajudava apenas a fazer algumas plantações e colheitas, mas nunca participamos ativamente da vida do perímetro. Da organização, de saber do problemas nada. Nem meu irmão mais velho que tinha todo direito, pois trabalha, né? Só com 21 anos, quanto comecei a trabalhar na cooperativa foi que descobri que as coisas não eram tão fáceis como parecia, meu pai tinha que se virar como podia pra não deixar faltar alimento em nossa casa. As coisas aconteciam e não havia um diálogo de esclarecimento entre ele e nós, estávamos por fora da realidade do nosso dia-a-dia. Descobri que meu pai cultivava cana-de-açúcar para poder manter em dias a energia de bombeamento e manter a estrutura do lote, que ele não tinha um documento que comprovasse que ele era dono da terra e outras coisas mais. Vi que tudo que parecia muito fácil, era realmente muito difícil, mas isso não acontecia só comigo, a grande maioria dos jovens continuam sem saber. Eles não sabem a diferença entre os órgãos como DNOCS, Associação e Cooperativa, não sabem a finalidade e missão de cada órgão, não se interessam nem se envolvem com a agricultura.

O muito que se tem falado e escrito sobre a penosidade da vida das unidades de produção familiar parece revelar certa ambiguidade. De um lado, prevalece a percepção da penúria como inerente às atividades agrícolas e, de outro, a crença de que os filhos dos agricultores familiares, quase invariavelmente, sucedem aos pais na profissão. Em sendo uma experiência tão pesada, que fatores então têm interferido para que os filhos sucedam aos pais na lida com a agricultura?

Evidentemente, esse processo de continuidade entre gerações sucessivas, usualmente, tem sido analisado em torno da premissa de que o desejo primeiro das unidades familiares é a garantia de reprodução social da família. Analisadas dessa perspectiva, as estratégias ocupacionais dos agricultores familiares, coletivas e individuais, tem se prendido a esse eixo analítico.

De fato, quando o tema se orientava para o estudo de sociedades de tipo camponesa, raramente as análises e interpretações decorrem de indagações acerca dos sonhos e aspirações dos sujeitos sociais, ou seja, de como eles imaginam seus projetos de futuro. Ao

contrário, tratam-se de estudos que analisam e interpretam os processos com base em teorias sobre uma racionalidade camponesa que parece imutável.

Dessa forma, poder-se-á incorrer em erro a tentativa de interpretar as discontinuidades dos filhos como agricultores, atribuindo tais mudanças restritas aos fatores externos ao ambiente familiar. Sem querer afirmar que os sonhos de gerações anteriores era permanecer na agricultura, conforme é informado, usualmente pela literatura temática, não é tarefa difícil, recorrendo à força da autoridade etnográfica, apontar as mudanças que se processam em gerações de agricultores familiares, na contemporaneidade. No Projeto, pode-se perceber claramente uma modificação nos sonhos da terceira geração. Uma jovem filha de colono fala sobre essa mudança como expressão coletiva de sua geração.

Uma parte da terceira geração da qual faço parte, sonham em concluir os estudos, entrar em uma faculdade e mudar totalmente de vida, outros estudam apenas para escapar das atividades impostas pelos pais e só se preocupam em quando terminar os estudos procurar uma ocupação fora da agricultura. Eles são incentivados pelos pais que dizem que não querem que os filhos passem pelo que eles passaram e por isso os correm dos serviços porque são pesados; esse meu irmão que ajuda o pai ele num abre pra trabalho pesado, mas tem muita briga cum pai, porque o pai paga diária pros outro fazer capina, pulverizar e num paga nada pra ele. Porque a ajuda dos filhos é só pra aumentar os sustento da casa. Um dia eles brigaro e ele ficou quase um mês fora de casa. (Baronesa tem 24 anos é ex-funcionária da cooperativa)¹⁷⁴.

A percepção de uma realidade multifacetada, opondo-se às noções que se tem de comunidade e de grupamentos primários ampliou o escopo da pesquisa para apreensão, análise e interpretação da diversidade de situações. Uma abordagem sobre as relações de gênero foi se destacando, pois muitas falas faziam registro de mães que não desejavam para os filhos o destino de agricultores. Essas opiniões estavam embasadas em processos discriminatórios sofrido pelas mulheres no âmbito do Projeto. Para estas era negado o direito de ser titular de um lote, de participar das reuniões das instâncias administrativas e associativas.

Quando percebi que para compreender as rupturas profissionais dos jovens precisaria recorrer a uma de abordagem de dimensão trigeracional, na ADICP fiz uma pesquisa, a partir da lista de irrigantes, para identificar os irrigantes de origem I.O. Consultando a Tabela 10, constatar-se-á que respondendo pela administração da unidade

¹⁷⁴Atualmente, com 26 anos, Baronesa está trabalhando em uma loja de produtos agrícolas. Na sua casa, contando com ela são cinco irmãos. Três mulheres e dois homens. Das outras duas mulheres, uma trabalha em revenda de aparelhos celulares e a outra é empregada doméstica. Um dos irmãos trabalha na fábrica de coco. Apenas um ajuda ao Pai, mas em casa acham que ele tem um certo retardo.)

agrícola contabilizava-se 37 mulheres (entre viúvas, abandonadas ou separadas). Seus nomes não constam nas listas arquivadas do DNOCS. Ao lado do nome do morto ou ausente, contudo, escrito de lápis, consta o nome da verdadeira responsável.

Tabela 10. Gestão do Lote por gênero no Projeto Curu Paraipaba

Setor	Quantidade de lotes	No de Irrigantes de Origem (IO)	Mulheres no Comando
B	124	65	11
C1		50	4
C2	66	40	5
D1	68	50	7
D2		35	4
E	138	84	6
		324*	37**

Fonte: DNOCS

*Nesse primeiro levantamento constavam 324 I.O. A pesquisa de campo constatou apenas 297.

**Das 37 mulheres, 23 são viúvas, duas separadas e as outras 12 os maridos foram embora.

Tendo em vista a importância, para o estudo, de correlacionar os vários aspectos que se associam à organização familiar da Unidade Doméstica, a partir dessas anotações comecei a valorizar as experiências vinculadas às relações de gênero. A primeira informação, nesse sentido, foi concedida pela Dama do Lago, revelando um processo de discriminação pouco visto, pelo menos em tempos atuais. Segundo, informação dela,

As mulheres sofrero tanto no Projeto que ninguém pode imaginar. A gente só tinha direito a trabaiaar, cuidar bem da casa, dos filho e dos marido. A gente num participava de nada. Só quem tinha reunião era os homem. A gente era tão sem valor, nós e os filhos menor que se acontecesse alguma coisa com os marido da gente, a gente se arriscava a peder era tudo. A gente teve a certeza, porque aqui logo nos começo aconteceu uma injustiça horrível com uma família ali na esquina da outra rua. De premero, a gente se fornecia de uns armazém. Comprava as coisa e o caminhão vinha entregando nas casa. Quando o Cabeção deu o frei o colono caiu duma vez e morreu. Cum uma semana despejaro a família dele, porque inda num tinha um flho de maior que pudesse ser titular do lote, mesmo as assistente social sabendo que a familia toda trabalhava.

A alienação a que as mulheres foram submetidas no esquema de organização do DNOCS, em algumas passagens, levou-as a passar, inclusive, por

constrangimentos. Não fosse tão corajosa, Dona Alpina talvez tivesse declinado de ficar presente a uma reunião da CIVAC que o marido dela convidou.

Um dia meu marido me chamou pra participar duma reunião dos irrigantes. Ele falou que era bom de ir porque eu era linguaruda, num aguentava desaforo e ele disse que andava vendo muita coisa errada e os home num tinham corage de reclamar. Então eu disse que tava bom, mas que só ia se ele fosse porque lá só tinha um magote de homem. Então eu fui.

Quando Dona Alpina adentrou naquele espaço reservado aos homens, foi um espanto. Entretanto, ela contou que uma vez que tinha tomado coragem não voltaria atrás. Ficaria do começo ao fim. Então

Quando cheguei lá o Zé Francisco (gerente da cooperativa e funcionário do DNOCS) disse que a reunião era só pros irrigante, e eu disse: eu vou assistir a reunião e ai de quem me tirar daqui dessa cadeira, vou assistir a reunião, ouvir tudo e se precisar falar eu falo. Ele respondeu que eu além de tudo era linguaruda”. (Dona Alpina, é uma das mulheres que vendeu o lote depois que ficou viúva, porque seus filhos não desejam trabalhar como agricultor. Eles moram com ela no quintal que fica no C2).

Ao longo do estudo, muitos relatos exprimem o papel secundário das mulheres nas decisões e encaminhamentos do Projeto. Acrescentá-los poderá ser uma redundância. É interessante apreender, contudo, que ao papel marginal a elas atribuído pelos dirigentes do Projeto, não corresponde o papel por elas exercido na socialização dos filhos. Nesse tocante, o papel delas tem sido central, inclusive, com certa influência nas definições profissionais dos filhos.

Nessa perspectiva, anote-se como expressivo o papel socializador dos pais, especialmente das mães, nos termos referentes à recusa de permanência dos filhos como agricultores, em alguns casos observados. Esse dado, apesar de não constar nas análises quantitativas, se revelou muito presente em entrevistas, reuniões ou de quaisquer outros tipos de debates que tivessem como eixo central a inserção profissional dos jovens dos espaços rurais de Paraipaba.

Diferenciado-se de um passado recente em que a evasão das atividades agrícolas dos agricultores familiares, do Nordeste semi-árido, eram tributadas a fatores, como, a penosidade do trabalho, as migrações decorrentes das secas ou das estratégias

familiares, em busca de ocupações promissoras, na atualidade o Sul não mais se apresenta com “o caminho do roçado”.¹⁷⁵

O efeito sedutor das cidades persiste bem presente na vida da maioria dos jovens de espaços rurais. Entretanto, não são os grandes centros urbanos que exercem o efeito atrativo. Tão pouco se tratam de trajetórias do campo para fábrica, como analisadas por Alvim (1997). As agroindústrias que povoam os espaços rurais, as cidades de médio e de pequeno porte, com suas ofertas de serviços, de empregos públicos e de políticas de transferência de renda, são alvos nas estratégias familiares em termos ocupacionais.

As mudanças nas estratégias ocupacionais dos agricultores familiares dependem, evidentemente, dos contextos socioeconômicos mais abrangentes. É incontestável, contudo, que as representações sociais de um *viver* e de um *ser* agricultor carregadas de estigmas desabonadores e, assim inculcadas pelos próprios sujeitos, têm interferido nas relações de aprendizado entre pais e filhos, influenciando, ancorados em suas histórias e experiências, para uma mudança nos desejos, aspirações e inserção dos filhos em termos ocupacionais.

Algumas opiniões que reputam às políticas do governo como estímulo para a descontinuidade dos jovens como agricultores familiares serão, de passagem, abordadas no contexto do estudo das famílias trigeracionais. Na verdade, já quase concluída a pesquisa fui percebendo que pesquisador e pesquisado estavam influenciando um ao outro.

É bem verdade que a ação do DNOCS, ou de outras instituições governamentais, que intervêm nos sistemas de produção das unidades familiares não constitui nenhum exemplo de referência no entendimento, ou compreensão do outro, quer dizer dos sujeitos da sua ação. A falta de diálogo entre os envolvidos na ação da intervenção parece ter influência nas decisões das gerações seguintes, mas não se pode negar que os pais, provavelmente ao experimentarem experiências desfavoráveis, podem se somar por meio dos processos de socialização dos filhos seja na descontinuidade ou na permanência dos filhos em suas trajetórias, pois como resumiu Dona Alpina, referindo-se ao desinteresse dos três filhos pelo trabalho nos lotes

Os filhos de irrigantes não quiseram mais dar continuidade os trabalhos da gente porque eles viam como os pais eram tratados. Era uma fartura sem liberdade, aí eles foram se desestimulando, perdendo o gosto. A gente produzia muito, mas tinha

¹⁷⁵“O Sul: caminho do roçado” é o título que deu nome ao fecundo estudo de GARCIA JÚNIOR, Afrânio R. (1989) acerca das estratégias de reprodução e transformação social dos camponeses do Nordeste.

que entregar a produção para a cooperativa e eles não tinham como vender tudo. Daí a gente tinha grande prejuízo, porque eles também não tinham como vender. Acompanhando desde meninote esse povo desmoralizando os pai os filhos não querem seguir agente, como nós mais velhos fizemo. Seguimo o caminho dos pais.

Durante o percurso desse estudo, se pôde perceber o quanto é recorrente, entre as pessoas do Projeto, reputarem ao DNOCS a responsabilidade de ruptura das novas gerações como agricultores familiares. Outras possibilidades, com menores ocorrências, são aludidas pela população da área irrigada. Dinheiros do governo, a influência da internet, os vícios, a presença de atravessadores etc. são aventadas como possíveis causas.

Entretanto, a desvalorização da profissão e da vida de agricultor, as expressões utilizadas que os diminuem em relação, por exemplo, às atividades e aos modos de vida dos habitantes de espaços urbanos, a pecha que atribui aos agricultores termos depreciativos, tais como, preguiçoso, indolente, curto, jegue, matuto, ou ainda, Pitiúba não são colocados explicitamente como uma das possibilidades de recusa.

Implicitamente alguns agricultores se referem à profissão como a última do mundo. É pra quem não sabe ler, ou pra quem é burro. Entretanto, não percebi, durante essa vivência, nenhum colono associar à imagem desabonadora que eles inculcaram de si, como causa da descontinuidade dos filhos agricultores familiares. Em seus domínios, os colonos e suas famílias deixam exteriorizar sentimentos que demarcam uma relação tipo as que se instituem entre estabelecidos e *outsiders*, no sentido em que Norbert Elias atribuído por Norou se jarelacão à condição de *ser* agricultor *ser* agr

A partir dessa observação e da constatação de que em algumas famílias apontavam para uma significativa continuidade de filhos envolvidos no trabalho dos lotes como agricultores familiar tomei a iniciativa de cruzar as ocorrências, ou seja, de reunir as três gerações das famílias que respresentavam o padrão ideal, para avaliar os processos de socialização a partir da infância.

6.6 E nas relações familiares, o que muda?

Considerando que cada geração é portadora de história e de representações de mundo, o estudo das famílias se realizou por meio de uma breve história de vida com membros de cada geração de uma mesma família, buscando descrever o cotidiano, aspectos da socialização (primária e secundária) e as representações que cada geração faz deles. Formulado por Segalen (1999, p.21), a conceituação tomada como referência define *geração* como “um conjunto de pessoas classificadas segundo uma relação de filiação.

O mosaico de narrativas colhidas nas entrevistas e histórias de vida de famílias trigeracionais do Projeto mostra que na atualidade entre as famílias da área irrigada prevalece uma heterogeneidade de ocupações produtivas intra e interfamiliares, conduzindo a análise de compreensão dessas mudanças por meio da tipificação de famílias.

Com o tempo e a profundidade do trabalho de campo, reconhecendo a ampla existência de matizes, selecionamos, exclusivamente, como recurso metodológico, quatro famílias que representavam um padrão ideal. A representatividade no interior de cada família, em relação a vocação profissional, foi o recurso que lancei mão para fazer a tipificação. As famílias de agricultores; famílias de comerciantes; famílias de assalariados; e, as famílias polivalentes, constituem, portanto, quatro tipos nos quais se procurou compreender os processos socializantes que pesaram para quebra da homogeneidade.

É válido mencionar que foram longos os diálogos com as quatro famílias, pois envolviam as três gerações e todos têm muita expectativa de apresentar opiniões. Resenhei desse estudo - que requeria mais de uma ida à casa dos avôs - o que era novo. O que na essência constituía uma diferença marcante que pudesse influenciar na permanência, ou na ruptura das novas gerações como agricultores familiares

6.6.1 Das Famílias de agricultores

A família selecionada é composta por quatro filhas mulheres e um homem. Os pais e as quatro filhas, já casadas, trabalham no lote. Um lote dividido para todas. Há uma divisão por tamanho. Todos trabalham na produção de polpas e do Programa da Merenda Escolar.

As três gerações começaram a trabalhar desde crianças com atividade agrícola. Até brincar como falou Dona Roseira

Eram bricadeiras como se a gente já fosse uns agricultor. Eu aprendi assim. A gente bricava de fazer açude quando chovia. A nossas pelejas eram também por lá, quem juntava mais manga ganhava. E assim por diante. Na minha casa, casa do meu pai, era tudo doido por agricultura. Inda hoje eu sinto o cheiro da chuva quando molha a areia do descampado. Sabe que eu fiz a mesma coisa com meus filho. Eu levava eles pro lote como se fosse um prêmio. Então de noite eu dizia quem dormir cedo vai pro lote com a gente. Num instante todo mundo ia dormir. Deu tão certo pra nós, que eu tô fazendo o mesmo cum meus netos. O maiozin eu já dou um vintezim conforme o tanto de fruta que o danadin pegar. (...) Mhas filha estudaram aqui mesmo no Projeto. O estudo daqui não é lá essas coisa mas setrvuiu

muito. Agrra que a gente já tá quase sendo empresário rural, são as menina que fazem a contabilidade. Deus me livre que vá pra Fortaleza ganhar salário, pagar ônibus, inda arrisca de ser roubada dos assalto.

As meninas acham que num é possível uma vida sem agricultura e sem agricultor. A mais velha das filhas falou que em todo canto do mundo vai ter sempre quem goste da agricultura. É preciso ter a consciência que é uma vocação igual as outras.

6.6.2 Das Famílias de comerciantes

De todas as profissões que os irrigantes ou filhos mostram interesse, a de comerciante é a mais disputada, tanto assim que se tinha dificuldade de selecionar uma só para apreciar os temas do estudo, pois proliferava o número de famílias com mais de um membro comerciante, além de em todas três gerações se contar com, pelo menos, um membro em cada geração.

A família da Senhora Açaflor foi a que mais se aproximou de um padrão ideal, pois como ela mesma se reconheceu com o comércio nas veias disse:

Lá em casa somos oito filhos viemos pro projeto ainda na idade de brincar. De oito filhos, dois tem lotes, mas vivem mesmo é do comércio”. Meu pai dizia o que o pai dele sempre disse pra ele e para os irmãos, se num quiser puchar cobra pos pés vai estudar, porque a agricultura te faz um homem decente, mas não pode te dar uma vida decente, principalmente, pela falta de conforto. Eu sempre repito isso pros meus filhos. Os dois já estão em Fortaleza estudando, mas o menino quer ser veterinário, pois quer voltar pra fazer que nem o pai dele. O pai era louco por agricultura, morreu em cima dum infarto no pé do coqueiro butando adubo. A mamãe aí nunca gostou muito de mato. O papai não. Ele gostava do lote, mas sempre pagou gente pra trabalhar pra ele. E não tinha vontade que a gente trabalhasse. Eu fui criada lá no D2. Casei, fiquei viúva e agora tomo conta da pousada. Mas eu me orgulho de dizer que sou Pitiúba. Tenho vontade de comprar um sítio para final de semana.

6.6.3 Famílias de assalariados

As famílias assalariadas se expandiram com rapidez, provavelmente, associada ao surto de desenvolvimento do município nos últimos anos. Como opção de trabalho, se quantidade de empregados não parece a maior, é provavelmente a mais sonhada. Os jovens pagam faculdades particulares de finais de semana pensando, especialmente, numa carreira pública. Dessa forma, preparam seus currículos e pensam conseguir, por meio da faculdade.

ser aprovado em concurso. De todas as famílias estudadas estas são as mais desvinculadas com a agricultura. A Mãe que já é professora, falou que desde

Criança sabia que a agricultura era uma coisa sem futuro. A mãe dela que era semi-analfabeta contratava uma mulher no meio do mato pra vir dar aula pra elas. A gente mal brincava porque a mamãe queria que a gente aprendesse alguma coisa. Ora eu tive a mesma preocupação da minha mãe e já estou encaminhando a filha pra ser professora. O mundo precisa de agricultores, sim, mas só para quem gosta muito.

No passado nossas bricadeiras eram poucas que nós era muito pobre, mas eram alegres. O que tu acha de que podia brincar umas pessoas que moravam naquela casa de taipa que fui te mostrar.

Só tenho dois filhos. Uma já é quase professora. O outro vai pra escola agrícola. Agricultura é seguro, mas tem que estudar. Se conseguir emprego é melhor, contanto que possa contar com o lote.

6.6.4 Das Famílias polivalentes.

Entre os Polivalentes estão enquadrados, bombeiros, eletricitas, moto-táxistas, tratoristas, pedreiros, cortadores e descascadores de coco etc. Esse grupamento, resultado de um artifício metodológico, é o que mais combina atividades agrícolas e não-agrícolas. É certamente o tipo mais representativo no Projeto. Seu Inhamé que desde menino trabalha e que

Começou na vida aprendendo agricultura com o pai e o avô, pois moravam tudo junto mostra que: a gente lá em casa gosta de trabalhar de qualquer coisa, mas pra nós mesmo o que dá segurança é ter um lote, uma terra. Esse é o seguro que a gente tem. Eu tiro trabalho de vigia três vezes por semana. A mulher faz limpeza numa escola. Uma filha faz unha. E por aí vai. Sabe porque só a agricultura num dá, meu pai e minha mãe são de Irauçuba. Na casa deles todo mundo se virava aprendendo outras coisas. Quando a chuva era pouca, diz a mãe que mandava as filhas trabalhar nas casas e mandava aproveitar que tava na cidade pra aprender fazer umas coisas, ou bordar, ou costurar. Eu inda era pequena. Minha irmã aprendeu fazer unha. Olhe pra ser bem sincero, vou falar, é impossível um mundo sem agricultura. Quem num gosta de trabalhar na roça é porque tem vergonha. Acha que é coisa de pobre.

Os resultados mostram mais mudanças do que permanências na vida dessas famílias. Apontam ainda para uma tendência de continuidade nas opções profissionais entre as três gerações. Chama atenção o quanto os narradores reforçam, o desde pequeno que resume o peso do processo de socialização no meio das famílias. Outro dado relevante fornecido, pelo menos, para os três grupos é a mensagem de que a agricultura precisa de complementação para se sustentar, ou seja, de que as famílias de agricultores familiares

tendem a ser crescentemente pluriativas. Os achados do estudo estão, portanto, bem alinhados aos resultados de novos estudos sobre a ruralidade brasileira.

6.7 Mudanças e permanências

Os termos de finalização desse estudo não podem se furtar de ensaiar interpretações de seus achados à luz dos caminhos de análise traçados por Antônio Cândido, em seu arguto estudo sobre o processo de transição da economia de subsistência para a economia capitalista vivenciado pelos “*Parceiros do Rio Bonito*”. Após mais de cinquenta anos de conclusão dessa referência empírica de Cândido, a análise e interpretação do autor mostra-se adequada para examinar processos de alteração no padrão de sociabilidade, decorrente da perda das relações vicinais e dos laços organizados em torno de vizinhanças.

Em seu estudo Cândido chama atenção para relevância de que se examinem as rupturas do que considera valores elementares das “sociedades rústicas”, ainda, não submetidas aos processos de modernização, a saber: os fortes laços de solidariedade, as relações vicinais e as crenças, ou religiosidades.

Em suas antigas moradas, antes de chegarem à área irrigada, as famílias do Projeto, em sua maioria, se reconhecem como pertencentes a um passado regado por manifestações de solidariedade. Multiplicavam-se, nas entrevistas, conversas e debates, menções referenciando a divisão de produtos por eles produzidos na antiga condição de parceiros. Leite, ovos, galinhas para os “*resguardos*” e remédios eram os produtos mais comumente intercambiados entre eles.



Foto 14. O corte da cana: cada um por si

Os laços de solidariedade eram também muito fortes nas relações de trabalho. Mutirões e trocas de dias de serviço eram práticas que ficaram relegadas ao tempo da agricultura de inverno. Estando de frente para um lote onde se realizava um corte de cana para Ypióca, a Dona Carquejinha para lá apontou e lamentou: *“esse jeito de trabalhar sem olhar um pro outro, sem uma prosa, é coisa daqui, na cana cada um cuida de si”*.

A prática de atividades religiosas que é comum nas sociedades de tipo camponesa foi fortemente prejudicada no início do Projeto. Não havia no começo nenhuma capela na área do perímetro. A mudança nas relações de trabalho enfraqueceu as relações vicinais, que para a grande maioria, eram muito fortes no passado. Por seu turno, a debilidade das relações vicinais não favoreceu a prática das atividades religiosas exercitadas no passado, tais como: *“tirar terços nas casas um dos outro, rezar o terço de Nossa Senhora no mês de maio e as caminhadas de pedir chuva pra São José”*.

A primeira capela do Perímetro Irrigado foi construída muito tempo depois da chegada dos primeiros assentamentos de irrigantes. Em por volta de 1982. Com a construção da capela de Santa Luzia, no setor D2, propiciada pela ajuda do Padre Pascoal, o perímetro como um todo se organizou para dar início aos festejos em homenagem a padroeira de todos os fiéis do Perímetro, Santa Luzia.

Nessa época os moradores do Projeto ensaiaram uma possibilidade de retomar as antigas formas de sociabilidade. No início, as atribuições concernentes aos tradicionais festejos das novenas eram divididas entre os seis setores. Durante as nove noites de novena os setores se revezavam no cumprimento do que dizia respeito a sua noite: a música, a liturgia, bem como a organização dos leilões e outras brincadeiras.

Paulatinamente, essa organização foi se diluindo como resultado da disputa entre setores para que cada qual pudesse ter sua capela. Atualmente, o perímetro não tem uma padroeira única. Cada setor tem sua capela, bem como seu respectivo padroeiro: Setor B, São João Batista; Setor C1, Nossa Senhora das Graças; Setor C2, Santo Antônio; Setor D1, Divino Espírito Santo; Setor D2, Santa Luzia; Setor E, São Francisco de Assis; Setor G e H, São José.

Acrescente-se que a padroeira de Paraipaba é Santa Rita de Cássia. Um município que conta com uma população que não ultrapassa os 30 mil habitantes e que conta com oito diferentes padroeiros, exprime, por assim dizer, uma divisão em um dos aspectos da vida social considerado como elemento de união em espaços rurais, que é a religiosidade.

Além de se subdividirem em diferentes capelas e distintos padroeiros, os moradores do Projeto, se viram divididos em diversas seitas evangélicas. Na opinião de uma

professora católica que ensina na escola do D2, as Assembléias de Deus se multiplicaram rapidamente dada a constância com que se reúnem seus congregados. É como se fosse um caminho para reencontrar com o que é a “*essência dos homens*”. Ajudarem-se mutuamente e reunirem-se com amigos, tanto para trabalhar como para celebrar a amizade. Os que seguem a Assembléia “*até se tratam por irmãos*”.

Respondendo como líder de uma das capelas do Projeto, a professora é de opinião que a igreja católica, como celebração, supera as demais, entretanto, pelo fato de ter negligenciado na realização de frequentes encontros, perdeu fatia significativa de seus fiéis.

Obviamente as informações cedidas pela professora católica instigaram a necessidade de acrescentar o posicionamento de evangélicos, acerca dos elementos de motivação para ingressarem na referida seita. Uma moça jovem, filha de colono, que mora no Perímetro, expôs suas motivações para migrar da religião católica para Assembléia de Deus, em termos que se aproximam da opinião da professora.

E eu era católica? Num sei não. A gente vivia tudo muito solto. Cada um fazia o que dava na telha. Uns irmãos num respeitava os outros, as necessidades dos outros. Agora é o contrário, na igreja que eu me congrego tem culto todos os dias, e com finalidades diferentes. Durante toda semana a gente segue uma escala de trabalhos:

Segunda: Culto de oração –os membros se reúnem só para orar e louvar a Deus.

Terça - Culto nas residências – é escolhida a casa de um membro para se cultuar a Deus. Geralmente o dono da casa oferece um lanche após o culto, em gratidão pela presença dos irmãos que comparecem..

Culto de senhoras – uma vez por mês as senhoras se reúnem para louvar, adorar e dar testemunhos de obras realizadas por Deus em suas vidas.

Quarta - Culto de crianças – realizado uma vez por mês e seguem as mesmas regras dos cultos de senhoras. Nas outras quartas não há trabalhos escalados na igreja, isso acontece para que os irmãos possam visitar outras congregações.

Quinta - Culto de doutrina – um dos mais importantes para o cristão. É onde recebemos os ensinamentos de como devemos proceder de acordo com o evangelho.

Sexta - Dia de doutrina na Sede da Assembléia de Deus, já que nos congregamos numa igreja do campo.

Sábado

Uma vez por mês tem o culto de Jovens que também segue o mesmo regimento dos cultos de senhoras. Também nos sábados ha visitas em outras congregações, festas na igreja e outros trabalhos.

Domingo - culto de louvor e adoração, e onde é lida a escala de trabalhos da semana.(Baronesa).

O calendário de atividades mostrado pela jovem evangélica expressa, de fato, a intensidade de práticas de celebrações. Não apenas em constância de atividades, mas também em abrangência, já que contempla a reunião de jovens, de mulheres, além de estimular o intercâmbio de visitas entre famílias irmãs. Pode-se ver que, de fato, os evangélicos se mostram motivados pela intensidade da presença entre os irmãos, coincidindo com a opinião

expressada pela professora. Confluindo para tornar mais convincente os dois posicionamentos, Dona Agua-Pé, ao expor sua motivação para se tornar evangélica, melhor sintetizou o ímpeto de se aproximarem um dos outros, pois

Ser da Assembléia significa que além de estarmos cultuando a Deus, aprendendo os seus ensinamentos, temos a oportunidade de rever nossos amigos e irmãos e estarmos sempre se alegrando com os que se alegram e também chorando com o que choram. Pois aprendemos a nos amar como membros de uma só família e se somos uma família, devemos estar sempre juntos em todos os momentos. Nunca nenhum de nossos irmãos passou por uma dificuldade e disse passei sozinho; sempre que chega ao conhecimento da igreja, que um de nossos membros está passando por qualquer dificuldade seja financeira, emocional, doença enfim qualquer tipo de problema, a igreja inteira se reúne e ajuda em oração, faz visitas e ainda suprime as necessidades, devemos fazer sempre pelos nossos irmãos exatamente aquilo que gostaríamos que fizessem por nós. E qualquer diferença que por ventura venha a surgir entre os irmãos é resolvido o mais rápido possível, pois não deve haver diferenças entres os membros na igreja.

Sem que se possa afirmar se por um ímpeto de disputa, ou se por se orientarem pelo desejo de proximidade próprio da natureza humana, como mencionou a professora, os católicos passaram a se reunir com muito mais frequência, inovando, inclusive, nos atos de celebração. Um dia da semana é reservado para rezar o terço dos homens. Alguns setores já praticam essa celebração. Após o terço, eles lêem a palavra de Deus e dialogam sobre o significado da mesma. Além disso, por todos os setores os grupos de jovens da igreja católica se reúnem para celebração.

Observe-se que as rupturas com um tipo de sociabilidade marcada por estreitas relações de vizinhança e de reciprocidade, não se deram apenas nos planos mítico e religioso. As instituições econômicas foram severamente alteradas, tendendo da mesma forma para condutas individualistas. Não só a capela e padroeiro foram subdivididos. A CIVAC que era única cooperativa dos irrigantes também foi dividida. O motivo está vinculado a um interesse salarial. Conforme relatou o Seu Açafrão

No começo ninguém, quer dizer nenhum irrigante queria ser presidente. Só depois dum tempo foi que os colonos criaram interesse em concorrer a presidência da cooperativa por conta dos dois salários que o presidente tinha direito. Na década de 80 o presidente (mão-branca) foi eleito presidente, concorrendo com mais 2 chapas. As coisas começaram a cair quando foram criadas umas cooperativa em cada setor que eram chamadas de singulares, cada cooperativa tinha uma diretoria e que era remunerada, as cooperativas não conseguiam se manter aí foi preciso se desfazer dos bens da CIVAC que era a matriz para pagar a conta das outras e assim as singulares arrastaram até a matriz pro buraco.

Não são imutáveis ou pouco inteligentes os agricultores familiares. Como foi mostrado por Cândido a aproximação com os espaços urbanizados, ao provocarem rupturas

em aspectos elementares da cultura rústica, podem ocasionar desmontes que se refletem como como uma crise econômica, crise no padrão de vida e também crise sociocultural.

Resta, todavia, como elemento de permanência a lógica da reprodução social da família que historicamente se organiza em torno de distintas estratégias ocupacionais, visando assegurar a estabilidade das famílias ampliadas, ou seja, das famílias nucleares que se agregam em torno de uma única estrutura.

É válido esclarecer que a persistência da lógica de reprodução social das famílias deve ser atribuída a racionalidade da produção de tipo camponesa. Por outro lado, é necessário frisar que a continuidade dessa lógica não garante que a reprodução social das famílias seja objetivada no espaço rural do Projeto, tendo em vista que os formuladores da intervenção mostraram desconhecer esse aspecto da racionalidade da unidade de produção familiar. Em assim sendo, eles podem ter cometido um equívoco capaz de comprometer a sustentabilidade das gerações seguintes, pois para um modelo de exploração agrícola, baseado em monoculturas, foram selecionadas famílias numerosas, para reproduzir-se em, no máximo, quatro hectares

Em estudo referente ao planejamento científico e tecnológico em espaços nacionais subdesenvolvidos da América Latina, Sagasti (1986) já associava o fracasso dos programas de desenvolvimento para Região, à importação de modelos exógenos à cultura local. Neste mesmo estudo ele já advertia para possibilidade de trilhar estratégias alternativas de desenvolvimento. Para tanto,

cumpre resgatar seletivamente a base tecnológica tradicional, a qual, na grande maioria das vezes, tem permanecido adormecida por séculos. As atividades produtivas e tecnológicas tradicionais (...) constituem uma parte integral de sua herança cultural e continuarão representando um papel significativo por muitos anos (SAGASTI, 1986, p.151).

Por mais alvissareiro que seja o reconhecimento de que a diversidade cultural constitui-se um dos pilares para o desenvolvimento dos países da América Latina, não seria ocioso lembrar a cautela de Bosi (2004, p.16) em relação ao confronto entre duas culturas. Culturas diferentes na forma de existir ao defrontarem-se, uma é para outra como uma revelação. Essa experiência, contudo, raramente acontece fora dos pólos submissão-domínio, e invariavelmente, a cultura dominada perde os meios materiais de expressar sua originalidade. A dominação econômica é lembrada pela autora “age como conquista colonial e militar ao mesmo tempo, destruindo raízes, tornando os nativos estrangeiros em sua própria terra”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No discorrer das considerações, alguns achados podem ser interpretados à guisa de conclusão. Entretanto, a transitoriedade das verdades, a rapidez com que avançam as mudanças que, por intermédio de eficientes meios de comunicação se disseminam em todos os lugares, são fatores que recomendam prudência, sobretudo, em relação à pretensão de conclusões definitivas.

Não apresentar conclusões definitivas é, provavelmente, a conclusão primeira desse estudo, que se propôs mais a compreender e ensaiar algumas interpretações. Talvez, por engajamento, ou pelo ímpeto próprio de transformador social, não consiga me isentar de apontar algumas lacunas e sugerir reparações.

Assim sendo, tecer comentários sobre achados relevantes e indicar problemas pouco estudados e que requerem a definição de uma agenda de pesquisa organizam as considerações finais. Com esse intuito, no início se faz um confronto entre a hipótese levantada e os principais resultados da pesquisa. Em seguida, são destacadas possíveis respostas às questões objetivos da pesquisa. Finalmente, se ensaiam algumas possíveis respostas em relação ao questionamento da Professora Nazaré Wanderley, ou seja, se é socialmente aceitável uma sociedade sem agricultores e qual o futuro da agricultura?

O pressuposto de que o papel indutor do Estado, para modernizar as unidades familiares tradicionais, influencia em suas dinâmicas internas provocando desmontes, permitiu formular a hipótese de que, sob nova ordem, ocorreriam rupturas nas estratégias ocupacionais dos agricultores familiares. Até que ponto, essa hipótese se confirma?

Estaria negando se demonstrasse que na experiência empírica utilizada para testar a hipótese, não foram encontradas correlações positivas. É significativo o número de ocorrências – sejam nas entrevistas, sejam em reuniões - que associa a interferência autoritária do DNOCS, no Projeto de Paraipaba, aos atuais problemas vivenciados na área irrigada.

Não apenas o pré-requisito da “autoridade etnográfica” permite associar a ação do DNOCS aos problemas que se projetam na atualidade, mas também, a pesquisa de documentos que conceberam o modelo da intervenção, indentificaram equívocos na elaboração do plano de viabilidade do Projeto. Em primeiro lugar, pelo aparente desconhecimento acerca do que sejam singularidades na racionalidade das unidades de produção de tipo camponesa. Em segundo, porque a perspectiva conceitual dos que formularam o plano de intervenção se mostrou mais alinhada aos requerimentos de mão-de-obra da agroindústria canavieira e aos interesses do projeto de modernização da agricultura.

Ao preceituar, explicitamente, a necessidade de tornar os estabelecimentos familiares dependentes de fatores externos, como forma de assegurar o progresso das famílias, o Projeto sentenciou a obrigatoriedade de incorporação de um “pacote tecnológico” aos sistemas de produção dos colonos, favorecendo a expansão da indústria de insumos modernos (adubos, corretivos, defensivos, maquinários etc), de um lado e, de outro, modificando o “saber fazer” de uma agricultura de provisão herdada por sucessivas gerações.

Ao introduzir como critério de seleção de colonos um peso consideravelmente maior às famílias numerosas, em termos de mão-de-obra economicamente ativa e, em seguida ter exigido a venda exclusiva da cana para Agrovale, os agentes de desenvolvimento daquele espaço rural, revelaram suas afinidades com o projeto de expansão do capitalismo no campo, atendendo as expectativas dos patrocinadores da ditadura militar. Era esse o contexto mais abrangente, cujas repercussões locais se refletiam em “ações dirigidas” dos agentes governamentais, “a fim” de consolidar o PROÁLCOOL no Vale do Curu.

O contexto de criação, as diretrizes e os caminhos de edificação do Projeto de irrigação de Paraipaba, como se pôde constatar, estavam estreitamente vinculados ao que se chamou, no Brasil, de “Modernização Conservadora” (Moore Junior, 1975), iniciada a partir dos anos de 1960.

Programas megalomaniacos, a exemplo do PROÁLCOOL, adentraram os espaços rurais do País, modernizando suas agriculturas. Deixavam-se imutáveis, contudo, estruturas que se opõem as possibilidades de liberdade das populações rurais, em condição de pobreza. Na verdade, o “progresso” prometido para libertar os sujeitos, agravou processos que historicamente têm obliterado a capacidade de escolha das unidades de produção de tipo camponesa.

Na contemporaneidade, os colonos além dos endividamentos, permanecem dependentes de processos de comercialização que subsumem o trabalho dos sujeitos no produto final. Resultante da construção da dependência de agrotóxicos a área irrigada e os moradores da região convivem com problemas que não existiam antes da intervenção.

A pesquisa de campo constatou que 85% dos colonos por não usarem o pacote de tecnologias, em sua plenitude, apresentam maiores perdas na produção, acarretando em maior utilização de defensivos agrícolas. A incidência de pragas e doenças justifica o uso de várias classes de agrotóxicos, com destaque para os acaricidas e inseticidas. Os demais tipos como os bactericidas, fungicidas, nematocidas e herbicidas são usados em menor escala.

A discussão dos impactos provocados pelo uso de agrotóxicos vai além do processo mais lento de contaminação do solo. O armazenamento e as formas de uso dos

agrotóxicos que atingem direto e rapidamente à saúde humana acentuam a gravidade da dependência instituída pelos que se arvoram a ser Deus.

Quando se avaliou a forma de armazenamento, e do uso de equipamentos de proteção individual (EPI's) utilizados durante a preparação e aplicação dos produtos, a toxicidade e persistência do princípio ativo, bem como o destino final das embalagens, os resultados se mostraram ameaçadores: no que diz respeito ao armazenamento, 82,31% dos colonos entrevistados armazenam algum tipo de agrotóxico, 2,95% não armazenam. Apenas 5% dos colonos não utilizam qualquer tipo de agrotóxico. Entre os que armazenam apenas 34,05% usa galpão exclusivo, 25,03% armazenam em galpão, mas misturado com outros produtos; 17,06% nos quartos das residências; 14,02% guarda a céu aberto e os 10% restantes em outros locais.

É estratégico reter que, atualmente os especialistas, ou seja, os atores do desenvolvimento, constituem-se, pelo menos, discursivamente, em arautos do combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos no Projeto. Aliás, vezes se somam colocando na ignorância do colono “este gosto pelos venenos”. Não só ao uso dos venenos, quase todo insucesso é atribuído à ignorância do colono que não quer se modernizar.

O que não se pode esquecer é que a condição de não estudo do camponês, dos que aram a terra foi, como bem o mostrou Thompson, uma construção social, pois se lhes retirassem da ignorância, eles não aceitariam a condição de servo. Restou-lhes como caminho ensinar aos filhos por transmissão oral os seus saberes. Por outro lado, é também uma construção social a formação dos especialistas, para conduzir as políticas de governo. Já mencionado o Primeiro Manual do Agricultor Brasileiro, recomendava uma agricultura científica para o Brasil, por meio da construção do ensino agrícola superior para filhos de grandes proprietários. Era fundamental, na proposta o aprendizado para domar os servos.

Com efeito, tendo por base as correlações positivas entre hipótese e resultados, poder-se-ia apressadamente concluir que o DNOCS é a entidade responsável pelas rupturas socioeconômicas e culturais das famílias do Projeto, por conseguinte, responsável, também, pelas discontinuidades das novas gerações de agricultores familiares. Encerrar um relatório conclusivo, a partir dessa perspectiva seria ignorar aspectos fundantes da construção e reconstrução da realidade.

Em reforço ao argumento de que não é somente o DNOCS, mas que se tratam de ações de qualquer outra organização governamental ou não governamental dirigidas para execução de políticas, em sua maioria governamentais. Muitos exemplos se acumularam ao longo de minha experiência trabalhando com assentamentos ou unidades familiares em outras

condições de tenência da terra

Não é obra do acaso a construção de um problema de pesquisa. Antecede a formulação das questões problema um acúmulo de experiências e de saberes que organizam a trajetória de pesquisador. Exposto este ponto de vista, julgo necessário destacar da minha experiência anterior como pesquisadora da Embrapa e chefe de Núcleo Fundiário no Instituto de Terras do Ceará - ITERCE¹⁷⁶, alguns questionamentos que se foram acumulando na minha trajetória.

Há algum tempo atrás fui designada pela Embrapa para avaliar a situação de uma minifábrica de castanha que havia sido instalada no assentamento Tipira Poços do Meio. Havia já seis anos de implantação da obra. Nunca tinha funcionado. A matéria-prima era insuficiente, embora a área assentada ficasse no meio de uma floresta de cajueiros. A comunidade nunca recebeu uma orientação do como operacionalizar a fábrica.

O programa das minifábricas resulta de uma trílice parceria entre Fundação Banco do Brasil (FBB), Embrapa e Sebrae. A FBB responde pelos recursos financeiros, a Embrapa pela tecnologia e o Sebrae pelo segmento de capacitação. Ora são pré-requisitos para implantação do Projeto o fornecimento garantido de matéria-prima e o treinamento dos usuários. A região dispunha de cajueiros suficientes para o abastecimento da fábrica, desde que se fizessem os tratamentos culturais.

Todos os equipamentos estavam lá, implantados que foram com recursos do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária, PROCERA, redendo para os assentados, uma dívida que, em 2005, somava, aproximadamente, duzentos 280 mil reais. Os membros da comunidade reunidos discutiam as responsabilidades. Diante de uma pergunta que lhes foi feita sobre quem havia pedido aquele projeto um senhor mais velho respondeu:

Taí uma boa pergunta, que ninguém nunca fez a nós. Nós num pedimo nada. Nós num apitamos em nada. Ninguém num conversava com a gente. Quem fez foi esses escritório que faz trabalho pro INCRA. Mas sabe isso é ruim, mas o pior foi o caso do gado. Eles compraram pra cá 40 vaca de leite. Umas bichona bonita chegaro aqui nesse mato, sem ter o de comer pra elas, a doutora sabe o valor duma vaca prum agricultor. A gente tinha vontade de dá nosso de comer pra ela. Morrero quais tudo.

Muitos erros se têm cometido no campo, em nome de promessas do almejado “progresso”. O professor Ricardo Abramovay tem postulado em seu leque de ideias acerca do rural a necessidade de punição dos erros técnicos. Não me parece uma ideia desinteressante. Qualquer retrospectiva que se faça acerca das intervenções do governo nas unidades de

¹⁷⁶ O ITERCE foi transformado em Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará, IDACE.

produção familiar, vai apontar mudanças nos agentes de desenvolvimento, na alternância das soluções técnicas impostas aos sujeitos sociais. As entidades são trocadas. Os erros, entretanto, persistem e até se acumulam.

A propósito quando da pesquisa de campo em Paraipaba, houve no DNOCS uma troca de diretores. O ex e o novo dirigente foram almoçar com lideranças do Projeto. Em meio a conversa, um ex-presidente da ADICP indagou por onde andavam as máquinas que existiam no Projeto tempos atrás. O diretor antigo desculpou-se dizendo que no passado o DNOCS era muito ligado com os grandes proprietários e mandavam máquinas que não foram devolvidas. O recém-chegado disse: “se queremos que o Projeto ande, vamos quebrar os retrovisores”

O ditado popular reza o contrário apontando que “para ir pra frente precisa-se de um bom retrovisor, reclama dos estudiosos a formulação de uma agenda de pesquisa que avance nos estudos em áreas de intervenção do Governo, não no sentido de avaliar os impactos econômicos, sociais, ambientais. Os impactos culturais precisam ser avaliados, reforçando as ideias de que as concepções de desenvolvimento precisam ser revistas.

Felizmente, apesar das contestações, é importante frisar que no pensamento intelectual contemporâneo a ideia do desenvolvimento não se acha escamoteada. Ao contrário, ela persiste, figurando como empreita intelectual e política de primeira ordem (Kugelmas, 2007), enfrentando, contudo, o grande desafio de refazer seu conteúdo doutrinário, pois os problemas sociais e as questões ambientais articulam, do Sul ao Norte, vozes críticas que clamam para que se repense a dimensão social e o tema da equidade que têm estado ausentes de seus termos. Essas vozes são reforçadas quando a pauta da ordem são as discussões em torno da crise e dos reparos que se fazem necessários ao meio ambiente.

A premência de reorientação nos marcos do desenvolvimento brasileiro foi quase consensual nos anos de 1980, espessando as vozes críticas que evocavam uma revisita às concepções de desenvolvimento. Alinhar os pressupostos do desenvolvimento aos princípios de equidade e de preservação e conservação ambiental, constituindo, por assim dizer, um novo corpo teórico para humanizar o desenvolvimento tem, no presente, ocupado o pensamento intelectual das ciências sociais (Veiga, 2001; Abramovay, 1988, 2000; Kugelmas, 2007).

Tendo como referência as análises que cientistas sociais de relevo têm dedicado a esta temática (Oliveira, 2001; Santos, 2006; Canclini, 1997, 2006; Gyddens, 1991; Domingues, 1999) não seria ousado dizer que a ideia força que pressiona essa revisita as teorias de desenvolvimento encontra um fértil substrato nos efeitos corrosivos que a

globalização com seus mecanismos de desencaixe¹⁷⁷ têm provocado na composição, estrutura e nas interações entre os sujeitos nas sociedades, especialmente, no corpo social de países e de regiões mais pobres.

Enquanto não se regulam critérios para julgamento dos erros técnicos, como sugere Abramovay, nas propostas de intervenção um elemento deveria ser imprescritível: a criação ou recriação da confiança que deveria existir nas relações recíprocas, inclusive naquelas que se desenvolvem entre os mais humildes e os que sempre se situaram acima deles e também entre as populações que são objetos dos programas de desenvolvimento e entre aqueles que os realizam.

Concordando com muitas das opiniões de famílias de colonos, ensaio algumas considerações finais destacando que, de fato, o quadro desapontador traçado para os sistemas irrigados não é uma singularidade do Projeto Curu Paraipaba, uma vez que foi instituído no contexto de integração competitiva do semi-árido e que a agropecuária cearense passou a “ser encarada não mais como um gênero de vida, mas como uma atividade profissional (Andrade, 1987), construindo-se a partir da dialética entre a ordem local e a ordem global” (ELIAS, 2004, p.21).

Por essa via vários pontos do espaço agrícola foram afetados por um processo de reestruturação produtiva, “resultado da intensificação das relações econômicas tipicamente capitalistas, cujo âmago não é encontrado endogenamente”. Localizado em áreas restritas, nas quais foram disseminados inúmeros sistemas de objeto - nesse caso associada à irrigação, difundiu-se no campo um aparato técnico-científico e uma ressocialização, instituindo uma racionalidade condizente com a economia contemporânea (Ídem).

É evidente que cada projeto é possuidor de suas singularidades. Entretanto, é preciso ter claro que no semi-árido a grande maioria dessas experiências foi iniciada no contexto de grande expansão da irrigação pública nos anos 1970, visando à modernização agrícola e a transformação dos trabalhadores rurais em pequenos e médios empresários, o que pode explicar a razão de ter sido escolhido uma via de colonização que separava a casa do roçado, a produção e o consumo.

A essa época os projetos implantados pelo DNOCS tinham como traço comum: a onipresença do Estado. O governo federal (Sousa, 2005) centralizava o processo: do planejamento à execução, da desapropriação à indenização, e, posteriormente, a seleção e o

¹⁷⁷ Desencaixe é um dos conceitos propostos por Giddens (1991, p. 29) para interpretação da modernidade. É o “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço”. A atividade social deixa de ser um processo localizado, produto exclusivo de interações face-a-face, passando a ser re-organizada através de grandes distâncias tempo-espaciais (Giddens, 1991, p. 58).

assentamento das famílias, a administração, a liberação da água, o calendário agrícola, a elaboração dos planos de irrigação dos perímetros irrigados, amplo controle da comercialização, uma agressiva assistência técnica, além da intromissão constante de assistentes sociais envolvendo-se na vida das famílias irrigantes, “até nos problemas de marido e mulher”.

Tomando de empréstimo do depoimento de um colono a afirmativa de que “aonde o DNOCS fez há de ter sido do mesmo jeito” pode-se ver que com o Novo Modelo de Irrigação, o DNOCS modificou o “jeito” de estruturar as áreas irrigadas. Não se pode comprovar é se esse novo modelo tem se mostrado eficiente, sobretudo, se analisado na perspectiva do desenvolvimento sustentável, que orienta seus horizontes para uma situação de bem estar da humanidade, (Duque, 2004, p.78) incluindo aspectos de qualidade de vida que, obviamente, pressupõe condições materiais e financeiras, mas também relações harmoniosas com os outros e com a natureza, auto-estima e solidariedade que são, enfim, atributos morais.

Quando a diretiva da política de irrigação era o assentamento de unidades familiares – caso de Curu Paraipaba – aos agricultores familiares, sem que se recorresse a quaisquer mecanismos de consulta e participação, era imposta uma agricultura moderna e “redentora” (no dizer dos agentes governamentais) e marcada por tensões entre a economia de mercado e a “economia moral”.

Ao reorientar a diretiva para uma perspectiva de autonomia dos sujeitos das áreas irrigadas, a nova política de irrigação privilegiou um modelo de irrigação, em que entrou em cena a figura do “empresário” ou “produtor” em substituição aos “colonos” ou “irrigantes”.

Em síntese, as mudanças na base produtiva atuaram como se repentinamente a fertilidade da terra tivesse se esgotado ou algo semelhante acontecesse com um recurso natural cuja extração constituísse a base econômica de uma comunidade camponesa.

Os problemas fitossanitários, ambientais e de descontinuidade dos filhos dos colonos se repetem no Curu Paraipaba. Como pude identificar nos relatórios da ADICP (2001, 2007), os filhos dos colonos permanecem em Paraipaba agregados às casas paternas. Entretanto, a reprodução social das famílias não está assegurada. Alguns fatores se destacam com grande peso. De fato, eles não têm terra. Tendo como critério de maior peso para ser aceito no Projeto, o número de filhos, os menos de 4ha que recebi cada família não é suficiente para acolher os filhos de famílias que têm em média 6, 7 filhos.

Finalmente dialogando com as indagações de Nazaré Wanderley, opino e, quase todos no projeto têm a mesma opinião, de que não é concebível a vida sem agricultor ou um

futuro sem agricultura, opiniões que se alinham às de Anita Brumer em relação a essa temática;

Que o rural esteja perdendo parte de sua dimensão agrícola; que a família, enquanto unidade moral de consangüinidade e de trabalho esteja se flexibilizando e se abrindo; que haja uma tendência a individualização e à fragmentação espacial de membros; que a hierarquização e a transmissão patrimonial estejam se redefinindo, tudo isso não há dúvida, se faz presente – o que também não é só de agora -, porém nem tudo é fim, nem tudo é linear e evolutivo no sentido de romper com o já vivido e concebido (BRUMER, 2001, p.13).

É, de certa forma, alvissareiro pensar que as novas gerações buscam suas inserções profissionais nos espaços rurais. Contudo, se percebe com ênfase que as oportunidades de trabalho assalariado na cidade ou avulso na agricultura do Projeto ou nos serviços também da cidade estão despertando um maior interesse das novas gerações.

Todavia cabe esclarecer um ponto. Não defendo a tese de que quem nasce agricultor tem ser agricultor por toda uma vida. Entretanto, diante de um quadro de precaridade do trabalho a que estão submetidos as novas gerações, quais seriam as saídas?

Por enquanto, vejo uma mudança. Essa geração está passando de Desterrada em sua própria terra para compor o grupo de “sobrantes”, ou engrossará a fila do mercado de trabalho precário.

Um exemplo patente do restrito mercado de emprego aconteceu no decurso da pesquisa de campo. Algumas jovens que, inclusive, já concluíram o curso da Universidade Vale do Acaraú, UEVA, submeteram-se a um concurso para professora em concurso promovido Governo do Estado para as cidades de Paraipaba, Paracuru e Trairi. As vagas foram preenchidas por concorrentes de Fortaleza, CE.

Lembrando o que disse Dona Carquejinha acerca das gerações atuais viverem o tempo da luz, referindo-se a presença da escola para todos, é preciso ter compreensão de que elas estão ampliando como previa Bacon e Manderville os desejos de bem estar e a recusa a qualquer tipo de trabalho. José Américo, fazendo referência a lerdiza dos empregados depois de retirado o autoritarismo do coronel, mostra que diante da urgência de apagar um incêndio que inrrompera no canavial, “cada qual que se retraísse, todos tinham a impressão do perigo”. Lembrando, ainda da passividade dos moradores diante da ameaça do arrombamento de um açude ele diz pensativo, que os que “aprendiam a ler na escola rural achavam indigna a labuta agrícola e derivavam para o urbanismo estéril”(ALMEIDA, 2005, p. 139).

Esse sim um grande tema para uma agenda de pesquisa. Um desafio para as políticas públicas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. *et alii*. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Chapecó/Brasília: FAO/INCRAEPAGRI-SC/Centro de Pesquisa para Pequena Propriedade, 1997. (Coord.). **Juventude e agricultura familiar**: desafio dos novos padrões sucessórios. 2.ed. Brasília, DF: Unesco, 1998. 94p.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Diversificação das economias rurais no Nordeste**: relatório Final. Brasília: PCT IICA/NEAD, 2002. 45p. Mimeo.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUA. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil, 2009**. Disponível em: <http://conjuntura.ana.gov.br/conjuntura/abr_nacional.htm> Acesso em: 20 set. 2010
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Nos destinos da fronteira: a invenção do Nordeste (a produção imagético-discursiva de um espaço regional). Texto digitalizado. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/segunda_remissa/nos_destinos_da_fr_onteira.pdf> Acesso em: 20 set. 2010
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Por searas diversas, os diversos Ceará. In: SOUZA, Simone (Org.) **Uma nova história do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2007. p. 7-13.
- ALIER, J. M. De la economía ecológica al ecologismo popular. Barcelona: Icaria. 1992.
- ALMEIDA, Mauro Barbosa de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.1, n. 1, p. 66 –83, 1986.
- ALVIM, Rosilene. **A sedução da cidade**: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- ALVIM, Rosilene. Trabalho infantil: diversidade e exploração. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Org.) **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: UFPE, 2006. Cap. 3., p. 207-227.
- ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1999.
- ANDRADE, M. C. de. **Cidade e campo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- ANDRADE, M. C. de. **Tradição e mudança**: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do sub-médio São Francisco. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- ANDRÉ, Maria Eliza D. A. **Etnografia da prática escolar**. 7. ed. São Paulo: Papirus, 2002.
- ARAÚJO, Hermosa Rute Girão de. **Replanejamento e rentabilidade econômica das explorações agropecuárias do perímetro irrigado Curu Paraipaba, CE**. 1995, Dissertação (Mestrado em Economia Agrícola) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de Economia Agrícola. Fortaleza, CE.

- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. “Nordeste, Nordestes, Que Nordeste?” In: AFFONSO, R. B; SILVA, P. L. B. (Org.) “**Desigualdades regionais e desenvolvimento**” (Federalismo no Brasil). São Paulo: FUNDAP / Ed. UNESP, 2002. p. 125 - 56.
- ARENDR, Hanna. Entre o passado e o futuro. Trad. Mauro W. Barbosa. 6ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- ASSOCIAÇÃO DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO CURU-PARAIPABA. **Marco Zero 25:** levantamento sócio econômico do Perímetro Irrigado Curu Paraipaba. Paraipaba, 2001. Mimeo.
- ASSOCIAÇÃO DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO CURU-PARAIPABA. **Perímetro Irrigado Curu Paraipaba:** versão 32. Associação do distrito Irrigado Curu Paraipaba. Paraipaba, 2001. Mimeo
- BACELAR, Tânia. **Nordeste, Nordestes: que Nordeste?** Observanordeste. abril, 2002. Disponível em:
<<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=391&textCode=1481&date=currentDate>> Acesso em: 10 set. 2009.
- BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do poder:** conflitos sociais no sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.
- BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: HUCITEC, 1993.
- BECKER, Howard, S. **Falando da sociedade:** ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 312 p. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges e Karina Kuschnir.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade.** Petrópolis: Vozes, 1993. (Tratado Latinoamericano de sociologia)
- BIASOLI- ALVES, Z. M. M; SIMIONATO-TOZO, S. M. P; SAGIM, M. B. Valores e práticas – permanências e mudanças – estudo de famílias trigeracionais. **Família, Saúde e Desenvolvimento**, Curitiba, v.8, n.1, p.26-32, jan./abr., 2006.
- BILAC E. D. **Família: algumas inquietações.** In: Carvalho MCB, organizador. A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez; 1995, p.p. 29-38.
- BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In BOSI, Alfredo (org). Cultura brasileira: temas e situações. São Paulo: Ed. Ática. 2004.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo:** metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BRAGA, Elza. M. F. O local e a construção de uma nova cultura política. In: BRAGA, Elza. M. F. (Org.). **América Latina:** transformações econômicas e políticas. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

BRASIL. Ministério do Interior. GEIDA. **Programa Plurianual de Irrigação (PPI)**. Brasília, 1971. 13v.

BRASIL. Ministério do Interior. **Plano integrado para o combate preventivo aos efeitos das secas no Nordeste**. [Brasília], 1973.

BRITO, Maria Socorro. O Programa Nacional de Irrigação: uma avaliação prévia dos resultados. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2. p. 113-125, abr./jun. 1991

BRUMER, A; SANTOS, J. V. T. dos. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX). **Revista Nera** v.9, n. 9, p. 49-73, jul./dez. 2006.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, Elisa G. de. (Org.) **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.p. 29 – 38.

BRUMER, Anita; DUQUE, G.; LOURENÇO, F. A.; WANDERLEY, M. de N. B. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura familiar**. Campinas, SP: UNICAMP, 1993.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**. Petrópolis, Vozes. 1984. 177p.

CALDAS, Nádia Velleda. **Agricultura familiar e Previdência Social Rural**: um estudo comparativo em quatro municípios gaúchos. 184f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

CALVINO, I. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Tradução de Nilson Moulin.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.45-66, jul/dez.1998.

CAMARGO, Aspásia *de Alcantâra*. A questão agrária: crise de poder e reforma de base no Brasil (1930-1964). In: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**: o Brasil republicano. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1981, V.3, p. 121-224.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação em seus meios de vida. 4ª Ed. Rio de Janeiro, Livraria Duas Cidades, 1977.

CANESQUI, Ana Maria. Antropologia e alimentação. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.22, n.3, p.207-216, 1988.

CARDOSO, Ruth C. L. Aventuras de antropólogos em campo, ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth C. L. **A aventura sociológica**: teoria e pesquisa. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p.95-106.

CARNEIRO, M. J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, Elisa G. de. (Org.) **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 53-66 .

CARNEIRO, M. S. **Deslocamento temporário e superexploração dos trabalhadores de Timbiras em empresas do complexo sucroalcooleiro do estado de São Paulo**. 2005. Texto digitado.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A priorização da família na agenda da política social. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 1995. p. 11-27.

CARVALHO, Rejane V. A. Virgílio, Adauto e César Cals: a política como arte de chefia. In: PARENTE, Josênio; ARRUDA, J. M. (Org.). **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002. V.1.

CASTRO, Carmem. A mística de jovens do MST: uma experiência para compreender os jovens. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, Elisa G. de. (Org.) **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.253-268.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Desigualdades sociais e identidades em construção na agricultura de exportação. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, v.5, n.9, p. 155-171, 1999.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; MOTA, Dalva Maria; SILVA, Pedro C. Gama Transformações recentes nos espaços de fruticultura do Nordeste do Brasil. In: ELIAS, Denise S.; PEQUENO, Renato. (Org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB, 2006, p. 117-150.

CHILDE, V. Gordon. **A evolução cultural do homem**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Tradução de Waltensir Dutra.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. 5.ed. Ed. Francisco Alves, 1990. 280p. Tradução de Theo Santiago.

COELHO NETO, Agripino Souza. Trajetórias e direcionamentos da política de irrigação no Brasil: as especificidades da região Nordeste e do Vale do São Francisco. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona, v.15, n. 876, jun. 2010 [Serie Documental de Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana.

D'INCAO, Maria Ângela. Modos de ser e de viver: a sociabilidade urbana. **Tempo Social**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 95-109, 1994.

D'INCAO, Maria Conceição; ROY, Gerard. **Nós, cidadãos**: autonomia e participação popular. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS (Brasil). **Estudos de operações conjuntas de reservatórios da bacia do Curu**. Fortaleza, 1993.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. (Brasil). **Perímetro Irrigado Curu Paraipaba**. Plano de exportação para o ano de 1990. Fortaleza, DNOCS, 1989.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. (Brasil). **Pensamentos e diretrizes**. Fortaleza, DNOCS, 1984.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. (Brasil). **Aproveitamento hidro-agrícola das bacias do rio Curu**: estudo de viabilidade técnico-econômica da área de Paraipaba. Rio de Janeiro: Consórcio TAHAL, SONDOTÉCNICA, 1970. V.3.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. (Brasil). **Diagnóstico do perímetro irrigado Curu-Paraipaba**. Formulação do plano de recuperação e modernização I (PRMPI, N° 10). Paraipaba, CE, DNOCS, 1989.

DINIZ, A. S. A construção dos perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades no sertão. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, J. L. F. (Org.). **Paradigmas da agricultura cearense: modernização excludente**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002.

DOMINGUES, José Maurício. **Sociologia e modernidade**: para entender a sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. As mulheres em programas de assistência social: o caso das mães do programa de erradicação do trabalho infantil em uma área rural da Zona da Mata de Pernambuco. In: SCOTT, Parry.; CORDEIRO, Rosineide. (Org.). **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed. UFPE, 2006. Cap. III – 2, p. 229-242.

DURHAN, E. R. **O caminho da cidade**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

DURKHEIM, Émile. A divisão social do trabalho. 2. ed. Lisboa: Ed. Presença. 1984.

ELIAS, Denise. Integração competitiva do semi-árido. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, J. L. F. (Org.). **Paradigmas da agricultura cearense: modernização excludente**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002. p.12-38

ELIAS, Norbert. **Introdução a sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2005. Tradução de Maria Luísa Ribeiro Ferreira

ELIAS, Norbert. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2001? Tradução de André Telles

ELIAS, Norbert; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2000. Tradução de Vera Ribeiro.

FERREIRA, Paulo Rogers. **Os afectos mal-ditos**: o indizível nas sociedades camponesas. São Paulo: Hucitec, 2008.

FISCHER, Izauro Rufino. Relações de gênero na agricultura no acampamento de sem terra do Engenho Prado. In: SCOTT, Parry ; CORDEIRO, Rosineide (Org.). **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed. UFPE, 2006. Cap. II – 4, p. 193-204.

FRANÇA, Francisco Mavignier Cavalcante. (Coord.). **A importância do agronegócio da irrigação para o desenvolvimento do Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001. 116p.

(Série.Política e Estratégias para um novo Modelo de Irrigação, 1) (Consertar a citação no texto trocar Banco Nordeste por França).

FRANÇA, Francisco Mavignier Cavalcante. (Coord.). **Políticas e estratégias para um novo modelo de irrigação**: documento síntese. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.128 p. (Ver citação no texto – Banco do Nordeste).

FRANÇA, M., PEREIRA, J. A. **Análise agroeconômica e capacidade de pagamento do pequeno irrigante do Nordeste**. Fortaleza: BNB-ETENE, 1990. 278 p. (BNB. Estudos Econômicos e Sociais, 50).

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983.

FROTA, Luciara Silveira de Aragão e. **Documentação oral e a temática da seca**: estudos. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1985.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1964.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio R. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio R. **O Sul: caminho do roçado**: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo, Ed. Marco Zero; Brasília, Ed. Universidade de Brasília; MC, CNPq, 1989.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, LTC, 1989.

GEFFRAY, C. Nós cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia. **Prefácio**. In: D'INCAO, Maria Conceição; ROY, Gerard. Nós, cidadãos: autonomia e participação popular. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, pp. 11-21.

GERSTEL, Naomi. Família. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **O dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 297-300.

GIANNOTI, J. A. Recepções de Marx. São Paulo: **Novos Estudos**, v. 50, mar., p.120-124, 1998.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2005. Tradução de Sônia Regina Netz.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997.

GIDDENS, Anthony. **O mundo em descontrol**e: o que a globalização está fazendo de nós. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. 5. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1991. Tradução de Raul Fiker.

- GONDIM FILHO, J. G. C. **Gestão integrada dos reservatórios da bacia do rio Curu**. 1988. 114 f. Dissertação de Mestrado em Irrigação- Escola de Engenharia Civil, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza.
- GORAYEB, A. **Análise Geoambiental e dos Impactos na Bacia do Curu**. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, UECE, Fortaleza, CE 2004.
- GUERRA, Paulo de B. **A civilização da seca**. Fortaleza, DNOCS, 1981.
- GUIMARÃES, Alberto P. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1968.
- HEINZE, Bráulio C. L. B. **A importância da agricultura irrigada para o desenvolvimento da região Nordeste**, 2003. Monografia (MBA- Gestão Sustentável da Agricultura Irrigada) - ECOBUSINESS SCHOOL, Fundação Getúlio Vargas, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIICA/BráulioHeinze.pdf>> Acesso em: 18 jul. 2009.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A Morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979, 164 p.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- HOUAISS, versão eletrônica.2009.
- JODELET, D. (Org.) **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2001.
- KLEIN FILHO, Luciano (Org.). **Bezerra de Menezes: fatos e documentos**. 2. ed. Niterói: Lachâtre, 2000. 224p.
- KUGELMAS, E. Revisitando o desenvolvimento. *In Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V.22, n.63, São Paulo, Fev. 2007.
- KUGELMAS, E. Revisitando o desenvolvimento. *In Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V.22, n.63, São Paulo, Fev. 2007.
- LANDIM, Teoberto. **Seca a estação do inferno: uma análise dos romances que tematizam a seca na perspectiva do narrador**. 2. ed. Fortaleza: UFC; Casa Jose de Alencar, 2005.
- LEAL, Victor N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LIMA, Nísia Trindade ; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. **Ciência & Saúde Coletiva**, [online], Rio de janeiro, v.5, n.2, p. 313-332, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n2/7098.pdf> > Acesso em: 27 out. 2010
- LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- MARTINS, J. de S. Discurso de encerramento do X CONGRESSO MUNDIAL DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE SOCIOLOGIA RURAL. Rio de Janeiro: 2000.

MARTINS, José de Souza. A nova face da questão agrária. **O Estado de São Paulo**. 17 maio 2008. Caderno Notícias. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticia_imp.php?req=suplementos,,174346,0.htm> Acesso em: 02 fev.2010

MARTINS, José de Souza. **A Sociedade Vista do Abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, José de Souza. Ciência e crise política: a sociologia a caminho da roça. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v.12, p. 243-247, 1979.

MARTINS, José de Souza. Mística e contradições do MST. **O Estado de São Paulo**. 24 jan. 2009 Caderno Notícias. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,mistica-e-contradicoes-do-mst,312518,0.htm>> Acesso em: 02 Fev. 2010

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. 2.ed. Petrópolis: Vozes. 1988.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto**: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003. (Coleção Estudos Rurais).

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MARTINS, Mônica D. **Açúcar no sertão**: a ofensiva capitalista no Nordeste do Brasil. São Paulo: Annablume, 2008.

MARTINS, Mônica D. A experiência desenvolvimentista no Vale do Curu. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, J. L. F. (Org.). **Paradigmas da agricultura cearense**: modernização excludente. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002. P.142-157.

MARTINS, Mônica D. **Açúcar no sertão**: a ofensiva capitalista no Vale do Curu, Fortaleza, CE, Tese de Doutorado em Sociologia, UFC, mimeo, 2000.

MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: SENAC, 2003. Tradução de Clevis Rapkiewicz

MATTEI, Lauro. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 45, n.4, p.1055-1073. out./dez., 2007.

MELLO, M. A. de; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, Clovis; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v.50, n. 1, p. 11-24, 2003. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/asp-1-03.htm>> Acesso em: 14 nov. 2008.

MELO, Lígia Albuquerque de. Relações de gênero na convivência com o Semi-Árido brasileiro: a água para o consumo doméstico. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide

(Org.). **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed. UFPE, 2006. Cap. 2–3, p. 173-191.

MENDRAS, H. **Princípios de sociologia**: uma iniciação à análise sociológica. Rio de Janeiro, ZAHAR 1969. Tradução de Patrick Davos..

MENEZES, M. A. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de camponeses – migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: Ed. UFPB, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. Tradução de Waltensir Dutra

Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: 2004.

MORAES, Maria Dione Carvalho. De camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato, como identidades na ordem da razão. **Raízes**, Campina Grande, n.17, p.121-134, jun. 1998.

MOORE JUNIOR, B. **as origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MOTA, Dalva Maria da. O impacto das ações do Estado e do mercado na configuração de uma nova região frutícola. O caso do Vale do São Francisco. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35, 1997, Natal, **Anais...** Natal: SOBER, 1997.

MOTA, Dalva Maria da. O trabalho temporário no projeto de fruticultura irrigada: Platô de Neópolis,SE. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, n.18, n. 2, p.113-134, maio/ago. 2001.

MOTA, Dalva Maria da. **Os camponeses e a busca da “autonomia possível”: estratégias de sobrevivência e resistência na implantação de projetos de irrigação no estado de Sergipe**. 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande.

MOTA, Dalva Maria da. **Trabalho e sociabilidade em espaços rurais**. Fortaleza: BNB; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2005, 256p. (BNB. Teses e Dissertações, 1)

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra**: parentesco e herança numa área rural. São Paulo: HUCITEC, 1978.

MUSUMECI, Leonarda. **O mito da terra liberta**. Rio de Janeiro: Vértice e Anpocs, 1988.

NEVES, Delma P. **A perversão do trabalho infantil**: lógicas sociais e alternativas de prevenção. Niterói: Intertexto, 1999.

NEVES, Delma Pessanha. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; MOTA, Dalva Maria da; SILVA, Tânia Elias Magno da.

(Org.). **Ensaio – desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros; Universidade Federal de Sergipe, 2002.

NEVES, Delma Pessanha. **Lavradores e pequenos produtores de cana**: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

NOVAES, Sylvia Caiuby. Pierre Bourdieu. Sobre a Televisão, seguido de A influência do jornalismo e os Jogos Olímpicos. **Revista Antropologia**, São Paulo, v. 41, n. 2, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>> Acesso em: 05 dez. 2008. Resenha.

NÚCLEO INDEPENDENTE DE ESTUDOS E PESQUISA DO CEARÁ. **O DNOCS e o novo Nordeste**: uma perspectiva histórica, 1909-1984. Fortaleza, DNOCS, 1985. 2v.

OLIVEIRA, Daniela. **Mercados e reprodução**: um estudo comparativo entre agricultores ecologistas e não ecologistas de Ipê – RS. 2007. 211f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classes. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia da independência imperfeita**. Rio de Janeiro de Janeiro, Graal, 1977.

OUTHWAITE, W. ; BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PARENTE, Josênio C. O Ceará e a modernidade. In: PARENTE, Josênio; ARRUDA, J. M. (Org.). **A era Jereissati**: modernidade e mito. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002. V.1. p.125-144.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Prefácio à edição brasileira. In: SINGLY, François de. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p.11-30

PEIXOTO, Clarice Ehlers. **Envelhecimento e imagem**: as fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro. São Paulo: Annablume, 2000.

perímetro Curu-Paraipaba – CE. 2005. 127p. Dissertação (Mestrado em Geografia),

PIMENTEL, C. R. M.; SOUZA NETO, J. de. **Perfil técnico-econômico dos perímetros irrigados das Bacias do Curu e do Baixo Acaraú**. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2003. (Embrapa Agroindústria Tropical Documentos, 80).

PINHEIRO, J. C. V. ; SHIROTA, Ricardo. Determinação do preço eficiente da água para irrigação no Projeto Curu-Paraipaba. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 31, n. 1 p. 36-47, jan./mar., 2000.

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. São Paulo: Contexto, 2003.

POTENGY, Gisélia; PAIVA, Vanilda; CASTRO, Elisa Guaraná. Produzindo novas identidades: fragmentação do trabalho e do consumo e novos estilos de vida na sociedade contemporânea. **Educação e Contemporaneidade**, São Paulo, v.4, n.6, p.73-98. 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 7. ed. São Paulo, Brasiliense, 1963.

PROJETO MICROBACIAS 2. Documento síntese do Seminário "o desafio da auto-gestão comunitária". Lages, SC: 2006.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história de nosso país**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

QUEIROZ, Maria de Fátima. **Impacto socioeconômico do cooperativismo nos perímetros irrigados do DNOCS: o caso das cooperativas do Perímetro Irrigado Curu Paraipaba, CE**. 1992. Dissertação (Mestrado em Economia Agrícola) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de Economia Agrícola. Fortaleza, CE.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. 230p. (Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais. Sociologia. v.5).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. História do cangaço. 5ª Ed. São Paulo, Ed. Global, 1997. (História popular; 11).

REIS, Elisa P. Mudança e continuidade na política rural brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v.31, n.2, 1988.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Darcy. **O processo Civilizatório: etapas da evolução sócio-cultural**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968.

RODRIGUES, José Albertino (Org.). **Durkheim (Sociologia)**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1981. 216p. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na Família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC : Cortez, 1995. p. 73-88

SAGASTI, Francisco. R. Tecnologia, planejamento e desenvolvimento autônomo. Trad. Lia Myumi. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1986.

SANDRONI, P. **Questão agrária e campesinato: a "funcionalidade" da pequena produção**. São Paulo, Ed. Polis, 1980.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-102.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SARACENO, Chiara. **Sociologia da família**. Lisboa: Estampa, 1997.

SARTI C. A. Família e individualidade: um problema moderno. In: Carvalho MCB, organizador. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez; 1995, p.39-50.

- SCHUH, Edward G. **Pesquisa sobre desenvolvimento agrícola no Brasil**. Brasília, DF Ministério da Agricultura, 1971. Trad. Maria Helena da Camara Leme.
- SCOTT, John (Org.). **Sociologia: conceitos chave**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. 248p. Tradução de Carlos Alberto Medeiros
- SEGALEN, Martine. **Sociologia da família**. Lisboa: Terramar. 1999. 352p. Tradução de Ana Santos Silva.
- SILIPRANDI, E. O que se pensa, o que se faz, o que se diz: discursos sobre as mulheres rurais. Brasília: Nead, 2003.
- SILVA, José Graziano da; STOLCKE, V. Apresentação. *In*: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, V. A Questão Agrária. São Paulo, Brasiliense, 1981, p.7-11.
- SILVA, José Graziano. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p.43-81, 1997.
- SIMMEL, Georg. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. *In*: MORAIS FILHO, E. (Org.). **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 165-181 (Coleção os Grandes Cientistas Sociais, 34).
- SOARES, Luís Eduardo. **Campesinato: ideologia política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- SOUSA, Elisângela Maria de Oliveira. O “novo modelo de irrigação” e os colonos de Morada Nova: política para qual público? Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará, para obtenção do título de Mestre. Fortaleza, CE, 2005.
- SOUZA, A. W. de. **Lampião: nem herói, nem bandido**. A História! Serra Talhada, 2006
- STROPASOLAS, V. L. O mundo rural no horizonte dos jovens. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- STROPASOLAS, V. L. Um marco reflexivo para inserção social da juventude rural. *In*: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, Elisa G. de. (Org.) **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 279-293.
- SUDENE. **Recursos naturais do Nordeste: investigação e potencial**. Recife, 1973.
- SYMANSKI Heloísa. **Teorias e “teorias” de famílias**. *In*: Carvalho MCB, organizador. A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez; 1995, 23-29.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- TEDESCO, J. C. Agricultura familiar: realidades e perspectivas. **Apresentação**. *In*: Agricultura familiar: realidades e perspectivas. 3ª Ed. TEDESCO, J. C. (org). Passo Fundo, EDIUPF, 2001, p 11-17.
- TEÓFILO, Rodolfo. A fome: cenas da seca no Ceará. Rio de Janeiro, Imprensa inglesa, 1922.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 528p. Tradução de Rosaura Eichemberg. UECE/DG, Fortaleza – CE, 2005.

VASCONCELOS, Helenira E. M. **Produção familiar no Nordeste**: definições e redefinições nas propostas do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária – SNPA. 1997, 202f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA. Rio de Janeiro.

VELHO, Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato**. 2ª ed. São Paulo, Difel, 1979.

VIANNA, P. J. R.; AMARAL FILHO, J. do; LÓCIO, A. B. **Os recursos hídricos do Ceará**: integração, gestão e potencialidades. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2006. 142p. (Ipece. Texto para Discussão, 22)

VILLA, Marco Antonio. **Vida e morte no sertão**: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.

WANDERLEY, M. N. B. . A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2/3, p. 37-57, 1995.

WANDERLEY, M. N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL da ANPOCS, 29, 2000, Petrópolis, RJ. [Anais...] Rio de Janeiro: ANPOCS, 2000. GT 14 Processos sociais no campo

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2004.

WANDERLEY, M. N. B. In: WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 10, 2000. Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: IRSA, 2000. 1 CD-ROM.

WANDERLEY, M. N. B. O camponês: um trabalhador para o capital. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v.2, n.1, p.13-78, 1985.

WANDERLEY, M. N. B. Olhares sobre o "rural" brasileiro. **Raizes**. Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 23, v. ½, jan.-dez., 2004.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 13-56.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, Gabriel (Org.) **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982

WEBER, Max. A situação dos trabalhadores rurais da Alemanha nas províncias do Alé-Elba-1982. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, V. A Questão Agrária. São Paulo, Brasiliense, 1981, p.13-58.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 3ª Ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994. Vol.1.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Organização e introdução de H. H. Gerth e C. W. Mills. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WILLEMS, E. **Uma vila brasileira. Tradição e transição**, 2 ed. São Paulo: Difel, 1961.

WILLEMS, Emílio. O problema rural brasileiro do ponto de vista antropológico. **Tempo Social**, [online], v.21, n.1, p.187-210, 2009. doi: 10.1590/S0103-20702009000100011
Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ts/v21n1/v21n1a11.pdf>> Acesso em: 27 set. 2010

WOLF, Eric R. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Org.). **Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf**. Brasília, DF: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003. p. 93-114.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiante do Nordeste**. Brasília, DF: UNB; São Paulo: Hucitec, 1995.

ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth C. L. (Org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p.107-123.

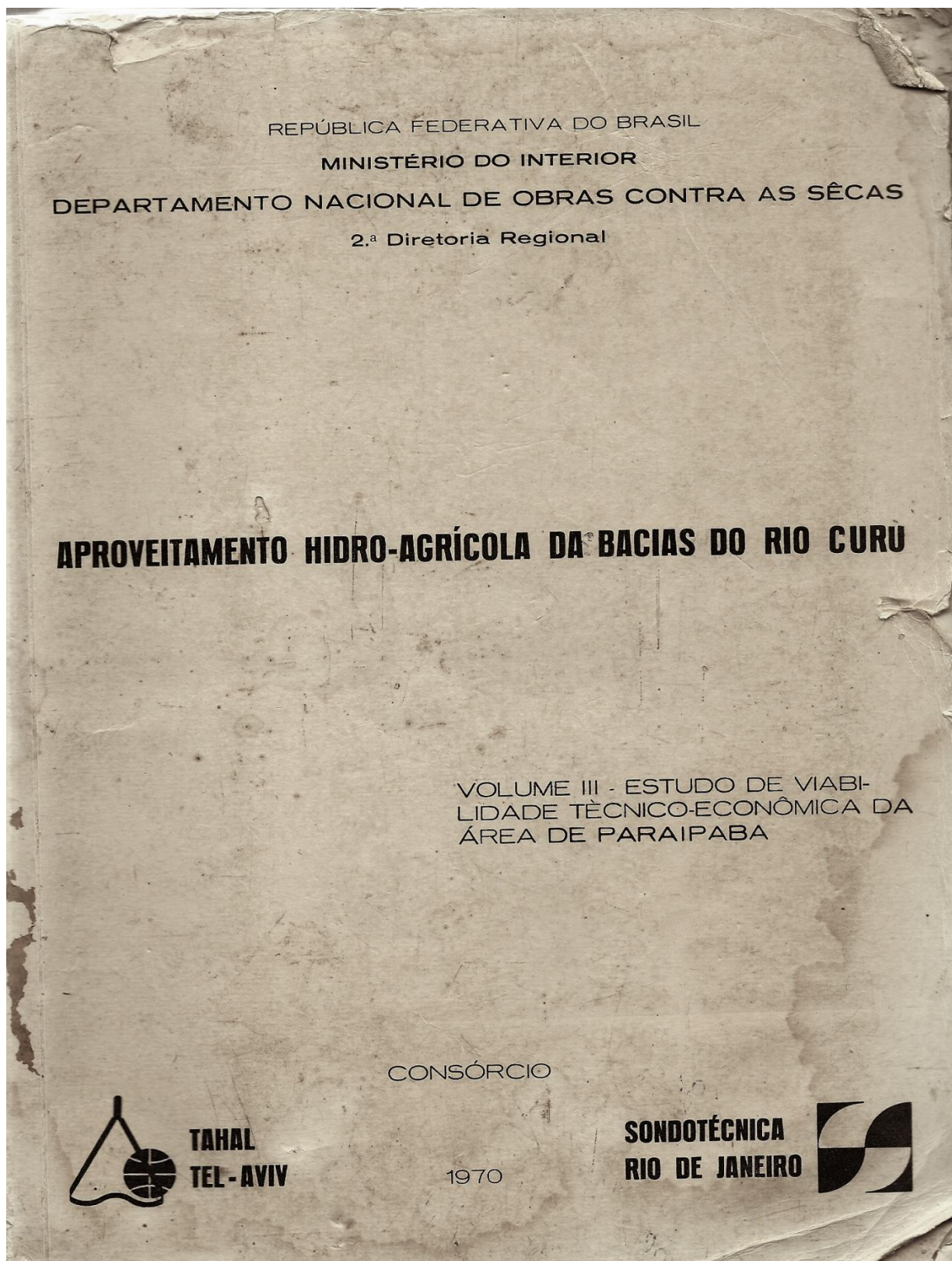
APÊNDICES

1. CRONOLOGIA DAS SECAS DO NORDESTE (1559 – 2010)

Séculos	Anos Secos	Duração	Total por Século	
Século XVI¹	1552	01	Primeira descrita por Villa, 2001	
	1559	01		
	1564	01		
	1583	01	Primeira descrita por Fernão Cardim	
	1587 1592	01		
Século XVII	1603	01	04	
	1609	01		
	1614	01		
	1645	01		
	1652 1692	01		
Século XVIII	1710-1711	02	06	
	1722	01		
	1723-1728	06		
	1744-1746	03		
	1766	01		
	1777-1778 1790-1793	02 04		
Século XIX	1803-1804	02	Fase Humanitária Paternalista	
	1808-1810	03		
	1814	01		
	1817	01		
	1824-1825	02		
	1833	01		
	1844-1846	03	19	
	1860	01	Fase de Reconhecimento	
	1869	01		
	1877-1879	03		
1888-1889	02			
1898	01			
Século XX	1900	01	Fase de Intervenção e Sistematização de Estudos e Obras	
	1903-1904	02		
	1915	01		
	1919	01		
	1931-1932	02	Fase de Diferenciação	
	1942	01		
	1951-1953	03		
	Século XXI	1958	01	21
		1966	01	
		1970	01	
1976		01		
1979-1983		05		
1987		01		
1990		01		
1993		01		
1998		01		
2001		01		
Século XXI	2004	01	04	
	2005	01		
	2010	01		

Fontes: i) 1559 -1983 (DNOCS, 1985); ii) 1987 -1999 (Villa, 2001); iii) 2001- 2004 (IPECE, 2006); 2010, atual.

2. Capa do Projeto que concebeu a área irrigada



3. CRITÉRIOS BÁSICOS PARA SELEÇÃO DE IRRIGANTES

PORTARIA/PR/PRONI/No 382 DE 08/10/1987.

O MINISTRO DE ESTADO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DE IRRIGAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, do Decreto 89.496, de 29 de março de 1984,

RESOLVE:

I - Estabelecer, para o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), os seguintes critérios básicos para seleção de irrigantes:

a) CONDIÇÕES DE INSCRIÇÃO - A seleção dos irrigantes deverá ser antecedida pela fase de inscrição dos interessados, os quais deverão atender às seguintes condições:

1. ter nacionalidade brasileira;
2. ter idade entre dezoito (18) e sessenta (60) anos;
3. não ser proprietário rural, salvo de área minifundiária;
4. não ser funcionário público, até a data do assentamento;
5. não ser proprietário de estabelecimento de indústria ou comércio;
6. ter sanidade física e mental; e
7. ter bons antecedentes.

b) CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO - Os critérios para classificação dos inscritos não poderão estabelecer distinções em razão de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas, devendo contemplar, dentre outros, os seguintes:

1. ser trabalhador rural ou demonstrar que pode exercer atividades rurais;
2. ser chefe ou arrimo de família;
3. ter vinculação com a área do projeto de irrigação (ex-proprietário, parceiro, rendeiro, assalariado, etc);
4. ser agricultor em áreas circunvizinhas do projeto de irrigação.

c) CRITÉRIOS DE DESEMPATE - Para decidir possíveis empates no processo de classificação, poderão ser adotados, dentre outros, os seguintes critérios:

1. experiência em agricultura; e
2. força de trabalho da família.

d) COMISSÃO DE SELEÇÃO - O processo seletivo de irrigantes, em todas as suas fases, deverá ser atribuído a uma comissão a ser nomeada pelos Diretores Regionais do DNOCS.

e) PUBLICIDADE - Em todas as fases do processo seletivo, desde o chamamento para inscrição até a classificação final, deverá ser assegurada a publicidade necessária de todos os atos da Comissão de Seleção, de modo que os interessados possam ter acesso às informações de seu interesse.

f) RECURSOS ADMINISTRATIVOS - De todas as decisões da Comissão de Seleção, em qualquer das fases do processo seletivo, deverá ser assegurado recurso ao Diretor Regional do DNOCS com jurisdição sobre a área do projeto de irrigação.

II - O Diretor Geral do DNOCS, observadas as disposições da Lei nº 6.662, de 1979, dos Decretos regulamentadores e desta Portaria, baixará as normas de seleção de irrigantes, levando em consideração as características locais e específicas de cada projeto de irrigação.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.


VICENTE FIALHO

4. A Paraipaba Velha



Estudantes dos Anos 60



Um desfile no Dia da Pátria



Um dos meios de Transporte



Outro meio de transporte



Vista da cidade antiga



A igreja antiga

Marco da Passagem do Tigre para Paraipaba: a enchente de 1964



A enchente e a eleição de Batista de Azevedo

A despedida da Passagem do Tigre



O Cruzeiro e a Primeira Missa



A edificação de Paraipaba



5. Carta aos colonos para apresentação dos entrevistadores

Paraipaba, 03 de março de 2008

Prezado Irrigante,

Muito respeitosamente venho solicitar seu apoio para responder algumas questões. Com este objetivo, tenho o prazer de apresentar responsável por esta primeira sondagem.

As suas respostas serão muito importantes para análise de dados de minha pesquisa de doutorado, cujo tema aborda as relações entre trabalho e família no Perímetro Irrigado de Curu Paraipaba.

Agradeço muito sua cooperação e espero muito em breve ter a oportunidade de realizar uma entrevista com você.

Atenciosamente,

Helenira Ellery Marinho Vasconcelos

Aluna de Pós-Graduação de Sociologia da UFC

6. Questionário aplicado com os colonos de Paraipaba

Nº do questionário _____ Entrevistador _____

I- Identificação do entrevistado

Nome _____ Lote _____
 Apelido _____ Setor _____

Questão	Cód.
I- Identificação	
1- Município de origem 1- () Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo do Amarante 2- () Outro município do Estado do Ceará 3- () Outro Estado	
2- Sexo 1- Masculino () 2- Feminino ()	
3- Qual a sua idade? ____ 97 () NS 98 () NR	
4- Situação conjugal 1- () casado/união consensual 3- () separado 2- () viúvo 4 () NR	
5 – Faz parte de alguma religião?	
6- Tem filhos? 1- ()sim 2- () não	7- Se sim, quantos? ____ 99 () NA
8– Quantos filhos trabalham com agricultura no Projeto?	
9. Quantos trabalham no lote da família.	
10- Atividade principal do entrevistado (principal responsável pelo sustento da família)	
1- () agricultura 2- () comércio 3- () artesanato 4- () trabalho assalariado no campo	5- () trabalho assalariado na cidade 6- () pesca 7- () indústria 8- () outra _____

7. Ficha de inscrição de um colono, com conceito agrônômico e social

Nº de Inscrição: 087
 Nº de Expediente: 336
 Nome do Colono: Mbarana
 Documentos Apresentados: Irã provida

1. Identidade: Orgão Expedidor Local: S. Gonçalo
 2. Sêrie: 369
 3. Zona Eleitoral: 369 Local Expedição: S. Gonçalo 02/08/76
 4. Circunsc. Militar: 369
 5. Estado Civil: Viúdo
 6. Estado Civil: Civil

7. TIPO DE INSCRIÇÃO: Escreve o nome
 8. FILIAÇÃO: Gonçalo Alberto Machado e Maria Joana da Conceição
 9. Nº DE PESSOAS NA FAMÍLIA: 11 HOMENS: 03 MULHERES: 06
 10. Outras pessoas agregadas à família que o acompanharão ao Projeto:
 Nº: — GRAU DE PARENTESCO: —
 11. NECESSIDADES:

ANO	LOCALIDADE	MUNICÍPIO	TEMPO PERMAN.	OBSERVAÇÕES
36/64	Mbarana	Paracuru		
64/75	L. dos Patos	"		

12. LOCAL DE RESIDÊNCIA ATUAL: Vizinho ao povo Garcia MUNICÍPIO: Paracuru TEMPO PERMAN.: 11 anos

13. VEÍCULO COM A ÁREA EX-PROPRIADA:
 Ex-proprietário: _____
 Ex-arrendatário: _____
 Ex-assalariado: _____

14. VEÍCULO COM A ÁREA EM QUE TRABALHA:
 Proprietário: _____ Onde: _____
 Arrendatário: X Onde: Patos
 Rendeiro: _____ Nome do Patrão: Albino Meireles

15. Objeto — Se o candidato for proprietário:
 a) tamanho da propriedade: _____
 b) Área Agricultável: _____

16. ATIVIDADES ATUAIS:
 Em que trabalha atualmente? Culturas roças (mandioca), feijão e milho.
 Por que? Porque entende de matéria

Nº Pontos: 25
 Conceito agrônômico: Regular
 Conceito social: Regular

8. Traços do período autoritário

dos da própria esposa dado o seu temperamento e a desplacência com as afazeres domésticos. Alegou que ela não o tratava bem.

Constatou-se maus procedimentos do próprio irrigante, pois bobo cachaça, chegando inclusive empenhar bicicleta e relógio. Quando procurou-se dar as orientações comprometeu-se não beber mais, no entanto novamente fomos informados que o mesmo repetia a mesma falha.

As filhas ajudam muito no lote, executando todas as atividades.

O filho mais velho exerce atualmente a função de tratorista (aqui no Projeto).

Apesar de constatar todos estes problemas, resultamos que o irrigante em tela demonstra disposição e responsabilidade no trabalho, é educado, atencioso, sincero e compreensivo.

Paraipaba, 18 de outubro de 1977

 Extensionista Social

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - PRORROGAÇÃO - O presente contrato prorrogado pelo Diretor Regional do DNOCS, através de Determinação, no interesse das partes e da execução dos planos elaborados

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - APROVEITAMENTO - O IRRIGANTE que após demonstrar qualidades de adaptação aos planos e sistemas de cultivo vistos neste instrumentos nessa fase experimental, terá o direito de direção de presente instrumento, até que lhe seja assegurado o direito de aquisição da área, através de contrato de promessa de compra e pagamento na forma que a lei estabelecer. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTE

OMISSOS - Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pelo DNOCS.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Carta nº ⁰¹⁴...../2DR/G-CP

Paraipaba, 14 de outubro de 1977

Sr. Irrigante:

Por mais de uma vez, tem chegado ao conhecimento desta Garência, atos praticados por V.Sa., que vão de encontro as obrigações do Irrigante.

Consta que o vosso relacionamento com a família, está bastante comprometido, carecendo de uma melhora radical e imediata no tratamento com a esposa e filhos.

Não é uma única vez, que V.Sa., se entregou à bebida excessiva, chegando ao ponto extremo de empenhar objetos de uso pessoal, para alimentar o vício e até mesmo, de provocar brigas, sob o efeito do álcool.

Por esta razão e estas irregularidades, vimos oficialmente a presença de V.Sa., para adverti-lo por escrito, pois verbalmente já o foi feito, de que o DNOCS não admitirá mais estes atos comprometedores, indignos de um Irrigante do Projeto.

Fica, portanto V.Sa., ciente do erro cometido, e de haver contrariado a CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, Item I do Contrato assinado, dando razão inclusive para RESCISÃO.

Esperamos enfim, que fatos desta natureza, não mais voltem a se repetir, para que não sejamos obrigados a tomar atitudes que não gostaríamos de tomar, e que na certa desagradariam também a V.Sa.,

Sendo só o que se nos oferece para o momento, levamos até V.Sa., os nossos protestos da mais elavada consideração e estima.

Recb: a 15 via a 17-10-77

Atenciosamente

Ilnº Sr.

Núcleo D-1 - Lote 001 - Casa 011

CURU-PARAIPABA - Ca.-

CIS 110979 - CPT 10255913 - Gerente 2 DR/G-CP

CI Nº 264/85

Em: 19.09.85

ORIGEM : Escritório de campo D1

DESTINO: Exploração

Sr. Chefe:

Comunicamos a V.Sa., que o irrigante Antonio Saraiva de Sousa, assentado no lote 01 setor D1, ausentou-se do seu lote agrícola por mais de doze dias.

O referido irrigante viajou com destino ao estado do Pará, sem comunicar o seu afastamento ao técnico responsável do setor.

Solicitamos de V.Sa., medidas cabíveis que o caso requer.

"Atenciosamente"

P1

ENGR. AGRÔNOMO - CREA 6533-D
CPF 070872325/69 - CId 6826,8
C/RES. 2.111/84-CP

A 2DR/65-CP.

de saint clair

Para conhecimento e tomar medidas cabíveis.
20/09/85

REPROTAÇÃO	
DESTINO	NÚMERO
PECUÁRIA	15/06/82
ORIGEM	DATA

45-D2
Sr. Chefe:

Estamos comunicando a V. Sa., que o colono Francisco Waldir dos Santos, lote 47, setor D-2, comprou o ano passado uma garrota extra projeto mestiça de Zebu, clandestinamente pois dentro do seu curral. O Dr. Lélis descobriu e deu ordem para o referido colono vendê-la imediatamente pra fora. Ele aproveitou a saída do Dr. Lélis e vendeu irregularmente para o colono do lote 45, seu vizinho. O técnico de pecuária por ocasião da visita mensal descobriu. Eu chamei o colono e dei um prazo de dois meses, para ele resolver a situação. E ele desonestamente, veio aqui me pedir uma autorização para vender a referida garrota, a ordem foi dada, ele vendeu foi outra garrota holandesa do seu curral, para outro colono. Continuando, assim a mesma irregularidade. Em fase desta situação, solicitamos da V. Sa., tomar providências cabíveis que o caso requer.

Atenciosamente.

Estamos comunicando a V. Sa., que o colono Francisco Waldir dos Santos, lote 47, setor D-2, comprou o ano passado uma garrota extra projeto mestiça de Zebu, clandestinamente pois dentro do seu curral. O Dr. Lélis descobriu e deu ordem para o referido colono vendê-la imediatamente pra fora. Ele aproveitou a saída do Dr. Lélis e vendeu irregularmente para o colono do lote 45, seu vizinho. O técnico de pecuária por ocasião da visita mensal descobriu. Eu chamei o colono e dei um prazo de dois meses, para ele resolver a situação. E ele desonestamente, veio aqui me pedir uma autorização para vender a referida garrota, a ordem foi dada, ele vendeu foi outra garrota holandesa do seu curral, para outro colono. Continuando, assim a mesma irregularidade. Em fase desta situação, solicitamos da V. Sa., tomar providências cabíveis que o caso requer.

Atenciosamente.

9. Trajetória para o desencaixe de um agricultor familiar

- OBRIGAÇÕES DO IRRIGANTE - O IRRIGANTE compromete-se a: 1 Residir, / com a sua família, no lote habitacional que lhe for destinado; 2 - Pa gar, nos prazos determinados, as taxas referentes à operação e manuten çã ta irrigação, preparo do solo e água, de acordo com as tabelas vi gentes; 3 - Manter em perfeito estado de conservação os trechos de ca nais de irrigação sob a sua responsabilidade; 4 - Manter seus animais, quando permitida a criação, em currais seguros e responder pelos danos que venha a causar a terceiros; 5 - Manter em bom estado de conserva ção a casa que ocupa, bem como as cercas de proteção às áreas cultiva das, quer sejam construídas pelo DNOCS ou IRRIGANTE se autorizadas pe Administração do Perímetro; 6 - Fornecer com exatidão as informações / necessárias ao levantamento dos custos da produção e de toda a estatís tica da irrigação; 7 - Aceitar a orientação do DNOCS no que se refere: a) Ào tipo de exploração do seu lote; b) À escolha das espécies e va riedades a cultivar; c) à prática e operação de irrigação; d) à defesa e combate às pragas e moléstias; e) à comercialização da produção. //

CLÁUSULA QUINTA - Não é permitido ao IRRIGANTE: 1 Transmitir a qualquer outro o lote que lhe foi destinado; 2 - Arrendar a outrem o seu lote ' ou parte dele; 3 - Explorar a área de terra, que lhe foi distribuída, em regime de parceria; 4 - Alterar o regime de funcionamento dos ca nais e utilizar meios ilícitos para aumentar a sua quota d'água de ir (...)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - APROVEITAMENTO - O IRRIGANTE que apresentar ou demonstrar qualidades de adaptação aos planos e sistemas de culturas, pre vistos neste instrumentos nessa fase experimental, terá o direito de prorro gação de presente instrumento, até que lhe seja assegurado o direito de // aquisição da área, através de contrato de promessa de compra e venda, para pagamento na forma que a lei estabelecer. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASOS OMISSOS - Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pelo Diretor Ge ral do DNOCS, E por se avharem assim acordos, foi lavrado o presente instru mento, em quatro vias, para um só efeito, que lido e a hado conforme, vai assinado pelas partes e testemunhas. abaixo.

mmll